CARTA ARQUEOLÓGICA
CONGONHAS

ORGANIZADORES: ALENICE BAETA . HENRIQUE PILÓ

Reprodução da obra "O ferro, a fé e as pedras.", de Luciomar Sebastião de Jesus

CARTA ARQUEOLÓGICA DE CONGONHAS

CRÉDITOS

Organizadores:
Alenice Baeta e Henrique Piló

Produção:
Artefactto Consultoria

Projeto Gráfico:
Hélio Martins

Georreferenciamento:
Emile Albert Scharlé Jr.

Editoração:
Orange Editorial

Revisão textos:
Ana Lúcia Baeta (Jornalista- 3905/MG)

Patrocínio:

FERROUS

Agradecimentos

Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Congonhas
Arquivo Público Mineiro-APM
Acervo do Setor de Arqueologia do MHNJB/UFMG
Luciomar Sebastião de Jesus
Luciano de Bastos – "Sr. Liguito"
Paulo Vicente dos Santos – "Paulo Marujo"
Aos moradores de Congonhas e Serra da Moeda

Carta Arqueológica de Morro do Pilar/ Alenice Baeta, Henrique Piló (organizadores)-

Belo Horizonte: Ed. Rona/ Manabi, 2014.

248 p. : Il.; 31 cm

1. Morro do Pilar. 2. Carta Arqueológica. 3. Geologia. 4. Arqueologia. 5. História 6. Arquitetura. 7. Mineração. 8. Caminhos Antigos. Baeta, Alenice (org). Piló, Henrique (org). I. Saadi, A. II. Fagundes, M. III. Neves, M. D. IV. Cairo, M. C.

CDU 930.26
CDD 930.1

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário e Arqueólogo Leandro Vieira da Silva.

ORANGE EDITORIAL

ARTEFACTTO CONSULTORIA

APRESENTAÇÃO

A trajetória escolhida na elaboração da Carta Arqueológica foi a de mapear alguns lugares notáveis de Congonhas e arredores, incluindo parte do município de Jeceaba, de forma a contextualizá-los, sem pretensão, certamente, de esgotar tal mapeamento, tendo em vista a grande riqueza e complexidade patrimonial dessa região.

Organizar memórias e histórias sobre Congonhas foi ainda uma grande oportunidade de conhecer mais a fundo as paisagens marcadas pelos vários estigmas que as atividades de mineração deixaram ao longo do tempo, além dos diferentes ambientes de suas serras e vales, incluindo lugares da Serra da Moeda.

Pretende-se valorizar nesta obra as memórias de grupos pré-coloniais, indígenas, escravos, garimpeiros, ciganos, romeiros, peregrinos, viajantes, tropeiros, comerciantes, artífices e habitantes dessa região, sua cultura material e testemunhos; enfim, daqueles que, mesmo anonimamente, fizeram e fazem parte da longa história de "Congonhas do Campo".

Com certeza, a riqueza patrimonial de Congonhas extrapola em muito o magnífico acervo barroco inscrito em seu centro histórico tombado, já consagrado e reconhecido como parte da história, arquitetura e expressão artística de Minas Gerais, do país e em nível internacional.

A Carta Arqueológica busca assim mostrar outras faces e interfaces patrimoniais, focalizando sítios, ruínas e estruturas de interesse da arqueologia e da história, lamentavelmente, ainda pouco conhecidos, mas que também necessitam de mecanismos de proteção e valorização.

Esta obra foi composta por textos ou capítulos com inúmeras imagens, dentre elas, fotos antigas, mapas, documentos, figuras e croquis.

O primeiro capítulo abrange as paisagens, envolvendo aspectos geológicos, geomorfológicos, hidrológicos e bióticos de Congonhas.

O segundo capítulo apresenta os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas por nossa equipe, referente ao período pré-colonial em sítios a céu aberto situados na bacia do Rio Maranhão, Alto Paraopeba.

O terceiro capítulo resgata a história de Congonhas nos períodos colonial e imperial.

O quarto capítulo, por sua vez, discorre sobre a história da mineração em Congonhas focalizando algumas minas, lavras e fazendas mineradoras e as distintas tecnologias utilizadas na explotação mineral.

O capítulo quinto apresenta alguns lugares e sítios antigos de Congonhas, reforçando a importância de sua valorização patrimonial e do envolvimento da comunidade local.

O sexto capítulo trata, sob um olhar arqueológico e arquitetônico, das estruturas e ruínas que fazem parte de importantes sítios históricos de Congonhas.

O último capítulo aborda, por sua vez, uma síntese das informações levantadas neste estudo, além de um panorama sobre a potencialidade arqueológica do município de Congonhas e suas diretrizes de proteção. No apêndice consta um vocabulário geral, e no encarte, mapa arqueológico ilustrado com ícones, visando à compreensão da incidência e dispersão geral do patrimônio arqueológico e de sua importância para a região.

Os Organizadores

CARTA ARQUEOLÓGICA DE CONGONHAS

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

GEOLOGIA E PAISAGENS RURAIS DE CONGONHAS

QUADRILÁTERO FERRÍFERO: GEOLOGIA E PATRIMÔNIOS NATURAIS

Ulisses Penha

GEOLOGIA E PAISAGENS RURAIS DE CONGONHAS

Quadrilátero Ferrífero: Geologia e Patrimônios Naturais

Ulisses Penha

O município de Congonhas está situado na porção sudoeste do Quadrilátero Ferrífero, importante distrito mineral brasileiro em razão dos seus depósitos e minas de minério de ferro, ouro e manganês. Esse distrito foi geologicamente mapeado entre 1945 e 1962 em escala de 1:50.000 pelo convênio firmado entre o USGS - *United States Geological Society* e o DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral, e foi sucedido pelo mapeamento em 1:25.000, sob a coordenação de Door II (1969). Esses mapeamentos sistemáticos foram seguidos por outros trabalhos de cartografia geológica, seja por universidades (ver síntese em ALKMIN & MARSHAK 1998), seja por órgãos governamentais, como o Serviço Geológico do Brasil (ZUCHETTI & BALTAZAR, 2000) e a CODEMIG (LOBATO *et al.* 2005), seja por empresas de exploração mineral.

O Quadrilátero Ferrífero recebeu essa denominação devido aos depósitos de minério de ferro que ocorrem numa área que tem como vértices as cidades de Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste, e Itaúna, a noroeste (Figura 1). Apesar de relativamente pequeno, com 7.200 km^2, o potencial mineral dessa região foi determinante na interiorização do seu povoamento, desde as atividades rudimentares de lavra nos aluviões e encostas auríferas nos séculos XVII a XIX, até os tempos modernos, quando passou a dispor de um setor minero-metalúrgico calcado no ferro e no ouro. Não se deve esquecer, entretanto, que bens minerais não metálicos como argila, areia, dolomito, esteatito e rochas ornamentais participam da geração de empregos, de receitas e de insumos imprescindíveis à construção civil e à expansão da malha rodoviária. Segundo o IBGE, em torno de 27% do PIB de Minas Gerais provém do Quadrilátero Ferrífero e Congonhas participa significativamente nesse total.

Contudo, não só com minérios, ou da atividade minerária e seus desdobramentos no setor industrial, se faz desenvolvimento. As formações rochosas, os cursos d´água, as distintas coberturas vegetais e as belezas paisagísticas que esses conjuntos proporcionam constituem patrimônios naturais e paisagísticos da sociedade e merecem ser preservados, pesquisados, divulgados e frequentados por seus habitantes. Há anos foi submetido à UNESCO para aprovação o Projeto Geoparque Quadrilátero Ferrífero (RUCHKYZ DE AZEVEDO e MELO, 2010), que elegeu 10 sítios não geológicos e 18 geológicos, o último grupo listado a seguir. São os *topázios do Capão do Lana*, zona de garimpos de topázio imperial, no Distrito de Rodrigo Silva, (Ouro Preto); a *Gruta Nossa Senhora da Lapa*, em dolomitos do distrito ouropretano de Antônio Pereira; os *gnaisses de Cachoeira do Campo*; os *itabiritos da Serra da Piedade* (Caeté), o *Santuário da Serra do Caraça* (Catas Altas) e o Sítio *Paleontológico de Fonseca* (Alvinópolis), os três já reconhecidos pelo SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos; os *meta-arenitos arqueanos da Serra do Andaime* (em Itabirito), registro de uma das primeiras praias brasileiras; as *rochas metavulcânicas* aflorantes, próximas ao *Bicame de Pedra*, um arco em estilo romano que conduzia água para a lavagem de cascalho aurífero (Catas Altas); as M*inas de ferro de Águas Claras*, na divisa de Belo Horizonte com Nova Lima, e do *Córrego do Meio*, ambas em área de mineradora e exauridas, sendo a segunda um centro produtor de mudas; a V*ila de Passagem*, entre Ouro Preto e Mariana, marco da mineração subterrânea de ouro no Brasil; a M*ina da Morro Velho* (Nova Lima), por mais de um século a mais profunda e produtiva mina de ouro do mundo; o *Pico do Itabirito* (em Itabirito); o P*ico do Itacolomi* (em Ouro Preto); a S*erra do Curral,* os *quartzitos e conglomerados da Serra da Moeda*, respectivamente em Belo Horizonte e 17 km ao sul dali; a S*erra de Ouro Branco*, no município homônimo; e a S*erra do Rola Moça,* integrante de um parque estadual que congrega vários mananciais da grande Belo Horizonte. É oportuno ressaltar que o conjunto de ruínas históricas da Fábrica Patriótica, no município de Congonhas, é preservado pelo IPHAN e tombado desde 1938, por ter sido a primeira fábrica de ferro no Brasil.

Figura 1. Imagem de satélite Landsat TM do Quadrilátero Ferrífero com os limites (linha vermelha) do geoparque. As serras que delimitam o Quadrilátero estão nomeadas em amarelo.

O Quadrilátero Ferrífero é constituído por cinco conjuntos rochosos, denominados em geologia *unidades estratigráficas*: Complexos Metamórficos, formados por rochas graníticas e gnáissicas com mais de 2,7 bilhões de anos (B.a.); Supergrupo Rio das Velhas, com filitos, xistos, quartzitos, rochas metavulcânicas, formações ferríferas e esteatitos datados em 2,6 B.a.; Supergrupo Minas, com idades entre 2,6 e 2,1 B.a., sendo subdividido em quatro pacotes rochosos empilhados da base para o topo, os grupos Caraça, Itabira, Piracicaba e Sabará; corpos ígneos cristalizados em meio aos complexos metamórficos e às rochas do Supergrupo Rio das Velhas, como os tonalitos e granodioritos da Suíte Alto Maranhão, com 2,13 B.a. (NOCE, 1995); e as cangas terciárias e lateritas quaternárias, a maioria rica em minerais de ferro.

Mosaico 1. Visões panorâmicas de duas operações de mina de minério de ferro na estrada para Belo Vale. As fotos de detalhe são de itabiritos dobrados, dobras essas que se repetem na escala das cavas de mina. Ulisses Penha, 2014.

A análise dos mapas geológicos Casa de Pedra e Congonhas, da CPRM-Serviço Geológico do Brasil (LOBATO *et al.*, 2005), permite simplificar e subdividir a geologia e as formas de relevo do município em três grandes áreas: (1) xistos verdes arqueanos e tonalitos neoproterozóicos que cobrem aproximadamente 65% do total, conformando um relevo abaulado; (2) quartzitos, filitos, dolomitos e itabiritos do Paleoproterozóico que sustentam uma paisagem de feições lineares salientes e vales encaixados, representando em torno de 20% da área municipal; e (3) cangas ferruginosas terciárias e lateritas quaternárias, formadas sobre os itabiritos e constituindo formas de relevo tabulares, ocupando os 15% restantes (Mosaico 4).

Congonhas: as Paisagens Rurais

Embora o município de Congonhas não conte ainda com patrimônios naturais eleitos para compor o Geoparque Quadrilátero Ferrífero, paisagens de particular beleza podem ser percebidas caminhando por suas trilhas ou mesmo por algumas das suas estradas. Algumas dessas paisagens serão brevemente comentadas e mostradas a seguir. Ao longo da estrada que liga a BR-040 à cidade de Belo Vale o viajante pode observar minas de extração de minério de ferro. A visão das operações de mina que se tem a partir da estrada citada é de áreas impactadas restritas às cavas e bacias de rejeito, com a vegetação, relevo e drenagens do entorno

Mosaico 2. As rochas quartzíticas e os itabiritos, por sua grande resistência à erosão, sustentam cristas rochosas como a existente a oeste de Pires (foto inferior esquerda) na serra da Bandeira (superior esquerda) e na serra dos Mascates (inferior direita). Ulisses Penha, 2014.

mantidas dentro das possibilidades técnicas dos empreendimentos (Mosaico 1) e das exigências legais. Para obterem as autorizações de operação, os projetos contemplam, antes mesmo de seu funcionamento, as ações a serem tomadas para minimizar os impactos ambientais, visuais e sociais após o fechamento da mina.

Para evitar possíveis conflitos entre mineradoras e comunidades vizinhas, é todavia recomendável que a sociedade, apoiada pelos órgãos públicos, acompanhe regularmente as atividades minerárias para impedir que causem contaminação das águas, que os diques de contenção sejam em número suficiente, que não ocorra supressão de vegetação em desacordo com autorização, que os taludes sejam revegetados conforme o plano de exaustão da jazida, que não haja circulação de caminhões de minério em zonas urbanas e que a quantidade de material particulado em suspensão esteja dentro dos limites aceitáveis à saúde. Utilizar de forma sustentável os recursos naturais implica, por parte das empresas, em atuar na qualificação profissional da população, auxiliando os poderes públicos a valorizar os patrimônios do município e a pensar o futuro dos locais minerados e das comunidades envolvidas dentro da perspectiva do esgotamento das jazidas.

Mosaico 3. Dobras tectônicas em itabiritos (fotos inferiores: afloramento na estrada em direção a Belo Vale e matacão ao norte de Congonhas) e metatonalitos em corte da MG-383, a sul do Alto Maranhão (superior esquerda), onde também ocorre minério de manganês (em cima à direita). Ulisses Penha, 2014.

As rochas economicamente mais importantes que integram o Grupo Itabira são os itabiritos. Elas são portadoras dos depósitos de minério de ferro, cujo comportamento espacial (corpos planares, dobrados e/ou falhados) e cuja variação em teores, graus de compactação e elementos contaminantes naturais torna desafiador o trabalho dos geólogos, técnicos em geologia, engenheiros de minas e engenheiros metalúrgicos. Os mosaicos 1 e 3 ilustram estruturas denominadas dobras tectônicas.

Da região do distrito de Alto Maranhão era extraído rudimentarmente, há mais de 80 anos, minério de manganês (Mosaico 3), cujo uso provavelmente foi alimentar a primeira usina de ferroligas de manganês do Quadrilátero Ferrífero, a Usina Wigg, em Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto (LLOYD, 1913:330-331 *apud* ARTEFACTTO, 2011).

Um elemento geomorfológico característico na região são os platôs sustentados por uma carapaça de canga ferruginosa que cobre a parte mais alta das formações ferríferas. Sobre ela se desenvolvem os Campos Ferruginosos (VINCENT, 2004), vegetação característica (Mosaico 4) com altos índices de endemismos de espécies, onde são frequentes, dentre outras, representantes das famílias das Poáceas, Velloziáceas, Melastomatáceas, Asteráceas, Ciperáceas, Bromeliáceas e Orquidáceas.

Mosaico 4. Imagens de floradas do Cerrado obtidas no córrego do Palmital (Araliácea, acima à direita) e no povoado Campinho (esquerda). Embaixo, bromélias Tillandsias sobre itabiritos, em Pires. Ulisses Penha, 2014.

Mosaico 5. Afloramentos de canga ferruginosa a leste do povoado Pires. Ulisses Penha, 2014.

As cangas ferruginosas são mais expressivas em certas porções das Serras do Esmeril, da Bandeira e dos Mascates (Mosaico 6), designações locais da Serra da Moeda. Além de sua vegetação peculiar, é comum nas bordas dessas superfícies ocorrerem cavidades, locais de interesse para a espeleologia e a arqueologia. Outro fator relevante das cangas é o fato de constituírem áreas de recarga hídrica, alimentadoras dos aquíferos.

A generosa biodiversidade das flores no Cerrado e nos Campos Ferruginosos pode ser apreciada em praticamente todo o ano, com floradas singelas que se alternam no tempo e em cores.

Mosaico 6. Flores do Cerrado: trepadeira de flor azul e bolsinha-de-pastor (Bignoniáceae). Líquen sobre quartzito ferruginoso. Na foto inferior direita, no extremo sul da serra dos Mascates, poáceas de Campo Ferruginoso se antecedem aos quartzitos do Grupo Piracicaba. Ulisses Penha, 2014.

As vegetações mais expressivas em área no município são o Cerrado (mosaicos 4 e 6) e a Mata Atlântica (Mosaico 7), a despeito de estarem em boa parte substituídos por pastagens plantadas, áreas mineradas, estradas e expansões urbanas. O terceiro bioma vegetal existente são as Matas Ciliares, presentes ao longo das drenagens (Mosaico 8), cujo zelo por preservação deve ser constante, pois conforme salienta Guimarães Filho (2008), elas são conflitantes do ponto de vista do interesse de diferentes setores de uso da terra: são obstáculos ao livre acesso do gado à água; hospedam árvores de alto valor comercial; são as melhores alternativas para o traçado de estradas em áreas de topografia acidentada; e constituem locais de armazenamento de água.

Sem ter o propósito de listar as incontáveis espécies vegetais existentes, seguem algumas delas observadas no Cerrado do município de Congonhas: lixeira (Dilleniácea), pau-santo (Guttiferae), cafezinho (Myrsinácea), lobeira (Solanácea), pixirica e quaresmeira (Melastomatáceas), murici e murici-macho (Malpighiáceas), bate-caixa (Rubiácea), além do barbatimão, folha-miúda e mimosa (Fabáceas).

Pelo fato de grandes áreas rurais do município de Congonhas ainda estarem poupadas de atividades extrativas florestais ou da pecuária, estudos de levantamento florístico visando a preservação desse bioma florestal devem ser efetuados. Cuidar da Mata Atlântica, hoje restrita a fragmentos florestais biologicamente empobrecidos e de tamanho reduzido ao longo da faixa oriental do país, está além de uma simples necessidade, posto que 40% de suas espécies são endêmicas e que somente 11% da sua área original (STEHMANN, 2009) restam para as futuras gerações.

Mosaico 7. Imagens de vegetais de Mata Atlântica e de Mata Ciliar, com destaque para o broto de Pteridófita (superior direita) e para o bosque de quaresmeiras (inferior direita). Ulisses Penha, 2014.

Águas dos Rios e Águas dos Aquíferos

As altitudes no município de Congonhas oscilam entre 870 m e 1.550 m, desníveis consideráveis que, associados às precipitações pluviométricas moderadas e à alta taxa de erosão média natural (7 metros a cada milhão de anos, VARAJÃO *et al.* 2009), dão origem a incontáveis cursos d'água que desenham padrões de drenagem sub-retangular e subdendrítico. Os vales dessas drenagens são medianamente encaixados nas áreas ocupadas por rochas tonalíticas e por xistos, e vigorosamente encaixados naquelas representadas por quartzitos, itabiritos, cangas e lateritas. As principais drenagens do município são os ribeirões do Esmeril e Soledade, os córregos do Bichento, Casa de Pedra e dos Freitas, e os rios Preto e Maranhão; todos integrantes da porção direita da bacia do rio Paraopeba (Figura 2).

Figura 2. Rede de drenagens do município de Congonhas, onde a bacia do rio Maranhão ocupa 75% do total. Cartografia: Rose Lane Guimarães (2014).

Evidentes na paisagem e constantemente lembradas pela sociedade, as lavras de minério de ferro de Congonhas não constituem os únicos recursos naturais desse município, devendo ser enfatizada a importância de outro recurso natural também relacionado às rochas: os recursos hídricos subterrâneos, devido ao seu valor para o crescimento urbano municipal e para a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Os principais trabalhos efetuados sobre os mananciais subterrâneos de água no Quadrilátero Ferrífero se devem a Sobreiro Neto *et al.* (2001) e a Silva *et al.* (1994), que identificaram aquíferos com características e potenciais distintos em função do seu contexto geológico. De uma forma simplificada, pode-se dizer que em zonas de relevo suave o manto de intemperismo é espesso e os aquíferos podem ser do tipo poroso, nas rochas muito alteradas situadas logo abaixo do solo, ou do tipo fissural, onde a água se instala em fraturas da zona de rocha alterada, alojadas logo acima da rocha sã. Já em zonas de relevo moderado a íngreme os aquíferos tendem a ser granulares ou porosos e fraturados ou fissurais. Por fim, nos locais onde há rochas dolomíticas, os aquíferos são ditos cársticos.

Mosaico 8. Imagens de vegetação da Mata Atlântica: líquens em tronco de árvore (esquerda), cachoeira no limite dos municípios de Congonhas e Belo Vale e trilha na encosta do córrego Santo Antônio. Ulisses Penha, 2014.

Ainda de acordo com os trabalhos citados, o sistema aquífero da Suíte Alto Maranhão apresenta grande número de poços subterrâneos tubulares em função da densa ocupação dos terrenos e da reduzida disponibilidade de recursos hídricos superficiais, com poços de produtividade baixa em aquíferos fissural e poroso. Produtividades ainda inferiores a essas ocorrem nas áreas de abrangência dos xistos alterados do Grupo Nova Lima. A maior disponibilidade hídrica subterrânea está no sistema aquífero do Grupo Itabira, com alguns aquíferos associados aos itabiritos da Formação Cauê e outros relacionados aos dolomitos da Formação Gandarela. Os órgãos e entidades de proteção ambiental e o poder público municipal devem levar em conta o potencial do último sistema aquífero mencionado, tanto para assegurar a sua não contaminação por intervenções humanas indevidas, quanto para usufruir deste bem estratégico em seus planos de expansão industrial ou urbana, de agrupamentos urbanos localizados próximos ou sobre ele.

Voçorocas: garimpos históricos do ouro ou feições erosivas naturais?

As feições erosivas hídricas denominadas voçorocas, que marcam a paisagem sobre certas rochas na região do Quadrilátero Ferrífero, como granitos, tonalitos, granodioritos, gnaisses e migmatitos, foram estudadas por Bacellar (2006). Além do impacto visual agressivo deixado nas encostas e topos de morros, a erosão nesses locais causa expressivas reduções em nutrientes, matéria orgânica e biomassa microbiana, comprometendo a agricultura e assoreando drenagens vizinhas.

As voçorocas são comuns no município de Congonhas, algumas associadas, e mesmo ocasionadas, por atividades de mineração desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX, outras geradas por processos erosivos naturais, podendo haver nos últimos casos incrementos por atividades agropecuárias ou por expansões urbanas.

Figura 3. Imagem aerogeofísica de gamaespectrometria ressaltando em vermelho o Lineamento Congonhas, entre Congonhas e Catas Altas da Noruega, com inúmeros garimpos dos séculos XVIII e XIX. Fonte: Miethke et al. (2007).

As evidências de atividades minerárias no Quadrilátero Ferrífero desde o final do século XVII até o século XIX eram restritas a aluviões e a encostas de morros (o povoamento inicial de Congonhas se deve à descoberta de ouro no rio Maranhão), uma vez que nesse período depósitos auríferos nos dois contextos eram férteis, e também em virtude de as técnicas de mineração subterrânea (em rocha dura) não estarem bem difundidas no Brasil, exceto na mina de Passagem, em Mariana, com a iniciativa do engenheiro e mineralogista alemão Wilhelm L. von Eschwege.

Isso posto, atividades de mineração aurífera nos rios e em encostas foram evidenciadas e fartamente caracterizadas por arqueólogos em vários locais do Quadrilátero, como as Minas do Socorro, em Barão de Cocais (HENRIQUES, 2008) e Aredes, em Itabirito (GUIMARÃES, 2010; BAETA & PILÓ, 2013). Embora não suficientemente estudados dos pontos de vista arqueológico e geológico, os sítios históricos do ciclo do ouro de Congonhas conhecidos por Veeiros, Batateiro, Goiabeiras, do Pires e da Forquilha guardam estreita relação genética com o Lineamento Congonhas (SEIXAS, 1988), uma faixa noroeste-sudeste que se estende até Catas Altas da Noruega (Figura 3). As rochas desse lineamento foram intensamente deformadas e hidrotermalizadas por soluções auríferas. Sobre elas as atividades minerárias do passado deixaram cicatrizes marcantes na paisagem.

Essas atividades de garimpagem são reveladas quando se encontram vestígios de estradas, de arrimos ou de muros de pedra edificados segundo as técnicas típicas dos séculos XVIII e XIX; pequenas galerias e redes de canais por elas saindo e confluindo para um canal maior que conduzia aos mundéus de decantação da lama aurífera; ferramentas e outros artefatos ligados às necessidades cotidianas dos garimpeiros; acumulações artificiais de canga, cascalho, veios de quartzo, jacutinga ou outras rochas que representem o rejeito do minério.

Uma abordagem que pode ser feita sobre as voçorocas diz respeito aos processos que as originaram, se naturais (geológicos), se antrópicos (agropecuários, imobiliários ou viários) ou se combinados. Um local que permite esse enfoque está situado nas imediações do Distrito do Alto Maranhão (antigo Arraial do Redondo, de 1718), no extremo sul do município de Congonhas.

Mosaico 9. Voçoroca natural desenvolvida em rochas tonalíticas a nordeste de Congonhas (esquerda). Veio de quartzo manganesífero falhado em corte da MG-383, ao sul do Alto Maranhão (ao meio). Galeria do ciclo do ouro, perto do sítio histórico Veeiros, próximo a Congonhas (direita). Ulisses Penha, 2012 e 2014.

Embora essa linha de pesquisa interesse particularmente aos geomorfólogos, geólogos, agrônomos, geoarqueólogos e estudiosos do meio ambiente, ela não deve se restringir ao meio acadêmico, em virtude de os seus resultados terem grande valia para planejamentos governamentais e projetos privados de malha viária, de edificações, do agronegócio, de gasodutos e minerodutos. Os estudos geológicos, litoquímicos e arqueológicos recentemente desenvolvidos no Alto Maranhão permitem algumas considerações extensivas a outras voçorocas do município, desde que instaladas em locais de geologia similar e sem a interveniência de atividades de mineração (PENHA, 2012).

A principal rocha aflorante nessas voçorocas é o tonalito arroxeado da Suíte Alto Maranhão, que localmente contém estreitos corpos de anfibolito e de veios de quartzo, estes com teores de ouro inferiores a 13 ppb (partes por bilhão). Foram mensuradas nessas rochas abundantes fraturas segundo e N65°W, N20°E, N40°E e N80°E, todas mergulhando acentuadamente, e foliações conforme N10°E/80°SE e N10°W/80°NE. Tal predominância de planos com atitudes subverticais causa fraquezas intrínsecas aos tonalitos, que estão intemperizados e que se desestabilizam mecanicamente durante os períodos de chuvas intensas. O perfil convexo das encostas e a presença de pastagens abandonadas onde se criou gado bovino constituem elementos adicionais propícios aos deslizamentos de massa nessas voçorocas (PENHA, 2012).

Mosaico 10. Voçoroca em rochas tonalíticas, próxima ao rio Preto (fotos superiores). A foto do meio esquerda mostra um talho na encosta (garimpos do século XVIII?) visível na estrada para Miguel Burnier. .As falhas no tonalito alterado (foto do meio à direita) predispõem deslizamentos de massa nas voçorocas do Alto Maranhão (fotos inferiores). Ulisses Penha, 2012 e 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, F.F. & MARSHAK S. The Transamazonian orogeny in the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil: Paleoproterozoic collision and collapse in the Southern São Francisco Craton region. *Precambrian Res.*, 90: 29-58. 1998.

ARTEFACTTO. *Dossiê de tombamento do conjunto arquitetônico e arqueológico da igreja de Nossa Senhora Auxiliadora dos Calastróis. Distrito de Miguel Burnier, Município de Ouro Preto*. Artefactto Consultoria-Gerdau Açominas. Belo Horizonte, 275p. 2011.

BACELLAR, L.A.P. Processos de formação de voçorocas e medidas preventivas e corretivas. II *SIMEA*, Viçosa, 30 slides. 2006.

BAETA, A. & PILÓ, H. (Coord.) *Patrimônio Arqueológico de Aredes, Itabirito, MG.* Programas de Monitoramento Arqueológico - Reconversão de Território. Relatório Ano 2013. Artefactto Consultoria/SAFM Mineração, Itabirito, 2013.

BALTAZAR, O.F.; BAARS, F.J.; LOBATO, L.M.; REIS, L.B.; ACHTSCHIN, A.B.; BERNI, G.V.; SILVEIRA, V.D. Mapa Geológico na Escala 1: 50.000 com Nota Explicativa. In: P*rojeto Geologia do Quadrilátero Ferrífero - Integração e Correção Cartográfica em SIG com Nota Explicativa*. CODEMIG. Belo Horizonte. 2005.

DORR J.V.N. II. *Physiographic, stratigraphic and structural development of Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil*. USGS/DNPM. Profes. Paper 641-A,110p. 1969.

GUIMARÃES, C.M. (Coord.) *Pesquisa Histórico-Arqueológica sobre Aredes - Município de Itabirito / MG.* Relatório Final. Cooperativa Cultura. Belo Horizonte, 2010.

GUIMARÃES FILHO, P.E. Os principais problemas ambientais do entorno das áreas de recarga, matas ciliares, nascentes e reservatórios do Quadrilátero Ferrífero, MG. Anais do *I Simpósio: Afloramentos Ferruginosos no Quadrilátero Ferrífero: Biodiversidade, Conservação e Perspectivas de Sustentabilidade*. ICB,UFMG, Belo Horizonte,p.85-100. 2008.

HENRIQUES, G. O sítio arqueológico 'Minas de Socorro' e as técnicas de mineração do ouro nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. *Canindé*, Xingó,v.11:25-53. 2008.

LOBATO, L.M.; BALTAZAR, O.F.; REIS, L.B.; ACHTSCHIN, A.B.; BAARS, F.J.; TIMBÓ, M.A.; BERNI, G.V; MENDONÇA, B.R.V.; FERREIRA, D.V. *Projeto Geologia do Quadrilátero Ferrífero - Integração e Correção Cartográfica em SIG com Nota Explicativa.* Belo Horizonte: CODEMIG. DVD. 2005.

MIETHKE, C.; SOUZA FILHO, C.R.; SILVA, A.M. Assinatura geofísica e modelos prospectivos 'knowledge-driven' de mineralizações de Au no lineamento Congonhas, sul do Cráton São Francisco, MG. *Rev. Bras. Geociências*, 37(3):490-503. 2007.

NOCE, C.M. *Geocronologia dos eventos magmáticos, sedimentares e metamórficos na região do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo,128p. 1995.

PENHA, U.C. *Laudo geológico sobre a origem da galeria e das voçorocas do Alto Maranhão, município de Congonhas-MG. Programa de levantamento arqueológico: prospecção e monitoramento. MGC-383 e MG-155. 2º* (Relatório Parcial) Arkaios Consultoria Ltda. Belo Horizonte,52p. 2012.

RUCHKYS DE AZEVEDO, U. & MELO, M.C. *Geoparque Quadrilátero Ferrífero*, 2010. disponível em http://www.geoparkquadrilatero.org/ - consultado em 14/5/2014.

SEIXAS, L.A.R. *Geologia e Metalotectos de Ouro de uma fração do Lineamento Congonhas-MG.* Dissertação de Mestrado Nº 51. Brasília, UnB,119p. 1988.

SILVA A.B.; NETO A.F.S.; BERTACHINI A.C. Potencial das águas subterrâneas do Quadrilátero Ferrífero. In: ABAS, *Anais do Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas*, 8, Anais,p.264-273. 1994.

SOBREIRO NETO, A.F.; BERTACHINI A.C.; GIRADO, A.C.; ALMEIDA, D.C. Hidrogeological model of the Itabira iron ore district. In: *IMWA Symposium*, Belo Horizonte, p.1-13. 2001.

STEHMANN, J.R.; FORZZA, R.C.; SALINO, A.; SOBRAL, M.; COSTA, D.P.; KAMINO, L.H.Y. (Eds.). *Plantas da Floresta Atlântica. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro,506p. 2009.

VARAJÃO, C.A.C.; SALGADO, A.A.R.; VARAJÃO, A.F.D.C.; BRAUCHER, R.; COLIN, F.; NALINI JR., H.A. *Estudo da evolução da paisagem do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil) por meio da mensuração das taxas de erosão (10Be) e da pedogênese. R. Bras. Ci. Solo*, 33:1409-1425. 2009.

VINCENT, R.C. *Florística, fitossociologia e relações entre a vegetação e o solo em área de campos ferruginosos no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais.* Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/ USP, São Paulo, 2004.

CAPÍTULO 2

OS POVOS CERAMISTAS PRÉ-COLONIAIS NA REGIÃO DO OURO. VALE DO RIO PARAOPEBA, SUB-BACIA DO MARANHÃO

Alenice Baeta
Henrique Piló

Os Povos Ceramistas Pré-Coloniais na Região do Ouro. Vale do Rio Paraopeba, sub-bacia do Maranhão

Alenice Baeta
Henrique Piló

Parte I

1. Enquadramento Geográfico e Teórico

Parte dos municípios de Congonhas e Jeceaba, situados no centro-sul de Minas Gerais, está inserida na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sendo que a área focalizada neste estudo é abrangida pelo vale do Rio Paraopeba[1], especificamente pela sub-bacia do Rio Maranhão. Os principais afluentes do Maranhão são o córrego das Areias, o Ribeirão Pequeri, continuação do Ribeirão do Gonçalo; o Córrego Santa Quitéria, com nascente próxima ao Distrito do Alto Maranhão, onde houve um dos arraiais mais antigos da região das "minas geraes"; os córregos Caetano e do Esmeril, com nascentes na região da Serra da Boa Vista, além dos córregos Sumidouro, Madruga, Baú, Barbeiro e Zé Reis, cujas nascentes vêm de paragens do município vizinho São Brás do Suaçuí.

Alguns sítios arqueológicos lito-cerâmicos dessa região foram alvo de pesquisas sistemáticas (BAETA e PILÓ, 2014). Estes se situam em colinas suaves junto a tributários da cabeceira do Rio Paraopeba, configurando assentamentos pré-coloniais de grupos ceramistas da 'Tradição Sapucaí'. Tais sítios têm seus topônimos homônimos aos córregos próximos, sendo denominados, Madruga, Esmeril, Sumidouro e Bichento. Apesar de já se encontrarem muito mutilados, foi possível apresentar elementos relativos à implantação dos mesmos na paisagem, situações intrassítio e, sobretudo, aspectos tecnológicos dos seus utensílios cerâmicos. Dos quatro sítios mencionados, o Madruga era o 'menos destruído' e com número superior de fragmentos cerâmicos, o que permitiu em laboratório a proposição de um conjunto de variáveis relacionadas ao processo de confecção do acervo cerâmico, além de associações ao instrumental lítico. O resultado das datações por termoluminescência-TL insere todos esses sítios como do último milênio (séc. XVI) aproximadamente cento e cinquenta anos antes da chegada definitiva dos primeiros exploradores e bandeirantes que adentraram essa região a procura de ouro e outros minerais. A descoberta de veios auríferos ocasionou a instalação dos colonizadores, delineando os primeiros núcleos, arraiais e fazendas coloniais já a partir do remate do séc. XVII.

O *rush* da mineração, segundo Martins (1994:108), foi tão intenso que por volta de 1720 já havia 120 mil habitantes gerando o rápido crescimento das "*cidades do ouro*", como Congonhas, sendo que até 1760 a produção de ouro e diamante alcançou "*níveis notáveis*".

Os sítios ceramistas da região de Congonhas e Jeceaba aqui tratados se situam em locais que posteriormente foram utilizados para implantação de áreas de plantio, benfeitorias e criatórios de gado, o que gerou um impacto negativo nesses sítios, frustrando a expectativa inicial referente à possibilidade de interpretação de níveis e estruturas arqueológicas intactas. Estas foram limitações impostas pelo estado de conservação dos vestígios. Mesmo assim, muitos aspectos levantados por esta pesquisa podem contribuir para um melhor conhecimento dos povos ceramistas e aspectos da cultura material Sapucaí no centro mineiro.

1 A Bacia do Rio Paraopeba se situa no limite dos municípios Congonhas, São Brás do Suaçuí e Jeceaba, passando ainda pelo distrito de Santa Quitéria. As suas nascentes situam-se município Cristiano Otoni e sua foz na Represa de Três Marias, perfazendo uma extensão total de 510 km.

2. Os ceramistas nas minas pré-colonial e a construção de uma 'Tradição'

Inicialmente, a Tradição 'Aratu-Sapucaí' foi identificada pelo espanhol Calderón de la Vara, na ocasião vinculado à Universidade Federal da Bahia-UFBA (1969), e Dias Júnior, do Instituto de Arqueologia Brasileira-IAB (1971). Os levantamentos de campo realizados por esses arqueólogos e suas equipes indicavam que grandes urnas funerárias não decoradas não poderiam ser atribuídas aos portadores da Tradição Tupiguarani, tendo sido associadas genericamente aos povos Jês, do Brasil Central. Durante as pesquisas do PRONAPA-Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, esses pesquisadores começaram a definir e agrupar conjuntos de fragmentos cerâmicos não decorados e demais vestígios em nível regional. Calderón primeiramente propôs a Tradição Aratu para a Bahia, Sapucaí para Minas Gerais e, por último, Uru em Goiás, incluindo parte do Tocantins.

Em Minas Gerais, foi no Planalto Sul, nos vales dos rios Grande e Verde, que a equipe do IAB indicou inicialmente a existência de sítios Sapucaí. Dias Jr. (1971) identificou essa unidade regional a partir da ocorrência de cacos cerâmicos com simplicidade decorativa, cuja morfologia indicava a recorrência de grandes urnas piriformes e vasilhames globulares. Eram sítios instalados em áreas colinares ou mesmo em terraços nas proximidades de pequenas ou grandes drenagens, cuja área de dispersão de seus vestígios podia apresentar extensão superior a 500 metros (PROUS, 1992:350).

O PRONAPA foi proposto por meio de seminários em localidades distintas do Brasil com o intuito de formar arqueólogos subsidiando o estabelecimento de tradições e fases da pré-história brasileira. Essa proposta teórico-metodológica seguiu orientações da escola norte-americana sob influência da Ecologia Cultural, que pretendia estabelecer um modelo cultural de ocupação humana na América do Sul. Esse modelo teórico de análise foi proposto por Julian Steward, baseado no Método Ford e na Seriação (1962). As primeiras pesquisas na América do Sul foram assim desenvolvidas no Peru por James Ford e logo depois na Amazônia pelo casal Clifford Evans e Betty Meggers, ainda no final da década de 40 do século passado.

O primeiro seminário brasileiro aconteceu em 1964, em Paranaguá, no qual o Conselho Nacional de Pesquisas da Universidade do Paraná, a CAPES, e o Smithsonian Institution foram os órgãos responsáveis pela captação de recursos vindos de instituições nacionais. As reuniões foram conduzidas por Evans e Meggers, tendo acontecido até o ano de 1970. Visavam orientar as metodologias e condutas de arqueólogos em campo, tendo ainda o intuito de orientar o mapeamento de sítios pré-históricos em determinadas áreas e estados no Brasil. Seminários similares também foram organizados na Colômbia. Dessa forma, seria possível identificar, por meio dos vestígios cerâmicos coletados e das datações radiocarbônicas, quais os possíveis percursos das ocupações, movimentações e rotas migratórias vistas na América do Sul durante os últimos milênios.

Posteriormente, outras possibilidades de análises de sítios e de seu conteúdo material também foram propostas por pesquisadores vinculados a outros marcos teóricos ou escolas. Essa linha propunham aprimorar as metodologias utilizadas em campo, interpretações e escavações nos sítios, buscando apreender o maior número de informações ou dados dos sítios arqueológicos em nível horizontal e vertical (diacronia e sincronia), bem como, padrões de distribuição interna visando levantar parte da 'totalidade social' (Leroi-Gourhan & Brezillon, 1972). Foi proposto o método conhecido por 'Superfícies Amplas' em decapagens por níveis naturais, adaptado posteriormente ao solo tropical brasileiro por L. Pallestrini (1975). Reforçou-se, assim, o interesse na análise das relações intrassítios (LAMING-EMPAIRAIRE, 1967).

Foi valorizada a evidenciação de variação dos vestígios cerâmicos, mas também dos instrumentos líticos (lascados e polidos), seus refugos, restos faunísticos (fragmentos de ossos, dentes, dérmicos e conchas), quando existentes (em função do estado de conservação dos sítios), além de eventuais sepultamentos, estruturas de combustão, fundos de cabana, marcas de postes, áreas de trabalho e ambientes ritualísticos.

Nos últimos decênios abordagens mais recentes, algumas delas identificadas como 'pós-processualistas', vêm indicando a

necessidade de se considerar o papel ativo da cultura material, bem como os seus significados simbólicos (HODDER, 1982). A Arqueologia da Paisagem é uma tendência teórico-metodológica que vem influenciando muitas pesquisas no Brasil nos últimos anos. Sugere, por sua vez, a verificação do sítio arqueológico em seu contexto ambiental onde o território deve ser compreendido como resultado de construções mentais e significados múltiplos (CRIADO BOADO, 1991). Propõe a necessidade de considerar a história e estigmas deixados pelo tempo nas paisagens onde se situam os sítios arqueológicos estudados, valorizando o processo de ocupação humana e os sucessivos manejos do território.

Então, há pelo menos setenta anos busca-se organizar informações referentes à arqueologia nos sítios não Tupiguarani no Brasil Central. A partir daí, muito se avançou na proposição de novos traços e sistematização de dados a respeito, até porque novos sítios vêm sendo rotineiramente identificados, sendo que os resultados de algumas pesquisas têm revelado traços particulares e inúmeras peculiaridades regionais no acervo cerâmico encontrado e analisado, todavia confirmando elementos comuns ou similaridades estilísticas e tecnológicas que implicam na atribuição genérica a uma determinada tradição ceramista.

Atualmente, é ponto comum que não seria possível associar uma 'tradição arqueológica', seja ela cerâmica, arte rupestre ou de indústria lítica, por exemplo, a um determinado grupo linguístico ou étnico. Trata-se simplesmente de agrupar elementos comuns de povos que podem ser, inclusive, totalmente distintos em outros aspectos sociais e culturais. No mais, a dinâmica histórica desses povos e suas mudanças internas ao longo do tempo não podem ser desprezadas. Qualquer demonstração de continuidade de registro arqueológico com o presente etnográfico deverá sempre se basear em demonstrações claras em relação ao grupo tradicional focalizado, considerando ainda as orientações teóricas e éticas propostas pela teoria da identidade.

"Possivelmente o grupo produtor dos grandes vasilhames piriformes, utilizados como urnas funerárias na Bahia não reconheceria como par o grupo goiano, também produtor de artefatos similares. Tais grupos, quem sabe, não falariam sequer a mesma língua. A cerâmica não necessariamente caracteriza a etnia" (SOARES, 2012).

3. Os Povos Jês, Etnografia e Diversidade

Segundo o etno-linguista americano Greg Urban (1992), as línguas Jês são originalmente aparentadas, mas parecem mais diversificadas internamente do que, por exemplo, as da família românica do indo-europeu. Toda a rede de línguas geneticamente filiadas ao tronco Macro-Jê estaria concentrada na porção oriental e central do planalto brasileiro.

> *"O que sabemos é que duas línguas Macro-Jê – os Karajá, localizado próximo aos Xavantes, Jê Central, e o Maxacali, localizado no Brasil oriental, a leste e ao sul do Xakriabá, também Jê Central - apresentam taxas de cognatos em relação a outros membros da família Jê, que sugerem uma separação de mais de 3 mil anos" (URBAN, 1992:91).*

Urban (1992) ainda aponta a possibilidade do leste do Brasil ter sido importante zona de dispersão de línguas Macro-Jê, devido à grande concentração histórica de povos indígenas Jê entre os atuais territórios abrangidos pelos estados do Rio de Janeiro e Bahia, cujas famílias Macro-Jê seriam: *Maxacali*, Botocudo, *Puri* e *Kamakã*.

Toda essa grande diversidade, identificada a partir de estudos linguísticos realizados ao longo do séc. XX por especialistas, não foi indicada nos relatos etnográficos de referência sobre os povos Jês do Brasil Central. Segundo Wust,

> *"(...) encontramos na literatura etnográfica uma série de formulações errôneas sobre as sociedades agricultoras do Centro-Oeste brasileiro e que ainda são perpetuadas pelos livros didáticos ou mesmo em obras historiográficas. Estas obras fundamentam-se em relatos produzidos em um contexto no qual os grupos indígenas já haviam sido fortemente afetados pelas consequências do contato" (2000:323).*

O médico e etnólogo alemão Paul Ehrenreich que visitou no último decênio do século XIX povos *Karajá*, Botocudos e *Bororo*, sob a ótica evolucionista que predominava naquele período, assim descreveu o povo Jê:

"Os jê do leste permanecem na forma mais baixa da vida social, são rudes povos de caçadores e coletores, sem nenhuma agricultura, desconhecem a cerâmica, a fiação, a tecelagem, a construção de casas permanentes, a navegação e o uso da rede" (EHRENREICH, 1981 apud WUST, 2000:323).

Descrições similares foram reforçadas por Steward e Faron em 1959, mas como bem apontado por Wust (2000:324), os dados demográficos fornecidos anteriormente por C. Nimuendaju em 1939 sobre número populacional em aldeias Jê apontava para a existência de até milhares de pessoas nas mesmas, o que seria o suficiente para se refutar que esses povos pudessem ser considerados 'sociedades caçadoras-coletoras'. Os resultados das pesquisas arqueológicas em Goiás sinalizavam que esse grande território também teria sido habitado por grupos cultivadores e ceramistas.

"Os resultados das primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas de Goiás, em 1972, mostravam que a área havia sido ocupada por cultivadores ceramistas, embora apenas pesquisas subsequentes, voltadas para os padrões de assentamentos e para análises intrassítios começassem a revelar uma dinâmica e complexidade naquela época, ainda não suspeitada". (WUST, 2000:324).

Imagem 1. Detalhe de fotografia de Paul Ehrenreich de 1894 "Botocudos: Mulher com adorno labial. Rio Doce-MG". Acervo: Instituto Moreira Sales-IMS / Leibniz-Institut für Länderkunde. http://povosindigenas.com/paul-ehrenreich/

3.1. As Aldeias

Os modelos espaciais anular, elíptico e ferradura, típicos dos sítios-aldeamento Sapucaí, Aratu e Uru sugerem semelhanças genéricas com a morfologia dos assentamentos de grupos Macro-Jês do Brasil Central, dentre eles, *Kayapó*, *Xavante* e *Bororo*. No caso do modelo *Xavante*, não se pode negar um possível parentesco morfológico com os sítios arqueológicos atribuídos a essas tradições ceramistas. Wust e Barreto (1999) sugerem ainda que, em regra, quando é possível identificar dois ou três anéis concêntricos na conformação de um sítio, o interno parece ser sempre o mais antigo. Ainda pode se tratar de segmentação das unidades domésticas e hierarquias. Baseando-se em dados fornecidos em escavações, Wust (1983) propõe que a deposição anular seria composta por fogueiras, carvões, ossos de fauna calcinados, indicando ainda que os espaços periféricos das áreas de habitação destinavam-se ao consumo de alimentos, já nas zonas centrais predominavam atividades voltadas à preparação de alimentos.

O formato em ferradura poderia indicar caminho livre para o rio maior, incluindo áreas anexas às casas clânicas utilizadas para reservas alimentares. Blocos de cupinzeiros também eram utilizados na construção de fornos pelos Xavantes e outros povos. Vestígios de cupinzeiros queimados também já foram notados em sítios arqueológicos (PROUS, 1992).

I. Wust (1983) propõe que o contingente demográfico desses sítios teria sido em torno de 150 a 2.000 pessoas, contendo habitações multifamiliares, a partir de análises feitas em sítios no Rio Corumbá, Goiás. Ainda aponta que essas sociedades ceramistas possuíam complexas estruturas sociais e redes de relação inter e extragrupais tendo envolvido assim contingentes demográficos "*muito mais elevados do que do Neolítico em outras partes do mundo*" (WUST, 2000:322).

Ainda pode haver sítios menores compostos por uma única mancha indicando locais ou sítios de exploração específica, ocupados por indivíduos especializados pertencentes a um grupo maior, afastados por um determinado período; ou ainda, apoio a roças mais distantes ou mecanismo de defesa; cisões grupais; contato com outros grupos; hierarquias entre aldeias, relacionadas a uma possível centralização política (WUST, 1983;WUST & CARVALHO, 1996).

Wust reitera a possibilidade da existência de sítios-defesa ou de demarcação de território, quando estes se situam especialmente em topos ou pontos altos. Em algumas situações, há ainda valetas ou valas alongadas, estruturas típicas de um sistema de defesa. Esta hipótese deveria servir em situações que forem descartadas a existência de sinais de exploração de matéria-prima ou de produtos alimentares no local (WUST, 1983).

Imagem 02- Representação de modelo circular de aldeia Xavante. www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.047/594

Imagem 03- Detalhe de índios Bororo e ao fundo, desenho de suas habitações tradicionais. (Fonte: www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_mla.htm)

A nova etnologia e recentes interpretações arqueológicas sobre as disposições espaciais intrassítios, propõe que aldeamentos com praças circulares sejam um "*marco identitário de sociedades hierarquizadas*", com elites hereditárias, onde o pátio central teria a função primordial de sacralizar o poder dos chefes, reatualizando hierarquias. No entanto, reforça ideias de que as aldeias circulares do Brasil Central possuem dinâmicas temporais e sociais, apesar de muitos aspectos similares, diferentes das do Alto Xingu e da Amazônia Central (BARRETO, 2011).

"Durante os rituais, a praça das aldeias se transforma em uma pirâmide virtual de historicidade, se organizando em princípio concêntrico horizontal e verticalmente: o centro (axis-mundi) é o lugar onde são recriados os laços entre os chefes atuais e os chefes ancestrais; quanto mais próximo ao centro, mais próximo se fica dos primeiros ancestrais. É ali que são enterrados os chefes e é ali que se celebram os ancestrais (...). Toda a espacialidade da praça e da aldeia é explicada não só em termos de uma hierarquização concêntrica, o centro correspondendo a mais antiga ancestralidade, mas categorizando e ordenando as demais relações sociais no tempo e no espaço. A proximidade de parentesco com os grandes chefes ancestrais, a hierarquização entre velhos e jovens e na ordem de nascimento, a diferenciação entre homens e mulheres, e daí por diante" (BARRETO, 2011:75).

4. A Tradição Sapucaí

Segundo Dias (2007), os Sapucaí se expandiram por um vastíssimo território, pelo vale do Rio São Francisco e Bacia do Prata, em territórios mineiros e paulistas. Uma forte característica desses, seria a adaptação a localidades de climas distintos, tais como áreas frias e altas, como os relitos de araucárias e campos limpos do Sul de Minas; quentes e úmidos, em vales florestados do litoral e planalto mineiro; ambientes semiúmidos do Cerrado e semiárido da Caatinga.

> *"Em relação à Tradição, como um todo, há certo consenso em colocar sua origem nas proximidades do litoral, em especial na região Nordeste (provavelmente em território baiano). A nosso ver daquele ponto se expandiram para o interior, atingindo a bacia do São Francisco e as áreas vizinhas e para o sul ate o norte capixaba. Teriam subido o vale sanfranciscano e se expandido pelos seus tributários. Da mesma margem esquerda para Goiás e da direita até a Zona da Mata Mineira. Daí atingido a Bacia do Rio da Prata, em especial a bacia de drenagem do Verde, Grande e Sapucaí de um lado e do Araguari, de outro. É possível, inclusive, que contassem nesta área meridional, gente de outras Tradições Jê mais associadas ao Sul e Sudoeste do território" (DIAS, 2007:99).*

No que se refere à cultura material cerâmica Sapucaí esta não apresenta decoração plástica, no entanto, a sua tecnologia indica grande investimento na confecção, com acréscimo de temperos, tais como, areia mais ou menos fina, quartzo moído, feldspato e outros aditivos dependendo da região estudada. No Quadrilátero Ferrífero, onde se situam os sítios arqueológicos aqui tratados, podem ser observados pirita, minério de ferro, carvão, feldspato e manganês. Em alguns exemplares são constatados indícios de banho vermelho ou branco.

A decoração plástica é incomum, mas quando existente, restringe-se à aplicação de incisões cuneiformes ou retilíneas, esta última observada em um exemplar dessa coleção. A morfologia normalmente é cônica e globular com presença de bordas arredondadas e retas, com formatos de tigelas e potes medianos e pequenos. Em função da má conservação dos sítios a céu aberto devido a atividades agrícolas, plantio, pastagens e abertura de estradas, os fragmentos na maioria das vezes encontram-se mutilados e os sedimentos revolvidos, o que vem dificultando a interpretação desse tipo de sítio na região central de Minas Gerais.

Em alguns sítios Sapucaí pode haver vasilhames piriformes ou igaçabas, algumas com o bojo de até um metro de diâmetro, além de vasos médios com paredes finas e espessas, rodelas de fuso, o que indica a utilização do algodão, bem como, cachimbos tubulares ou com fornilho angular, cuscuzeiros, pequenos potes imitando formas vegetais, com um ou dois biquinhos geminados na borda, suportes cônicos de vaso, colheres de barro queimada, esferas perfuradas que sugerem se tratar de adornos, dentre outros tipos de utensílios (PROUS, 1992:350).

Parece válido associar os povos que produzem a cerâmica Sapucaí ao cultivo do milho, reforçado pela tipologia dos vasilhames, até mesmo associando as grandes urnas mencionadas à preservação, estocagem desse cereal e confecção de bebida (DIAS, 2007). Segundo Prous (2006), esses possivelmente não disporiam da mandioca amarga ou brava, que teriam origem amazônica, pois não deixaram grandes pratos que seriam utilizados para assar e fabricar a farinha.

Pode ainda ser encontrado em sítios Sapucaí mais conservados, material lítico, representado por bigornas de rocha eruptiva, machados, seção biconvexa, alguns de forma semilunar, lascas de quartzo ou sílex, boa parte bipolares, além de batedores cilíndricos picoteados, com sulco central para encabamento e mãos de pilão. Ainda pode haver "lesmas", instrumentos retocados plano-convexos, normalmente de arenito silicificado, utilizados como raspadeiras, lâminas compridas e delgadas, além de pontas de flechas trabalhadas em sílex escuro (PROUS *et al.*, 2003:95).

Os vestígios alimentares, normalmente, se preservam mal, devido à exposição maior às intempéries, restritos a restos ósseos de fauna, coquinhos queimados, espigas e grãos de milho carbonizados. A grande densidade dos sítios e cemitérios coletivos parece indicar a presença de muitos indivíduos, bem como uma dieta baseada em produtos cultivados, complementados por animais de caça e pesca e frutos coletados. Os sepultamentos eram sempre em grandes urnas, já mencionadas, por vezes, tampados por potes menores emborcados ou placas de pedra, com cacos e machados no interior, eventualmente rodeadas por recipientes menores.

"Em razão do fundo arredondado, tinha de ser levemente enterradas no chão ou calçadas por um suporte anelar. Muitas delas era reutilizadas para colocar os mortos, sendo então completamente enterradas para colocar os mortos, sendo completamente enterradas entre as casas ou na praça central" (PROUS, 2006:86).

Imagem 03- Urna funerária "Múmia de um Chefe Coroado" por J. B. Debret (1839).

Em 1980, equipe do Setor de Arqueologia da UFMG, em uma pesquisa de salvamento de sítio cerâmico Sapucaí denominado São Geraldo, município de Ibiá, oeste mineiro, identificou 15 fundos de habitação ovalados compondo a área do sítio, com 50 cm de profundidade de refugo, cuja cerâmica teria sido atribuída à 'fase Itaci' estabelecida por Dias Jr. A escavação parcial de dois fundos de habitação evidenciou buracos de postes de dimensões padronizadas, estruturas de fogueiras, vestígios alimentares (vegetais e animais) e valetas. Foi também notada ligação direta entre duas casas vizinhas, uma grande e outra menor. Próximos à área habitacional na direção do rio havia, em área isolada, um atelier lítico com polidores de arenito (1992).

"Parece existir uma pequena interrupção no círculo, o que poderia corresponder à saída da praça central para o rio. Os fundos de habitação localizados em lugar mais alto na encosta são associados a concentrações menores de cerâmica, dispostas entre as cabanas ou logo na frente, do lado da praça interna. Tais concentrações não são acompanhadas por uma mudança na cor do sedimento" (PROUS, 1992:351).

Prous (1992) notou ainda neste sítio a possível coexistência de pequenos vasilhames enegrecidos que se parecem com os da Tradição Una, mas que posteriormente foram considerados Sapucaí. Mesmo questionamento sobre eventuais interelações culturais Una e Sapucaí, unicidades, separações tecno-tipológicas e cronológicas dessas tradições também foi feito por G. Henriques ao estudar o acervo cerâmico do Sítio Mané Juquinha, vale do Rio São Miguel, município de Pains, no Alto São Francisco (2006:46). Em abrigos sob-rocha da região cárstica de Lagoa Santa, Prous (1992:354) ainda observou possível relacionamento entre os 'Sapucaí' considerados por esse pesquisador '*intrusos no território*' e os antigos habitantes Una, tradicionais habitantes de grutas e abrigos. Nos sítios arqueológicos Carroção e Lapa Vermelha, por exemplo, há grandes cacos associados a uma cerâmica pequena e negra (que seria a princípio associada à Tradição Una). Esses estudos parecem indicar que aldeias Unas próximas no tempo e no espaço de grandes assentamentos Sapucaí efetuaram trocas e permutas significativas, demonstradas na cultura material cerâmica.

Na região do Carste de Lagoa Santa no interflúvio do Rio das Velhas e Ribeirão da Mata vários sítios a céu aberto associados às lagoas sazonais e abrigos rochosos vêm sendo cadastrados há decênios. Figurações rupestres com formatos de machados semilunares, por exemplo, foram deixadas nas lapas Pedra Grande e Caetano, municípios de Sete Lagoas e Matozinhos, respectivamente.

Casas subterrâneas, comuns em zonas mais frias e altas do país, associadas a sítios a céu aberto foram identificadas pela antiga equipe do IAB em Nepomuceno, vale do Rio Grande, possuidoras em seu interior de cerâmica Sapucaí, tendo sido filiadas à fase Jaguará. No município de Arcos, Alto São Francisco, em Vargem Grande, foram também encontradas 14 covas subterrâneas ou 'buracos de índio', sendo que nessa situação as principais concentrações de fragmentos cerâmicos não decorados estavam na área externa das habitações, próximas ainda a montículos levantados acima de grandes fogueiras (PROUS, 1992).

Por meio do Projeto 'Quebra Anzol', a equipe da arqueóloga M. Alves, do Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/USP vem pesquisando o Vale do Paranaíba de forma sistemática há decênios, quando foram datados níveis arqueológicos bem conservados em sítios a céu aberto nessa localidade.

O estrato pré-cerâmico mais antigo no sítio arqueológico Rezende teve indicado, por meio de datações radiocarbônicas, uma ocupação de 7.300+- 80 anos A.P., 4.250+-50 anos A.P., a mais recente. Já o nível lito-cerâmico atribuído à Tradição Sapucaí, nesse mesmo sítio, apresentou as datações por Termoluminescência-TL mais antigas de 1.990+-60 anos A.P. e as mais recentes 460+-50 anos (ALVES, 2002:199).

A partir de decapagens por níveis naturais realizadas em uma zona desse sítio, Alves (2002), ainda evidenciou fogueiras circulares, associadas a lascas, raspadores, percutores, alguns ossos finos e pequenos de animais completamente deteriorados, além de uma concentração de terra queimada. A autora, ainda conclui que as ocupações neste sítio seriam descontínuas e temporárias.

O "Projeto Turvo", iniciado nos anos noventa por pesquisadores do MAE/USP que focaliza, por sua vez, o norte do estado de São Paulo, pesquisou o sítio Água Limpa. Fernandes (2001) informa que foram encontrados nesse sítio, município de Monte Alto, uma série de sepultamentos primários constituídos por dez indivíduos, além de duas urnas com sepultamento secundário. Os acompanhamentos funerários foram dispostos dentro e fora das urnas semiesféricas e não piriformes. Nas trincheiras dispostas em leque foram ainda evidenciadas fogueiras de dimensões variadas, restos malacológicos, vestígios faunísticos, líticos e muitas concentrações de fragmentos cerâmicos não decorados. Uma das manchas escuras detectadas indicou um único espaço habitacional com cerca de 42 metros de comprimento. Concluiu, que do ponto de vista simbólico, a partir da análise do contexto funerário, não existem dados ainda suficientes que possam estabelecer uma relação direta entre a ocupação humana de Água Limpa e a Tradição Aratu-Sapucaí.

4.1. Sapucaí e Cavernas

Fragmentos de cerâmica Sapucaí vêm sendo identificadas em níveis superficiais em muitos abrigos e cavernas de Minas Gerais. (BAETA & PILÓ, 2005; PILÓ & BAETA 2007; BAETA & PILÓ 2007; BAETA & PILÓ, 2012). Nas partes altas do Quadrilátero Ferrífero há cavernas ferruginosas levantadas mais recentemente com concentrações de carvões e fragmentos de utensílios cerâmicos em seus pisos com espessuras variadas, por vezes com vestígios de engobo vermelho. Os estudos realizados até o momento indicam que algumas dessas cavernas foram utilizadas como moradias rápidas, como foi o caso da gruta Capão Xavier I, ponto de coleta de água, como no Sítio Capitão do Mato, município de Nova Lima, e ateliê lítico, no sítio Ponte de Pedra, município de Itabirito, nos arredores do pico homônimo, que se destaca na paisagem em função de sua feição pontiaguda.

No norte de Minas é comum encontrar potes medianos Aratu-Sapucaí e talvez Una em áreas de gotejamento de estalactites em cavernas e fendas nos Lapiés (MOURA & BAETA, 2002). Este mesmo procedimento foi notado em áreas de percolação nos tetos de grutas ferruginosas como nas grutas Capitão do Mato, mencionada acima e Pau Branco, esta última, no município de Brumadinho.

Fica notório que os aldeões das terras baixas no Quadrilátero Ferrífero transitavam nas zonas mais altas e campos rupestres utilizando os ambientes e trajetos de cumeadas, meia-encostas e fundos de vales e cachoeiras para inúmeras atividades cotidianas e ritualísticas, perpassando os territórios que compõem as serras da Calçada, Moeda, Cipó, Gandarela e Veloso.

5. A chegada dos Colonizadores e a Produção de uma 'Minas Gerais'

A procura por jazidas auríferas na região de Ouro Preto e Congonhas, que no caso não possui amplas feições planeadas, propiciou tipos distintos de percursos em suas incursões por parte dos bandeirantes e exploradores. Muitos desses caminhos constituíam antigos trajetos dos povos indígenas que ali transitavam, que além de guias dos colonizadores, ainda eram utilizados no transporte de mercadorias e víveres, substituindo animais de carga, atividades de caça, pesca e coleta.

"A abordagem cartográfica ameríndia nutria (e ainda nutre) um profundo conhecimento dos territórios, privilegiando, de um lado, o sentido das narrativas e, de outro, as representações detalhadas e precisas da geografia e da topografia do sertão, tais como o tamanho das montanhas, as formas dos lagos, as curvas, pedras e correntes dos rios, os locais de caça e de pesca, a classificação das árvores e das ervas, a localização das aldeias indígenas e assim por diante.(...) Agentes da colonização da capitania de São Paulo (bandeirantes, missionários, soldados, povoadores, burocratas, comerciantes e aventureiros) valeram-se, nos séculos XVI, XVII e XVIII, desse acervo cartográfico a fim de explorar as riquezas e expropriar os indígenas de seus territórios identificados ao sertão" (KOK, 2009).

A partir de uma visão "orgânica" ou "espontânea" de território, preconizada pela escola italiana de S. Moratori, Guerreiro (2000) propõe que um dos principais percursos, originalmente nativo ou natural nessa região foi feito em sentido centrípeto pelas cumeadas. Outro percurso teria sido pela "meia encosta ou contracumeada", seguindo a altitude do terreno sempre que possível na mesma linha de cota. Por último, ainda teria sido feito o "percurso de fundo de vale", que é aquele que tende a subir ao longo de um curso de água. Foi através desses "eixos naturais" que as principais deslocações e assentamentos humanos ocorreram.

> *"Em territórios cujo sistema orográfico é relativamente acentuado, como é o caso da região de Minas Gerais ou de Ouro Preto, propriamente dita, a construção gráfica da malha constituída pelas linhas de festo ou cumeada, permite reconhecer quase imediatamente o sentido da estrutura do território" (GUERREIRO, 2000:3).*

Os beiços de córregos e encostas eram também ocupados por ranchos, palhoças de barro batido, sopapo e pau a pique, cobertos por palhas ou sapé. Quando trabalhavam no leito do rio, chegavam a desviá-lo com paliçadas de madeira, a fim de retirar o cascalho para bateá-lo. No barranco, usava-se o desmonte com picaretas e almocafres terminando o serviço com a apuração na bateia. Ao subirem as encostas, por sua vez, realizavam o talho aberto, que implica no processo de extração em cortes regulares na encosta do morro. Com o passar dos anos canalizavam ainda regos de água a partir das partes mais altas dos morros. O minério era então conduzido até embaixo, onde havia caixas ou depósitos retangulares, também conhecidos como mundéus (SALLES, 1999). As matrizes auríferas principais situavam-se em pontos altos e inóspitos, compostos por terrenos íngremes, inférteis e com vegetação rupestre ou rala, incapaz de suprir por meio da coleta a demanda alimentar de um agrupamento humano crescente.

Segundo Antonil (1967), a imprevidência no provimento puniu severamente as primeiras levas de mineradores na região das minas que experimentaram períodos de fome e escassez, ocasionando fases de abandono temporário das primeiras lavras. Vários arraiais que circundavam Vila Rica se dedicavam especialmente à agricultura e comércio, visando suprir a população que se dedicava às atividades de mineração no meio rural e urbano. As terras baixas na cabeceira do Paraopeba serviram também a esse fim.

Existe uma localidade nas minas do ouro conhecida como "Campo da Caveira" onde esqueletos de garimpeiros miseráveis eram rotineiramente encontrados; provavelmente não conseguiram atingir seus destinos em busca de alimentos e medicamentos (BOHER,2011).

> *"A atividade manufatureira, proibida durante largo espaço de tempo, revelava-se tímida. Existiam na vila e suas proximidades, tão somente, a manufatura da pólvora, pertencente ao governo, e uma fábrica de louça, estabelecida a pequena distância da Vila. Ao que parece, o comércio, os serviços e atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe somava-se obviamente, o fato de Vila Rica ser o principal centro administrativo, político e militar da região" (LUNA e COSTA, 1978).*

Viajantes e naturalistas que passaram por essa região deixaram vários relatos sobre a degradação ambiental em função da extração aurífera. Saint-Hilaire assim descreve a paisagem do trajeto que fez de Tijuco, região dos Diamantes a Congonhas, região do Ouro:

> *"a região que atravessei, deixando Tapera para ir a Congonhas, apresenta, durante cerca de uma légua e meia, montes onde existia outrora florestas virgens mas onde não se veem hoje senão alguns bosquetes e imensos espaços... (1974:48).*

O geólogo Eschwege ainda acrescenta os perigos que os garimpeiros e escravos corriam nas atividades extrativas:

> *"depois de escavadas em maior profundidade do que a rocha encaixotante, recomeça-se a lavagem e prossegue-se com ela até que seja atingida a base de formação aurífera. Por causa desses serviços morros inteiros transformaram-se em escavações profundas, que tornaram os trabalhos perigosos em virtude da íngreme parede que pela friabilidade e fendilhamento de rocha, se desmoronam muitas vezes, sepultando os negros que trabalham próximo" (1979:174).*

Este é o panorama ambiental e paisagístico dos sítios arqueológicos pré-coloniais aqui tratados.

Parte II

6. Os Sítios Cerâmicos Sapucaí na Região de Congonhas

Foi realizado salvamento arqueológico em quatro sítios lito-cerâmicos, sendo um deles de topo, o Esmeril. Os sítios Bichento e Sumidouro encontram-se implantados em meia-encosta suave e o sítio Madruga, em topo e meia-encosta, todos relativamente próximos a drenagens.

O sítio arqueológico Esmeril se situa no topo de uma colina não muito íngreme, como exposto, em uma atual área de plantação de cana e pasto de brachiaria, próximo ao córrego Paulista, bacia do Rio Paraopeba.

Foram abertas nesse sítio duas trincheiras, quatro sondagens e dez furos-teste em uma área com sedimento orgânico configurando uma mancha ovalada indicando a possibilidade de se tratar de antiga habitação.

Em virtude da excessiva mecanização do solo para o plantio, os fragmentos presentes nas trincheiras e sondagens realizadas, apresentaram dimensões bastante reduzidas, com fragmentos de aproximadamente 5 cm em sua maioria, todos associados ao sedimento escuro e carvões esparsos que atingiu em alguns pontos até 30 cm de profundidade. Dentre o material lítico destacam-se uma lasca de sílex e outra de granitoide.

O sítio arqueológico Bichento encontra-se em uma área bastante impactada por atividades ligadas à agricultura e pastagem, além de antiga área de garimpo. A instalação da rede ferroviária também alterou a paisagem, cortando barrancos e produzindo alguns morrotes artificiais em parte de sua área. A construção de uma residência também impediu que a delimitação completa do sítio fosse realizada.

Foi possível identificar material cerâmico e lítico em uma área circunscrita por mancha escura oblonga, entre a média e baixa vertente, nas proximidades do Rio Maranhão. No interior dessa mancha ou área orgânica foi encontrado material cerâmico e lítico lascado. A partir dos 15 cm de profundidade, os vestígios arqueológicos começaram a escassear, ficando reduzidos a fragmentos mais finos, delicados e com engobo vermelho. Não foi possível identificar uma área de concentração de material orgânico no Sítio Sumidouro, somente cerâmica esparsa em até 15 cm de profundidade.

O sítio Madruga, por sua vez, se situa no topo e meia-vertente de uma colina suave com visão privilegiada do vale, de fácil vigília, onde havia acesso a curso de água e eventual fonte de argila. No local foram encontrados junto a uma área ovalada composta por manchas orgânicas terra queimada, pedaços de barro amassado, com as marcas de digitais, roletes e fragmentos cerâmicos, reiterando a produção oleira nesse sítio-habitação.

Podemos afirmar que o material arqueológico, em especial os fragmentos cerâmicos, está concentrado especialmente nas quadras situadas a norte do sítio. Pequenas bordas, finas e delicadas fornecem bons indícios de tipologia variada. Fragmentos de parede e bordas de grande espessura, remetem a vasos, urnas ou outros utensílios de grandes dimensões. A seguir, síntese dos dados relativos à datação de alguns dos sítios arqueológicos mencionados no item anterior, incluindo os resultados da datação dos sítios Madruga e Bichento.

Quadro 1- Datações de Alguns Sítios Aratu-Sapucaí no Brasil Central

Tradição Cerâmica	Sítio Arqueológico	Localização Geográfica	Datação Absoluta	Fontes
Aratu	Não mencionado	Centro e Sudeste	171 D.C. 1470 D.C.	Wust, (2000:326) Baseou-se em dados: Barbosa *et al.* (1982); Simonsen (1981).
Uru	Não mencionado	Oeste de Tocantins até o Rio São Lourenço	800 D.C. 1720 D.C.	Wust, (2000:326) Baseou-se em dados: Andreatta, 1988; Chmyz, 1995; Schmitz *et al.* 1982.
"Aratu"/ "Sapucaí"	Resende	Oeste de MG Médio Vale do Paranaíba Centralina	450+-50 anos A.P. 630+-95 anos A.P. 1.990+-60 anos A.P. (TL)	Alves, 2002. Projeto Quebra Anzol
Aratu/ Sapucaí	Prado	Oeste de MG Alto Vale do Paranaíba Perdizes	493+-74 anos A.P. (TL)	Alves, 2002 Projeto Quebra Anzol

Tradição Cerâmica	Sítio Arqueológico	Localização Geográfica	Datação Absoluta	Fontes
Sapucaí	Bichento	Centro de MG Vale do Pa-raopeba Sub-bacia do Rio Mara-nhão	390 +ou -50 A. P. (TL)	Inédito
Sapucaí	Madruga	Centro de MG Vale do Pa-raopeba Sub-bacia do Rio Mara-nhão	440 +ou-40 A. P. 530+ou -50 A. P. (TL)	Inédito

O material lítico no sítio Madruga apresenta uma indústria elaborada com lesmas e lascas retocadas, apresentando retoques de percussão direta. Via de regra, a matéria-prima utilizada se resume a quartzo e algumas rochas silicosas. Observou-se que a estratigrafia do sítio indica um pacote sedimentar antrópico de 30 cm de espessura, coincidente com a incidência de vestígios arqueológicos. Nas áreas não orgânicas, porém, algumas compostas por terra batida, não foi encontrada cultura material, somente lentes finas de terra queimada ou avermelhada.

Foto 02- Detalhe profundidade do nível orgânico arqueológico do sítio Bichento. (foto: H. Piló)

Foto 01- Vista geral do Sítio Arqueológico Bichento. A seta amarela indica a localização da residência, a preta o local de antiga mineração e a vermelha, o local onde foram identificados os vestígios pré-coloniais. (foto: H.Piló)

Foto 03 – Vista geral do sítio arqueológico Madruga. A seta indica as áreas de maior concentração de material, considerado o epicentro do sítio. (foto: H. Piló)

Fotos 04 e 05 – Detalhe de sondagens realizadas no sítio arqueológico Madruga e fragmentos cerâmicos Sapucaí. (fotos: H. Piló)

6 - Descrição geral da Cultura Material

• 6.1 - Material Lítico

O estudo e análise de coleções líticas devem levar em consideração a disponibilidade e obtenção de matéria-prima, a tecnologia de confecção dos instrumentos, a sua utilização, reaproveitamentos, bem como os descartes e observações pós-deposicionais. Esses elementos são fundamentais para a interpretação de uma coleção pétrea, ainda que pequena, como o caso desta.

Os sítios arqueológicos estão inseridos no flanco sul do Anticlinal Dom Bosco do Quadrilátero Ferrífero, que possui topografia composta por cristas preservadas pela cobertura de canga e depressões fossilizadas por depósitos de colúvios lateríticos. Suas cristas mais elevadas são constituídas por hematitas e ou itabiritos compactos. Atesta-se a presença de quartzo-sericita de granulação fina e grossa, além de xisto verde e quartzito. Normalmente, os quartzos são encontrados em topos de morros em cristas, bem como nas voçorocas.

As rochas frágeis, tais como o quartzo, são muito comuns nessa região, mas o sílex mais próximo encontra-se em Serrinha, município de Mariana. Essas duas rochas são apropriadas ao lascamento, na obtenção de gumes afiados. Nota-se que o quartzo encontra-se muitas vezes na forma de blocos de filão, cheios de planos de clivagem, que dificultam o lascamento controlado, mas permitem obter facilmente, a partir de qualquer percussão, "fatias" com gumes cortantes formados pelo encontro de dois planos de clivagem.

Deve-se ressaltar que a quase totalidade dos vestígios pétreos dos sítios aqui focalizados encontram-se em níveis revolvidos devido a atividades de pastagens e plantio de eucalipto o que pode indicar o pisoteio de gado e intervenções variadas de máquinas. O arado penetra no solo até 30 cm, sendo que as grades, em menor profundidade. Dessa maneira, as pedras lascadas, particularmente as de tipo "coche", denticuladas e "raspadeiras" com retoques pouco padronizados devem sempre ser examinados com cuidado para que não haja confusão entre instrumentos retocados pelo homem e produtos involuntários do choque com cascos e instrumentos metálicos. Os riscos de interpretação errônea são menores nas peças de rocha resistente (como granitoides, por exemplo), onde o maquinário e enxadas deixam marcas bem mais típicas. Boa parte do material coletado não pode ser considerada instrumento ou artefato em função de suas quebras, mas as amostras coletadas serviram certamente para uma melhor reflexão em laboratório sobre o estado de conservação da coleção e relação entre as diferentes matérias-primas e possibilidade de seus usos.

• 6.1.1. Instrumentos brutos

Pequenos blocos de quartzo hialino, granitoides e de gnaisse são comuns nos arredores dos sítios resgatados, sobretudo nas voçorocas. Alguns pequenos seixos maiores poderiam ter sido trazidos para polir cerâmica. Fragmentos de seixos com marcas de percussão indicam seu uso como batedores.

Foto 06 – Seixo com marcas de percussão e lascamentos, indicando seus usos. S.A. Esmeril, T1. (foto: H. Piló).

3cm

• 6.1.2. Instrumentos lascados

Os instrumentos lascados são essencialmente de quartzo, sílex e granitoide. Há possibilidade que lascas de hematita e calcário silicificado tenham sido utilizadas. Há ainda possíveis raspadeiras plano-convexas ou lesmas em sílex.

Imagem 4 – Raspador plano convexo. "Lesma". S.A. Madruga, quadra G5, nível -10 a -20 cm. (Desenho, H. Piló; Tratamento digital, E.A. Scharlé Jr.)

Imagem 5 – Lasca de sílex sem possibilidade de identificar o ponto de impacto. S.A. Madruga, quadra F5, -10 a -20 cm. (Desenho, H. Piló; Tratamento digital, E.A. Scharlé Jr.)

Imagem 6 – Núcleo de Sílex com diversos pontos de lascamento. S.A. Esmeril, T1, 0 a -10 cm. (Desenho, H. Piló; Tratamento digital, E.A. Scharlé Jr.)

Foto 07 - Lasca unipolar com retoques no gume.

Foto 08 - Fragmento de lasca bipolar.

Foto 09 - Lasca unipolar em quartzo.

Imagem 7 – Lasca unipolar em sílex. S.A. Madruga, quadra F4, -10 a -20 cm. (Desenho, H. Piló; Tratamento digital, E.A. Scharlé Jr.)

Imagem 8 – Fragmento de lasca em sílex. S.A. Esmeril, T2, 0 a -10 cm. (Desenho, H. Piló; Tratamento digital, E.A. Scharlé Jr.)

Imagem 9 – Lasca unipolar em sílex, com presença clara de bulbo e talão. S.A. Bichento, T1, -10 a -20 cm. (Desenho, H. Piló; Tratamento digital, E.A. Scharlé Jr.)

• 6.1.3-Tecnologia

Predomina a utilização de quartzo e sílex. Os restos de córtex ou nucleiformes pouco numerosos indicam que as matérias-primas utilizadas foram essencialmente blocos ou matacões disponíveis nos arredores dos sítios arqueológicos.

A debitagem da maioria das lascas parece ter sido unipolar, mas existem fragmentos bipolares. Quando o talão foi preservado este é geralmente plano. A grande maioria é refugo ou cassons. Fragmentos de blocos também foram observados, mas sem aparentes vestígios de usos.

Imagem 10 – Lasca bipolar em sílex. S.A. Madruga, Quadra D4, -20 a -30 cm. (Desenho, H. Piló; Tratamento digital, E.A. Scharlé Jr.)

6.1.4-Morfologia

Os detritos menores são abundantes (cassons e estilhaços). Alguns detritos podem ser fragmentos de antigos instrumentos, sendo que em alguns casos foram observadas marcas de lascamento térmico ou talvez contato direto com queimadas posteriores no local, o que dificultou a sua interpretação.

Foram coletados para análise e avaliação em laboratório alguns pequenos blocos e plaquetas, por estarem no mesmo pacote dos fragmentos cerâmicos. Essa coleção do ponto de vista da indústria lítica apresenta lascas e pequenos blocos de quartzo. Boa parte das peças coletadas encontrava-se quebrada; analisada posteriormente em laboratório, não apresentando sinais de polimento, incisão ou outro tipo de uso direto pelo homem.

6.2- O Material Cerâmico

A coleção cerâmica coletada nos sítios da sub-bacia do Maranhão por suas características gerais, conforme já exposto, foi atribuída à Tradição Cerâmica Sapucaí. Foram coletados fragmentos com tamanhos e espessuras variados, em sua maioria pequenos cacos entre 2,0 cm a 10,0 cm de comprimento, o que demonstra o péssimo grau de conservação dos utensílios e, consequentemente, dos sítios arqueológicos. No caso do sítio arqueológico Madruga, houve um melhor estado de conservação de sua cultura material.

As amostras apontam que a principal técnica de manufatura dos vasilhames foi a acordelada ou roletada. Em muitos pontos de quebra, inclusive, foi possível identificar o perfil ou negativos dos roletes componentes. No entanto, também foi levantada a possibilidade da técnica de modelagem em algumas peças, em especial, nas de pequenas dimensões, com menor espessura ou partes da base. Contudo, é bem possível que tenha ocorrido, em alguns casos, o uso conjugado dessas técnicas, pois, normalmente, os roletes são montados sobre uma base ou fundo modelado.

Foram ainda encontrados pequenos pedaços de roletes não utilizados no sítio Madruga, além de massas de cerâmica com marcas de dedos e digitais. Pode ser observado ainda, uma porção de massa com o negativo da cestaria onde se encontrava acondicionada.

3cm

Foto 11 - Detalhe de pedaço de rolete Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 12 - Detalhe de pedaço de rolete Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 13 - Detalhe de pedaço de rolete com ponta afinada. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 14- Detalhe de massa de cerâmica amassada com marcas de digitais. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 15 - Detalhe de massa de cerâmica amassada com marcas de digitais. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 16- Detalhe de fragmento com negativo do contato convexo dos roletes. Sítio Arqueológico Madruga. (Foto: A. Baeta)

Foto 17 – Detalhe do contato dos roletes. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 18 - Detalhe contato côncavo de roletes. Sítio Arqueológico Esmeril. (Foto: A. Baeta).

3cm

3cm

Foto 19 - Detalhe de massa de cerâmica amassada com dedos. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 20 – Porção de massa com negativos de cestaria.Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

3cm

Foto 21 - Fragmento onde pode se observar a junção dos roletes. Os riscos pretos são marcas recentes de raízes queimadas.Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

- **6.2.1-Antiplásticos**

A análise da pasta dos fragmentos e utensílios cerâmicos indicou a composição de seu antiplástico (aditivos acrescentados à argila buscando a plasticidade ideal para a manufatura da peça). Os antiplásticos identificados são de origem mineral e vegetal. Predominou no tempero quartzo hialino e leitoso, feldspato, pirita, óxido de ferro e manganês. Na categoria vegetal, foram visualizados alguns carvões moídos, como no sítio Esmeril.

Observou-se nas análises laboratoriais uma tênue variedade na combinação desses antiplásticos. Outro elemento averiguado foi a morfologia dos grãos de quartzo, pirita, que, em algumas situações apresentavam-se rolados e, em outras, moídos, com tamanhos variados. No caso da pirita e mica notou-se que em algumas situações, esses minerais eram um componente natural da argila, enquanto em outras, deve ter servido como aditivo.

Constatou-se que os antiplásticos minerais rolados ou moídos, apresentam inúmeras dimensões: finos, médios e grandes. Considerou-se nesse trabalho, grãos finos, os que estão abaixo de 1mm, e os medianos, os de 1,1 mm a 3,9 mm. Acima de 4 mm, os grandes, sendo que o maior grão possuía 0,5 cm.

Conjunto de Antiplásticos – Predominantes	
Aditivos 1	Grãos médios e grandes de quartzo hialino e leitoso (em alguns casos indicação de terem sido triturados); Carvões, quartzo e feldspato Fragmentos medianos de hematita; Grãos finos e médios de areia Pirita (possivelmente componente natural da argila-pouco aparente)
Aditivos 2	Grãos pequenos e médios de quartzo hialino (em alguns casos indicação de terem sido triturados) Fragmentos medianos de hematita Grãos finos de areia Pirita (possivelmente componente natural da argila-pouco aparente) Manganês

Quadro 02 – Conjunto de Antiplásticos predominantes e suas variações

3cm

Foto 22 - Detalhe antiplástico composto por carvões, quartzo e feldspato. Sítio Arqueológico Madruga (foto: H. Piló)

3cm

Foto 23 - Detalhe antiplástico composto por carvões, quartzo e feldspato - grãos mais grossos. Sítio Arqueológico Bichento (foto: H. Piló)

3cm

Foto 24 - Detalhe antiplástico composto por carvões, quartzo e feldspato - grãos mais grossos. Sítio Arqueológico Bichento (foto: H. Piló)

- ### 6.2.2-Textura, Cor e Queima

Com base em análises laboratoriais, após limpeza do material, pode-se perceber certa variedade no que tange à dureza e compactação dos fragmentos cerâmicos. A textura dos fragmentos apresentou-se, em sua maioria, porosa com grãos médios, com uma distribuição regular de antiplásticos em seu interior. Notou-se a presença de algumas bolhas, oriundas, em alguns casos, do desprendimento de material e, em outros, da própria entrada de ar no interior dos roletes ou em suas junções.

O miolo da pasta apresenta, em sua maioria, uma coloração escura ou acinzentada, em virtude da redução sofrida durante a queima. Algumas peças também apresentam coloração mais amarronzada, possivelmente, ocasionada em função das diferentes argilas misturadas e presença de óxidos de ferro.

Observou-se também que uma relevante parte dos fragmentos apresenta, em sua superfície, uma coloração avermelhada, também resultante do processo de queima.

O nível de queima foi observado apenas em alguns fragmentos cerâmicos. Em algumas situações estes se encontravam erodidos ou impregnados por crosta pós-descarte.

- ### 6.2.3-Tratamento de Superfície

Os fragmentos não apresentaram decoração plástica, todavia, foi possível identificar maneiras diferenciadas de tratamento da superfície, tendo sido definidas as seguintes variações, se comparadas e analisadas as faces interna e externa do mesmo fragmento/utensílio:

Tratamento de Superfície	
Tipo 1	Face interna e externa com alisamento regular
Tipo 2	Face interna e externa sem alisamento irregular
Tipo 3	Face externa com engobo e face interna com alisamento regular
Tipo 4	Engobo na face interna e externa
Tipo 5	Face externa com engobo e polimento na face interna
Tipo 6	Face interna com alisamento regular e face externa irregular

Quadro 03- Tratamento de Superfície e seus tipos principais

3cm

Foto 25 - Detalhe acabamento do tratamento de superfície e sinais deixados antes da queima. Sítio Arqueológico Esmeril (foto: H. Piló)

3cm

Foto 26 - Detalhe de fragmento com superfície apresentando vestígios de ranhuras de alisamento na face interna. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H.Piló)

Foto 27 e 28 - Detalhe de fragmento com superfície com vestígios de alisamento na face externa. Sítio Arqueológico Madruga (foto: H. Piló)

Foto 29 - Detalhe pigmento vermelho do engobo. Sítio Arqueológico Bichento (foto: H. Piló)

Foto 30 - Detalhe da face externa de fragmento com engobo vermelho. Sítio Arqueológico Madruga (foto: H. Piló)

Foto 31 - Detalhe de fragmento com superfície descascada em contraste com superfície com engobo vermelho. Sítio Arqueológico Bichento (foto: H. Piló)

Foto 32 - Detalhe de superfície alisada com engobo. Sítio Arqueológico Bichento (foto: H. Piló)

Foto 33 - Detalhe de fragmento com rasgos oriundos do tratamento da superfície. Sítio Arqueológico Madruga (foto: A. Baeta)

3cm

Foto 34 - Fragmento com vestígio de engobo branco na face interna. Sítio Arqueológico Madruga (foto: H. Piló)

3cm

Fotos 35 e 36 - Detalhe de fragmento com superfície com vestígios de tinta vermelha (engobo) na face externa e alisamento e brunidura na face interna. Sítio Arqueológico Madruga (fotos: H. Piló)

3cm

3cm

3cm

Fotos 37 e 38 - Detalhe de fragmento com superfície com vestígios de tinta vermelha (engobo) na face interna e alisamento na face externa. Sítio Arqueológico Madruga (fotos: H. Piló)

3cm

Foto 39- Detalhe de fragmento com superfície com vestígios de tinta vermelha (engobo) em parte da face interna e borda. Sítio Arqueológico Madruga (foto: H. Piló)

Para conseguir uma superfície regular foi, possivelmente, utilizado um polidor manual. Os polidores utilizados podem ter sido pequenos seixos rolados, como também instrumentos de origem vegetal. Há alguns pequenos seixos que podem ter sido utilizados para este fim. De uma maneira geral, os antiplásticos deste tipo de fragmento são grãos medianos e finos.

Foto 40 - Pequeno seixo de aproximadamente 7cm utilizado possivelmente como polidor manual para o processo de regularização da cerâmica.

A segunda situação observada apresenta as duas faces com alisamento irregular. Nesses casos, é bem provável que o instrumento utilizado como alisador possua em sua superfície algumas rugosidades, como por exemplo, sabugo de milho. Em algumas superfícies foi possível visualizar os negativos deixados pelas pequenas arestas do mesmo. Nesse tipo de fragmento é comum encontrar antiplásticos com grãos de tamanhos variados.

A terceira categoria observada restringe-se aos casos de fragmentos com superfície irregular que sofreram um banho na face externa, visando possivelmente o nivelamento da superfície. Entende-se por banho um "*tipo de tratamento que consiste na aplicação, antes da queima, de uma camada superficial de pigmentos minerais, mais delgada que o engobo na superfície do vasilhame*" (CHMYZ, 1966).

Neste tipo, observou-se nos fragmentos grãos medianos e grossos, de um modo geral. A quarta categoria apresenta engobo vermelho ou branco nas duas faces. O tipo seguinte apresenta face externa com engobo e polimento na face interna. Nesses casos, sugere-se uso do utensílio em atividades domésticas. A sexta situação refere-se à face interna com alisamento regular e face externa rugosa ou com superfície irregular. Foram observados ainda nesta categoria, indicativos de bruniduras e atividades de uso, em especial de cocção.

Há uma situação na coleção específica do sítio Madruga, onde foi identificada uma amostra com possível incisão decorativa.

• 6.2.4 - Morfologias e Usos

A maior parte do material cerâmico coletado já se encontrava em fragmentos. Analisando o perfil das peças podemos inferir algumas formas, tais como tigelas pequenas e medianas, além de algumas igaçabas. A borda direta com lábio arredondado predomina nessa coleção.

Foram observadas marcas de cocção e possivelmente de óleos na face interna de alguns fragmentos, além de indícios de fuligens.

No que se refere às espessuras dos fragmentos e peças inteiras, a maioria variou entre 0,4 cm a 1,2 cm, apresentando certa homogeneidade no que tange a esta variável. No entanto, fragmentos com paredes mais finas, de dimensões de 0,4 cm a 0,6 cm, foram também identificados, ainda que em pequenas amostras.

Essa variável deve ser analisada levando-se sempre em consideração que, em um mesmo pote, dependendo do local da peça, pode apresentar-se com espessuras diferentes. Por exemplo, o fundo dos utensílios tende a ser mais espesso do que a parte medial dos mesmos. Mesmo assim, o cruzamento e observação acurada das variáveis que podem ser extraídas de uma coleção de cacos são sempre válidas, no sentido de se buscar interpretar este tipo de indústria oleira.

Foram ainda identificados potes geminados (pelos menos dois exemplares) fragmentados, além de pedaço de um fuso.

As bordas foram cuidadosamente desenhadas constatando que essa coleção não apresentou lábios reforçados, mas com variações relacionadas a serem apontadas, arredondadas ou retas, externas ou internas.

Bichento
T3 -20 a -30cm

EXT

Simulação
Formatos

3cm

3cm

Imagem 05 – Simulação dos formatos baseado na projeção das formas dos fragmentos de bordas. Bichento. T3 -20 a -30 cm. (Desenho, A.Baeta, Tratamento, E.A. Sharlé Jr.)

Fotos 41 e 42 - Fragmentos com face externa apresentando engobo vermelho e face interna com escurecimento decorrente de utilização. S.A. Madruga. (foto: H. Piló)

3cm

3cm

Foto 43- Detalhe de fragmento com formato sinuoso e borda. Sítio Arqueológico Bichento (foto: A. Baeta)

Foto 44 - Detalhe de perfil de borda de peça com engobo branco. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 45- Fragmento de borda que apresenta uma espécie de bico. Sítio Arqueológico Bichento. (foto: H. Piló)

3cm

Foto 50- Fragmento de fundo de pote. Sítio Arqueológico Madruga (foto: H. Piló)

3cm

Foto 51- Detalhe acabamento de pote mediano. Sítio Arqueológico Madruga (foto: H. Piló)

3cm

Foto 52 - Furo em peça cerâmica. Sítio Arqueológico Madruga. (foto: H. Piló)

Foto 53 e 54 - Detalhe de fragmento de fuso. Sítio Arqueológico Madruga (fotos: A. Baeta)

3cm

Foto 55 - Detalhe de negativos de raízes na superfície do fragmento. Sítio Arqueológico Madruga. (Foto: H. Piló)

3cm

Foto 56 - Detalhe de impregnação de fuligem oriunda de queimadas na superfície do fragmento. Sítio Arqueológico Bichento. (Foto: H. Piló)

Imagem 11- Indústria Aratu-Sapucaí, a-d) Fase Aratu, BA; a,c) urnas funerárias. d) vaso de borda ondulada. (Segundo Calderón 1969 e 1974.) b) rodela de fuso calcário. (Segundo Calderón 1971.) i) cachimbo de cerâmica, conservando a forma do jequitibá (BA). (Segundo Mattos s.d, "o uso do fumo..") g-h) região de Lagoa Santa g) rodela de fuso de cerâmica. h) cachimbo tubular. (Coleção Walter.) e,f,j-n: cerâmica de Ibiá, MG. m) urna. e, j, k, l) vasos pequenos imitando formas vegetais. n) machado de quartzo translúcido encontrado em urna. Fonte: Prous, 1992:348.

- ### 6.2.5-Pós-Deposicional

Alguns fragmentos cerâmicos e líticos apresentam-se erodidos e quebrados devido à intensa mecanização do solo, como já exposto anteriormente. Além das atividades agropastoris, a exposição a intempéries vem contribuir enormemente para a degradação do material. A superfície de alguns fragmentos cerâmicos indicam sinais de descamação onde podem ser notados os seus antiplásticos apresentando assim uma face rugosa em decorrência da degradação pós-abandono do utensílio.

Há ainda indicativos de focos de queimadas sucessivas, tendo sido deixados em alguns fragmentos negativos oriundos da queima de raízes, além de lascas ou marcas térmicas em alguns blocos. Cacos possuem ainda sedimento ou crosta rósea, possivelmente precipitação ferruginosa na peça quando imersa no sedimento.

7 - Considerações Finais

Essa pesquisa foi fortemente limitada em função do baixo nível de conservação dos vestígios arqueológicos encontrados nos sítios aqui tratados da sub-bacia do Maranhão. No entanto, a partir da análise dos vestígios arqueológicos e implantação na paisagem, pode-se propor que povos ceramistas habitaram as terras baixas no Alto Paraopeba pelo menos a partir do último milênio, segundo resultados das datações.

Seu sistema de assentamento e de abastecimento era complexo constituindo aldeias populosas com morfologias circulares ou ovaladas nas proximidades de drenagens principais e ou secundárias, cuja subsistência básica provinha da agricultura. Provavelmente, a dieta do milho teria sido complementada com recursos advindos da caça, pesca e coleta de frutos.

Havia um domínio da prática da confecção cerâmica com inúmeras variações de utensílios indicando a tecnologia de processamento, consumo e possível estocagem de alimentos, além da produção têxtil. A existência de várias amostras de fragmentos espessos, vindos de possíveis urnas funerárias, sugere ainda uma forte relação simbólica entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Muitas urnas parecem ter sido enterradas em zonas contíguas a áreas de habitação ou ainda locais destinados a este fim, denotando a complexidade dos aspectos religiosos e ritualísticos dos grupos Sapucaí.

Havia uma forte conexão entre os aldeões Sapucaí das terras baixas do vale do Paraopeba e as terras altas compostas pelos campos rupestres e ferruginosos, o que sugere um grande domínio do território e exploração de suas diferentes paisagens e recursos, incluindo o uso, ainda que temporário, de suas cavernas de ferro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. A cerâmica pré-histórica no Brasil: Avaliação e proposta. In: *CLIO*, Série Arqueológica (UFPE), n. 1, Recife, 1991.

ALVES, M. A. Culturas ceramistas de São Paulo e Minas Gerais: estudos tecnotipológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: EdUSP, n. 1, 1991.

ALVES, M. A. O Sítio Rezende: de acampamento de caçadores-coletores a aldeia ceramista pré-histórica. In: *CLIO,* Série Arqueológica (UFPE), v.1, n. 15, Recife, 2002.

BAETA, A; PILÓ, H. Arqueologia do Quadrilátero Ferrífero - Aspectos Preliminares sobre sua ocupação Estudo de Caso do Capão Xavier In: *Revista O Carste*, vol. 17, n.3, Belo Horizonte, Julho de 2005.

BAETA, A. M.; PILÓ, H. . A Utilização de Minerais de Ferro no Período Pré-Colonial. In: BAETA, A.M; PILÓ, H.. (Org.). Miguel Burnier, Ouro Preto: Marcas Históricas. 1ed.Belo Horizonte: Rona Editora Gráfica, 2012, v. 1, p. 28-39.

BAETA A. & PILÒ, H. Relatório de Resgate de Patrimônio Arqueológico-Mina Viga/Ferrous. Municípios Congonhas e Jeceaba, MG. Artefactto Consultoria, Belo Horizonte, 2014.

BARRETO, C. A Construção Social do Espaço: De volta as aldeias circulares do Brasil Central. In: *HABITUS*, v. 9, n.1, PP. 61-79, Goiânia, 2011.

BROCHADO, J. P. & LA SALVIA, F. *Cerâmica Guarani*. 2ª. Edição. Posenato Arte e Cultura, Porto Alegre, 1989.

CALDERÓN, V. de la V. A Fase Aratu no Recôncavo Baiano e litoral norte do Estado da Bahia-PRONAPA- *Revista do MPEG*, n. 3, Belém, 1969.

CHYMZ, I. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. (Manuais de Arqueologia 1. parte II) Curitiba,CEPA.

DIAS JÚNIOR, O. F. Evolução da Cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. In: *Anuário do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, 1976/77.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis. Vol I*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

FERNANDES, S. G. Contribuições para o estudo da Tradição Aratu-Sapucaí. Estudo de Caso: Água Limpa, Monte Alto, SP. In: *Canindé*, n. 1, Xingó, Dez. 2001.

GUERREIRO, M. R. A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras: O caso de Ouro Preto. In: *URBAN*, n. 3, Lisboa, 2000.

KOK, G. Vestígios Indígenas na Cartografia do Sertão da América Portuguesa. In: *Anais do Museu Paulista*, Vol. 17, n. 2, São Paulo, Dez. 2009.

LEROI-GOURHAN, A. & BREZILLON, M. *Fouilles de Pincevent*. Essai d'Analyse Ethnographique. Centre Nacional de La Recherce Scientifique, Paris, 1972.

MOURA, V. & BAETA, A. A Gruna do Pote In: *O Carste*, vol. 14, n. 4, Belo Horizonte, 2002.

PILÓ, H. & BAETA, A. As Ocupações Pré-Coloniais nos Campos Ferruginosos de Minas Gerais: um panorama preliminar. In: *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais. OLIVEIRA, A.* (Org.) Juiz de Fora: Editar, 2007.

PORTOCARRERO, J. A. *Bai: a casa Boé: Bai, a casa Bororo* (Dissertação de Mestrado) ICHS/UFMT, Cuiabá, 2001.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed.UNB. 1992.

SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SCHMITZ, P.I. & BARBOSA, A.S. Arqueologia do Centro Sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. Pesquisas, Antropologia, Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, 32:85-106, 1982.

SCHMITZ, P.I. & BARBOSA, A.S. Horticultores Pré-Históricos do Estado de Goiás. Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 1985.

SIMÕES, M. F. Salvamento Arqueológico In: *Carajás – Desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOARES, J. *Discutindo a Tradição Aratu: o sítio cerâmico GO-RV-06 e novas contribuições*. (Dissertação de Mestrado) São Leopoldo, 2002.

SPIX, J. B. von & MARTIUS, Carl Friedrich von. *Viagem pelo Brasil*. Vol I. Belo Horizonte; Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981.

URBAN, G. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas In: *História dos Índios no Brasil* CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.) São Paulo: Cia das Letras, 1992.

WÜST, I. Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro: A análise espacial do Sítio Guará 1(GO-NI-100), Goiás. In: *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, MAE-USP,São Paulo, 6: 47-81, 1996.

CAPÍTULO 3

CONGONHAS DO CAMPO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Marcus Duque Neves

Congonhas do Campo e sua Trajetória Histórica

Marcus Duque Neves

Os descobertos de ouro que deram origem ao Arraial das Congonhas do Campo são de data incerta, mas a documentação de referência existente, assim como a historiografia seiscentista sobre Minas Gerais indica que possam ser anteriores à década de 1690. O descoberto oficial das Minas em 1693 com o roteiro e a memória de Antonio Rodrigues de Arzão, citando a Itaverava, próxima a Carijós, indica a proximidade do roteiro dessa bandeira da região das Congonhas. Logo a seguir, estavam ali Manuel de Camargos e Sebastião de Camargo, também em demanda da Casa da Casca. Vindo pelos divisores de águas e descendo ribeirões à procura do ouro de aluvião, é certo que exploradores que chegavam a uma 'amistosa' aldeia de Carijós – índios e mamelucos - (origem, talvez mitificada, de Queluz/Conselheiro Lafaiete) se embrenhavam pelas margens do Rio Paraopeba e do Rio Maranhão abaixo, indo explorar bem cedo, a região em que se levantaria a povoação de Congonhas (BARBOSA, 1995: 166; JÚNIOR, 1978: 49; FRANCO, 1989: 42-43).

O Padre João Antonio Andreoni, que sob o pseudônimo de André João Antonil escreveu *Cultura e Opulência do Brasil pelas suas drogas e minas...*, visitou as Minas Gerais pelos anos de 1704-1706 onde cita a '*roça das Congonhas, junto ao Rodeio da Itatiaia*' como parte do caminho que percorreu. Não há referência a um povoamento, mas a posição no roteiro coloca essa 'roça' próxima ao atual distrito de Lobo Leite, ainda no município de Congonhas. Cita, no entanto, que "*... se tirava e se tira escondidamente de outros ribeiros que os descobridores não manifestaram, para os não sujeitarem logo à repartição*" (ANTONIL, 1982: 166-167; 185).

Observaram todos os primeiros bandeirantes os campos de altitude que se iniciam na região entre Borda do Campo e as serranias ao norte e nordeste. O cerrado, os campos e vegetação de campos ferruginosos retém em alguns de seus topônimos mais antigos a nomenclatura tupi, onde se ressalta o próprio nome dado a toda a região e depois ao povoado aurífero que ali foi se estabelecer: "*Do Tupi: cahã-nhonha = mato desaparecido, lugar desmatado; Congonhas - Uma grande extensão de campo com vegetação baixa*" (VASCONCELOS, 1999: 390).

Na '*Relação do Princípio Descoberto destas Minas*', o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira apresenta compilação realizada por volta de 1750 sobre relatos orais a respeito dos primeiros tempos nas Minas, onde é citado o descoberto de ouro no Ribeirão das Congonhas, mas sem datá-lo com precisão:

> *"Sucedeu que vindo os paulistas naquele tempo, fizeram entrada ao gentio a estas partes para o conduzirem para São Paulo por negócio e se servirem dele, conduzindo os de menos idade por melhor se lhes domar e por doméstico, e chegando a primeira esquadra ou bandeira ao ribeiro que hoje chamam Ouro Branco e Congonhas do Campo, aí acharam algumas faíscas de ouro nas areias do ribeiro e, lavando-o em pratos de pau, o levaram para São Paulo, onde se verificou ser ouro" (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999: 196).*

Porém, o mapa do Padre Cocleo, de cerca de 1700, contradiz parcialmente o documento transcrito acima, pois já mostra descobertos na região datando-os de 1699 (RENGER, 2007; MATOSO, 1999: 196).

Uma história social de Congonhas do Campo: Os primeiros habitantes, indígenas, 'carijós' e os 'desclassificados'

'Desclassificados do Ouro' é uma expressão dada pela historiadora Laura de Mello e Souza, título de uma de suas principais obras sobre Minas Gerais, onde focalizou com grande sensibilidade a sociedade mineradora e possivelmente a mais importante engrenagem a produzi-la.

A história da receptividade no local da futura Queluz, por parte dos 'índios-carijós', não se repetiu na região das Congonhas.

Naquele ponto os índios que habitavam o médio-alto Paraopeba resistiram às penetrações das bandeiras, possível motivo pelo qual os primeiros caminhos para o 'Itatiaiussú' e para o Morro de Mateus Leme evitaram o vale. Mas no alto planalto para o norte e leste de Congonhas até o limite do Curral Del Rey e das proximidades de Ouro Preto, não há registro nas primeiras crônicas da presença de indígenas, apesar de outras indicações de que eles transitassem ou estivessem por lá.

Imagem 1- Mapa da região do alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), Rio das Velhas e Rio Paraopeba. Região da Zona da Mata. Diogo Soares. Cerca de 1734-1735.

A identidade desses índios das proximidades de Queluz e Congonhas ainda é um mistério. Existem poucas pistas em referências esparsas, como a citação de Oiliam José de que haviam índios chamados Guarachués na região centro-sul do quadrilátero, em Ouro Preto, Mariana e Guarapiranga (Piranga). Os outros registros falam nos Goianazes/Goitacazes/Cataguazes e nos Carijós. Congonhas fazia parte da Vila Rica (Ouro Preto) e estava relativamente perto da região das nascentes de rios da bacia do Guarapiranga. Na parte mais alta (e fria) do que seria o conjunto das serras do oeste do quadrilátero, principalmente as Serras do Esmeril, Boa Morte e Moeda não foram encontrados registros coloniais da presença indígena, o que não significa que não estivessem ali, ao menos esporadicamente ou periodicamente (JOSÉ, 1965: 26-28).

No Redondo (Alto Maranhão), porém, houve problemas com indígenas. Eles parecem ter surgido do oeste e do sudoeste, nos primeiros tempos, atacando (ou melhor, se defendendo) os primeiros roceiros. Foram combatidos e desapareceram por algum tempo. Em 1738, índios atacaram e mataram o Tenente-coronel Amador de Souza, a mando de um tal Antônio Francisco, pretendendo matar outras pessoas em Congonhas, e "*com o objetivo especial de prender os carijós assassinos e desordeiros que andavam pondo em alvoroço a população de Congonhas, ordenou o Governador que se arregimentasse quantos carijós fosse possível*" (SOUZA, 2004: 116; 122).

Estudos acurados de documentos da época indicam que o termo 'Carijó' era usado para designar populações já 'mestiças' e à margem da sociedade que se formava (VENÂNCIO, 1997).

Não pode ser descartada a presença de outras etnias indígenas na região do Rio Paraopeba. Lamentou o próprio Eschwege, na segunda década do século XIX, o fato que um número indeterminado de índios Puris, vindos da região do Rio Piranga, teriam sido "*... assassinados nestas matas como animais selvagens pelos capitães-do-mato, não muito distante do arraial de Congonhas do Campo e Rio Paraopeba*" (ESCHWEGE, 2002: 86).

Também havia quilombos nas matas entre o Bação e a Serra do Capão D'Água, onde existia a Pedra da Vigia, que usavam para identificar a aproximação de tropas que viessem recapturá-los, assim como assaltar algum viajante desprevenido. Também existiam ao sudoeste, já que existe documento de lavra de José Antonio Freire de Andrade mandando, em 1741, que o sargento-mor João da Silva Ferreira "*apenasse todos os capitães do mato, carijós, negros forros e mulatos que não tiverem of*ício ou fazenda em que trabalhar *para que compusessem*" (SILVEIRA, 1922: 433-434; SOUZA, 2004: 121-122).

Garimpeiros

As primeiras explorações, as anteriores às grandes levas de aventureiros que vieram por causa das notícias dos descobertos oficiais, devem ter tido pouco impacto na paisagem, já que esse 'garimpo inicial' se deu prioritariamente nas areias nas margens dos córregos, sendo os conhecimentos dos mineradores práticos apenas o bastante para explorá-los sem muito critério técnico. Mesmo assim, segundo relatam as notícias iniciais, renderam grandes fortunas. Em Congonhas, essa lógica parece se encaixar perfeitamente.

Mesmo assim, bem cedo, Congonhas e seus arredores foram palco de atividade intensa de garimpeiros independentes: negros libertos, pardos, mamelucos e brancos formavam uma massa de pobres ou empobrecidos a quem o sonho do ouro era o único plausível. E o número de 'desclassificados' desse tipo eram especialmente propensos a negociarem e viverem relações interesseiras com os quilombolas. Isso explica a existência de quilombos tão próximos e em pontos que poriam em risco importantes rotas, como o que ia para a sede de Vila Rica.

Entre esses garimpeiros havia negros forros em quantidade e entre eles se vivia conforme os costumes caboclos, com a cultura africana em evidência. Por isso, em Congonhas eram comuns os curandeiros, como o negro Domingos Caldeireiro diversas vezes preso por 'fazer curas com feitiçarias', que permitia em sua casa 'o ajuntamento de negros, danças e batuques' (SOUZA, 2004: 261).

Alguns garimpeiros se tornaram 'desclassificados' na medida em que os que tiveram sucesso arregimentavam seguidores e apadrinhados, e outros, ficam a mercê da sorte. Também chegavam à região 'emboabas' – portugueses reinos - de famílias importantes que recebiam sesmarias e datas e as exploravam com maior número de escravos, por possuírem de antemão os cabedais necessários às grandes explorações. Formou-se, assim, uma elite mineradora nos centros auríferos, que, suspeita-se, foi mais reduzida em Congonhas. Aos menos privilegiados, muitas vezes sobravam os descobertos menos afamados, como podemos inferir por essa passagem sobre a direção tomada pelas primeiras levas de aventureiros, após as notícias dos descobertos terem se estendido pelos domínios do Reino:

> *"E com a mesma bandeira vieram não só paulistas como também filhos de Portugal e do Rio de Janeiro, pela notícia que se espalhou do ouro que se tinha descoberto. E, com efeito, chegada que foi a primeira bandeira ao tal ribeiro das Congonhas, nele ficou alguma gente e a mais entrou para este Ouro Preto, onde acharam ouro de mais conta..." (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999: 196).*

Assim, esses 'desclassificados' tinham poucas opções: mantinham-se à margem das grandes explorações, vivendo ao 'Deus dará', em meio às dificuldades do ambiente hostil; ou se colocar sob a proteção ou apadrinhamento dos ricos novos proprietários, como os Monteiros de Barros, cujo patriarca chegara à região em meados do século XVIII.

Os garimpeiros independentes tinham que ser mestres na arte da sobrevivência, e em contraste, as fazendas dos poderosos eram estruturadas para buscar autonomia pela divisão do trabalho, alocando seus escravos de modo mais racional, sendo vários deles especialistas capturados na África – ferreiros, mineradores, marceneiros, artesãos ou agricultores - e que produziam com sucesso tudo para a subsistência do grupo, sob a proteção do fazendeiro.

Não é improvável que entre a massa de mendigos a esmolar em Congonhas, sobretudo após a ereção do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, houvesse diversos desses garimpeiros em

dificuldade e com acesso limitado a mantimentos, roças e ferramentas. No início do século XIX, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, ao passar por São José (atual Tiradentes) notou entre esses mendigos e pedintes antigos garimpeiros que envelheceram ou foram vítimas de doenças ou aleijões, a quem não restava outra opção de sobrevivência que o esmolar. O contundente relato que fez, serviria também para os pobres de Congonhas, e não só garimpeiros independentes, mas antigos escravos estariam entre eles (SAINT-HILAIRE, 2004: 114).

Ciganos

Na região próxima a Congonhas indícios acusaram grande número de ciganos no período Colonial e, posteriormente, no período Monárquico, percorrendo de forma nômade o espaço delimitado pela área que se estendia dali aos povoados de Queluz e Ouro Branco (SOUZA, 2004: 274-276; BURTON, 1976: 149).

Ficou registrado que os ciganos eram assíduos frequentadores das cadeias mineiras, e misturavam-se facilmente com outros 'desclassificados'. Em um documento de 1755 foi registrado que andavam '*vadiando e furtando bestas junto com mulatos, carijós e gente da terra*' (SOUZA, 2004: 274-275).

Na região de Congonhas as devassas mostraram casos curiosos, como o do roceiro Isidoro Coelho de Figueiredo, que mantinha reclusa uma cigana com quem era amasiado, sem deixá-la sair e por isso foi denunciado (SOUZA, 2004: 275).

Também por ali, em 1773, os ciganos tiraram 'violentamente das mãos dos pedestres' um rapaz impúbere que estava sendo levado preso por ter furtado um cavalo nas proximidades do Arraial de Congonhas. Dizia-se então que os ciganos recebiam cobertura do comandante da tropa de Ouro Branco, motivo pelo qual se sentiam seguros na região (SOUZA, 2004: 276).

Em 1867, Richard Burton, o aventureiro inglês mais famoso de sua época, esteve em Congonhas, encontrando ciganos dormindo à beira da estrada nas proximidades da Fazenda do Capitão Luiz Gonzaga, nos arredores do Ribeirão Piquiri, em Redondo, atual Alto Maranhão (BURTON, 1976: 149).

Os ciganos eram grupos muito interessados em animais de carga e montarias, sendo sua posse um sinal distintivo entre eles. Assim, ficaram naturalmente atraídos pela região, incluindo o vale do Rio das Velhas, que possuía boas pastagens e muitos criadores de cavalos e asnos. Sabemos que Cachoeira do Campo, não muito longe de Congonhas, teve a primeira coudelaria de Minas, ou seja, um lugar destinado exclusivamente à reprodução de cavalos de montaria.

Imagem 2- Antiga foto de ciganos acampados no vale do Rio das Velhas (Região de Lagoa Santa). http://www.lagoasanta.com.br/cronicas/ago_09.htm

Segundo João Dornas Filho, havia, além dos cavalos de montaria, também intenso comércio de gado asinino em Congonhas, comércio importantíssimo para a manutenção da atividade de tropeirismo. O momento mais intenso desse comércio acontecia exatamente durante as romarias religiosas, e ficou registrado até mesmo um curioso caso popular de um cego baiano que, vindo esmolar no Jubileu – outra atividade intensa em Congonhas – ficara horrorizado com o mercantilismo dos romeiros e cantava uma canção nas escadarias do Santuário:

> *"Valha-me a Virgem Maria,*
>
> *Que do céu olha para mim,*
>
> *Valha-me as chagas divinas*
>
> *Do meu Senhor do Bonfim;*
>
> *Pois aqui nestas Congonhas*
>
> *A fé sofre grande abalo,*
>
> *O povo vende cavalo.*
>
> *Vendem na porta da Igreja*
>
> *Com grande contentamento,*
>
> *Burros de Carga e passeio,*
>
> *Cavalo, besta e jumento;*
>
> *Aqui só padre é quem reza, O mais é cavalaria;*
>
> *Valha-me Nossa Senhora,*
>
> *Que eu volto já pra Bahia..."*
>
> *(FILHO, 1957: 118)*

Movimentos migratórios nas Minas Coloniais e seu impacto nas Congonhas

Por volta da década de 1740 já se percebia algo de errado nas minerações de variados locais do centro de Minas. Os trabalhos intensivos e sem previsão tinham arruinado as lavras de diversos senhores, assim como as aluviões e tabuleiros ao longo de diversos córregos, ribeirões e rios estavam se esgotando. Em Congonhas não foi diferente. Deste período houve notícias de diversos moradores das Congonhas que se lançam para novos rincões, a maior parte demandando os rios Paracatu e o Alto São Francisco, para sudoeste, oeste e nordeste, utilizando ainda a Picada de Goiás. (BARBOSA, 1971).

Se os 'desclassificados' tendiam já a ser errantes, pois se constituíam daqueles que a sociedade colonial em formação demandava como 'vagabundos úteis', gente essencial para a abertura das fronteiras, também atrás deles migravam - ou do seio deles, surgiam os potentados locais, mestiços, que ora se aliavam, ora se opunham aos poderosos reinóis que chegavam às Minas. A Guerra dos Emboabas, ocorrida nas Minas entre 1707 e 1709 foi apenas a eclosão maior dessas tensões latentes entre os que disputavam lugar em um mundo ainda marcado pelo nomadismo aventureiro.

A migração de grupos inteiros, inclusive de potentados e reinóis, de um descoberto a outro, inclusive para – mais comumente, oriundos de - outros lugares como Goiás, Maranhão ou Mato Grosso era um fato corriqueiro, como podemos perceber ao ler as epopeias bandeirantes. Além dessas buscas incessantes, Waldemar Barbosa dá outra pista sobre as grandes variações nas populações de arraiais do centro mineiro (e, por conseguinte em Congonhas) ao longo do século XVIII: quando um proprietário desiludido com a mineração ia a outra fronteira, levava consigo não só a família próxima, mas um número significativo de escravos e acompanhantes, pessoas ligadas por afinidade e necessárias para se sobreviver em paragens inóspitas onde a presença do índio e do quilombola era constante (FRANCO, 1989; BARBOSA, 1971: 166-167).

Como ocorria em grande parte da América Portuguesa de então, Congonhas era, assim, tanto uma fronteira que 'engolia' e 'gastava' gentes, como também um entreposto temporário para novas aventuras de pessoas e grupos que buscavam incessantemente uma fortuna fugidia pelos interiores e nas barrancas dos

ribeirões. Episódios de fome, destruição de vilas, lavras abandonadas e epidemias fazem parte das crônicas do *rush* minerador. Não por acaso, muitos dos que persistiram e ficaram se tornaram roceiros e criadores. Logo, Congonhas também se destacaria como parte do sistema de abastecimento de parte do centro mineiro, aproveitando a parte mais ao sul e oeste da Freguesia, junto aos córregos e morros menos íngremes em cujas terras se plantavam algo de subsistência, além da cana de açúcar, roças de milho e o capim para o gado.

Segundo Renato Pinto Venâncio, "... as primeiras fronteiras mineiras não nasceram de uma decisão administrativa, mas, sim, da maior ou menor capacidade do mundo indígena resistir ao avanço colonizador" (VENÂNCIO, 2007: 100).

Entretanto, passados esses primeiros momentos, apareceram outras fronteiras, algumas internas ao sistema colonial nas Minas, em que as distâncias, caminhos ruins e a presença de 'desclassificados' em quantidade mantinha as características de fronteira sobre extensas regiões, sendo uma delas aquela em torno de Congonhas do Campo, que talvez só tenha perdido tais características pouco a pouco, já no século XIX.

Imagem 3- Carta Geográfica do Termode Villa Rica... - Outra interpretação do espaço ao redor de Congonhas, aonde o caminho, vindo de Sande (fazenda) finda. Note-se que o Rio Maranhão toma o nome da localidade nesta carta.

Entre os que vieram para ali se fixar, muitos formaram extensas famílias cujos descendentes, em alguns casos, até hoje conservam vínculos com a região. Augusto de Lima Júnior, em sua obra: "As Primeiras Vilas do Ouro", apresentou uma relação desses 'principais' que se fixaram da região de Congonhas por volta de inícios da década de 1740, compilada de um documento com fins censitários:

> *"Ali estão Antônio Luiz da Costa, mineiro; Capitão Antônio João Bellas, mineiro; Capitão Antonio Francisco França, mineiro; Doutor Antonio Monteiro de Barros, mineiro; Bartholomeu Corrêa Leite, mineiro; José Nobre dos Santos, mineiro; Manoel Fernandes da Silva, mineiro; Manoel Simões, mineiro; Manoel Francisco de Souza, mineiro; Bento Gonçalves Pacheco, mineiro" (JÚNIOR, 1962: 71).*

Outro movimento migratório que parece ter passado por Congonhas foi relacionado ao caminho para Goiás, que era acessado por diversos lugares do centro das Minas Gerais, por caminhos que demandavam a região do Paracatu, colonizada na década de 1720 de forma definitiva. Congonhas teria sido o início de um desses caminhos que demandavam o Paracatu.

Essa faceta da história de Congonhas ainda não foi pesquisada com vigor, sendo pouco mais que informações residuais. Conta-se que alguns sertanistas da família Bicudo, associados a alguns dos Pedroso, já havia adentrado em Minas junto com as primeiras expedições, entre eles, Baltazar de Godói Bicudo, que teria estado em Bandeira para as Minas dos Cataguazes no ano de 1680. Posteriormente, possíveis sobrinhos desse bandeirante, Bernardo de Campos Bicudo e José de Campos Bicudo teriam participado dos primeiros descobertos de ouro em Minas Gerais, e algum tempo depois demandam ao sertão do Rio São Francisco. Esse último, José de Campos Bicudo, teria sido convidado em 1722 para dirigir a abertura da estrada de Minas Gerais a Cuiabá, e por essa época descobriu ouro em Pitangui, com Domingos Rodrigues do Prado. José Campos Bicudo teria também acudido na luta contra os Caiapós que se travava no oeste mineiro (CALÓGERAS, 1904: 17-18 ; FRANCO, 1999: 72-73).

Outro paulista dessa família, Manuel de Campos Bicudo teria combatido os Caiapós no Mato Grosso e em Goiás, e seu filho Antonio Pires de Campos o teria acompanhado, antes de vir a Minas

Gerais e participar do lado paulista na Guerra dos Emboabas. Abandonou as Minas após a virtual expulsão de parte dos paulistas e voltou a Cuiabá alguns anos depois. Seu filho, homônimo do pai, chamado 'o moço', teria comandado uma tropa de cerca de 700 índios Bororos, guerreando os Caiapós nos rios Parnaíba e Grande, entre 1739 e 1751. Ferido em combate, teria morrido em Paracatu, em busca de auxílio médico (CALÓGERAS, 1904: 17-18; FRANCO, 1999: 72-73; 103-104).

Antes, porém, com seu irmão Manoel dos Campos Bicudo, assistia junto ao aldeamento dos seus Bororos 'mansos' quando recebeu nova ordem para acompanhar a São Paulo a escolta que levava os quintos do ouro. Surgira um boato de que esta seria atacada por desordeiros que souberam da sua partida próxima. Para evitar esse perigo, determinou Antonio Pires de Campos, o moço, que seguisse a escolta rumo de Paracatu, mesmo estando ferido (CALÓGERAS: 1904: 17-18).

Alguns Bicudos ainda tinham contatos em Congonhas do Campo, tecidos no período anterior à Guerra dos Emboabas, quando alguns deles viveram ali. Em algum momento das décadas de 1740 e 1750 teriam passado esporadicamente por Congonhas, com suas tropas de Bororos 'mansos', rumo a Paracatu e a Goiás. Realidade ou mito, oralmente sobreviveu à história de que teriam acampado por um curto tempo nas proximidades do Redondo, pois não queriam que a presença dos índios causasse problemas junto à população de Congonhas.

Origens da busca por autonomia administrativa e judiciária

Segundo Xavier da Veiga, citado por Waldemar Barbosa, a criação da freguesia de Congonhas se deu por alvará régio de 3 de abril de 1745. Porém, uma polêmica se estabeleceu quando outro pesquisador, Cônego Trindade, afirmou que na verdade seria este alvará de 1734. O certo é que foi a freguesia elevada à condição de Colativa, por alvará, de 6 de novembro de 1749 (BARBOSA, 1995: 94-95).

A polêmica se resolveu em favor do Cônego Trindade, já que se encontra no livro de Lotação das freguesias desse Bispado (Arquivo Eclesiástico de Mariana) a seguinte citação: '*Foi erigida por ordem de S. Majestade, em 1734, e depois, pelo Ordinário, em curato e, pelo alvará de 13 de abril de 1745, foi mandada declarar de natureza colativa, em lugar da de N. Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo que, pela sua elevação a cabeça da Diocese, passou a ser curato amovível a arbítrio do Prelado*" (BARBOSA, 1995: 94-95).

Por volta dos anos finais da década de 1780 o desenvolvimento da economia rural e a formação de grandes famílias principais na região de fronteira entre o Rio das Velhas, Rio Paraopeba, Rio das Mortes e Guarapiranga tornara problemática a distância que estavam dos poderes estabelecidos no eixo Ouro Preto-Mariana. O requerimento de criação de uma nova vila sediada em Queluz "... *respondeu a uma reivindicação dos 'principais' do arraial e freguesia de Campo Alegre dos Carijós, que se uniram a uma petição às populações de* ***Congonhas do Campo*** *e* ***Itaverava***" (FONSECA, 2011: 221-O grifo é meu).

A justificativa que levantavam para a necessidade de criação da nova Vila se baseava nas distâncias a serem percorridas entre suas residências e as sedes de suas jurisdições menores do centro dos poderes municipais em Vila Rica. Segundo a petição deviam percorrer "... *de quinze, vinte e trinta léguas*" entre "... ásperas serras, caminhos solitários, passagens de rios, sem que a justiça possa amparar prontamente os órfãos, viúvas pobres, nem defender a tranquilidade pública de alguns facinorosos e salteadores" (FONSECA, 2011: 221).

A esse isolamento relativo juntava-se outra característica que intensificava a impressão de região de fronteira em Congonhas: a indefinição de jurisdições, que tornava o lugar ideal para a fuga da tributação e dos poderes legais constituídos. Como salienta Fonseca:

> *"... é importante notar, desde já que as freguesias de Carijós, de Congonhas do Campo e de Itaverava encontravam-se, de fato, numa situação incômoda, pois seus territórios eram repartidos entre dois ou três conselhos (Mariana, Vila Rica e São José) e duas comarcas (Ouro Preto e Rio das Mortes)". (FONSECA, 2011: 222)*

Contudo, houve algumas resistências à criação de uma nova Vila, e mesmo depois de sua criação, a aceitação de novas divisões territoriais ficou pendente por muito tempo. Apesar disso, um ato da *Mesa da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda*, presidida pelo Governador, que em 11 de janeiro de 1792 afirmava que a criação de novas Vilas "*era medida útil tanto para os habitantes como para o serviço de Sua Majestade*" (FONSECA, 2011: 225-226).

Imagem 4-Mappa do Termo da Real Villa de Queluz....- A região dos primeiros descobertos oficiais do ouro tem uma relação direta com a busca do mesmo em Congonhas, a partir das vertentes opostas do mesmo divisor de águas. Na seta azul, de Queluz a Congonhas, e a seta vermelha, de Itaverava a Congonhas.

Em certa medida, manteve-se a confusão administrativa, judiciária e eclesiástica em Congonhas por que a freguesia era ˙partilhada entre as autoridades de Mariana e da Vila de São José, tendo alçada ali os ouvidores das Comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes. O rio que servia de limite entre circunscrições era o Maranhão, que dividia o Arraial de Congonhas ao meio (FONSECA, 2011: 273).

A prova disso é que, apesar de Congonhas passar a fazer parte do termo de Queluz, a partir de 1790, foi reivindicada, em diversas épocas por Vila Rica, Mariana e São José (FONSECA, 2011: 278).

A Real Villa de Queluz
B Itaberaba, e Freguezia
C Freguezia das Congonhas do Campo
D Freguezia do Ouro Branco e Serra do Deos te livre
E Capella da Soledade
F Capella de S.ta Quiteria
G Capela de S.ta Cruz
H Capela de S. Gonçalo da Ponte
I Capela de S.ta Anna
L Capela do Bomfim, e Ribeirão de Agoas Claras

Imagem 5 - Parte do petipé do mapa que acompanhou o requerimento de criação da Real Vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) com legenda das Freguesias e Capelas.

O arraial de Congonhas continuou periférico, disso não havia como fugir e pouco havia que argumentar. Entretanto, qual deveria ser o centro? Quais as autoridades a quem seus moradores deveriam se reportar e recorrer? A questão era que as Vilas de maior influência da zona mineradora se sobrepunham em Congonhas. A tentativa de criar a Vila de Queluz, a partir do final da década de 1780, tencionava criar um centro mais próximo e eliminar a sobreposição com a criação de um novo centro, mais próximo e que ocupasse a área periférica dos três centros citados, mais antigos (FONSECA, 2011: 318).

Presídio de Alto Maranhão

A Congonhas do período colonial não era um lugar calmo e pacífico. Local já à borda do centro de serras principais do ouro, local de contato constante com gentios e área de quilombos desde os primeiros anos do século XVIII, o lugar sentia toda a tensão e violência característica das fronteiras coloniais naquele período.

Como forma de tentar controlar a violência endêmica, os acessos logo foram alvo de tentativa de controle, após os acontecimentos da Guerra dos Emboabas em 1707-1709. Algum tempo depois o caminho do Alto Maranhão se tornou a rota principal de acesso a Congonhas, para evitar tanto as áreas perigosamente inundá-

veis nas épocas das chuvas, como as emboscadas de quilombos que existiram na Vigia e em outros pontos; ataques dos íncolas e carijós, que por aquela época ainda habitavam no Paraopeba e tributários; assim como grupos de assaltantes.

Iniciou-se a colonização de Alto Maranhão, antigo Redondo, a partir de um espigão que era uma defesa natural contra a aproximação de quilombolas, assaltantes ou 'malfeitores'. Com várias fazendas a sua volta, logo ali se instalou um 'presídio', termo que em si encerra contradições pela discordante interpretação que fazem dele os historiadores.

No período colonial, Laura de Melo de Souza mostra que o presídio era um posto avançado em uma área de fronteira onde eram aproveitados os desocupados, como também ponto de vigilância e controle entre as áreas de efetivo controle e as áreas que possuíam altos índices de índios bravios, carijós e quilombolas. Maria Hilda Paraíso, por sua vez, aborda a lógica dos presídios no início do século XIX como sedes de um sistema mais complexo de cobertura militar de uma fronteira. Segundo esta última autora, a falência da mineração levou a profundas transformações no modelo econômico das Minas que se refletiram sobre as vidas das populações indígenas das margens. Presídios, Quartéis e Destacamentos faziam parte de um sistema, implantados principalmente para isolar os botocudos da zona do Rio Doce e do norte da Zona da Mata. No presídio residia o maior contingente de tropas e os oficiais mais graduados; nos quartéis temos as estruturas intermediárias de decisão, ali residindo tenentes, alferes e, excepcionalmente, um graduado inferior (sargento ou cabo). Dali, controla-se alguns destacamentos que são pequenos corpos de tropa que ficavam espalhados, muitas vezes usando uma simples cabana de palha como posto avançado, fazendo patrulhas ou vigiando caminhos (SOUZA, 2004: 111; PARAÍSO, 2002: 415-416).

Em nota ao seu *Jornal do Brasil*, escrito entre 1811 e 1817, Eschwege descreve os presídios como "... *locais dos guardas militares, destinados à defesa ou à civilização dos índios e também à supressão do contrabando*" (ESCHWEGE: 2002, 67, NT.47).

Ainda segundo Laura de Melo e Souza, os presídios foram, em grande parte, mantidos e desenvolvidos à custa do trabalho de desclassificados. Estes eram levados a terras remotas, as *conquistas*, para vigiar e impedir o avanço dos índios, sobretudo botocudos. Dali combatia-se o extravio do ouro. Em muitos deles viviam gentios catequizados e pacíficos, e era frequente possuírem campos de lavoura cultivados pelos criminosos e desocupados (SOUZA, 2004: 111).

Essas descrições dão lastro à memória local da existência de indígenas 'mansos' ou 'carijós' vivendo nas proximidades da povoação de Alto Maranhão, ainda que não tenha ocorrido ali o mesmo tipo de campanha militar como a que ocorria no Rio Doce, no Jequitinhonha e ao norte da Zona da Mata contra o gentio Botocudo.

Foto 1 - Ruínas do que seria o antigo posto militar do Presídio do Redondo (Alto Maranhão)

Congonhas no período Joanino e a história da siderurgia em Minas

A vinda da Corte Portuguesa ao Brasil trouxe consequências não esperadas para a história de Congonhas. Ali, onde reservas de ferro já haviam sido notadas por diversos naturalistas, notadamente pelo Inconfidente José Álvares Maciel e pelo naturalista Vieira Couto, tornou-se possível um projeto de maior vulto e superação da condição colonial. O município de Congonhas do Campo recebeu grande influência dos progressos desse período, sendo que próximo dali estabeleceu-se uma das fábricas de ferro que iniciou a siderurgia industrial do início do século XIX no Brasil. (ESCHWEGE, 1979; BAETA, 1973; BARROS; 1989)

Ao noroeste de Congonhas do Campo foi escolhido o sítio para um grande empreendimento que tinha como sócios principais o

Barão de Eschwege e a família já citadas de proprietários locais, os Monteiro de Barros. A Fábrica de Ferro Patriótica, erguida entre os anos de 1811 e 1812 sob as ordens desse mesmo alemão, Wilhelm Ludwig von Eschwege, técnico metalúrgico contratado por D. João VI, produziu o primeiro ferro industrial do Brasil em dezembro desse último ano (ESCHWEGE, 1979: 247-254).

A fábrica é responsável não só pela introdução de novo método siderúrgico, o método catalão, mas também foi palco de atração de viajantes e introduziu os primeiros alemães a se estabelecerem em Congonhas. Também atingiu positivamente a economia local, e aumentou o impacto da produção de carvão na destruição das matas da região, que já eram usadas para isso, inclusive porque ali existiram algumas forjas pequenas, do modelo de cadinhos e produção artesanal, que produziam algum ferro antes da Fábrica Patriótica (ESCHWEGE, 1979; BAETA, 1973; BARROS; 1989).

As ruínas dessa fábrica estão no município de Ouro Preto, junto à divisa com o município de Congonhas, nas margens do Ribeirão da Prata, em um ponto cercado de cavas contemporâneas da exploração do minério de ferro. A fábrica foi um importante fator de progresso econômico na região, pelo período que funcionou. Com a volta de Eschwege para a Europa, em 1821, a fábrica pode ter funcionado ainda algum tempo com métodos mais rudimentares. Diversos técnicos locais imitaram seus maquinismos. (ESCHWEGE, 1979).

Imagem 6- A carta de Eschwege, de 1821, Theil der neuven Karte der Capitania von Minas Geraes. É a mais realista da época, mostrando as alturas que cercam Congonhas, girando do Oeste em um arco para o Norte até a serra da Capão D'água ou São Julião, no Nordeste. Estão localizadas Boa Morte e Boa Esperança, assim como as lavras de Santo Antônio, a Fábrica de Ferro Patriótica, Vigia e Soledade (atual Lobo Leite). Também está, ao sul, a localidade de Redondo (atual Alto Maranhão). Um pequeno retângulo no fundo do vale, sem nome, é onde se situa Casa de Pedra.

Congonhas provincial no Brasil independente

Congonhas adentrou o período monárquico com o pesar da volta de von Eschwege, mas do período Joanino, ficara um grande aumento das atividades, proporcionado em parte pela facilidade de ali se vender ferramentas de metal a preços módicos. Foi um passo importante para tornar aquele rincão com aparência de fronteira invencível, mais integrado à economia provincial, e 'civilizar' seus recalcitrantes habitantes.

Entre os anos de 1826 e 1830, existiam por volta de 131 fogos na área urbana de Congonhas, e o total de 2.121 fogos em toda a Freguesia. Isso correspondia a uma população total da Freguesia de quase dezesseis mil pessoas. Ocorrera um aumento populacional relacionado à migração para as explorações auríferas que foram parcialmente reativadas nessa época, além do atrativo da Fábrica de Ferro Patriótica. Aumentara o número de escravos envolvidos nas diversas atividades. Em 1818, havia apenas 11.300 habitantes na Freguesia e o aumento foi de quase cinco mil pessoas em pouco mais de seis anos. A chegada de pessoas foi significativa, ainda mais se sabendo que no ano de 1818 nasceram cerca de 300 crianças na Freguesia, enquanto foram registrados 616 óbitos. Esses dados fazem perceber que no período Joanino a demografia em Congonhas se comportava como de uma fronteira de intensa atividade, com a chegada constante de forasteiros e um alto índice de óbitos (FONSECA, 2011: 379; MATOS, 1981: 136).

Da Paróquia de Congonhas do Campo dependiam onze filiais curadas: Nossa Senhora da Boa Morte; São Gonçalo; Santa Ana; Senhor do Bonfim; Nossa Senhora da Piedade; Santa Cruz do Salto; Santa Cruz do Brumado; Santa Cruz do Redondo; Santa Cruz do Suaçuí; Santa Quitéria e Nossa Senhora do Rio do Peixe (MATOS, 1981: 136-137).

Desse período o estabelecimento, mais precisamente no ano de 1827, a chegada dos Padres Lazaristas que passam a administrar o Santuário do Senhor do Bonfim e logo a seguir implantar o seminário e a escola que ali funcionaria por tanto tempo. Segundo consta dos registros históricos dos Padres Lazaristas e do próprio Santuário, teriam recebido do Imperador uma autorização para ocupá-lo pelas dificuldades que a comunidade local tivera para manter em funcionamento um espaço tão grande e complexo. Esse espaço seria ideal para que fundassem ali um colégio, pois havia necessidade por essa época de escolas na região, dentro do projeto educacional para uma país que ficara independente há poucos anos e que assistira os problemas da volta de diversos profissionais à Europa, desde o final do período Joanino, alguns anos antes. Funcionou esse colégio até 1855 (ZICO: 2000).

Congonhas do Campo na Revolução Liberal de 1842

Congonhas era, em meados do século XIX, um polo de efervescência intelectual pela presença de jornais e da instituição escolar dos padres ali instalada. Quando os Liberais apoiaram a maioridade do menino Pedro, com 14 anos, eles o fizeram através de um acordo político que impedia aos conservadores atacar liberdades das províncias alcançadas no período regencial. O *Ato Adicional de 1840* era a expressão desse acordo, que deixava parte significativa de tributos e competências às províncias (IGLÉSIAS: 1958).

Querendo fortalecer o poder monárquico, os conservadores editaram a *Lei de Interpretação do Ato Adicional*, com intuito de retirar as liberdades que o Ato Adicional resguardava. Não aceitando tal atitude, os Liberais, fortes em Minas Gerais, eclodiram a Revolução Liberal (IGLÉSIAS: 1958).

Como Congonhas tinha uma expressiva comunidade de letrados, muitos padres, alguns desses também jornalistas, era de se esperar que discordassem de diversas políticas dos Conservadores, inclusive porque algumas delas atingiam os próprios religiosos, visto que o governo Imperial decidira impedir a direção das Ordens Eclesiásticas no Brasil por padres estrangeiros (MARINHO: 1977).

Assim, detonada a revolução, a freguesia de Congonhas e as localidades maiores e próximas viveram dias de intensas movimentações de tropas de ambos os contentores: Liberais e Conservadores. Entre os combatentes que ficaram ao lado do governo Imperial havia inúmeros guardas nacionais de Congonhas, convocados pelo governador legalista para se oporem aos rebeldes liberais nas redondezas da vila (*História da Revolução de Minas Gerais em 1842*, 1943).

Quando das batalhas iniciais pela Vila de Queluz e depois, pela Vila de Ouro Branco, Congonhas se transformou em um lugar estratégico, base importante que ambos os lados buscavam reter.

Queluz, atual Conselheiro Lafaiete, foi tomada e retomada por tropas rebeldes e legalistas no mês de julho de 1842. Juntos a esses movimentos, destacamentos auxiliares se deslocavam entre Congonhas, centro importante do movimento rebelde, e as povoações próximas de Ouro Branco, Suassuí, e mais além, Cachoeira do Campo (onde se dava a junção das comunicações com os rebeldes que operavam a partir da região de Sabará) (MARINHO: 1977).

Participaram da rebelião importantes pessoas de Congonhas do Campo. Nas ações governamentais de repressão, destacou-se a família Monteiro de Barros, de onde provinham os antigos sócios do Barão Von Eschwege, na Fábrica de Ferro de Congonhas do Campo, proprietários da fazenda da Boa Esperança, no distrito vizinho de Boa Morte. Nas ações militares iniciais, foi comandante da terceira coluna governamental, até o dia 17 de julho de 1842, um membro dessa família, o coronel da Guarda Nacional, Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, mas que logo entregou o comando da coluna ao coronel José Feliciano de Moraes Cid (MARINHO: 1977).

Contudo, Congonhas foi poupada dos combates e atravessou a crise institucional que se seguiu relativamente incólume.

Viajantes em Congonhas e a atração do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos

Muitos relatos de viajantes europeus do século XIX se referem à suas passagens por Congonhas e região. O que os atraía ali foi principalmente o famoso Santuário da Irmandade de Bom Jesus de Matosinhos, foco das atenções dos que tinham pendor artístico e religioso. Hoje esse sítio se compõe da vultosa igreja, dos 12 profetas em pedra-sabão e 64 esculturas em tamanho natural, representando os 'Passos da Paixão de Cristo', sendo que, ao menos parte, foram esculpidas por Aleijadinho e policromadas pelo Mestre Ataíde.

O inglês Richard Burton dedicou várias páginas de sua obra a descrever o Santuário e a paisagem que o cercava. Comparou suas impressões com a de outros viajantes que leu - Caldcleugh e Luccock - e deixou claro em sua obra que o Rio Maranhão era eivado de explorações auríferas, descrevendo Congonhas e Matosinhos como lugares diversos, separados por esse rio (BURTON, 1976: 150-158).

Foto 2-A Igreja da Irmandade do Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas do Campo.

A origem do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, segundo consta nas compilações dos primeiros acontecimentos na região, foi devido a uma promessa de um minerador português, de nome Feliciano Mendes, de erguer um santuário se ficasse são de doença que lhe sobreveio. Não se sabe ao certo os detalhes dessa promessa e a história desse minerador, conta-se apenas que ele demorou alguns anos juntando os valores necessários, pedindo donativos por toda a região levando um oratório do Bom Jesus de Matosinhos. Foi registrado, porém, o início das obras, no ano de 1757. Quando Feliciano Mendes morreu, em 1765, as obras teriam continuado por iniciativa de parentes e devotos. A igreja, bem adiantada, ficou pronta por volta de 1796. Nos anos seguintes, vieram os acréscimos das capelas dos passos, as imagens, as esculturas de Aleijadinho - Antônio Francisco Lisboa - e seus discípulos. A obra só teria finalmente terminado na década de 1810 e atraiu imediatamente a atenção de religiosos e viajantes, muitos dos quais foram a Congonhas quase exclusivamente com o intuito de visitá-la (ANDRADE, 1993; BARBOSA, 1995: 94-95; FIGUEIRA, 2000: 120).

"Um português, de nome Feliciano Mendes, como tantos outros, dispunha seus negócios e preparava-se para regressar à pátria. Atacado por grande enfermidade fez promessa ao Senhor Bom Jesus. Curado, não mais pensou no plano de regresso. Homem de fé viva e cheio de gratidão pelo benefício recebido construiu uma grande cruz e plantou-a no alto do morro do Maranhão, no caminho do povoado do Redondo. Junto à cruz, edificou um nicho, onde colocou a imagem do Bom Jesus. Logo em seguida, deu início à construção de uma ermida. Três anos depois, estava coberta e já recebia visitas de quantos ansiavam por uma graça" (BARBOSA, 1995: 94-95).

Imagem 7 - Romaria em meados do século XX. http://www.dzai.com.br/welersongaf/foto/galeria?fot_id=54339

Contudo, a tarefa se mostrava para além das forças de um só homem de recursos limitados e, assim, já abandonada a mineração pelo devoto, este se entregou totalmente à tarefa de pedir auxílios para sua obra inconclusa. Para tal enviou missiva ao Rei de Portugal, D. José, recebendo em resposta um alvará que o nomeava 'ermitão' da '*ermida do Senhor Bom Jesus de Matosinhos*' (BARBOSA, 1995: 94-95).

"Nas suas andanças, veio a falecer em Antonio Pereira, a 23 de setembro de 1765, sem terminar a igreja. Um sucessor continuou a obra e um segundo sucessor fundou a Irmandade do Bom Jesus e conseguiu a graça do Jubileu. Mais tarde, foi a ermida substituída pelo magnífico Santuário, centro das peregrinações conhecidas, e onde se guarda, como relíquia histórica, a primitiva cruz construída por Feliciano Mendes" (BARBOSA, 1995: 94-95).

Porém, problemas financeiros constantes, agravados com as dissidências religiosas e as consequências de médio prazo da Revolução Liberal de 1842 tornaram pouco a pouco o colégio um projeto difícil de manter. Assim, em 1855, não foi mais possível aos lazaristas manter despesas crescentes, sendo donativos e rendas cada vez menores, já que não tinham anexos ao Santuário, terras ou outras facilidades. Comunicaram ao Imperador, agora D. Pedro II, que desistiam da doação e se retiraram em prol de outros projetos que mantinham, no Colégio do Caraça, no Seminário de Mariana e outros lugares (ZICO: 2000).

Imagem 8- Vista parcial de Congonhas a partir da Igreja da Irmandade do Bom Jesus do Matosinhos, com uma das capelas dos passos em primeiro plano, cerca de 1950. http://www.dzai.com.br/welersongaf/foto/galeria?fot_id=54339

O Santuário, não estava propriamente em Congonhas, já que esta localidade era irmã de outra, na margem oposta do Rio Maranhão. Só muito depois o nome de Congonhas começou a ser usado para designar o povoamento de ambas as margens. O viajante Inglês John Luccock descreveu assim o povoamento da margem oposta a Congonhas: "*Matozinho é uma pequena vila, bonita, animada e limpa, composta de cerca de cento e cinquenta casas e muitas igrejas. Dependura-se à barranca setentrional do Paraopeba, defronte de Caacunha (Congonhas)...*" (LUCCOCK, 1975: 345).

Após períodos de abandono, foi por fim, em 1924, a administração do Santuário confiada aos padres Redentoristas (BARBOSA, 1995: 94-95).

O mesmo inglês John Luccock, um dos primeiros viajantes a passar por Congonhas, descreveu o terreno entre a Fazenda do Rodeio em direção a Congonhas, para oeste. Esse terreno acidentado corresponde ao distrito de Soledade, hoje Lobo Leite, no leste de Congonhas, onde se encontravam diversas fazendas importantes e muitas explorações auríferas desde o século XVIII. Ali passara: "*... por sobre um terreno acidentado, pois que evidentemente estávamos a passar os pequenos veios d'água da região, em linha reta, trecho em que o solo e os minerais mudavam muito abruptamente*" (LUCCOCK, 1975: 345).

John Luccock descreveu brevemente o arraial, visto de Norte para o Sul:

> *"Caancunha (Congonhas), situada sobre as íngremes barrancas do rio, apresenta agradável aspecto, quando contemplada pelo norte. Contém cerca de duzentas casas e algumas igrejas. Uma delas, posto que diminuta em tamanho, rivaliza por seus esplêndidos ornatos com os mais admirados dos edifícios eclesiásticos do Brasil. Constituía ela o objeto principal da minha visita à localidade, ocupando-me quase a totalidade da permanência ali. Sob mais de um ponto de vista, merece considerar-se como a Loretto deste país" (LUCCOCK, 1975: 346).*

Os naturalistas Bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius também estiveram de passagem pela região, em 1817, mas nada registrando que não uma breve descrição da paisagem e seus alguns morros e cadeias de montanhas (SPIX & MARTIUS, 1981: 196-197).

Segundo Saint-Hilaire, outro viajante, agora um francês, que passou por Congonhas vindo de Ouro Preto, passando por Cachoeira do Campo e pela antiga Fazenda do Pires, Congonhas do

Campo deve sua fundação a mineradores que encontraram muito ouro às margens do Rio Santo Antônio, nas cabeceiras do Rio Congonhas e ao redor da Aldeia, o que é um início espacialmente muito esparso (SAINT-HILAIRE, 2004: 91-92).

Ele observou que "... *as encostas dos morros rasgadas e reviradas de todos os modos atestam o trabalho de maior vulto. Congonhas cai então em decadência, como tantas outras aldeias, vendo-se grande número de casas mal conservadas ou mesmo abandonadas*" (SAINT-HILAIRE, 2004: 92).

Saint-Hilaire, naturalista, principalmente um denodado botânico, não deixou, entretanto, de ir e se encantar com o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, descrevendo-o detalhadamente.

Um Inglês, Alexander Caldcleugh, visitando o Brasil nos anos de 1820 e 1821, ao passar por Congonhas topou com uma festividade religiosa que tornou difícil até mesmo achar pouso para dormir. Era 12 de setembro, dia da festa do Santo Nome de Maria, e dia dedicados a São Nilo e São Guido de Anderlecht. Não foi registrada qual destes era comemorado pelo grande número de fiéis que havia na cidade, mas suspeita-se que as comemorações possam envolver todos os três, ou pelo menos a primeira e a última, pela devoção geral no Brasil pelas festas associadas ao nome de Maria, assim como o fato de a hagiografia informar que o último santo, Guido de Anderlecht, é considerado o protetor de trabalhadores rurais, de cocheiros, dos cavalos e das cocheiras (lugar) (CALDCLEUGH, 2000: 119-120).

Chegando a Congonhas por volta das duas horas da tarde, Caldcleugh e seus companheiros encontraram as ruas apinhadas de gente. Todas as casas se encontravam ocupadas e pessoas se estendiam em colchões pelas ruas. Sequer encontravam abrigo contra o sol forte. Apenas mais tarde conseguiram pouso em uma pequena cabana bem periférica, um pouco mais distante da cidade. Durante toda a tarde ele vira os fiéis entrarem e saírem de uma igreja a outra para ouvir sermões, até que por volta das nove horas da noite a cidade silenciou por completo (CALDCLEUGH, 2000: 119-120).

Outro Inglês, Charles James Fox Bunbury, passou rapidamente por Congonhas em janeiro de 1835, deixando parcas impressões sobre as redondezas e lá não se demorando mais que um pernoite (BUNBURY, 1981: 93).

A descrição mais completa de Congonhas no terceiro quarto do século XIX foi de Sir Richard Burton. Esse aventureiro inglês descreveu minuciosamente a área urbana e os arredores de diversas localidades por onde passou. Sobre Congonhas, a primeira impressão foi sobre o espaço em que ela foi construída:

> *"A localidade se situa na parte meridional de um lindo vale, em oval, cujo longo diâmetro, de nordeste para noroeste é formado pelo Rio Maranhão. A água corre em uma terra coberta de verdura esmeraldina um rico terreno de prados, raro em Minas, onde as depressões são estreitas. Cortes e entalhes de argila branca, vermelha e amarela na parte superior do leito são os únicos vestígios de minas de ouro, outrora ricas" (BURTON, 1976: 150).*

Em sua viagem de 1867 pelo centro de Minas Gerais, a primeira visão geral que teve da paisagem entre Congonhas e Ouro Branco, Burton assim descreve:

> *"Cerca de três horas da tarde, quando a viagem se tornara uma delícia, chegamos à crista de um morro e, de repente, avistamos Congonhas, como Trieste é avistada, ou melhor, como Trieste era avistada, outrora, de uma velha diligência. A localidade se situa na parte meridional de um lindo vale, em oval, cujo longo diâmetro, de nordeste para noroeste, é formado pelo Rio Maranhão. A água corre em uma terra coberta de verdura esmeraldina em rico terreno de prados, raro em Minas, onde as depressões são estreitas. Corte e entalhes de argila branca, vermelha e amarela na parte superior do leito são os únicos vestígios das minas de ouro, outrora ricas. Para o norte, fica a vasta e fragosa serra, reta e semelhante a um paredão; é chamada Serra (de N. Sra.) da Boa Morte, nome de uma aldeia e uma capela dessa invocação; seu ponto culminante é o Pico do Itabira, que avistamos então, e, naquele ponto, ela forma um semicírculo que se estende até as montanhas de Congonhas, um maciço a oeste. Para leste, fica a grande cadeia de Ouro Branco, cujo aspecto varia muito, de acordo com os diferentes ângulos em que é observada" (BURTON, 1976: 150).*

A religiosidade era o mote da vida no arraial, causando viva impressão ao viajante, principalmente a presença de templos de arquitetura inesperada para aqueles rincões afastados do sertão:

"À primeira vista, Congonhas parece ser toda uma igreja e um convento. Logo, porém, aparece um segundo templo, mais para o vale ribeirinho; tem duas torres e é pintado de branco e preto..." (BURTON, 1976: 150).

Também esse viajante inglês reclamou das dificuldades de se conseguir alojamento confortável e da contradição entre os maus alojamentos e o número enorme de peregrinos que ali chegava. Preferiu dormir mal alojado, já que estava cansado para poder prosseguir viajem. As habitações foram cuidadosamente observadas:

"Casas caiadas, ofuscantes à luz solar, espalham-se formando uma linha no eixo transversal entre os dois santuários. Descemos uma ladeira rochosa e calçada, de uma inclinação excessiva, e em breve, nos vimos sob o teto do Alferes Gurgel de Santa Ana..." (BURTON, 1976: 150).

James W. Wells, outro inglês, talvez o último que registrou ter passado por Congonhas no Período Monárquico, veio por Barbacena e seguiu pela Serra da Boa Morte para o vale do Rio Paraopeba. Ele avaliou Congonhas como pitoresca e interessante povoação:

"No primeiro plano, à esquerda, ficam os prédios espalhados, de considerável pretensão e tamanho, da igreja, convento e colégio de Nossa Senhora da Conceição, tornando as casas da cidade bem inferiores em comparação; no terreno côncavo a nossos pés ficam os telhados vermelhos e paredes brancas reluzentes das casas e lojas. O Rio Maranhão, um curso de águas claras no fundo do vale, meandra sobre cascalho e matacões, por entre margens de relva verde; além dele, na elevação, ficam as casas da vila e a igreja de Matozinhos..." (WELLS, 1995: 97-98).

Wells foi além das observações arquitetônicas, mas não as detalhou, teve uma forte impressão da localidade, mas ali não se deteve: "Ora, esta Congonhas do Campo é não apenas uma localidade muito pitoresca e atraente, mas é também cheia de prédios curiosos com coisas curiosas dentro" (WELLS, 1995: 98).

Mesmo assim, Wells não deixou de notar que ali ainda havia a procura do ouro por todos os lados. Ao deixar Congonhas para trás registrou: "*Ao cruzarmos o Rio Maranhão vemos lavadeiras trabalhando, batendo nas pedras chatas as roupas molhadas. Perto delas está um negro, bateia na mão, cheia do cascalho do leito do rio, garimpando ouro*" (WELLS, 1995: 99).

A Estrada de Ferro

A Congonhas monárquica, dos meados do século XIX, foi um centro principalmente religioso, com a vida cotidiana dominada pela presença dos padres, uns poucos professores leigos, alunos das instituições de ensino católicas, visitantes e romeiros que iam e vinham às igrejas e ao Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, em cujas redondezas estavam fazendas que tratavam de plantar gêneros de subsistência, um pouco de cana de açúcar e a criar algum gado, cavalos e asnos. Nos ribeirões e antigas lavras, vez por outra havia a tentativa de reativar a mineração, talvez pelo sucesso esporádico de algum garimpeiro errante – pois que eles sempre estiveram ali – e em geral com pouco sucesso e muito desperdício. A produção de ferro depois de 1821 pode ter se mantido apenas marginalmente, perdida sua escala.

Quando em 1880 foi inaugurada a estação ferroviária de Carandaí - algumas dezenas de quilômetros ao sul de Congonhas - se acirra a discussão, crucial ao futuro do povoado, sobre que traçado a Estrada de Ferro Dom Pedro II tomaria: se pelo vale do Rio das Velhas, ou se pelo Vale do Rio Paraopeba (TELLES, 2011: 68).

Essa discussão importante se relacionava ao futuro, pois abria a possibilidade de atividades em escala se estabelecerem na região, e com maior lucratividade, já que o alcance e a capacidade de transporte da ferrovia eram notórios. Era comum entre os políticos e gente com algum letramento circularem histórias de localidades que cresceram por causa da construção de ferrovias e de outras, próximas, mas não bafejadas pelas benesses dos trilhos, definharem, perdendo seus trabalhadores para locais à beira das linhas e em torno de estações.

As notícias chegavam a Congonhas incessantemente, inclusive porque pessoas ligadas ao distrito estavam envolvidas nas construções das linhas: entre 1876 e 1881, o engenheiro chefe das construções era Antonio Augusto Monteiro de Barros, ligado a uma família tradicional em Congonhas, proprietária de diversas fazendas e lavras, e antigos sócios de Eschwege na Fábrica de Ferro Patriótica, com grande influência na Corte. A partir de 1885, o mesmo cargo foi ocupado por Francisco Lobo Leite Pereira, de outra tradicional família local, também ligada aos primeiros habitantes e de grande influência política, cujo nome foi dado posteriormente ao distrito de Soledade.

O distrito vizinho de São Julião, que encampou territórios tradicionalmente pertencentes a Congonhas, inclusive a Fábrica de Ferro Patriótica de Eschwege e dos Monteiro de Barros, seria também rebatizado com o nome de um Diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, falecido prematuramente: Miguel Burnier (TELLES. 2011: 70).

Porém, a modernidade ainda no século XIX foi para Congonhas algo próximo, mas fugidio, encerrada em 1821 com a volta de Eschwege e outros técnicos para a Europa; reacesa nas mentes por alguns projetos mineradores que não tiveram sucesso, como a *Companhia do Morro das Almas*; estimulada mais uma vez pela visita de técnicos franceses e alunos da Escola de Minas de Ouro Preto (município ao qual Congonhas pertencia), inaugurada em 1876. E, finalmente e literalmente, 'passando ao largo' em 1887, quando a ferrovia passa no extremo leste do distrito e gira na direção de Ouro Preto, chegando ali apenas em 1889 (ESCHWEGE, 1979; CARVALHO, 2002; TELLES, 2011:70-71).

Congonhas perde gradualmente importância no final do século XIX, tanto como caminho, já que a fronteira se dissolvera gradualmente e se transferira para outros lugares, quanto pelo fim das atividades do Colégio do Santuário. Sua atividade religiosa e econômica ainda era intensa, com o comércio de gado muar movimentando as feiras nos meados do ano. Nos últimos anos do Império, a Estrada de Ferro Dom Pedro II se insinuara nos arredores, fazendo o preço das terras no distrito de Soledade (Lobo Leite) subir e, como vimos, causando esperança de chegada do 'progresso'. Sabia-se que era planejado um ramal do vale do Rio Paraopeba, ainda que não se soubesse detalhes de seu trajeto. Tal vale era conhecido por ser local de maleitas e sezões, onde se adoecia de doenças tropicais facilmente, mas era considerado por muitos engenheiros o caminho melhor para a ferrovia alcançar o Rio São Francisco.

Socialmente pouco mudara: os pedintes eram ainda muitos no Santuário, o comércio mantinha-se tímido e só ganharia um crescimento maior no início da República, quando novas atividades aparecessem. A vida social da cidade ainda girava exclusivamente das festas do calendário religioso, mesmo que em certas datas se estabelecessem intensas feiras, dando algum alento aos comércios e hospedarias.

Imagem 9- Vista Parcial de Congonhas e seus visitantes. http://www.dzai.com.br/welersongaf/foto/galeria?fot_id=54339

O município de Congonhas a partir da República

A República não mudou profundamente os projetos possíveis para Congonhas do Campo. As expectativas políticas eram relacionadas mais às adesões políticas - ou não - ao novo governo, de antigas importantes figuras do Império, principalmente aquelas personalidades mais envolvidas com a região e com o projeto da *Estrada de Ferro Dom Pedro II*, agora rebatizada de *Ferrovia Central do Brasil*.

Mesmo com a inauguração de uma estação específica para atender as demandas dos produtores e população de Congonhas, esta era muito longe das principais fazendas, ainda que não muito da área urbana. A estação se chamava *Jubileu* e funcionava já em 1902, mas foi desativada alguns anos depois. Ficava um pouco adiante da Estação de Joaquim Murtinho, que tinha sido construída ao norte de Queluz para ser o ponto de divergência da estrada para o ramal do Paraopeba.

Algumas explotações minerais se abriram ali. No entanto, o ouro ainda estava na mente dos habitantes. O manganês e o minério de ferro, que retomariam a prosperidade da cidade, assim como um novo ciclo de produção de carvão, direcionado agora à Usina Wigg, fundada em 1893 no distrito vizinho de São Julião, ainda esperariam mais alguns anos para acontecer.

MUNICIPIO DE QUELUZ

ESCALA 1:400.000

AREA E POPULAÇÃO

DISTRICTOS	AREA EM Km²	POPULAÇÃO EM I-IX-1920 Absoluta	Por Km²
Queluz	437,52	16.474	37,65
Alto Maranhão	120,70	3.306	27,39
Capella Nova das Dores	103,09	4.657	45,17
Caranahyba	80,46	3.369	41,87
S. João do Carrapicho	150,87	2.648	17,55
S. Caetano do Paraopeba	100,58	2.402	23,88
Cattas Altas de Noruega	168,47	4.626	27,46
Christiano Ottoni	135,78	2.853	21,01
Itaverava	201,16	5.241	26,05
Lamim	138,30	3.202	23,15
Sant'Anna do Mº do Chapéo	125,73	3.503	27,86
Santo Amaro	173,50	2.587	14,91
Município	1.936,16	54.868	28,34

Joaquim Moreira Barbosa, des.

Commissão Mineira do Centenario — Bello Horizonte —

Direitos Reservados — Impr. na Lith. Hartmann - Juiz de Fora

Imagem 10- Mapa do Município de Queluz, de 1912, mostrando em tons seus distritos, sendo que no canto esquerdo superior está o de Alto Maranhão, ex-Redondo, atualmente pertencente a Congonhas do Campo.

Algum progresso adveio indiretamente com contratos de fornecimento entre fazendeiros e minerações, em distritos ou municípios vizinhos que tiveram melhor sucesso com suas explorações. Escolas foram reabertas, a população urbana aumentou pouco a pouco, o comércio melhorou.

Na década de 1920, novas estradas de rodagem começaram a ser construídas, melhorando o acesso a Congonhas. O trecho da BR-4 que conduzia o fluxo de automóveis que vinham do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, sendo tortuosa, passando pelo distrito de Miguel Burnier, começou a ser retificado e aproximou-se de Congonhas, aumentando o número de viajantes a se hospedarem, consumirem serviços nas proximidades e no próprio centro da povoação, ainda que não precisassem cortá-la.

Isso melhorou também as condições de investimento agrícola e da pecuária local, sempre carente de transportes adequados, suplementos e apoio técnico. O tempo de viagem de Congonhas a outras cidades da região e, principalmente, da capital Belo Horizonte, diminuiu consideravelmente.

Imagens 11 e 12- Trechos complementares das cartas de 1912 dos municípios de Ouro Preto e Queluz que abrangem os territórios formadores do atual município de Congonhas. Aparecem a rede hidrográfica básica, estradas de rodagem e as ferrovias, inclusive o ramal do Paraopeba, com a referência, próxima à estação de Caetano Lopes, da bitola de 1,60 desse ramal.

O ápice dos investimentos minerais se deu por volta da Primeira Grande Guerra, depois decaindo pelas dificuldades no final da década de 1920. O final da década de 1930 trouxe outro surto de exploração, que durou até pouco além do final da Segunda Guerra. Durante esse segundo ciclo promulgou-se o Decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, que criou o município de Congonhas do Campo. Dez anos depois, a lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, mudou a denominação para Congonhas (BARBOSA, 1995: 94-95). A população chega à década de 1950 com mais de 40 mil habitantes.

Novamente as explotações diminuíram no início da década de 1950 para irem aumentando lentamente, sendo retomadas mais intensamente no final do decênio de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822.* Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
ANDRADE, Mário de. *A Arte Religiosa no Brasil: Crônicas – Revista do Brasil*. Rio de Janeiro: Experimento/Giordano, 1993.
ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.
BAETA, Nilton. *A Indústria siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: S/Ed, 1973.
BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
________________________. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/ Imprensa da UFMG, 1971.
BARROS, Geraldo Mendes. *História da Siderurgia no Brasil: Século XIX*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.
BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981.
BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
CALDCLEUGH, Alexander. *Viagens na América do Sul*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.
CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua legislação. Vol III*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.
CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista dos sertões mineiros. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, n.38. 574-598, jul/dez 2007.
CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999 (vários trechos e documentos).
COSTA, Antônio Gilberto da *et. al*. Os mapas de José Joaquim da Rocha. In: COSTA, Antonio Gilberto da *et. al*. (Org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. 413-429. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.
ESCHWEGE, Willhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis. Vol I*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
________________________. *Jornal do Brasil, 1811-1817 ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Técnicos e Culturais, 2002.
FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Cidades Históricas e o Barroco Mineiro: um roteiro de visitas.* Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
FILHO, João Dornas. *O ouro das Gerais e a civilização da Capitania*. Col. Brasiliana. Vol. 293. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'El Rey: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989.
GOMES, Francisco de Magalhães Gomes. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
História da Revolução de Minas Gerais em 1842, exposta em um quadro chronologico, organisado de peças officiaes das autoridades legitimas; dos actos revolucionários da liga facciosa; artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente, e de outros documentos importantes, e curiosos sobre a mesma revolução. Rio de Janeiro: Typographia de J. J. Barroso e Comp., 1843.
IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.
JÚNIOR, Augusto de Lima. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1977.
MATOS, Raimundo da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Vol. I*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1981.
Registros de diversas cartas-patentes concedidas por D. Braz Balthazar da Silveira. Carta patente de Coronel da Companhia de ordenanças dos Privilegiados, concedida em 1714. In: *REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO* (RAPM), Volume III. 107. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.
RENGER, Frederich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. v. I. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. p. 103-126.
SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.
SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2004.
SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich von. *Viagem pelo Brasil*. Vol I. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981.
TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia Ferroviária no Brasil*. Rio de Janeiro: Notícia & Cia., 2011.
VASCONCELOS, Diogo Pereira de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: *1711-1725*. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 17, N.34, São Paulo, 1997.
ZICO, José Tobias. *Congregação da Missão no Brasil. (1820-2000)*. Belo Horizonte: Santa Clara/Lithera Maciel, 2000.
Documentos Cartográficos:
Cartografia Histórica:
Carta Geografica do Termo de Villa Rica, em q se mostra que os Arrayaes de Catas Altas da Noroega, Itaberaba, e Carijós lhe ficam mais perto, q ao da Villa de S. José a que pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q se toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala ou Petipe de léguas. Ca.1766. AHU (n. 253/1160).p.222 In: COSTA, Antonio Gilberto da. Et. Ali. (Org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
Mapa do município de Queluz - Album Chorográphico de MG, 1912.
Mapa do município de Ouro Preto - Album Chorográphico de MG, 1912.
Mapa abrangendo a região entre o alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba, o Rio Pitangui (atual Pará) e o Rio São Francisco. Região das minas do ouro. Diogo Soares. ca. 1734-1735. In: COSTA, Antonio Gilberto da. Et. Ali. (org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Jacobo Cocleo – 1699. AHEx. COSTA, Antonio Gilberto da. Et. Ali. (Org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
Mappa do Termo da Real Villa de Queluz, segundo as observações de Capaci e, Demos Correctas, e emendadas as alturas variantes para conhecimentos da verdade- 1790 AHU. In: COSTA, Antonio Gilberto da et. al. (Org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 223.
Teil der neuen Karte der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von Eschwege, 1812 – BN. In: COSTA, Antônio Gilberto da *et. al*. (Org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 191.

SITES CONSULTADOS:

http://www.dzai.com.br/welersongaf/foto/galeria?fot_id=54339
http://www.lagoasanta.com.br/cronicas/ago_09.htm

CAPÍTULO 4

HISTÓRIA DA MINERAÇÃO EM CONGONHAS DO CAMPO

Marcus Duque Neves

História da Mineração em Congonhas do Campo

Marcus Duque Neves

Minas Gerais, como o nome sugere, surgiu do sucesso bandeirante em encontrar ouro no conjunto de serras que formam o chamado quadrilátero ferrífero, parte importante da cadeia do Espinhaço e centro montanhoso foco das primeiras populações urbanas coloniais nessa capitania. O território de Congonhas do Campo é um espaço privilegiado nesta história e um dos lugares em que o ouro foi encontrado bem cedo, fixando ali, já na borda oeste do quadrilátero, um povoado que cresceu e se tornou parte importante do caminho de São Paulo e Rio de Janeiro para o centro das Minas.

Mas a história da explotação mineral da Congonhas antiga vai muito além do ouro, já que outros minerais foram explotados muito cedo em diversas paragens desse território. Desde os primórdios se extraiu a pedra-sabão que serviu a tantas obras públicas e artísticas, as mais notáveis, de Antônio Francisco Lisboa, chamado 'O Aleijadinho', cujas esculturas representando os profetas se tornariam símbolo de Congonhas. Também ali próximo funcionou pequena forja de ferro, ainda no período colonial, da qual não restam mais do que a referência à sua existência. No período Joanino, no final do ano de 1812, o alemão von Eschwege construiu e fez correr o primeiro ferro industrial na *Fábrica Patriótica*, dando uso mais intenso ao minério de ferro de ótima qualidade ali existente. Essa fábrica era tratada por vários nomes, o mais usado, referente à sua localização: *Fábrica de Ferro de Congonhas do Campo*.

Apesar de hoje não mais pertencerem ao território do atual município de Congonhas do Campo, várias explotações minerais que estão hoje a leste e nordeste do município, já nos distritos de Miguel Burnier e Bação, pertencentes ao município de Ouro Preto, são associados historicamente a Congonhas, assim como outras existentes em Belo Vale, ao norte, no distrito de Boa Morte. Partes dos atuais municípios de Jeceaba e São Brás do Suaçuí foram, em determinadas épocas, tratadas como áreas de Congonhas, ainda que se saiba menos sobre as explotações antigas dessas localidades.

Das primeiras minerações de Congonhas e do seu entorno, não é possível saber ao certo qual a primeira. Desconfia-se, porém, que pelo trajeto das bandeiras conhecidas, o ouro foi descoberto primeiro na Soledade e no Alto Maranhão, e a seguir, no Médio e Baixo Maranhão e em seus afluentes: primeiro nos da margem sul, nas cabeceiras, como o Pequeri (um mapa antigo dá pistas sobre isso), e logo a seguir, nos da margem norte, que existem em grande número e ficaram na história como sendo os de maior riqueza, fazendo fortunas de umas poucas famílias, a mais notória delas, a dos Monteiro de Barros. Mais tarde, em 1814, Eschwege listou nos quatro distritos da freguesia de Congonhas – São José do Paraopeba, Congonhas, Boa Morte e Soledade – onze minerações ativas pelos idos de 1814.

Imagem 1 - Recorte da região de Congonhas como aparece no Mapa da Maior Parte da Costa e Sertão do Brasil, extraído do original do Pe. Jacobo Cocleo, cerca de 1700. Nessa região os descobertos auríferos estão nos ribeiros menores, nas cabeceiras. O hábito de se deslocar pelos divisores de águas quando possível, por questões de melhor observação do terreno e de se defender dos ataques indígenas, faziam que, por vezes, os descobertos iniciais fossem nos ribeiros menores.

A história da toponímia é um pouco confusa, com batismos que sobrepujam outros anteriores, como no caso da Serra dos Paulistas, cujo nome caiu em desuso para o termo Serra do Esmeril, nome de uma fazenda ali implantada, referente a um tipo de solo escuro. Os córregos de Santo Antônio, Casa de Pedra e Esmeril também parecem ter passado por rebatismos, perdendo antigos nomes indígenas ou de seus descobridores – que não é possível mais relacionar com certeza, apesar de documentos ainda apresentarem nomes cuja localização não foi identificada - em benefício de nomes de fazendas implantadas ali em meados do século XVIII em diante e, no caso do ribeirão Casa de Pedra, para um nome de origem popular, já nos meados do século XIX.

Observa-se, no entanto, que apesar de focalizarmos o território da atual Congonhas do Campo, vez por outra, não se pode deixar

de citar minerações circundantes, que historicamente estão associadas ao seu passado. Vinham desse Arraial, e logo, Freguesia, diversos suprimentos necessários ao trabalho. Ali residiam diversos profissionais liberais que acudiam as explotações, como 'cirurgiões' e 'dentistas' práticos; uma parcela da mão de obra flutuante; atravessadores de mercadorias; comerciantes, boiadeiros e negociantes de cavalos e mulas. Além disso, ali estavam vários proprietários; os padres que atuavam nas capelas próximas às minerações e outras autoridades menores, necessárias à Freguesia. Esta informação denota a importância social e econômica da antiga circunscrição territorial de Congonhas e seu Arraial para essas minerações e outras atividades afins.

Outra ponderação sobre as peculiaridades desse território é que muitos lugares mantiveram duas ou mais denominações que se sobrepunham, tanto em alguns trechos das serras, como em regiões contíguas. Por vezes, há um termo que designa um antigo proprietário, e outro que se refere à região ou ao setor de serra ou morro e que pode ser mais antigo ou mais recente. Referências idênticas aparecem em lugares diferentes em documentos, ou então, com corruptelas dos nomes procurados. O tempo apagou certas memórias e através de mapas mais antigos e referências cruzadas se tenta aqui recuperar algo, resumindo o essencial. Este capítulo não tem a pretensão de esgotar a pesquisa e muito ainda pode ser feito pelo resgate da história de Congonhas.

Origens: Mineração nas Lavras de Aluvião, Tabuleiros e Grupiaras

O primeiro mapa que identifica com razoável certeza a existência de mineração aurífera nas cabeceiras do Rio Paraopeba é o *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Padre Cocleo*, confeccionado por volta de 1700. Nessa antiga carta é possível identificar o Rio Paraopeba seguindo para o norte, com o nome de Água Rica, entre o Rio das Velhas e o Pitangui; assim como a indicação de pontos vermelhos nas suas cabeceiras, em que se podem identificar os dizeres: *Minas achadas em 1699* (RENGER, 2007: 111-112).

Imagem 2- Recorte da 'CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica, em q se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de Santo Antônio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de Léguas', com a área aproximada da influência da Freguesia e da presença das principais propriedades das mais importantes famílias de Congonhas na segunda metade do século XVIII. Fonte: COSTA, Antônio Gilberto (Org). Cartografia da Conquista do Território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 222.

Existem indícios fortes da passagem de diversos bandeirantes pela região das Congonhas, anteriormente a 1699, provavelmente nas proximidades do Rio Maranhão, indo abaixo, em demanda do Paraopeba, ou ainda, no outro extremo, nas proximidades do Rio Soledade. Nesse último, próximo ao caminho que seguia ao Rodeadouro da Itatiaia, há documentos comprobatórios da existência de roças de abastecimentos muito cedo. Os objetivos eram capturar índios e buscar riquezas minerais, buscando o Rio São Francisco e o Sumidouro do Rio das Velhas - áreas conhecidas e de caminhos abertos pela Bandeira de Fernão Dias Paes Leme, seus filhos e seu genro Manuel de Borba Gato (FRANCO, 1989; VENÂNCIO, 1997).

A historiografia considera que nesse período ocorreu o aparecimento do primeiro povoamento de Congonhas, que coincide com a década de 1690. No entanto, muitos historiadores têm evitado afirmá-lo categoricamente pela simples falta de documentos comprobatórios, já que os relatos são em geral, silentes. Mais usual é citar o termo de criação da Freguesia em 1734. Contudo, isso não é o mesmo que identificar o início do povoamento ali, mas sim identificar o documento oficial mais antigo que dá notícia de sua existência. O mapa do Padre Cocleo pode ser validamente usado como um forte indício da ocupação anterior, concomitante com os primeiros descobertos oficiais.

No início, a mineração dos garimpos era ainda pouco impactante, com os mineradores práticos possuindo, em geral, apenas conhecimentos básicos de como achar e explotar os aluviões e os tabuleiros da rede hidrográfica da região. Mas seus números logo aumentariam exponencialmente com o terreno e a natureza ao redor sofrendo as consequências das práticas imprudentes desses grupos. Desviando as águas com cercados, arrimos e desvios simples, usavam ferramentas rudimentares para desagregar as terras e chegar aos cascalhos. Bateavam as areias e os produtos dos desmontes no leito dos córregos e em contiguidade à área inicialmente explorada.

Não muito depois se iniciou o processo de desmonte dos morros ao redor dos córregos, com as extrações subindo algumas vertentes mais promissoras. O geólogo e historiador Frederich E. Renger evidencia que a evolução da legislação mineral coloca pistas sobre o período em que as lavras de 'Grupiara' ou 'Talho Aberto' - ou seja, os socavões que subiam as serras contíguas às explotações de aluvião e tabuleiro – começaram a se tornar comuns nos morros de Minas. Ele argumenta que a estrutura do primeiro *Bando* que regulamenta o uso das águas é a Carta Régia do Conde de Assumar, de 24 de fevereiro de 1720, conhecida como 'Provisão de Águas', indica uma necessidade clara de gerir conflitos que só existiriam em um contexto de sua falta ou desperdício, característico da popularização das técnicas de desmontes das encostas (RENGER, 1999: 157-158).

Isso indica que é no final da segunda década do século XVIII que se torna importante dirimir conflitos sobre mais um recurso necessário para produzir os desmontes nos morros: a água. Se ocorreram anteriormente crises de abastecimento, como na 'Fome de 1701-1702', agora outras limitações precisam ser impostas à mineração realizada sem previdência. Da mesma forma que o suprimento alimentar teve que ser objeto de leis, agora o foco é o transporte e também o uso da água. Como se pode verificar, ao consultar outras fontes não havia dispositivos legais nem citações de viajantes ou autoridades antes de 1720 sobre os trabalhos nas encostas, o que sugere que a maior parte do trabalho de extração se dava ainda nos córregos e suas margens (RENGER, 1999: 158-159).

Primeiramente foram as areias e cascalhos dos rios a serem explotados no Maranhão e Soledade. Em suas margens, ainda existem cicatrizes que testemunham o furor do início da exploração bandeirante. O auge da riqueza extraída nos primeiros tempos levou em algumas décadas à necessidade de maior controle na Freguesia de Congonhas do Campo por dez abastados mineradores (ALMEIDA, 2000: 221-225; BARBOSA, 1995: 94-95).

Isso demonstra que a riqueza se concentrou gradualmente em algumas famílias, logo depois das primeiras décadas, talvez relacionada tanto com a necessidade de maiores capitais e gestão mais racional da mineração, como pelo processo normal de nomadismo dos garimpeiros mais pobres, não articulados com os poderosos locais (CARRARA, 2007).

Uma listagem de 1746 citada parcialmente por Augusto de Lima Júnior e mencionada em uma de suas obras, datada de 1962, indica os principais detentores das riquezas na região. Esse documento se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino português e foi transcrito pela historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida (2000). O objetivo

original desse opúsculo foi elencar, apesar de grafias um pouco diferenciadas, os homens mais ricos de Minas Gerais e sua função, dentre eles: Antônio Luís da Costa, mineiro; Capitão Antônio Francisco França, mineiro; Capitão Antônio José Belos (Belles?), mineiro; Doutor Antônio Monteiro de Barros, mineiro; Bartholomeu Correa Leite, mineiro; Bento Gonçalves Pacheco, mineiro; José Nobre dos Santos, mineiro; Manuel Fernandes da Silva, mineiro; Manuel Francisco de Souza, mineiro; Manuel Simões, mineiro (ALMEIDA, 2000: 221-225).

A partir desse período, em meados do século XVIII, inclusive época da chegada do patriarca da família Monteiro de Barros à região (1750) e da família Lobo Leite, pode-se concluir que é inaugurada outra fase de explotações auríferas, onde o espaço para os aventureiros nômades e o faiscador que enriquece facilmente, diminui significativamente.

A Mineração em Congonhas após 1750

A formação de grupos poderosos em torno de algumas poucas famílias, a maior parte aparentada e que será um fenômeno em diversos outros pontos da Capitania das Minas Gerais, tem origem no caminho traçado pela sociedade mineira em formação após a Guerra dos Emboadas (1707-1709) e na consequente reestruturação do poder, com a chegada de portugueses de maiores posses, alguns com famílias – ao contrário da turba de homens solteiros dos primeiros tempos – e que tinham respaldo maior em títulos, benesses e garantias dadas pela Coroa (ROMEIRO, 2008).

A posição em que chegavam nessa sociedade importava muito e os colocavam em condições de enriquecer. Um dos postos importantes e promissores era o de Guarda-Mor, fiscal e responsável pelo bom andamento dos trabalhos de mineração e, caso a mineração local não tivesse já se esgotado completamente, ainda era possível amealhar grande fortuna nesse cargo, pois em 1703 uma carta régia derrogou o pagamento de proventos para o cargo em troca da revogação da proibição, até então vigente, para minerar. O Guarda-Mor tornou-se, portanto, um minerador com informações e posição privilegiada, proprietário de diversas lavras (SALGADO, 1985: 283-285).

Assim, o recém-chegado português Manuel José Monteiro de Barros, ao tornar-se Guarda-Mor da Freguesia de Congonhas, iniciou o processo de amealhar para si, família e aliados, diversas terras e lavras entre as mais promissoras existentes no território sob sua jurisdição. Entre as famílias locais que chegaram pela mesma época de Manuel José estavam portugueses provenientes tanto do Reino como de outras paragens, inclusive do Rio de Janeiro ou de outras localidades de Minas Gerais.

Da região conhecemos os Coelho, os Gonçalves, os Vieira, os Silveira e alguns outros sobrenomes. Dessas famílias existem estudos genealógicos, mas, somente algumas informações sobre a participação política de alguns de seus integrantes e algumas listas de propriedades, e menos ainda de sua vida social, suas redes de relação mais íntimas e suas atividades econômicas. As únicas informações comprovadas e comuns a todas essas famílias são as de que possuíam terras, lavras e que teciam relações entre si, com alguns de seus componentes assumindo cargos estratégicos na fiscalização ou administração pública (BROTERO, 1951; GENEAMINAS).

O Guarda-Mor Manuel José Monteiro de Barros, enriquecido, mandou seus filhos estudarem em Portugal e assegurou o início de suas carreiras de proprietários e políticos, assim como suas possibilidades de ascensão junto à Corte. Assim, teve em seus filhos os continuadores do processo de enriquecimento da família e manutenção de seu poder, sendo que um deles, em especial, Romualdo José Monteiro de Barros, foi muito bem-sucedido em abarcar muitas outras propriedades (BROTERO, 1951).

Segundo registros cartoriais (Alto Maranhão e Lobo Leite) e compilações de memorialistas da família Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros, nascido em 1773, herdou partes na Fazenda da Boa Esperança – no distrito da Boa Morte - assim como lavras às margens dos Rios Maranhão e Paraopeba, as lavras do Morro de Santo Antônio, o Sítio do Simeão - às margens do Ribeirão Santo Antônio - e seções da Fazenda 'Figueiredo'. Todas essas propriedades provavelmente incorporavam áreas que tomaram outros nomes posteriormente, inclusive a região da Casa de Pedra, que não tinha esse nome na última década do século XVIII, quando foi para as mãos de Romualdo José Monteiro de Barros e seus irmãos (BROTERO, 1951; GENEAMINAS).

Romualdo amealhou assim, ao longo dos anos, uma fortuna invejável. Incorporou diversas outras propriedades nas primeiras

décadas do século XIX, comprando as partes dos irmãos (não todas, pois manteve alguns como sócios) e de terceiros, possuindo, ao tempo de seu falecimento em 1855, uma parcela considerável das terras nas redondezas imediatas de Congonhas e quase todas as lavras e minas que ainda eram explotadas. Isso incluía a margem direita dos Rios Maranhão e Paraopeba no sudoeste, oeste e noroeste de Congonhas, inclusive as terras entre o Esmeril e o Paraopeba; as terras ao norte de Congonhas, iniciando nos Morros do Batateiro e Casa de Pedra, adentrando o distrito de Boa Morte - Fazendas da Boa Esperança, Grota, Gentio da Barra, Gentio da Grota e Souza -, chegando de um lado, às margens do Rio Paraopeba e atravessando-o ali; mais ao norte, Fazenda da Serra; para o leste, vizinha a Casa de Pedra, a totalidade do Morro do Engenho e, logo ao sul deste, toda a Fazenda do Figueiredo e do Engenho, que correspondia a partes da área entre os córregos do Pilar, Casa de Pedra e do Engenho (que em diversos momentos tomaram o nome de proprietários da fazenda). Ao leste desses o Morro de Santo Antônio e quase todas as propriedades em ambas as margens do Ribeirão de mesmo nome, incluindo uma Fazenda do Morro de Santo Antônio, logo em sua base, o Sitio do Simeão e Fazenda do Vieiro - que lhe serviriam de residência ao final da vida – e, mais ainda a sudeste, nas divisas de Congonhas com o atual distrito de Miguel Burnier (Ouro Preto) e o distrito de Soledade (Congonhas), as Fazendas Palmital, Forquilha e Boa Vista. Isso inclui um arco que abraça Congonhas de oeste para o norte e para leste quase que completamente (BROTERO, 1951; GENEAMINAS).

Romualdo José Monteiro de Barros mudou-se de Boa Esperança para o sudoeste do Morro de Santo Antônio em momento incerto, após a década de 1820, talvez para ficar mais perto dos empreendimentos mais lucrativos e para não ter que fazer quase cotidianamente o perigoso caminho da Serra da Boa Morte até a parte mais baixa de Congonhas. Manter-se em um lugar mais central em relação às propriedades e lavras, e mais próximo a Congonhas, já que ao ficar mais velho já não suportava tantas cavalgadas, parece ter sido a única opção, já que era ativo empreendedor mesmo em provecta idade, como atesta o modo como morreu, após ferir-se gravemente, sendo parcialmente soterrado em uma galeria, na explotação chamada Goiabeiras, falecendo no dia 16 de dezembro de 1855, aos 78 anos (BROTERO, 1951; GENEAMINAS).

Todas as explotações presentes nessas propriedades foram alvo de extensas intervenções, a maior parte já desaparecida com o desmonte das extrações e sua posterior explotação ferrífera no século XX. Muitos canais e bicames foram construídos por um grande número de escravos, assim como muitas obras de contenção, mundéus, áreas de britagem com moinhos e pilões. Foram explotados talhos abertos nas encostas e galerias, das quais restam muito poucas, mas que sabemos serem de técnica apurada, pois diversos membros da família estudaram Engenharia de Minas no século XIX, no exterior, sobretudo nos Estados Unidos. Do que sobrou de todo esse esforço de engenharia e trabalho braçal não há muitas informações ou estudos, mas talvez ainda existam informações escondidas ou não organizadas em arquivos particulares ou públicos (BROTERO, 1951; GENEAMINAS).

Esse importante integrante da família Monteiro de Barros não foi o único sócio do Barão de Eschwege a possuir terras na região: o tesoureiro da Sociedade Mineralógica de Passagem, Joaquim Francisco, que se indispôs com o Barão por sua má gestão de fundos e má compra de escravos no Rio de Janeiro, também era figura importante em Congonhas e proprietário em Soledade (Lobo Leite), no leste e sudeste do atual município de Congonhas (APM - CC. Cx-46. Rolo 514 – Plan. 30.263).

Em Soledade/Lobo Leite houve minerações e famílias que exploraram fazenda e minerações, mantendo vínculos com o lugar ao longo de várias gerações. A mais influente parece ter chegado aproximadamente no mesmo período dos Monteiro de Barros, e também ocuparam cargos associados à explotação aurífera. Um dos mais antigos precursores dessa família em Congonhas foi o Tenente Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira, envolvido com a Inconfidência Mineira e nomeado em 1793 para o cargo de Capitão-Mor, no lugar do pai do Inconfidente José Álvares Maciel, que também era morador ali próximo, em São Julião dos Caldeirões, atual Miguel Burnier (JARDIM, 1989: 55-56; 60-61).

Talvez fosse aparentado de terceiro ou quarto grau de outro inconfidente, o Capitão Maximiano de Oliveira Leite, poderoso Guarda-Mor de Mariana. Aliás, entre a família Monteiro de Barros, o irmão de Romualdo José Monteiro de Barros, Lucas Monteiro de Barros, também se envolveu na inconfidência, além de outros inconfidentes também da região: o Padre Luis Vieira da Silva, cuja família morava em Soledade, e o advogado José Perei-

ra Ribeiro, nascido em Congonhas (ADIM v.4: 1977; v.3: 1977: 17; JARDIM, 1989: 55-56; 232-235; 271-172; 276-279).

Porém, a abrangência das propriedades e explorações da família Lobo Leite Pereira foi adquirida em áreas distintas, mas por vezes contíguas aos Monteiro de Barros. O Tenente José Lobo Leite Pereira possuiu lavras e terras na contraencosta do Morro de Santo Antônio, na face voltada para o norte; assim como terras e lavras no distrito de Redondo (Alto Maranhão), ao sul de Congonhas. Mas as grandes propriedades da família foram adquiridas no final do século XVIII em Soledade, terras que hoje estão tanto em Congonhas como em Ouro Preto (LIVRO DE NOTAS n. 03, Cartório do Ofício de Notas de Alto Maranhão).

O distrito de Soledade foi rebatizado, em 1926, para homenagear o engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira (*04/12/1843 +08/02/1920), natural de Congonhas e neto do Tenente José Lobo Leite Pereira, que chefiou, em 1884, as obras da Estrada de Ferro Dom Pedro II, depois Estrada de Ferro Central do Brasil (ADIM, v.4: 1977; BARBOSA, 1995).

Outras famílias que possuíam terras no distrito de Soledade no século XIX foram as famílias Souza Brandão e a Rodrigues Pereira, presente também como proprietários em São Julião (Miguel Burnier), Ouro Branco e Queluz (Conselheiro Lafaiete). Esta última é a família do Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, que deu nome substituto a Queluz, e cujo pai, Antônio Rodrigues Pereira, foi ativo minerador.

Vários representantes dessas famílias possuíam explotações auríferas nas imediações, sendo que na década final do século XIX em diante o Dr. Luiz de Souza Brandão, que nascera na Província do Rio de Janeiro, mas tinha raízes em Soledade, administrou com muito sucesso a fazenda Bessa, na divisa com o município de Queluz, próxima à Estação de Soledade (Lobo Leite) (LLOYD, 1913: 765-766).

Uma advertência importante para quem se debruçar em futuras pesquisas é que, segundo Waldemar Barbosa, em tempos coloniais e monárquicos o nome 'Soledade' também incluía partes do atual distrito de Miguel Burnier. Além disso, entre 1923 e 1926 o distrito chamou-se 'Felipe dos Santos', e então foi batizado com o nome que perdura até os dias atuais (BARBOSA, 1995: 188-189).

Da Congonhas Monárquica à Republicana: um processo histórico de alienação e construção do espaço da história local

O distrito Miguel Burnier foi formado retirando-se partes que tradicionalmente pertenciam à Congonhas. Apenas o leste desse distrito pertencia a Ouro Preto, com o nome de São Julião. Isso perdurou até as últimas décadas do século XIX, quando a passagem da Ferrovia por ali começou a incorporar boa parte da região à economia de Ouro Preto e além, pela facilidade de comunicação e transporte relacionada com a combinação ferrovia- telégrafo.

A chegada da República e a construção de uma nova capital puxaram o centro político e econômico que beirava Congonhas, com a Usina Wigg e as esperanças do ramal do Paraopeba, mais para o norte, incorporando boa parte os empreendimentos à beira da, agora, Ferrovia Central do Brasil, a polos que se urbanizavam e estavam integrados ao eixo Rio de Janeiro-Belo Horizonte e, mais ao sul, no Rio das Mortes, integrando-se à economia Paulista.

Esse fenômeno da modernidade que seguia por trilhos alienou a parte nordeste de Congonhas de seu cotidiano e política. A Usina Wigg, cujo proprietário comprara as primeiras terras ali ainda na década de 1880, e que era casado com uma senhora cuja família tinha parentes no local, iniciou um processo de compra de todas as terras ao redor, submetendo-as às necessidades de seu empreendimento.

Ainda mais, ali se implantou a bifurcação do ramal de Ouro Preto da linha que seguia o Rio das Velhas em direção a Sabará, à região da Nova Capital e ao médio Rio das Velhas. A diferença entre as bitolas do ramal de Ouro Preto e da linha que seguia pelo vale do Rio das Velhas obrigava uma baldeação de pessoas e cargas, fazendo de Miguel Burnier uma parada a parte, local de encontro de políticos, personalidades e suas famílias. Nas outras estações, como na de Lobo Leite, por exemplo, eventos similares não ocorriam.

Em outras divisas da antiga freguesia de Congonhas um processo mais lento de destacamento territorial foi acompanhado de uma erosão gradual nas mentalidades dos Congonhenses, da relação anterior de história e pertencimento desses lugares: a região ao sul de Alto Maranhão passou (temporariamente) a Queluz/Lafaiete, pela sua proximidade com a estação de Joa-

quim Murtinho; a criação gradual de novos distritos e municípios, ao longo do vale do Paraopeba, igualmente desvinculou Santo Antônio do Paraopeba (Moeda) e Boa Morte (sede da primeira grande fazenda dos Monteiro de Barros) da narração histórica sobre Congonhas. Também a outra margem do Paraopeba foi se tornando um lugar mentalmente mais distante, paradoxalmente à melhoria das comunicações.

Impressões Geológicas e Geográficas dos Viajantes (séc. XIX)

Passando as origens e as advertências sobre as mudanças e permanências dos processos históricos, voltemos para o momento seguinte, pós-colonial. Comecemos pelos observadores e narradores que olham de fora da sociedade colonial em mudança: os viajantes estrangeiros.

A mais importante personagem estrangeira que o Período Joanino trouxe às Congonhas mineiras foi o alemão do Hesse, o militar e técnico a serviço da Coroa Portuguesa, Wilhelm Ludwig von Eschwege, herdeiro do título de Barão em sua terra natal e proprietário expropriado pelo contexto das Guerras Napoleônicas do castelo de Eschwege. Esse competente mineralurgista e geólogo descreveu a região ao sul de Congonhas como uma região rebaixada, cheia de colinas e atravessada por uma rica formação aurífera (ESCHWEGE, 2002: 253).

Quando chegava às Minas pela primeira vez, em 1811, Eschwege viu os resultados finais da explotação do ouro na área ao sudeste de Alto Maranhão, ao ser apresentada a ele, por um proprietário local, uma grande pepita arredondada, de cerca de 230g, a que os mineradores de então chamavam *folheta*. Era a primeira vez que Eschwege via aquele tipo de formação aurífera (ESCHWEGE, 2002: 254).

Ao passar por esse caminho, dormiu acampado à beira de um córrego, em algum ponto incerto entre as áreas de Potreiro, Bombaça, Cova da Onça, Monjolos e Barro Branco, tendo listado em seu mapa dessa viagem duas paradas entre Queluz (Conselheiro Lafaiete) e Redondo (Alto Maranhão): Fazenda dos Maciéis e Retiro, hoje de localização incerta (ESCHWEGE, 2002).

No dia 7 de agosto de 1811, atravessava Eschwege pela primeira vez o Arraial de Redondo (Alto Maranhão) e chegava a Congonhas do Campo. Ele descreve a impressão que lhe causou o pequeno córrego turvo pelas lavagens de ouro que separava Matosinho (o Santuário), de Congonhas, por sobre o qual passou por perigosa ponte. Segundo ele, Congonhas era composta em parte por casebres miseráveis e em parte por ruínas. Ainda percebeu vestígios da opulência passada e o solo todo esburacado por profundas valas (ESCHWEGE, 2002: 256).

Muitas impressões registraria Eschwege sobre a região, mas essas são as mais significativas neste recorte. Esse personagem será mencionado outras vezes neste capítulo.

Outro viajante importante do período abordado foi o inglês John Luccock, que em Congonhas esteve por volta de 1817. Ali ele descreveu o Rio Maranhão, que chamou erroneamente de 'Paraopeba', como um rio cujas águas continham muito barro, sinal claro de ser muito minerado em suas margens. Disse ainda ter encontrado diversas pessoas a retirar a areia dura do leito e lavá-la, "*sem, no entanto, aparências de que grandes lucros lhes incutisse energia ao labor*" (LUCCOCK, 1975: 345-346).

Em período bem posterior, meio século depois, Richard Burton passou por Congonhas e fez observações sobre o solo e algumas explotações abandonadas. Também viu de longe a Fábrica de Ferro Patriótica, quando trilhou o caminho para subir a Serra da Boa Morte, galgando antes as alturas do Morro de Santo Antônio, nas terras dos Monteiros de Barros:

> *"Depois de duas horas de viagem, entramos na terra do ferro, toda negra e vermelha, pontilhada de mica. O solo mais escuro era uma degradação da misteriosa 'jacutinga', e o amarelo castanho-avermelhado da hematita, pedra de ferro argiloso, apresentada frequentemente em peças modulares e botrióides; há, também, martite compacta ou ferro magnético, que muitas vezes oferece exemplares perfeitos da dupla pirâmide e, em alguns lugares, uma crosta do amigdaloide quartzoso chamado 'canga'. A água ferruginosa corre esplêndida como pedras preciosas em um leito do mineral. Apenas avistamos duas casas: A Fazenda do Pires, com sua avenida de araucárias, e, profundamente enterrada nos morros, uma fundição de ferro, pertencente ao Comendador Lucas Antônio Monteiro de Castro" (BURTON, 1976: 149).*

O Comendador Lucas Antônio Monteiro de Castro, por sua vez, em subida no Morro de Santo Antônio avistou "ruínas sem telhado" a direita do trajeto, em um buraco (voçoroca) de uma antiga explotação:

> *"Do alto da orla da bacia, avistamos, muito embaixo, um rio bifurcado correndo pela montanha, entre avenidas de mato espesso. O ramo principal, correndo de oeste para leste, era de um azul pálido; recebe um córrego, cujas águas, ligeiramente esverdeadas, vêm de sudeste, servindo de escoadouro da parte setentrional da Serra de Santo Antônio, que aqui separa os vales do Paraopeba e do Rio das Velhas setentrional. Ambos os pequenos cursos de água são chamados de 'córregos desconfiados' e o ângulo de descida mostra que suas enchentes são perigosas. Reunindo-se perto das ruínas de uma ponte, que foi levada por uma inundação em janeiro de 1867, eles tomam o nome de Rio da Prata" (BURTON, 1976: 150).*

Essas impressões colocam em evidência que a mineração aurífera ainda se fazia em certos locais durante o século XIX, mas que os trabalhos de aluvião tinham desaparecido em certos pontos. O contraste entre as águas barrentas do Rio Maranhão e as águas azuis e verdes dos córregos ao norte do Morro de Santo Antônio, próximos à Fábrica Patriótica não poderia ser mais esclarecedor. Em locais onde a mineração tendia a ser subterrânea, como no Morro de Santo Antônio, a cor das águas dos rios "desconfiados", assim como a descrição das matas em suas margens eram indícios de que as margens ali eram deixadas em paz, sem serviços de mineração.

Esse é apenas um exemplo de como é possível ao historiador se socorrer nos viajantes do século XIX para auxiliar a arqueologia e a interpretação da paisagem.

Profusão da Mineração, Localização e as Mudanças Toponímicas

Pelo tamanho, as especificidades geomorfológicas e as formas da rede hidrográfica do município de Congonhas e suas adjacências, uma breve análise mostra porque se estabeleceram ali tantas explotações; de aluviões e tabuleiros, e com isso auxiliar na compreensão do vulto das explotações auríferas ali iniciais.

A rede fluvial engloba um número significativo de ribeirões que após descerem das íngremes serras que circulam o anfiteatro natural que é a área do município, percorrem um terreno de pouca declividade, quase plano, em serpenteantes trajetos que aumentam naturalmente as áreas de acúmulo de partículas arenosas nos seus remansos e curvas. Assim, as áreas propícias ao garimpo estavam por todo lado.

Apesar da advertência sempre saudável sobre a continuidade histórica do garimpo, realidade presente em partes do Rio Maranhão, é possível perceber a antiguidade de certos trabalhos ao cotejar as estruturas encontradas ainda por lá, com os mapas e documentos históricos, que refletem muito as mudanças de foco da produção das fazendas locais. Ainda mais se compará-los aos documentos do mesmo período do século XIX para outras cidades do centro de Minas Gerais: percebe-se a manutenção das referências à explotação aurífera nos municípios de Ouro Preto, Mariana, mas não em Congonhas, onde elas são raríssimas no cartório de Alto Maranhão, e apenas tênues no de Lobo Leite.

Elas são de auxílio inestimável para a elucidação dessas explotações e mesmo os historiadores que se debruçaram sobre esse problema reconheciam que suas listagens de locais de mineração eram apenas compilações sobre as mais famosas ou conhecidas. Jamais pretenderam esgotar os nomes das possíveis áreas mineradas.

Por exemplo, eram os locais conhecidos de minerações em Congonhas listados pelo abalizado historiador Augusto de Lima Júnior: *"As lavras das **Goiabeiras**, **Boa Esperança**, **Casa de Pedra**, do **Pires**, da **Forquilha**, do **Veeiro** e diversas outras no **Braga**, além do famoso **Batateiro**, assim chamado pelo tamanho avultado dos granetes de ouro, são indicadores de um passado de larga prosperidade"* (JÚNIOR, 1967: 24).

Percebemos claramente o limite da lista, que exclui muitas áreas de aluvião, além de diversas explotações que galgaram os morros. Não cita o Morro das Lamas ou o Esmeril, por exemplo, casos claros e razoavelmente documentados de explotações auríferas. Dessas, Boa Esperança está hoje no município de Belo Vale; Pires e Forquilha dividem com o município de Ouro Preto.

Ao analisar essas listas não se pode esquecer os limites dos trabalhos desses historiadores, fruto dos enormes problemas de fontes e instrumentos para ir além das explotações mais famosas.

Esse, porém, é um desafio constante dos historiadores e arqueólogos, no que se refere à localização exata de um sítio arqueológico de mineração e sua associação direta a fontes escritas, toponímias e iconográficas, além do dimensionamento das explotações minerais pretéritas.

No entanto, se priorizaram algumas fontes e dados gerais, por necessidade de um foco claro em curto prazo, mas exemplificativo e útil para este estudo. Foi assim analisada a Carta Topográfica Estadual do Município de Congonhas, de 1939, comparando-a com a 2ª impressão da Carta Topográfica do IBGE, de 1985, do município de Itabirito. Não foi possível comparar a primeira com a Carta de Conselheiro Lafaiete, pois quase não há dados para tal, já que Alto Maranhão, ao sul, não pertencia, em 1939, a Congonhas. Foram inseridos os dados em uma tabela simplificada com os topônimos em 1939 e a respectiva mudança em 1985 (ou ausência de registro), no espaço de apenas 46 anos.

Tabela 1-Toponímias da Região de Congonhas

Carta Topográfica Estadual Município de Congonhas – 1939 (APM)	Carta Topográfica do IBGE Município de Itabirito – 1985.
Parte do Córrego dos Moinhos + Córrego do Andaime	Córrego do Caetano
Córrego Lagoa Escura	Córrego (?)
Córrego Represado	Córrego do Bichento
Córrego Morro da Cruz (?)	Sem topônimo
Córrego do Sabino Figueiredo	Córrego do Pilar + o final do Córrego Casa de Pedra
Córrego do Pilar	Corresponde a um córrego menor e sem nome na carta de 1985
Córrego Albergaria	Córrego Água Santa
Simeão (Sítio)	Sem Topônimo. A Fazenda Cachoeirinha está na mesma altura, mas do lado oposto do Rio Santo Antônio
Fazenda Campo das Flores	Campinho
Juca Cordeiro	Campinho
Pedra Criminosa	Sem nome (Cota 1.027?)
Barnabé	Região do Sítio São Sebastião

Carta Topográfica Estadual Município de Congonhas – 1939 (APM)	Carta Topográfica do IBGE Município de Itabirito – 1985.
Ribeirão da Mata	Rio Preto
Ribeirão das Goiabeiras	Rio Preto (trecho final) e Ribeirão Palmital
Fazenda do Braga	Fazenda João Gonçalves
Fazenda do Brito	Sem topônimo
Fazenda do Faria	Sem topônimo (entre Cachoeirinha e Farinha)
Cachoeira de Santo Antônio	Sem topônimo
Córrego do Buraco	Córrego do João ou Córrego Bocaina Negra (?)
Fazenda do Morro de Santo Antônio	Fazenda Farinha (?)
Córrego do Morro Grande	Córrego Carro Quebrado
Córrego Palmital	Córrego do Coqueiro ou do Cafezal
Córrego João Pereira	Córrego do Meio
Sem Topônimo	Córrego Mãe D'água
Batateiro	Sem topônimo
Serra do Batateiro	Sem topônimo (parte minerada)
Marco do Capão D'Anta	Sem topônimo
Pinheiros	Sem topônimo
Grota do Caixão	Sem topônimo
Morro Cruz das Almas	Sem topônimo
Mata Calada	Sem topônimo

Carta Topográfica Estadual Município de Congonhas – 1939 (APM)	Carta Topográfica do IBGE Município de Itabirito – 1985.
Suzana	Sem topônimo
Maré	Sem topônimo (minerada)
Jambeiro	Sem topônimo (minerada)
Rola Moça	Sem topônimo (minerada)
Pedra do Granito	Sem topônimo (minerada)
Alto do Batateiro	Sem topônimo (minerada)
Jacutinga	Sem topônimo (minerada)
Buraco do Engenho Grande	Sem topônimo
Rocinha do Buraco	Sem topônimo
Alto do Marco de Pedra	Sem topônimo
Engenhoca	Sem topônimo
Manuel André	Sem topônimo
Buraco do Inferno	Sem topônimo
Morro dos Tocos	Sem topônimo
Morro Patafufo	Sem topônimo
Fazenda do Pombal	Sem topônimo
Palmeira	Sem topônimo

Essa listagem exemplifica uma das faces do problema de localização exata das minerações históricas, problema que continuará sem solução fácil para muitas áreas em Minas Gerais. Optamos pela não reprodução dos mapas citados na íntegra, e sim em recortes junto aos tópicos que buscam identificar as explotações históricas aqui tratadas, pois se adéqua melhor ao formato da proposta da Carta Arqueológica de Congonhas. Tais cartas topográficas podem ser facilmente encontradas nos sites do IBGE (Carta Topográfica de Itabirito e Carta Topográfica de Conselheiro Lafaiete) e no site do Arquivo Público Mineiro (APM).

As Terras dos Monteiro de Barros: esboço essencial para a história da mineração em Congonhas

A importância e a localização relativa das explotações minerais nas propriedades dos Monteiros de Barros não são fáceis de compreender sem pensar a área de Congonhas em sua totalidade. Para uma ideia da abrangência das terras dessa família, vale a pena a transcrição na íntegra de um dos registros feitos em 1856, pela exigência então lançada pela regulamentação da Lei de Terras de 1850, que obrigou aos proprietários o registro de seus limites básicos em livro próprio junto ao vigário responsável pela Freguesia, uma vez que ela já respondia pelos registros civis de nascimentos, casamentos e óbitos. Este foi o registro lançado pelo Comendador Lucas Monteiro de Castro:

> *"Lucas Antônio Monteiro de Castro, por si e seus coerdeiros, cumprindo com a lei de registro de terras declara que possui as terras seguintes, nesta Freguesia de Congonhas do Campo: a* ***Fazenda denominada os Franças****, que divide com a fazenda dos Pintos; pelo lado da Boa Vista e seguindo rio acima* ***compreende a Fazenda do Salto; compreende o Esmeril****, que divisa com a fazenda da Barra; e que* ***compreendendo terras da Palmeira,*** *que dividem com a fazenda dos Coelhos; e compreendida também o Pombal, pelo mesmo rio acima e compreendem também a Fazenda do Figueiredo, que por uma pequena divisa com o Bebe Água, deixando o rio compreende o Morro de Santo Antônio, compreendendo mais o Farias, tudo anexo fazendo divisa com o Bernardes na estrada que vai para Congonhas, e vai mais esta* ***anexa as terras denominadas João Batista, compreendendo a Fábrica do Prata,*** *que faz divisa com terras da Bocaina, Lagoa e Forquilha, serra acima com terras de D. Umbelina virando a serra com os Pintos já referidos até a Lagoa dos Franças, que levarão entre campos e culturas, dois mil alqueires para mais ou menos. Declaro mais, que entre estas terras há pequenas porções de terras de outros particulares" (APM, RTP, 1856).*

Como se pode ver comparando essa descrição às marcações feitas no mapa abaixo, constatam-se as sutilezas dos registros cartoriais do século XIX, buscando os limites, mas é indicado o que está dentro do perímetro e fora dos divisores mais visíveis.

Existem alguns problemas em delimitar todas as divisas e, para quem analisa depois de mais de século e meio, as referências escassas e duplicadas tornam-se um problema extra. Sabe-se que o Bebe Água é o nome antigo de Casa de Pedra; que as Fazendas da Barra e da Palmeira eram próximas do Povoado de Coelhos; que a Fazenda do Pombal, hoje referência do outro lado do Rio Maranhão, provavelmente tinha terras dos dois lados do rio e que o documento se refere ao lado norte, pois não menciona esse mesmo rio. Até aí a interpretação é ajudada pelos mapas e a experiência. Depois há uma sequência de referências que estão hoje nas divisas com o distrito de Miguel Burnier. No caso, a Fazenda dos França é um dos complicadores. Ela aparece como fronteira do Esmeril. Isso a coloca nas margens do Paraopeba (pois a referência seguinte é a Fazenda do Salto) ou Serra do Esmeril acima. Buscamos dirimir a dúvida: após passar a divisa pelas terras de Dona Anna Umbelina e pelos Pintos, alusão clara a propriedades próximas à Usina Wigg e que seriam compradas no final do século XIX pelo Comendador Carlos da Costa Wigg, termina na Lagoa nos Franças! O córrego próximo à Usina Wigg que hoje tem a denominação de Córrego Burnier chamava-se no final do século XIX, Córrego do França! E a área logo ao norte dele era chamada Fazenda da Lagoa do Netto! Tudo indica que seja essa a referência contida no registro feito pelo Comendador Lucas Monteiro de Castro, já que a divisa de Congonhas era então pensada como as alturas de Burnier, o que é congruente com indicações de que só a partir dessas alturas para o leste era chamado de São Julião (Cartas Top; RTP, APM, 1856; NEVES: 2012).

Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Limites aproximados das terras dos Monteiro de Barros: O losango marca a posição do arraial da Boa Morte. O Triângulo marca a posição da Fazenda Boa Esperança, propriedade principal dos Monteiros de Barros até as décadas iniciais do século XIX. O círculo marca a posição da Fazenda Santo Antonio, local de habitação última do Barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros. O Quadrado no alto do mapa é a posição da Fábrica Patriótica, montada pelo Barão von Eschwege em 1812 nas terras de seus sócios. O polígono em amarelo, a Serra do Batateiro. No oval verde, a Serra de Santo Antônio. O círculo preto é a área em que se situava a exploração das Goiabeiras, ainda em posição incerta. Percebe-se a centralidade da Fazenda Santo Antonio das principais explorações dos Monteiros de Barros. O símbolo amarelo é a fazenda da Forquilha, outra moradia da família. Os perímetros pequenos em vermelho são as áreas com maiores propriedades de terceiros, no interior das terras dos Monteiros de Barros.

Imagens 4 e 5-Detalhes de duas plantas existentes entre os documentos da Usina Wigg que reiteram as divisas das terras dos Monteiro de Barros: Planta da Fazenda São Julião dos Caldeirões ou Antônio Dias – 24/09/1900, onde se vê a denominação do atual Córrego Burnier como Córrego do França; Planta Geral do Chiqueiro do Alemão – Cerca de 1900.

Individualizando as Explotações Históricas

De posse dessa visão mais abrangente do que foi o território de minerações e fazendas, dirimidas algumas dúvidas importantes em relação às fronteiras, podemos agora passar às explotações históricas.

Trataremos das explotações por setores, buscando uma linha do tempo para cada lugar ou região, já que as minerações auríferas iniciais estão em grande parte nas mesmas localizações de outras explotações de minerais industriais posteriores. Assim, evitaremos tratá-las por tipo de minério ou por modo de mineração utilizado, metodologias que aparecem em literatura técnica, mas que pelo caráter de generalidade e prospectivo - já não há nenhuma obra de compilação dos trajetos históricos das minerações de Congonhas - desse trabalho se pretende criar um esboço histórico-espacial-geográfico para usos futuros de pesquisadores e estudiosos.

Em alguns tópicos, inevitavelmente, há de se tratar de dados referentes a um só tipo de explotação, ou ao menos, apresentar mapas e documentos que pelo seu caráter técnico, foram produzidos com a visão do geólogo ou do político, onde se quer sublinhar certos aspectos, como por exemplo, tipos de jazidas e transporte ferroviário, dois dados essenciais para o desenvolvimentismo que aparece como doutrina incipiente nas décadas finais do século XIX e se torna a corrente de pensamento econômico majoritária no século XX.

Como identificação das principais jazidas visadas pelas explotações industriais do século XX, a melhor compilação parece ser o de Geraldo Dutra de Morais, que em 1944 listou-as da seguinte forma:

Imagem 6-Mapa do Município de Ouro Preto - jazidas de ferro e de Manganês de B. Santos - Escala 1:200.000, do final da década de 1930 (APM). Em vermelho, são as concentrações de jazidas classificadas como de manganês do então distrito de Congonhas. O círculo à direita, de um vermelho um pouco mais escuro, refere-se à jazida de Vigia, na divisa com o distrito de Miguel Burnier, e o azul, as jazidas de ferro deste mesmo lugar, próximas à Usina Wigg.

"Faixa de Congonhas – inicia-se no vértice sudoeste do quadrilátero, entendendo-se até às proximidades de Burnier: a) ***Batateiro****; b)* ***Mata-Paulista****; c)* ***Pintos*** *(todas as três nas imediações de Congonhas do Campo, sendo a primeira muito importante, pertencente a A. Thun); d)* ***Engenho****, ao norte da precedente, do mesmo proprietário; e)* ***Mascate****, contígua a do Engenho, pertencente à Cia. Metalúrgica; f)* ***Casa de Pedra****, situada ao nordeste do Engenho, notável pela pureza de seu minério, em virtude de ser hematita-compacta, pertencente a Arn Thun; g)* ***João Pereira****, ao norte do Engenho, de propriedade da Cia. Metalúrgica; h)* ***Faria****, classificada em minério manganífero, situada a leste do Engenho; i)* ***Pires****, contígua à precedente; j)* ***Fábrica****, ao norte do Engenho, pertencente à Cia. Mineração Ferro e Carvão S/A.; k)* ***Ribeirão da Prata****, à margem do córrego Mata-Porcos" (MORAIS, 1944: 45).*

As áreas ou localidades mencionadas acima têm ligação com a história de Congonhas, sendo que boa parte tiveram explotações auríferas, das quais nem sempre possuímos informações. Será assim abordada a maioria delas, que hoje está no território de Congonhas ou próximo aos seus limites.

Algumas das referências documentais de minerações históricas que podem se referir ao território de Congonhas não são passíveis de identificação precisa. Citaremos um exemplo típico, dos que maior probabilidade tem de estar na nossa área delimitada, pelo topônimo claramente congruente: o Morro das Congonhas.

A sugestão de sua proximidade ao arraial de Congonhas é dada por uma referência em um Bando – Regulamento – de meados do século XVIII. Podem se referir ao morro que provavelmente existia logo ao norte, nordeste de Congonhas e que foi rebaixado ainda no período Colonial, não podendo ser identificado nos mapas atuais. Também pode ser o 'Morro do Alto Maranhão', do outro lado do Rio Maranhão e onde está o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos. Ainda pode se referir - hipótese menos provável e que não resolve o problema da localização geográfica exata - às explotações chamadas 'Morro em Minas' que aparecem no *Pluto Brasiliensis* em Eschwege. Eis o trecho do documento:

"... no dito Morro das Congonhas, e duzentos passos dele em roda que se contarão dos limites do dito morro para fora, se não consintam, nem possam vender coisas comestíveis ou bebidas negras ou mulatas escravas ou forras nem de ranchos, nem com tabuleiro" (APM – Seção Colonial/Códice 27: 58-59).

Apesar de sabermos por um registro feito em viagem pelo Barão Homem de Melo de que grande parte dos morros ao norte de Congonhas era tratada genericamente como 'Serra de Congonhas', as dúvidas ainda perduram (MELO, 1888:192-193).

Imagem 7-Vista, a partir do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, das Serras do Esmeril, Mascates e parte de Casa de Pedra (da esquerda para a direita), por volta dos anos 1950 (Fonte: FuMCult- Congonhas).

Esses trechos dão uma dimensão ao que aqui está sendo tratado: muitas das reminiscências aparecem como trechos isolados e sem contextualização, dos quais só se pode tirar informações mínimas e sem comprovação, precisando de pesquisas ainda mais profundas, que exigem consultas demoradas a arquivos fora de Congonhas, como no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Explotações no Baixo e Médio Rio Macaquinho(s)

O Rio Macaquinhos é um afluente do Rio Maranhão que é formado da união de três importantes córregos que se formam ao sudoeste do distrito de Miguel Burnier – distrito este pertencente ao município de Ouro Preto – e que correm na direção geral de

nordeste para sudoeste, se unindo, sucessivamente e a pequena distância pouco antes de alcançarem a Fazenda Santa Mônica, que está a noroeste de Lobo Leite e a leste de Congonhas. São eles (com os nomes atuais): Córrego do João, Córrego Bocaina Negra e Córrego Cássia (IBGE, 1977).

Por vezes chamado de Córrego dos Macaquinhos, segundo memórias locais coletadas em algumas obras, foi ali que se deu o primeiro descoberto aurífero (ou talvez um dos primeiros). Os trajetos das primeiras bandeiras nessas paragens que alcançaram as cabeceiras do Rio das Velhas e a passagem do Rodeio da Itatiaia, ambas em posição nordeste de Congonhas (no extremo das Serras do Ouro Branco e da Soledade ou Capão D'água), estão de acordo com a lógica do terreno e sustentam a primazia do descoberto nessa área, pois que estão ali os primeiros ribeiros a serem margeados por aquelas expedições. Contudo, não há documentos do século XVIII que clareiem as dúvidas que pairam sobre essa afirmação.

Também informação incerta, o primeiro embrião de urbanização na região teria sido erguido em suas proximidades, em apoio à travessia do Rio Maranhão, feita por ali, mas, porém, se sabe que nos primeiros roteiros a travessia era feita por um caminho que evitava a travessia de rios, indo pelos espigões, onde se passava junto às cabeceiras em um caminho que se insinuava entre Lobo Leite e Ouro Branco, saindo já próximo ao Rodeio da Itatiaia e à Sesmaria do Sande.

Todo esse extenso território era associado a Congonhas: primeiro aos campos que eram tratados por esse nome, depois, à Freguesia e ao distrito, também associados à identidade da área urbana que surgia. Aparentemente, só após esse caminho ser considerado perigoso por causa de inundações e assaltos é que outros caminhos ganharam adeptos, pelos meados do século XVIII.

A transformação da área da barra do Rio Macaquinhos, com o arruamento e a estrada passando ao longo das margens do Rio Maranhão e do próprio córrego, assim como a mudança no estilo das construções apagou parte considerável do que deveria ter existido ali dos estigmas de antigas minerações, mas o bairro guardou o nome sugestivo de 'Fortuna', segundo mostra o mapa de 1939. As intervenções foram tantas que pouca coisa pode reputar como antiga, mesmo assim, com ressalvas, já que o garimpo continuou e continua na região até os dias atuais.

O Córrego Soledade corre mais ao sul e passa beirando a Povoação de Lobo Leite também desaguando no Rio Maranhão, paralelamente e ao sul do deságue do Rio Macaquinho. Ambos nascem nas encostas da Serra do Capão D'água, também conhecida noutros tempos como Serra da Soledade ou de São Julião, perpassado por uma região eivada de minerações históricas que produziram extensas marcas no terreno desde os tempos coloniais. Esse 'alto curso do Rio Macaquinhos' será mais adiante tratado.

Imagem 8 - Área do Córrego Macaquinhos (oval), na divisa da Sede de Congonhas e o distrito de Lobo Leite (antigo Soledade). O círculo indica a área próxima à sua barra no Rio Maranhão, onde há um bairro desta denominação, tradicionalmente indicada como início do arraial, e onde hoje atravessa a rodovia BR 040. As setas vermelhas indicam um dos prováveis caminhos de acesso ao Rodeio da Itatiaia e cabaceiras do Rio das Velhas, passando pelo espigão, que possui estrada de terra hoje. No canto direito superior vê-se a curva da ferrovia em Crockatt de Sá, Miguel Burnier e do outro lado do córrego a estrada mais usada hoje.

Imagem 9-Trecho da Carta Topográfica do Estado do Município de Congonhas, de 1939, mostrando a denominação de 'Fortuna' ao bairro que se situa na barra do Rio Macaquinhos com o Rio Maranhão.

Contudo, apesar disso, o terreno que apresenta essas cicatrizes é de uma confusão indescritível e disforme, sem nenhum trabalho de alvenaria residual, constituindo-se de voçorocas e revirados, interrompidos ali ou acolá por terreno em geral composto de vegetação de cerrado ou campinas, algumas já ocupadas por extensas plantações de eucaliptos. Vez por outra, um vestígio de mata de galeria se sobressai, acompanhando o córrego por alguma distância (IBGE, 1977).

Dos proprietários de terras no Rio Macaquinhos no século XIX temos os nomes de Antônio Martins Gonçalves, o Capitão-Mor Luis Coelho Seabra e Antônio Netto, nomes que ainda podem ser melhor investigados, mas, tirando o foco da barra do Rio Macaquinhos e seu entorno imediato, podemos perceber que ele é parte de uma parcela considerável da hidrografia da região, com cabeceiras em outras áreas de minerações históricas no distrito de Miguel Burnier e que detém até hoje minerações em funcionamento. Essa região tem uma história de explotações próprias, sobre as quais não nos cabe aqui tratar.

Apesar disso, ainda há interesse em redescobrir os vestígios na área de drenagem mais imediata do Rio Macaquinhos. Em suas margens e nos ribeiros que o alimentam ainda é possível haver resquícios dessas antigas minerações. Grande parte desse trecho do rio está hoje em terras de particulares e fora dos olhos dos curiosos, boa parte tomada por matas que impedem a sua visão ao transitar na estrada que por ali passa.

Explotações no Rio Maranhão

Pela enormidade e sinuosidade do Rio Maranhão ele se prestava a servir de lugar de prospecção para os primeiros bandeirantes, pois havia em grande número de aluviões que acumulavam areias na parte de dentro das curvas do rio, ajudada pelas correntezas.

Porém, na época dos descobertos era cheio de matas em suas margens e também um rio piscoso, o que provavelmente sustentava a habitação e passagem constante de grupos indígenas por ali, o que leva a crer que a conquista da área aconteceu de forma violenta, com lutas entre os garimpeiros e o gentio.

Imagem 10 - Posições aproximadas de marcas de minerações históricas conhecidas ainda existentes nas proximidades do trecho do Rio Maranhão, de Joaquim Murtinho (à direita, no canto inferior) até a garganta das Serras do Esmeril e Matamata (à esquerda, no canto superior). O círculo verde mais a esquerda marca o conjunto que toma o nome de Esmeril. O círculo laranja um pouco mais ao centro do mapa é o conjunto que toma o nome de Bichento, por estar próximo à barra do ribeirão desse nome. O círculo amarelo próximo à área urbana é o Belvedere, um dos lugares onde se retirava pedra sabão para as esculturas dos profetas e outras obras.

Uma das referências antigas na área que atualmente é conhecida como plataforma da Casa de Pedra, pela estação de embarque de minérios que existe no antigo povoado de Coelhos, na barra do Ribeirão Generoso, contém nas proximidades diversos vestígios de garimpo. Existem canais de adução, catas, amontoados e revirados de cascalho e sedimento ainda hoje. Também existem próximos à barra do Córrego do Bichento – que trataremos mais à frente – e em outros pontos: ao norte de Caetano Lopes; próximo às barras de duas drenagens de córregos menores que descem de sul para o norte logo a oeste do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos (um deles do outro lado do Rio Maranhão, de frente à barra do Córrego Casa de Pedra); nas proximidades da barra do Rio Macaquinhos e, mais ao sudeste, próximo a Joaquim Murtinho.

A faiscação, porém, se mantém a mais de três séculos ali, existindo registros diversos em muitos momentos. Isso não impossibilita, porém, classificá-las como históricas, pois o retrabalho desses lugares não retirou totalmente suas características, já que, apesar de constante, foi realizado a partir de certo período, em baixa escala. Os registros citam genericamente a insistência e a prática culturalmente arraigada do garimpo nos rios de Minas Gerais, como o transcrito abaixo, que é de 1939:

> *“Os serviços de faiscação de ouro estão se desenvolvendo com maior intensidade no ribeirão do Carmo, no Rio das Velhas e nos rios Santa Bárbara e Piracicaba. Neste último curso d’água, os faiscadores levaram as suas atividades até para baixo de Antônio Dias e já se acham trabalhando nas aluviões do Rio Doce. Estimulada pelo elevado preço do ouro, a faiscação também se processa com animação em numerosas outras zonas do Estado de Minas, como nos vales dos Rios Jequitinhonha e Arassuaí, no rio Abaeté, em Paracatu, em Pitangui, no Rio Piranga e no* ***Rio Maranhão****. A produção média por faiscador, em um dia de trabalho, regula ser de 0,4 grama de ouro. Só excepcionalmente é que essa média é*

excedida e chega a 0,5 e até 1 grama, assim mesmo para determinados lugares e indivíduos mais hábeis com o emprego de 'Caixotes' e outros aparelhos de lavagem" (MORAES & BARBOSA, 1939: 24).

Da mesma forma do Rio Soledade, mas um pouco posteriormente, sofreram as margens do Rio Maranhão, em diversos trechos, com obras da Estrada de Ferro Central do Brasil, no chamado Ramal do Paraopeba, construído depois da linha principal.

Explotações no Rio Esmeril, Córregos Caetano e do Forno e Lagoa Escura

Na região a oeste e noroeste do território do município de Congonhas há uma área delimitada ao sul pelo Rio Maranhão, a oeste pela Serra do Esmeril e que se constitui em vales vertentes que vão se tornando uma área menos abrupta e com colinas, que hoje existe intocada apenas em uma área mais ao sul, já que as minerações contemporâneas da parte norte dessa região modificaram o relevo para suas operações ali.

A parte mais abaixo dos vales, por onde cortam esses ribeirões antes de desaguarem no Rio Paraopeba, era conhecida área de criação de gado e plantações, chamada 'Campos do Esmeril', por causa da serra e da fazenda antiquíssima de mesmo nome estabelecida ali desde o início do século XVIII. Esses campos aparecem diversas vezes no Registro de Terras Públicas de 1856.

Nos 'Campos do Esmeril' ainda existe uma antiga capela dedicada a Maria Santíssima. A única referência a ela é uma lei municipal (n.718) de 16/08/1976 que abre um crédito especial para sua reforma, vindo do repasse ao município do então *Imposto Único sobre Minerais*. O prefeito de então era José Luiz Candreva.

No extremo sul de uma sucessão de córregos menores que descem de norte a sul, fazendo barra com o Rio Paraopeba, estão áreas que foram atingidas por minerações coloniais, mas os resquícios sobreviventes mais interessantes estão a algumas centenas de metros ao norte desse grande rio, no Ribeirão do Esmeril. Todos esses ribeiros foram alvos dos garimpeiros, e ainda por vezes os faiscadores aparecem por ali, tentando a sorte. Entretanto, a construção do Ramal do Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil e o crescimento posterior da povoação de Jeceaba (hoje município autônomo), afetou a conservação dos resquícios das minerações de tabuleiro nessa parte do Rio Paraopeba.

O termo esmeril, segundo von Eschwege quando escreveu suas *Retificações de algumas inexatidões e comentários acerca do Esboço do Brasil, de J. A. Lobo da Silveira*, publicadas em anexo ao *Jornal do Brasil, 1811-1817*, dá nome a "... todas areias pretas separadas por último do ouro nas lavras de ouro". Isso identifica muito bem o que devem ter encontrado os primeiros exploradores ali: um rio com aluviões de areias escuras, produto da desintegração dos minérios ferrosos de suas cabeceiras na serra de mesmo nome e no alto do Batateiro e Casa de Pedra (ESCHWEGE, 2002: 158).

Um registro no Cartório de Alto Maranhão dá mais algumas pistas sobre proprietários ali na década de 1870, e onde consta um proprietário de nome Antônio Pereira da Silva, que possuía

> *"... em comum com os seguintes herdeiros: João Pereira, Felício Pereira, Sebastião Pereira, Marcelina Francisca Prudenciana de Jesus, Silvério de Jesus e Marianna Francisca ... vinte e quatro alqueires ... que dividem por um lado com a Serra do Salto, por outro com os* **campos do Esmeril***, por outro com os Monteiros (de Barros), e por outro com Francisco Xavier e Felisberto Pereira" (LIVRO DE NOTAS n.3, Cartório do Ofício de Notas de Alto Maranhão).*

Imagem 11-Capela de Maria Santíssima do Esmeril, próxima da qual corre o córrego Esmeril, que possui, mais abaixo em seu curso, alguns resquícios da mineração de aluvião e tabuleiro de origem setecentista, que sofreu provável continuação durante os séculos XIX e XX.

Tal propriedade se situava, portanto, a meio caminho dos campos e das explorações na serra acima, próxima às atuais explotações de minérios ferríferos. Esse sítio provavelmente estava a oeste do Esmeril, próximo a Serra e ao vilarejo que existe ali, já que na Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas, de 1939, há um Campo ou Capão do Salto, logo no limite sul da Serra do Esmeril, próximo ao Rio Paraopeba.

O comprido Córrego do Caetano, como denominado na Carta de Itabirito de 1985 (IBGE) é claramente um lugar de explotação antiga, tendo suas cabeceiras no Alto do Batateiro, bem ao norte, quase no chamado Alto da Casa de Pedra. Porém, acompanha outro morro, indo a oeste e ao sul pela lateral de outro conjunto de elevações um pouco mais baixas. O mais interessante é a representação de sua drenagem na Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais para o Município de Congonhas, que a apresenta muito curta, sugerindo que parte de sua água era desviada para outro local em 1939. Ele é apresentado ali com a denominação Córrego dos Moinhos. Sua representação encurtada sugere serem as águas de suas cabeceiras utilizadas para as canalizações e explotações na Serra do Batateiro. Isso sugere que a exploração córrego abaixo não foi promissora, ao contrário de outros da região. Portanto, é possível que os vestígios mais importantes, se é que ainda existem, pois toda essa região ao norte foi minerada, e o que porventura sobrou deve ser procurado no terço superior do seu curso.

Imagem 12-Limites das áreas de criação de gado e plantações do século XIX conhecidas como 'campos do Esmeril', área sob a influência da Fazenda de mesmo nome existente ali (marcada a sede no círculo vermelho). O registro de terras citado logo acima sugere o fundo do vale, nas cabeceiras do atual Córrego do Caetano. O círculo menor demarca aproximadamente os vestígios de mineração existentes junto ao Esmeril.

Os topônimos nessa área, principalmente os dos córregos são difíceis de identificar para determinadas épocas. O próprio Córrego do Forno provavelmente se chamava Córrego do Funil – nome que aparece em documentos cartoriais - mas passou a ser associado ao forno da Usina da Companhia Paulista de Ferros-Liga, que ali foi implantado na década de 1970 (IBGE).

Imagem 13 - Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Nas marcações em vermelho estão o Campo ou Capão do Salto (no registro descrito acima); os nomes de dois proprietários antigos de Fazendas (Antônio Macedo, então proprietário da Fazenda Barra do Funil; Ovídio Policarpo, então proprietário da Fazenda do Esmeril); assim como os nomes sucessivos do que é hoje conhecido como Córrego do Caetano, chamado então, na sua porção acima de Córrego dos Moinhos e na sua porção abaixo de Córrego do Andaime. No círculo, uma das áreas de minerações históricas conhecidas. Note-se a referência ao Batateiro e ao Alto do Batateiro mais ao norte, já mineradas.

Há outro córrego a sudeste da Fazenda do Esmeril, cujo nome foi omitido na Carta Topográfica do Município de Itabirito, do IBGE, de 1985 e que é apresentado na Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas, de 1939, com o nome de 'Córrego Lagoa Escura'. Ele tem suas cabeceiras na área do Morro da Cruz das Almas, que é a parte mais baixa e ao sul da Serra do Batateiro, mas seu vale parece ter sido associado mais aos 'Campos do Esmeril' do que ao Batateiro e por isso optamos por tratá-lo nesse conjunto. Inclusive sua posição foi aproximada ao Córrego dos Andaimes (do Caetano), reforçando essa relação. Aliás, em alguns trabalhos de geólogos como Arrojado Lisboa e Costa Sena, boa parte do Esmeril é anexada com as terras da fazenda da Barra; com terras do Esmeril e por outro lado, com os Monteiro de Barros (APM, RTP, 1856; LIVRO DE NOTAS n.3, Cartório do Ofício de Notas de Alto Maranhão).

No século XX foram identificados pelos profissionais da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais e por professores de Escola de Minas de Ouro Preto, outros minerais na região do Esmeril.

> *"Esse calcário provinha da Matta dos Paulistas, vizinhanças do Esmeril, vale do Paraopeba, e como se tratava de uma substância mineral até esta data não encontrada no solo de Minas Gerais, aproveitei uma oportunidade que se ofereceu, em setembro de 1909, para visitar o local em que aparecia aquela rocha de certa importância industrial"* (SILVEIRA, 1922: 453).

Alguns proprietários mandaram amostras para serem analisadas nos laboratórios dessa escola, como temos exemplo na obra de Astolfo da Silveira: "Recebeu em 1909, o laboratório de análises do Estado amostras de um calcário que, calcinado, produziu cimento natural de regular qualidade" (SILVEIRA, 1922: 453).

Há, ao sul da região, uma denominação de uma área à beira do Paraopeba, referente a um pequeno agrupamento de casas do qual há poucas referências, mas parece merecedor de maiores pesquisas, pois pode se tratar em sua origem, de uma ocupação de mineradores. Ela leva no mapa a denominação de 'Valente'.

Explotações no Batateiro

O Batateiro era a parte central-sul das enormes possessões da família Monteiro de Barros. As características geológicas originais desse conjunto podem ter impedido historicamente de ser minerado mais intensamente, por necessitar de obras hidráulicas consideráveis para se realizar o desmonte com os métodos utilizados então, mas nos períodos que a explotação ocorreu, os relatos falam de resultados além do esperado e de lucros espantosos. Infelizmente, porém, faltam dados sobre essas explotações.

Imagem 14-Carta Topográfica do IBGE, para o Município de Itabirito, de 1985: área que permaneceu sob a denominação de Serra do Engenho, e que reparte hoje a denominação com Casa de Pedra. Os círculos pequenos são possíveis antigas explorações. Os círculos verdes são as regiões onde estavam três das quatro fazendas no início do século XX. A quarta estava abaixo e a esquerda do último, fora do recorte.

Ela não aparece nos mapas recentes, como o mais conhecido mapa do IBGE, de 1985, um dos referenciais para esse levantamento. De dimensão e limites indeterminados mesmo em alguns mapas mais antigos, por força de nomes de morros próximos, apresenta-se, porém como uma área de enorme extensão sobre uma enorme serra muito trabalhada pela mineração histórica, com diversos registros em documentos particulares e públicos, sendo frequentemente citado quando se trata em historiar a família Monteiro de Barros, por possuírem ali uma grande explotação, com enormes trabalhos técnicos.

A grande área chamada de Batateiro na verdade é um conjunto de colos e morros que separa o vale do Ribeirão Bichento do vale do Ribeirão Casa de Pedra. Para o vale desse último ribeirão, há – ou havia - uma série de pequenos, íngremes e encachoeirados córregos. Todos os córregos perenes correm para o leste e sudoeste. Grande parte deles, no entanto, está irremediavelmente perdida, pois grande parte da serra foi minerada.

No Batateiro teriam sido retiradas enormes pepitas e 'folhetas' de ouro, sendo que algumas eram do tamanho de batatas, daí o nome pelo qual foi chamado e que se tornou um topônimo conhecido. A questão da extensa área, muito além do descoberto ter sido assim denominado pode refletir que a localização da lavra se perdeu já a algum tempo. Lenda ou não, a verdade é que a família Monteiro de Barros e alguns sócios buscaram durante muito tempo construir imensas obras hidráulicas para levar água da área ao norte, para o Batateiro a fim de explorá-lo com mais eficácia, mas a área em que deveriam estar foi, contudo, quase inteiramente minerada. Dificilmente ainda existe algum resquício das antigas minerações auríferas (BROTEIRO, 1951).

A ocupação e o ritmo das explotações em Casa de Pedra foram importantes para destruir o Batateiro. Os impactos iniciais, mais baixos, parecem ter aumentado com as demandas por minérios logo antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1938, a empresa de Arn Thun já aumentava as operações ali, iniciando a construção da vila operária de Casa de Pedra, erguendo as primeiras casas de alvenaria, onde antes apenas 'cafuas' (barracões) existiam. O impacto maior veio ao final da década de 1960 e as operações, a partir de então, têm sido ampliadas constantemente, perdendo-se quase todas as informações sobre as explotações mais antigas ali.

Como vimos anteriormente, as denominações do Batateiro acabaram por ser em parte absorvida pela de Casa de Pedra, nome posterior, que distingue hoje essa área, o que já ocorria por volta da década de 1940, pois Geraldo Dutra de Morais, apesar de citar o Batateiro no texto, o agrega à jazida de Casa de Pedra na sua lista final (MORAIS, 1944: 45,68).

Imagem 15-Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): O Batateiro e a Serra do Batateiro correspondem sua maior parte, se não a totalidade, à área explotada pela empresa de Arn Thum & Cia., para retirada de Manganês e Ferro, de 1911 a 1945 e depois sucedidas por várias empresas, atualmente explotada pela CSN. O triângulo marca a vila de Casa de Pedra.

Explotações no Bichento

O Ribeirão do Bichento está em posição muito favorável no conjunto dos córregos auríferos, já que recebe as águas menores da contra vertente das alturas do Batateiro. Também era um córrego muito comprido, que corria do norte para o sul, e que se estendia paralelamente ao Esmeril, a leste deste. Compreendiam, provavelmente, terras das fazendas da Barra e Palmeira, esta última de propriedade dos Monteiro de Barros.

Imagem 16-Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Área do Córrego Represado ou do Bichento na marcação oval em preto. Na marcação em vermelho estão os resquícios de mineração colonial, aproximadamente.

Como seu nome em 1939 ali, pois recebia parte dos rejeitos da mineração de Casa de Pedra que ainda tinha como proprietária a sociedade comandada pelo dinamarquês Arn Thun.

Mesmo que as atividades da empresa de Arn Thun & Cia. não tenham destruído totalmente a suas cabeceiras no Batateiro, pois como dissemos as explotações maiores só vieram com a década de 1940, de qualquer forma elas foram vitimadas pela mineração de ferro nas últimas décadas do século XX, pois esse foi um dos córregos que também sofreram grandes impactos sem que as informações arqueológicas ali contidas fossem devidamente registradas.

Porém, alguns quilômetros abaixo dessa área atingida, próximo à sua barra com o Rio Maranhão - e proximidades - existem até hoje resquícios de trabalhos de garimpo. Tais explotações devem ser muito antigas, mas com certeza foram constantemente retrabalhadas. O fato de estarem próximo ao povoamento chamado

Coelhos - nome de uma família de proprietários que ali vivia no século XIX - parece reforçar a ideia de que foi uma explotação particular passada de geração para geração no século XIX, quando foi virtualmente abandonada, mas que exemplifica algumas explotações em tabuleiros em outras áreas às margens de rios e córregos no município de Congonhas.

Explotações no Morro das Almas (ou córrego e morro da Cruz das Almas)

O Morro das Almas parece ter sido explotado por método de 'Grupiara' em suas encostas, muito cedo, talvez mesmo no século XVIII. Porém, a documentação mais antiga que temos de sua explotação, provavelmente por uma sociedade de empreendedores nacionais, é de 1856, em um registro constante do Cartório de Registro de Notas de Alto Maranhão, onde um proprietário declara que sua fazenda divisa com as terras dessa sociedade:

> *"Francisco Leite Soares - O abaixo assinado possui entre matos e campos trinta alqueires no lugar denominado Chapada, na Freguesia de Congonhas do Campo, Termo do Ouro Preto e divisão pela parte do Nascente como os herdeiros do finado Cap. Mor José Coelho e pelo Poente com a viúva D. Anna Luísa, e pelo Sul com **a sociedade do Morro das Almas**, e pelo Norte com o Alferes José Raimundo... Chapada, 2 de fevereiro de 1856" (LIVRO DE NOTAS n.3, Cartório do Ofício de Notas de Alto Maranhão).*

Imagem 17- Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Região noroeste próxima a Congonhas, marcadas as posições do Morro Cruz das Almas, explotado por Companhia de mesmo nome, e a região que o documento citado chama de 'Chapada'.

Imagem 18-Carta Topográfica do IBGE, para o Município de Itabirito, de 1985: O pequeno círculo vermelho marca o Morro Cruz das Almas. O pequeno círculo cinza, a posição aproximada da antiga fazenda do Engenho. O pequeno círculo amarelo, a posição aproximada do pilão de triturar minério de quatro mãos ainda existente em uma fazenda. O limite oval maior marca a região do Batateiro, parte já destruída. O oval mediano o córrego do Generoso, talvez o antigo córrego das Almas. O oval menor corresponde à região chamada Simeão. (Não confundir com a fazenda Simão, ao sul de Congonhas, perto de Joanna Vieira, hoje chamada de Fazenda do Paulo).

Essa primeira Sociedade do Morro das Almas antecede a Companhia Inglesa que trabalhou ali, fundada apenas em 1861. Apesar de não conhecidos os sócios, ainda há grande esperança que apareçam informações sobre essa primeira empresa, já que para esse período existe número maior de documentos disponíveis. Segundo o geólogo francês Paul Ferrand, em sua obra *L'Or a Minas Gerais* - O ouro em Minas Gerais – editada em 1894 logo após a morte prematura do autor, então professor da Escola de Minas de Ouro Preto, o Morro das Almas foi explotado pela empresa *East Del Rey Mining Company, Limited* (FERRAND, 1998: 187-188).

Tal empreendimento foi criado em 1861 com um capital de 90.000 libras esterlinas para explotar duas minas em Sabará: Capão e Papa Farinha, arrendadas de um antigo diretor da Companhia de Cocais que as comprara e não conseguira explotá-las com capitais próprios (FERRAND, 1998: 187-188).

Também não tendo sucesso nessas minas, a *East Del Rey Mining Company, Limited* encerrou os contratos e realizou outros nas minas de Morro de São Vicente e Morro das Almas a partir de 1863. Da primeira não sabemos a localização exata, podendo ser nas proximidades de Congonhas e sua explotação encerrou em 1875. A segunda é logo ao norte da área urbana de Congonhas, sendo explorada de 1863 a 1876 (FERRAND, 1998: 187-188).

Existiu outra companhia inglesa, a *Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited*, fundada em 1884, que minerou a Mina de Raposos, no povoado de mesmo nome e que explotava um morro com o mesmo topônimo – Morro das Almas. Assim, pode haver referência cruzada com essa mineração, o que deve atentar o pesquisador, por serem locais completamente diferentes (FERRAND, 1998: 200-203).

João Dornas Filho dá uma informação um pouco diversa, tanto em nome da empresa, como o número de minas e a data do início de suas operações. Segundo esse escritor, a denominação seria "Companhia de São Vicente" e explotaria "... as minas da Paciência, **Morro das Almas** e Capanema" (uma mina a mais, a de Capanema), todas no município de Ouro Preto, além de uma quarta mina – Brucutu – no município de Santa Bárbara. A fundação da companhia teria se realizado em 1865. Dados cuja origem não citou fontes (FILHO, 1957: 50).

Tendemos a acompanhar os dados de Paul Ferrand, pois esse geólogo parece ter compilado os dados mais corretos, consultando documentos primários, hoje, provavelmente perdidos. Além disso, o nome "Companhia de São Vicente" soa como um termo genérico, relacionado à mina principal da companhia, onde deveria ser a sede de sua administração. Não deve ser o nome correto, ainda que possa ter sido usado corriqueiramente pela população. Fica claro tratar-se da mesma companhia, já que as minas são claramente as mesmas e os períodos se sobrepõem (FERRAND, 1998: 200).

Pouco se sabe sobre os métodos empregados na explotação, a não ser que se escavaram alguns poços e galerias, que não sabemos qual profundidade alcançaram, nem se existem vestígios identificáveis, pois a lei mandava fechar as bocas de minas e poços, o que muitas vezes não foi feito, mas como ali dista pouco da área urbana, podem os proprietários posteriores ter seguido o que manda a lei. Não foram encontrados documentos técnicos dessa mina e se existem podem estar em algum fundo documental fora do Brasil, já que a Companhia tinha capital predominantemente inglês.

Porém, como são conhecidas em detalhes as atividades de diversas companhias inglesas em Minas Gerais no século XIX, é muito provável que ela se utilizasse de maquinário hidráulico, com diversos pilões de muitas mãos, outros tipos de trituradores e peneiras, assim como os respectivos canais, regos e bicames para movimentar esses maquinismos.

Explotações na Serra Casa de Pedra

Ao norte-noroeste de Congonhas está um conjunto de morros que constituem a Serra Casa de Pedra e que deram nome a uma das minas auríferas que ali existiram e de onde, já no século XX, foram retirados minérios de manganês e ferro.

Galgando as encostas por onde vertem os ribeiros que correm dessa serra para o sul, as explotações nessa serra se constituíram em três morros principais: Morro do Engenho, Morro do Pilar e Morro de Santo Antônio. Esses eram os nomes das minas locais de ouro. Eles formam, grosso modo, um conjunto de morros e serras que se fundem, com um dos braços, sendo a Serra do Batateiro, um morro ao sul, ligado por um colo baixo, o Morro da Cruz das Almas e a Serra do Mascate, que desce pelo oeste de Congonhas, na direção do sudoeste.

O nome 'Casa de Pedra' só aparece por volta da segunda década do século XIX, provavelmente associada à gruta de mesmo nome que existia ali, que recebeu, a partir de algum momento desconhecido, provavelmente no final desse mesmo século XIX, romarias constantes, transmitindo o nome da gruta para a parte da serra onde esta se encontrava. Em 1911, ao comprar todas as propriedades da região aos herdeiros do Barão de Paraopeba, o dinamarquês Arn Thum e sócios fundaram uma empresa e passou-se a chamar toda aquela extensa área com tal denominação.

No século XIX, antes da popularização do nome 'Serra da Casa de Pedra' por intermédio da empresa de Arn Thum, a área parece comportar vários nomes, dependendo do trecho da serra ou encosta: Alto do Batateiro, Maré, Jambeiro, Rola Moça, Alto dos Paulistas, Mata Paulistas, Bandeira, Bebe Água, além da parte ocidental do Morro do Engenho, com parte da Fazenda Figueiredo. Toda essa região era propriedade de umas poucas famílias, sendo a porção norte e oeste, com cerca de 80 a 90 por cento dessa área, dos Monteiro de Barros, que tinham diversas explotações auríferas por ali, entremeados em algumas encostas por sitiantes mais antigos em fazendas menores; a família Teixeira Campos em uma pequena borda oriental, pertencente à sua Fazenda do Engenho e sitiantes de sobrenome Pereira, muito comum na região, em sítios situados tanto nas proximidades do Córrego Poço Fundo, quanto, também próximos ao Córrego Mãe D'água (APM/RTP, 1956; BROTEIRO, 1951).

Imagem 19 - Carta Topográfica do IBGE para o Município de Itabirito, de 1985: Conjunto (em vermelho) que passou a ser chamado genericamente como Serra Casa de Pedra após a compra feita por Arn Thun e Companhia, aos Monteiro de Barros, em 1911. Observar que na parte do entorno de Casa de Pedra já apresenta o relevo rebaixado. Na avaliação das jazidas realizada em 1944 por Geraldo Dutra de Morais, as Serras dos Pintos, Mata Paulista e do Batateiro apresentam-se como uma única jazida, (inclusiva a parte oeste do Batateiro) avaliadas por Arrojado Lisboa e Costa Sena como contendo cerca de 670 milhões de toneladas de minérios ferríferos, uma das maiores de Minas Gerais (MORAIS, 1944: 17).

Imagem 20 - Estampa Eucalol, do final do século XIX e fotos antigas de casa (armazém? sede da administração?) na área da Casa de Pedra: na segunda foto pessoas importantes da administração da empresa Arn Thun & Cia e da comunidade local, entre as décadas de 1920 e 1930. (Fonte: Jornal Correio da Cidade)

Imagem 21 - Vila Casa de Pedra meados do século XX (Fonte: FuMCult – Congonhas)

A origem do povoado é incerta, mas há indícios de que ali havia um ponto de apoio às minerações dos Monteiro de Barros, talvez umas poucas 'Cafuas', como eram chamados os barracões para abrigar os escravos e capatazes em locais distantes da sede das fazendas, quando o trabalho era realizado apenas uma parte do ano. Não havia motivação para construir senzalas de pedras fora das imediações das Casas Grandes. Esse local, que provavelmente detinha outra nomeação, era, portanto, um pouso temporário, em local plano, amplo e levemente rebaixado no terreno, protegido das forças das intempéries pelas alturas circundantes e dotado de suprimento de água – havia uma pequena lagoa ali - e uma pequena roça com víveres básicos.

Quando em 1911 o dinamarquês Arn Thun comprou a jazida de Casa de Pedra, para explotar ali manganês e ferro, ele provavelmente percebeu ser o lugar ideal para implantar uma vila, destinada aos seus trabalhadores, assim como construir uma casa confortável para os administradores da nova mineração. Contudo, quase não havia alvenaria, e tratava-se de 'cafuas' e barracões de tábuas.

Porém, antes da mina ser comprada pela sociedade de Arn Thun, já havia pequena explotação de minérios naquele ponto, das quais pouco se sabe, a não ser nomes de alguns empresários que recebiam as concessões de explotação. Mesmo assim, as localizações não são citadas nem mesmo se a explotação foi realizada.

As poucas explotações de minérios industriais como o ferro e o manganês na década de 1890 se destinavam ao mercado interno, indo para as fábricas de ferro nacionais. Em geral, em Minas Gerais, os fornos siderúrgicos, a maior parte de pequeno tamanho. Os dois primeiros fornos industriais maiores estavam ao lado das jazidas, para contornar o problema da falta de transporte dos minérios, como a Usina Esperança, em Itabirito, fundada em 1888, ou a Usina Wigg, inaugura em 1893, em São Julião (Miguel Burnier), próxima a Congonhas, que usava minério próprio.

A primeira exportação de minérios industriais do Brasil para o exterior foi manganês da Usina Wigg, em 1893. Porém, alguns regionalistas mineiros do início da República pensavam o Brasil como uma Federação de estados independentes e por isso tratavam qualquer saída de minérios industriais do Estado de Minas Gerais como 'exportação', mesmo que fosse para estados vizinhos, como Rio de Janeiro ou São Paulo, que tinham siderúrgicas que usavam minérios do centro de Minas Gerais.

No início, a explotação do manganês foi feita, por vezes, por meio de galerias, e não a céu aberto. Isso porque a lenta extração pouco mecanizada e os problemas com sondagens permitiam que chuvas desmoronassem as encostas de explotações a céu aberto, impedindo o seguimento adequado do 'veio manganesífero' em meio ao resto do minério de ferro. A manutenção da qualidade do manganês era uma preocupação constante das empresas mineradoras, pois, se houvesse diferença entre as características negociadas e verificadas na mina e as do minério que chegasse às siderúrgicas, os contratos poderiam ser suspensos, perdendo-se o cliente.

Imagem 22 - Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Percebe-se que o nome 'Casa de Pedra' está quase sobre o nome 'Batateiro', e muito próximo de 'Pilar' e 'F. do Engenho'.

Na década de 1940 começou novo ciclo de estudos sobre as jazidas de Minas Gerais e a jazida de hematita compacta de Casa de Pedra (não toda a jazida, pois havia explotação de manganês e ferro sobre outras formas em outros lugares próximos) foi descrita em uma obra especializada como "...um maciço de minério com 4.000 metros de comprimento por 300 metros de largura e um alargamento de 1.300 metros no extremo nordeste (GODOY & COELHO, 1947: 16).

Da mesma época, como está em outros tópicos, há extensão do nome por toda a parte leste, dos morros do Engenho e Pilar, em direção ao Morro de Santo Antônio.

Aliás, o minério de Casa de Pedra era muito específico. Dizia a mesma publicação técnica: "...não se trata propriamente de minério de manganês, mas de minério ferro-manganesífero, que é explotado intensamente e exportado pela estação de Casa de Pedra da Central do Brasil." Entre a jazida e a estação já havia, então, um cabo aéreo por onde se escoa o minério e que é possível ver nas cartas topográficas pós 1943, passando pela região chamada Pinheiros (GODOY & COELHO, 1947: 37).

Com as expectativas do aumento da explotação e a mecanização de parte do processo aumentou-se muito a extração, e deve ter sido nessa época (1942-1943) que se instalou o cabo aéreo, mas o final da guerra em 1945 fez diminuir as encomendas vindas do exterior. Posteriormente, a explotação voltou a acelerar. Por volta do final da década de 60, observou-se novo impulso, seguido de aumentos na extração da área. Apesar de ter ocorrido diminuição da atividade exploratória em alguns anos esporádicos, de maneira geral, a atividade tem-se mantido em nível constante.

Morro do Engenho

O Morro do Engenho é considerado hoje como parte da Serra Casa de Pedra, mas, é quase certo que era tratado nos períodos colonial e imperial como um morro separado da região mais a oeste (Alto do Batateiro, depois, Casa de Pedra). Tratamos, portanto, de separar os dois grupos, por questões relacionadas à percepção histórica.

Ele engloba um grande morro que se estende do sul para o nordeste, que apresenta um colo alto no seu oeste, onde se situa o povoamento da Casa de Pedra, colo este que se prolonga pelo norte das elevações e vai para o leste em declive suave, por onde corre o Córrego Poço Fundo, um dos formadores do Lagarto ou Santo Antônio, que vira essas elevações em direção ao sudeste e sul. Temos a sudoeste o vale do Córrego Casa de Pedra, que desce ao sul e, contrariamente ao colo, uma grande série de córregos vertentes que se formam do 'lado de dentro', com formato 'em lua', apresentando o conjunto das elevações, abertura e córregos vertentes, que se voltam para o sudeste.

Hoje, habituou-se a dividir o conjunto em três morros que o compõe: o Morro do Engenho propriamente dito, o Morro do Pilar e o Morro de Santo Antônio. O terceiro nome nos parece historicamente impróprio como parte da Serra do Engenho, já que o Morro do Santo Antônio aparece sempre à parte do conjunto em todas as obras consultadas e na verdade era o atual Morro do Pires, não a extremidade leste da Serra do Engenho, antes do sistema Ribeirão Lagarto/Rio Santo Antônio, como afirmam alguns contemporâneos. Aliás, o caminho que hoje passa no colo do Engenho, que atalha o caminho antigo por cima do Morro do Pires/Santo Antônio, não é hábil para as observações, por exemplo, do viajante inglês Richard Burton, em 1867.

Entre as explorações que ali tiveram lugar, as mais antigas parecem ter sido nos seus extremos, oeste e leste, levados até ali pelos que seguiam os descobertos das cabeceiras do Ribeirão Casa de Pedra, no Alto do Batateiro (que deveria ter outro nome não identificado) e na altura da Fazenda do Morro de Santo Antônio e Farias. No lado leste pode ter ocorrido primeiro, pois ali temos indicações de minerações coloniais, enquanto as referências ao Batateiro já são indicadas pela presença dos Monteiro de Barros.

Contudo, há algumas indicações truncadas que sugerem que as explotações auríferas ocorreram também na vertente voltada para o norte, na área em que depois seria minerado o manganês, próximo à estrada que dá acesso às alturas de um morro intermediário, de aproximadamente 1.060 metros, que corta em duas 'selas' a crista, formando um terceiro e discreto pico entre o do Morro do Engenho e o do morro de cota 1219 metros, no leste. Essa última parte das serranias é chamada hoje de Morro de Santo Antônio, topônimo que deve ser ressalvado historicamente, como dito, daquela onde ocorreram as explotações antigas com esse nome: Morro de Santo Antônio/Pires.

A comparação das cartas de 1939 e da carta do IBGE de 1985 mostra relevos bastante discrepantes nessa área. As duas pequenas 'selas' do morro não são perceptíveis da maior parte dos pontos altos da região e, portanto, estamos descrevendo-a a partir do mapa de 1985, mais fidedigno na representação do terreno, ainda que com problemas de topônimos. Fica claro que a representação de 1939 se baseia mais na percepção que se têm das alturas quando vistas de Congonhas e de morros próximos, do que de medições topográficas precisas. Hoje a percepção é a mesma para esse trecho, com uma percepção um pouco melhor nos dias claros, caso o observador vá se deslocando e observando como os picos vão mudando de aspecto, mostrando sua profundidade relativa.

Imagem 23 - Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): O conjunto do Morro do Engenho (que tomou nos século XX o nome da Casa de Pedra, talvez até mesmo pelo fato de ser a parcela restante das alturas ao norte de Congonhas que se mantêm melhor conservada dos avanços da mineração) na verdade é um conjunto que se sobressai de todo o terreno mais alto da região, sendo tratada com topônimos próprios ao longo dos séculos XVIII e XIX. Compõe hoje a parte mais importante do entorno paisagístico de Congonhas.

Imagem 24 - Vista do Morro do Engenho e de suas extensões para nordeste como se apresentam hoje, vistos das proximidades do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos.

No século XIX havia pelo menos três fazendas importantes voltadas para os vales cujos córregos se dirigem para sudeste: a Fazenda do Figueiredo, a Fazenda do Pilar e a Fazenda do Engenho.

No Registro de Terras obrigatório que se seguiu alguns anos depois da Lei de Terras de 1850, realizado na Freguesia de Congonhas do Campo, a viúva do proprietário da Fazenda do engenho lançou as confrontações de sua propriedade do seguinte modo:

> *"Ana Luisa de São José, viúva do Alferes Camillo Teixeira Campos declara, como inventariante que na Freguesia de Congonhas do Campo, Termo de Ouro Preto, possui em comum com seus herdeiros, na Fazenda do Engenho, cento e trinta alqueires de terras de cultura e campos, que dividem com cultura da Fazenda do Pico, Figueiredo e Pilar, com sítio do Simião, com Marciana Paulino Jardim, com a fazenda que foi do finado Faria, com campos do sítio de João Pereira, com o patrimônio do finado Padre Manuel Francisco de Moraes, mais assim, no sítio Lavapé de Manuel André, nesta mesma Freguesia e Termo possui em comum com seus herdeiros em cultura e campos setenta alqueires mais ou menos, divisando com campos do Capitão Luís Coelho Seabra, meu genro e com herdeiros do finado Antônio José Netto, com terras do Barão de Paraopeba, com os Pereiras e com os patrimônios de meus filhos, Vigário Domiciano Teixeira Campos e José Bonifácio Teixeira Campos, vigário de Suaçuí. Engenho, 13 de novembro de 1855" (APM/RTP, 1856).*

Portanto, a Fazenda do Engenho, em 1856, se estendia para leste, ultrapassando o sul do Morro de Santo Antônio e, passando pelo Barnabé, (que pode corresponder ao patrimônio do Padre Manuel Francisco de Moraes), chega ao sítio de Manuel André, já nas proximidades ou na margem do Ribeirão da Mata ou Rio Preto (já

que este se situa na margem oposta, no Palmital ou Cafezal), e ia pelo norte até o topo da Serra, divisando com os Pereiras, já nas proximidades do noroeste do Morro do Pires. A Fazenda do Pico refere-se às terras logo ao sul do próprio Pico do Engenho.

A extensão da fazenda era grande e voltada predominantemente para o leste em relação ao pico de mesmo nome e, portanto, onde alcançava a denominação do que era constituinte das mesmas terras do 'Engenho'. Nenhuma citação, neste ou em outros registros, à Casa de Pedra.

As explotações minerais auríferas no conjunto do Morro do Engenho não parecem ter tido grande importância, pois aparecem pouco nas fontes, por vezes afirmando-se categoricamente sua pouca importância. Mantiveram-se assim, em parte fora do poder da família Monteiro de Barros, continuando a pertencer a mineradores locais. Quando se iniciou a explotação intensiva de minérios industriais, partes importantes foram compradas pela empresa de Arn Thun. Alguns outros minérios foram achados e explotados ao longo do século XX, como cristais de quartzo, ferro, manganês, limonita e outros, que causaram disputas durante as primeiras décadas do século XX entre a empresa de Arn Thun e diversos pretendentes a novas concessões.

O Diário Oficial da União registra diversos processos administrativos iniciados junto ao recém-criado Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no final da década de 1930, e principalmente no início da década de 1940, onde as disputas pelas jazidas aparecem claramente. Os pareceres apresentados são parte interessante da história da atuação desse órgão e as razões dos interessados demonstram tanto a mudança ocorrida com o Código de Minas, de 1934, quanto as permanências jurídicas e administrativas que estavam sendo reorientadas.

A área do Morro do Engenho e da Fazenda do Engenho foram alguns dos locais mais contestados em termos de explotação mineral e, no início da década de 1940, havia ao menos três processos administrativos ou judiciais propostos pelos senhores Edmundo de Castro Lopes (empresa Castro Lopes& Tibiriçá), Acácio Corrêa Dolabela, e um antigo proprietário local, relacionados à área que tratamos (DOU, 22/06/1943: 9627 e segs; DOU, 31/04/1943: 15 e segs).

Na mesma época que Arn Thun ainda operava minerações ali próximas, outra concessão foi dada à Mineração Camapuan Ltda. em nove hectares da Fazenda do Engenho. O Registro tinha o n. 6791, e data de 31 de janeiro de 1941, para manganês e associados (IBGE, 1943).

Imagem 25 - Carta Topográfica do IBGE, para o Município de Itabirito, de 1985: área que permaneceu sob a denominação de Serra do Engenho, e que reparte hoje a denominação com Casa de Pedra. Os círculos pequenos são possíveis antigas explotações. Os círculos azuis são as regiões onde estavam três das quatro fazendas no início do século XX. A quarta estava abaixo e à esquerda do último, fora do recorte.

Em 1944, o decreto-lei n. 7.011 de 1º de novembro, colocou a empresa Arn Thun & Cia. sob uma intervenção federal, com o intuito de prepará-la no processo de desapropriações que viriam em benefício da formação do patrimônio da Companhia Siderúrgica Nacional, criada ao final do primeiro período de governo de Getúlio Vargas. Isso não impediu que mesmo nesse período a empresa recebesse novas concessões, uma delas na Fazenda do Engenho, pelo Decreto n. 19.714 de 03/10/1945. Em 20 de fevereiro de 1946, pelo Decreto-Lei n. 9.002, a Companhia Siderúrgica Nacional foi autorizada a desapropriar diversos bens da Arn Thun & Cia, entre os quais "... *no Município de Congonhas do Campo, as propriedades conhecidas pelos nomes de 'Casa da Pedra', incluindo as áreas de Casa da Pedra, Engenho, Pires, Batateiros e Mascate,*

com a área de 3.237,47 hectares". Após a separação dos patrimônios desapropriados e dos que continuariam sobre a empresa de Arn Thum, a intervenção foi revogada pelo Decreto-lei n. 9.659 de 28 de agosto de 1946, já no governo do General Eurico Gaspar Dutra (Coleção das Leis, VII, 1946: 41).

Ribeirão de Santo Antônio ou Lagarto e Morro de Santo Antônio ou Pires

A exploração do Ribeirão de Santo Antônio com certeza foi uma das primeiras, já que possui a terceira barra na margem direita do Rio Maranhão, a jusante, em relação ao Rio dos Macaquinhos, estando entre eles apenas a barra do Rio Goiabeiras/Rio Preto. Esses rios foram sendo explotados em suas aluviões e, logo, tabuleiros. Sendo o resultado inicial bom, mas esgotando-se em poucos anos, foram subindo os mineradores às cabeceiras em procura dos locais de origem das ricas jazidas onde, com certeza, já explotavam em meados do século XVIII.

O processo descrito de explotação que evoluiu do abandono do ribeiro em direção à sua principal cabeceira, morro acima, fez com que o morro que continha as principais nascentes, tomasse o nome do mesmo. Algum tempo depois, essa área foi ainda incorporada pelo patriarca dos Monteiro de Barros, o português José Manuel, já mencionado anteriormente.

Entre as memórias locais e os documentos, sabe-se que o Barão de Paraopeba teve diversas residências, entre as quais a Fazenda de Santo Antônio, nas proximidades do ribeirão, do morro e da lavra de mesmo nome. A Serra de Santo Antônio era caminho de quem ia de Congonhas até Boa Morte. Passaram ali o Barão Homem de Melo e estrangeiros como Eschwege (em sua chegada às Minas), Saint-Hilaire, James Wells e Richard Burton, que avistou a Fábrica Patriótica e os córregos de suas alturas (MELO, 1886; ESCHWEGE, 2002; SAINT-HILAIRE, 2004; WELLS, 1995; BURTON,1976).

O viajante Hermann Burmeister tinha planos de visitar o Morro de Santo Antônio para ver suas jazidas, inclusive explotações de chumbo e cromo, mas quebrou uma perna ao cair da montaria e não pode parar no local almejado (BURMEISTER, 1980: 218).

O Morro de Santo Antônio se situa em uma elevação na parte norte do município de Congonhas, que está a leste de Casa de Pedra e a nordeste do Morro do Engenho. O Barão von Eschwege, já no século XIX, por volta de 1814, listou sete mineradores que explotavam com sucesso suas lavras em Congonhas do Campo, próximas ao povoado, e mais quatro em lavras mais distantes (ESCHWEGE, 1979: 23).

Imagens 26 e 27 - Recortes da região do Rio e do Morro de Santo Antônio: Mapa em corte de Eschwege, realizado quando veio a Minas pela primeira vez, em 1811; comparado à Carta Topográfica do município de Itabirito, do IBGE, de 1985. Observe-se que no primeiro, os principais rios não incluem o Santo Antônio, por onde uma trilha vai ao norte, se bifurcando na Faz. de Santo Antônio com dois caminhos, onde um vai ao Pires, e o outro provavelmente subia o morro.

No início do século XIX, as lavras do Coronel Romualdo José Monteiro de Barros, sócio do próprio Eschwege, conforme exposto, no Morro de Santo Antônio eram trabalhadas por 40 escravos e dali se retirava 540 oitavas anuais. Ao lado, a lavra do Capitão Domiciano Ferreira de Sá, empregava 12 escravos a retirar 30 oitavas anuais. Outra, a lavra do Alferes Joaquim José Faria com 30 escravos a retirar anualmente 165 oitavas. Das poucas lavras

rentáveis no início do século XIX, a do Morro de Santo Antônio, na parte explotada pelos Monteiros de Barros, como registrou o mesmo Barão de Eschwege, que teria inclusive comprado pequena participação nesse empreendimento, era a única realmente lucrativa (ESCHWEGE, 1979: vol. II, 22-23; vol. I, 31).

Imagem 29 - Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Parte de cima - Morro ou Serra de Santo Antônio, prováveis locais de minerações antigas. No centro: Fazenda do Morro de Santo Antônio e Rio Santo Antônio.

As lavras do Morro de Santo Antônio passarão para os sucessores do Coronel Romualdo José Monteiro de Barros. Na segunda metade do século XIX, o lugar é referido como em 'campos e matos', sem menção a minerações. Isso pode corresponder à região ao sul da Serra de Santo Antônio, onde corre o Rio de mesmo nome e onde sempre foram exploradas fazendas. A mineração aurífera no Morro de Santo Antônio, após 1855, não parece ter sido muito intensa, mas sabemos que ali sempre foram explotados outros minerais em pequena escala. No flanco nordeste, tais explotações aparecem usualmente na documentação como lavras do Pires, ou do Morro do Pires (BURMEISTER, 1980: 218; ESCHWEGE, 1979).

Com a chegada da República e do interesse pela explotação de minérios industriais, assim como a possibilidade de sua exportação em grande quantidade pela Ferrovia, que já estava ali, o Morro de Santo Antônio ou Pires foi incluído entre as jazidas mais promissoras. Em alguns pontos os métodos de desmonte por água já deveriam ter mudado parte de seu contorno, mas a explotação do minério de ferro em grandes quantidades só chegaria muitos anos depois. A jazida de manganês do Pires era de propriedade do Dr. Pacífico Homem. Tinham jazidas no Morro do Pires também a empresa Cravo & Irmão e a Usina Wigg (GODOY & COELHO, 1947: 37; MORAIS, 1944).

Outras explotações também se davam ali, como dito, e Astolfo da Silveira registrou em meados do século XX, no Pires, uma boa jazida de ocres "*que são convenientemente preparadas*" (SILVEIRA, 1922: 434).

Explotações no Rio (Ribeirão) da Soledade e Serra da Soledade

O mais importante curso d'água dessa região é o Rio Soledade, que tem suas nascentes altas da Serra da Soledade/do Capão D'água/Miguel Burnier, hoje no distrito de Miguel Burnier (Ouro Preto) onde curva para sudoeste até desaguar na barra do Rio Maranhão, logo ao norte de Joaquim Murtinho.

Outro nome local do Morro Capão D'água no século XIX ou do conjunto de elevações que ele faz parte pode ter sido *Serra da Cachoeira*, como está em trecho do relato de um viajante alemão, Hermann Burmeinster:

> *"... Todos os rios que nascem ao norte da Serra da Cachoeira deságuam no Rio das Velhas, enquanto os que nascem a sul correm para o Paraopeba. O Ribeirão da Soledade, o primeiro deles e o menor, atravessamo-lo sem molhar as pernas dos nossos animais, tão pouca era a água que corria no seu leito" (BURMEISTER: 1980: 294).*

Não há muitas referências sobre explorações no Rio Soledade e esse rio tem um curso muito mais retilíneo que o Rio Maranhão, produzindo um número pequeno de remansos se comparado a este último, a não ser nas proximidades da atual sede do distrito, lavras essas que pertenciam à família Lobo Leite, citada abaixo.

Essa impressão de falta de resquícios de mineração aurífera em muitos pontos das margens do Soledade pode ter sido intensificada pelas obras realizadas no final da década de 1870 para a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, quando foram aterradas muitas depressões e movimentada muita terra ao longo das margens do rio, que foi atravessado ao menos três vezes pela ferrovia dentro do território do distrito.

Porém, muitas voçorocas podem ter sido trabalhos de mineração antigos, de explotação de ouro, calcário ou manganês, esses últimos já na passagem do século XX em diante. Apenas um trabalho cartorial e arqueológico mais minucioso poderá, no futuro, dar mais pistas sobre as explotações como um todo nessa área.

Na segunda década do século XIX, de acordo com a lista elaborada pelo Barão von Eschwege no ano de 1814, a explotação do ouro se dava ativamente nos arredores de Congonhas em lavras pertencentes a sete mineiros, nos arredores do arraial de Congonhas e em dois lugares nas proximidades de Soledade, se excluirmos as Goiabeiras, também na divisa do subdistrito (ESCHWEGE, 1979: 22-23).

Apesar de não poder ser localizada com certeza, é possível que o 'Morro em Minas' onde explotavam ouro o Capitão-Mor Antônio Agostinho Lobo Pereira, proprietário da empresa de mineração Pereira & Cia, e o Capitão Nicolau Coelho Seabra, seja nas cabeceiras de afluentes do Rio Macaquinhos ou nas cabeceiras de afluentes do próprio Rio Soledade.

Imagem 30 - Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939). Área do Rio Soledade no distrito de Lobo Leite.

O primeiro desses exploradores não era senão o Tenente envolvido com a Inconfidência Mineira algumas décadas antes e que, já Capitão-Mor, tinha constituído com seus sócios um plantel de 32 escravos que conseguiam retirar 400 oitavas de suas galerias e grupiaras no morro. O segundo, com apenas oito escravos, tinha uma produção bem menos, de 17 oitavas, mas no seu caso as informações parecem incompletas e pode ser que faiscadores produzissem mais algumas oitavas a partir dos esgotos dessa lavra, pois o registro de Eschwege dá uma produção total de 4.693 ¼ para essa lavra, não determinando em que condições ou período de tempo ela foi alcançada (ESCHWEGE, 1979: 22-23).

Em Soledade (depois Lobo Leite) existiam duas minas, a primeira do Capitão-Mor Altino Agostinho Lobo Leite, Pereira & Cia., que empregava 32 escravos em um local denominado 'Morro em Minas' – trocadilho infame – em 'formação', e que retiravam 400 oitavas de ouro anuais. A outra explotação era a do Capitão Nicolao Coelho Seabra, em lavra sem denominação, que empregava oito escravos em um terreno de 'formação' (ESCHWEGE, 1979: 22-23).

Outro proprietário na região incluía Matheus Herculano Pereira Lobo, da mesma família e importante figura política mineira, cujas terras faziam divisas tanto com o povoado de Soledade como outras propriedades, entre elas a de D. Florinda de Mesquita, irmã do Barão de Bonfim. Este era nascido em Congonhas. José Francisco de Mesquita (1790-1873) se tornou Barão de Bonfim em 1841, Visconde em 1854, Conde em 1866 e Marquês em 1872. Casou-se com Francisca Paula Freire de Andrade (1788-1852), filha do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade (1756-1802) e de Izabel Carolina de Oliveira Maciel, genro e filha respectivamente, do Guarda-mor José Álvares Maciel (BROTERO, 1951: 21 e segs.; JARDIM, 1989; MAXWELL; 2001; Consultas genealógicas: geneaminas.com; projetocompartilhar.com).

José Francisco de Mesquita foi o primeiro tesoureiro da Sociedade Mineralógica de Passagem. Este cuidava dos interesses da Sociedade no Rio de Janeiro e foi acusado por Eschwege de má gestão dos recursos da empresa: "*gastou em comissões exorbitantes e comprara escravos, os mais miseráveis*" (APM - CC. Cx-46. Rolo 514 – Plan. 30.263).

O irmão de Izabel Carolina de Oliveira Maciel, homônimo do pai, José Álvares Maciel, envolvido na inconfidência, não podia herdar a propriedade que possuíam, já que fora condenado ao degredo em Angola. Essa propriedade se estendia pelos territórios de São Julião (Miguel Burnier) e Soledade (Lobo Leite). Era formado em Coimbra e estudou metalurgia e geologia, tendo planos de implantar uma fabricação de ferro em Minas Gerais (BROTERO, 1951: 21 e segs.; JARDIM, 1989; MAXWELL; 2001; geneaminas.com; projetocompartilhar.com).

Outros proprietários em Soledade/Lobo Leite eram Pedro Alcântara Coelho Seabra, Joaquim Baeta Neves (que tinha outras explotações auríferas no Paraopeba), José Antônio de Resende, além do próprio Joaquim Francisco de Mesquita, depois, Barão de Bonfim (com terras contíguas a São Julião, depois pertencentes à Usina Wigg, e explotadas para a retirada do minério de ferro).

Salienta-se que os irmãos Joaquim Lourenço Baeta Neves e Daniel Lourenço Baeta Neves proprietários dos Sítios Sapê e Palmital, na Passagem do Ouro Branco, eram também importantes figuras políticas em Queluz (Conselheiro Lafaiete) (APM/RTP, 1856).

O rompimento da confiança entre José Francisco de Mesquita e o Barão de Eschwege se deu em 1819. O primeiro era da família Mesquita, proprietária das terras da Fazenda Ponta do Rodeio, a qual, por relações familiares (herança ou compra e venda entre parentes) foi parar na esfera de propriedade de Washington Rodrigues Pereira, o irmão do Conselheiro Lafaiete, que era o proprietário dela em 1900 (APM - CC. Cx-46. Rolo 514 – Plan. 30.263).

Imagem 31 - Carta da Capitania de Minas Gerais produzida por W. L. Von Eschwege – 1821. A mais curiosa constatação é que a Serra Capão D'água ou de Miguel Burnier é chamada Serra da Soledade, ou seja, pertencia a este subdistrito da Freguesia de Congonhas. Na verdade, é ali que se situavam as lavras das Goiabeiras.

As propriedades de Dona Florinda de Mesquita e de seu irmão, José Francisco de Mesquita foram posteriormente compradas por Washington Rodrigues Pereira, proprietário de terras e Juiz em Queluz, irmão de Lafaiete Rodrigues Pereira, o Conselheiro Lafaiete, todos dois filhos do Coronel Antônio Rodrigues Pereira e de Clara Lima Rodrigues, Barão e Baronesa de Pouso Alegre, respectivamente. Esses compunham a lista de quase todos os proprietários na divisa de Soledade com São Julião na última década do século XIX (APM - CC. Cx-46. Rolo 514 – Plan. 30.263; APM/RTP; NEVES: 2012).

Assim, é possível perceber que parte do distrito de Soledade era a região chamada de São Julião, contornando-se pelo norte e noroeste, a Serra de Soledade, evitando-a, tocando-a apenas quando já às portas do Rodeio, caminho para subir o planalto do Ouro Preto, contornado a Itatiaia ou Serra do Ouro Branco.

Ribeirões do Coqueiro e Palmital (Palmital e Goiabeiras)

Antes de tratarmos do complexo de explotações que se estendem pelas fronteiras de Congonhas com Ouro Preto e além, cabe tratar de dois importantes ribeiros sob os quais recaem diversos problemas geo-históricos.

As antigas explotações do Coqueiro e do Palmital se tornaram propriedades da família Monteiro de Barros no século XIX, mas não de forma exclusiva, estando a nordeste da área urbana, parte delas já descaracterizadas e urbanizadas hoje. Suas cabeceiras estão na divisa com o distrito de Miguel Burnier, pertencente ao município de Ouro Preto, fazendo-as parecer um pouco fora do conjunto de propriedades que originalmente eram contíguas e administradas quase como uma única enorme fazenda pelos seus proprietários.

Não bastasse isso, o lugar parece ter sido interpretado insistentemente de forma errada por cartógrafos, uma vez que no mapa de 1939 o rio que detém o nome de Palmital é o Coqueiro. O Palmital, mais ao sul, detém em 1939 o nome de Goiabeiras. O Rio Goiabeiras, por sua vez, seria o Ribeirão da Mata.

O mapa do IBGE do município de Itabirito, cujo levantamento é pouco anterior a 1985, registrou o nome do córrego do Coqueiro erradamente como córrego do Cordeiro. Esse córrego também é conhecido como córrego do Cafezal, mas esse nome é posterior, sendo o nome mais antigo, Palmital. O outro ribeirão, mais ao sul com o nome de Palmital aparece apenas como um afluente menor do que deveria ser o Goiabeiras. Esse último é o Rio Preto, perdendo a denominação de Ribeirão da Mata. O sistema hidrográfico a que pertencem fica assim, confuso, mas não muda o fato dessas explotações estarem na margem esquerda do Ribeirão da Mata/Rio Preto, sendo assim, conhecida sua localização.

Ambos os ribeiros correm de nordeste para sudoeste, desaguando na margem leste do Ribeirão da Mata/Rio Preto, que por sua vez é tributário da margem norte do rio Maranhão, já dentro da atual área urbana. Adotamos, porém, na falta de outras informações, a seguinte denominação histórica como certa: O rio que aparece pelo nome de Palmital no mapa de 1985 é o Ribeirão das Goiabeiras, mas não é nas suas cabeceiras que existia a lavra de mesma denominação, mas sim, nas dos córregos que alimentam o Rio Macaquinhos. O ribeirão menor com o nome de Cafezal ou Coqueiro é definitivamente o Palmital. O mapa mais correto pelos registros vistos e revistos parece ser o de 1939, produzido pelo Departamento de Estatística do Estado de Minas Gerais.

Imagem 32-Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Segundo essa interpretação dos topônimos o primeiro afluente da margem esquerda do Ribeirão da Mata (tracejado vermelho) não teria nome conhecido, ou ainda, seria o Goiabeiras. O segundo (linha vermelha inteira) seria o Córrego do Palmital. No círculo rosa a mineração do Buraco, ou seja, a lavra de Manganês de Morro Grande ou Serrinha, próximo à curva da E.F. Central do Brasil, em Crockatt de Sá (no círculo verde). Essa deve ser a lavra que corta hoje a estrada para Miguel Burnier na Cabeceira do Córrego do João.

Não sabemos a proporção da explotação ali, nem mesmo quando se iniciou, mas parte dessa área está presente entre as terras de Lucas Monteiro de Castro por volta do terceiro quarto do século XIX, na parte das cabeceiras do Palmital. Como a documentação existente no Cartório de Registro de Notas de Lobo Leite só se inicia no século XX e o cartório de Alto Maranhão nada possui de específico sobre essa parte de Congonhas, temos poucas pistas a seguir.

Imagem 33-Carta Topográfica do IBGE, para o Município de Itabirito, de 1985: Parece não haver estudos aprofundados sobre vestígios de mineração nessas duas áreas, e hoje suas barras nas proximidades da BR-040, com ocupação se adensando, possivelmente inviabilizarão, desde a construção da rodovia, a busca de dados significativos sobre as minerações antigas ocorridas próximas de suas barras.

Partes dessas terras pertenciam aos irmãos Joaquim Lourenço Baeta Neves e Daniel Lourenço Baeta Neves (Sítio do Sapê e Palmital na Passagem do Ouro Branco), provavelmente nos terços médios e superiores do Córrego do Palmital (APM/RTP, 1856).

A única fonte encontrada sobre proprietários pós-Monteiros de Barros é a Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas do Campo de 1939, fonte inábil para nos remeter às antigas minerações. As duas referências são: Fazenda de Manoel André, com sede próxima ao segundo córrego da margem esquerda, ali definido como Palmital, mas chamado de Cordeiro ou Cafezal na do IBGE de 1985; e a Fazenda Buraco do Engenho Grande, bem acima no mesmo ribeirão, com referência topográfica para sua área de cabeceiras, denominada Morro Grande. Hoje, Morro Grande é chamado de Morro da Serrinha, como se apresenta na Carta Topográfica de Itabirito do IBGE, de 1985. Por seu cume passa a divisa entre Congonhas e Ouro Preto.

Porém, ainda há esperanças para pesquisar essa área que era contígua às terras da família Lobo Leite. Referente a essa família ainda há muitos arquivos inéditos no Rio de Janeiro, o que poderá lançar luz sobre essa parte de Congonhas.

Lavras na Serra da Boa Morte (vertente oriental)

Quase a totalidade dessa região pertenceu aos Monteiros de Barros, mas como na vertente da Serra da Boa Morte que nos interessa é aquela cujas águas vertem para leste e sudeste, em verdade tratamos das lavras ao norte do conjunto chamado atualmente de Casa de Pedra e Morro do Engenho. No local há um conjunto de cabeceiras em leque, que alimentam o sistema do Ribeirão Lagarto-Rio Santo Antônio. Esse leque é formado pelo espigão pelo qual passa a estrada de rodagem que segue da BR-040 para Belo Vale.

Imagem 34 - A linha azul é a continuidade do divisor de águas do Morro do Pires ou de Santo Antônio, e virtualmente, o caminho percorrido e descrito por Eschwege (1811), Saint-Hilaire (1817), Burton (1867), o Barão Homem de Melo (1888) e outros viajantes mais. Perceba que os viajantes viravam à esquerda para o distrito de Boa Morte exatamente nas proximidades da atual estrada de rodagem que dá acesso a esse distrito, pertencente hoje ao município de Belo Vale. As lavras da região da Boa Morte deveriam se restringir à parte esquerda dessa linha, nos tributários do ribeirão Lagarto ou Santo Antônio. Porém, as terras do Dr. Gregório Pereira Soares de Albergaria (contorno aproximado) se estendiam para a direita dessa linha, englobando algumas cabeceiras dos córregos que contornavam o Morro do Pires ou de Santo Antônio pelo norte e faziam parte do sistema de tributários do Rio Preto/Ribeirão da Mata. Essas terras eram cercadas por todos os lados por propriedades dos Monteiros de Barros. O círculo vermelho marca a localização da Fábrica Patriótica, de Eschwege e sócios (1812).

Os documentos que trazem essa denominação de Boa Morte, por vezes, surpreendentemente, englobam as vertentes dos tributários mais ocidentais do Rio Preto/Ribeirão da Mata. Isso ocorre com uma lavra mais ao sul, pertencente ao Dr. Gregório Pereira Soares Albergaria. Juntamente com os Monteiros de Barros, ele era o mais importante dos proprietários nessa área pelos idos de 1814 a 1817, anos do período Joanino entre os quais Eschwege fez seus levantamentos (ESCHWEGE, 1979:22).

Na Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas de 1939 há, no limite norte-noroeste do Morro de Santo Antônio/Pires, um córrego com a denominação Córrego Albergaria. Pois bem, Eschwege localiza na Boa Morte a explotação do Dr. Gregório Pereira Soares de Albergaria, que empregava, então, oito escravos nos trabalhos que produziam 25 ¾ oitavas, na 'formação' – quando era retirada terra de algum ponto e não revirado o cascalho do fundo do córrego - além dos 17 faiscadores livres que produziam 415 ¾ oitavas (ESCHWEGE, 1979: 22-23).

Não serão focalizadas essas explotações, pois não foi possível acessar nenhum dado muito preciso sobre elas. A evidência de que ela é logo ao sul da Fábrica Patriótica, faz com que os relatos de Burton em 1867, observando essa área sobre a Serra de Santo Antônio/Pires, sejam válidos como indicação de sua efemeridade, uma vez que ele descreveu tal área como coberta de densas matas e rios claros, de águas verdes e azuis, cenário totalmente incongruente com a presença de minerações em que o desmonte era realizado principalmente através do uso intensivo da água. Talvez tenha sido minerada apenas até o início do século XIX e depois abandonada completamente.

A divisa de municípios passa pelo espigão noroeste que é continuação da Serra de Santo Antônio/Morro do Pires, virando ao norte no Córrego Ponciana logo antes de alcançar a parte principal do morro. Passa então por João Gonçalves e ganha a Serrinha ou Morro Grande, indo depois às Goiabeiras/Crockatt de Sá.

Grande parte dessa área, hoje distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, era pertencente a Congonhas que divisava com Bação e Itabirito bem mais ao norte, mas por marcações incertas, provavelmente bem após a Fazenda da Forquilha, talvez no Ribeirão do Eixo acima, até o Ribeirão Mata Porcos.

Lavras e Minas das Goiabeiras

Foram feitas anteriormente considerações sobre a região fronteiriça do atual distrito de Miguel Burnier, pertencente a Ouro Preto, com os distritos Sede e da Soledade, pertencentes a Congonhas, pois ali se situavam as minas das Goiabeiras, nas cabeceiras dos três córregos que formam o Rio Macaquinhos: Cássia, Córrego da Bocaina Negra e do João.

O fato de ser a região chamada Goiabeiras pode se relacionar com o caminho antigo que vinha de Congonhas no divisor de águas ao lado do córrego de mesmo nome, mas que logo terminava e se transpunha o córrego do João, próximo já onde a subida da Serra do Soledade começava, na Fazenda da Bocaina. A região das lavras e minas, no sopé mais ocidental dessa serra parece ter recebido o nome do caminho, que por sua vez tinha o nome do córrego que estava a algumas centenas de metros antes, mas cuja cabeceira não chegava até ali, pois, era interrompido pelo fim do seu vale e o surgimento de outro perpendicular a ele, o vale em que corria o Córrego do João. Nessa cabeceira começavam as lavras das Goiabeiras, mas as minas com galerias podem ter sido escavadas na contraencosta, talvez não mais existindo.

Se não há, portanto, correspondência geográfica exata, principalmente hidrográfica, do Córrego das Goiabeiras e a região lavrada com a mesma denominação, a duplicidade de lugares com denominações idênticas é um fato comum no estudo geográfico. Com esse problema temos que lidar da melhor forma e espírito crítico possível. Quem está sempre envolto com o estudo de mapas sabe bem que os terrenos extensos superam a criatividade humana de criação de toponímia. A sobreposição de nomes não foi tratada de forma exaustiva, e ainda pode o pesquisador aprofundar tais pesquisas a partir de outros documentos disponíveis.

A localização exata das lavras e minas das Goiabeiras é relacionada às cabeceiras desses outros córregos, com certeza dentro da Fazenda Bocaina, possivelmente entre um ângulo que vai do norte ao sudoeste, no sentido anti-horário, para quem se situa na antiga estação de Crockatt de Sá, local, portanto, que extrapola os limites territoriais atuais de Congonhas. Logo a oeste dessa estação uma garganta por onde passa o Bocaina Negra, pode ser um dos limites da exploração. O outro limite é a cabeceira do Córrego do João. Deve-se retomar a busca por informações

sobre sua explotação setecentista e oitocentista, parte essencial da construção da história da mineração em Congonhas, onde repercutiam sua fama e viviam seus proprietários, ocorrendo ali o acidente que vitimou fatalmente o Barão de Paraopeba.

Quem conhece a região de Crockatt de Sá, onde há a curva fechada da antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II – EFDPII -, percebe claramente que houve trabalhos antigos ali, talvez de proporções enormes, mas que a revegetação e as obras da estrada de ferro esconderam ou apagaram, e a curva está cercada por três lados de morros, sendo que o espaço a leste parece ter sido um grande pântano, ou talvez, uma grande área de rejeitos de mineração, que foi muito difícil de aterrar na década de 1870, quando foi projetada a passagem do trecho entre Soledade até São Julião.

Imagem 35 - Apesar da impossibilidade atual de delimitar com certeza os trabalhos realizados nas Goiabeiras, é certo que houve lavras nos ribeiros, nas encostas (grupiaras) e minas. Apenas as cabeceiras do córrego do João estão hoje no território de Congonhas. As outras partes mineradas estão no distrito de Miguel Burnier, município de Ouro Preto. O círculo mais escuro parece ter sofrido explotação subsequente de minérios industriais, talvez pela Ayrosa & Almeida, possivelmente uma das primeiras empresas ali, de aliados com raízes locais do Comendador Carlos da Costa Wigg. A linha tracejada é o atual limite de municípios.

O fato das drenagens ali se dirigirem parte para o sul pela garganta do córrego Bocaina Negra, e outra pelo vale do Ribeirão Cássia não nos impede de perceber que a primeira parece ser artificial, sendo que a cabeceira original do Bocaina Negra devia se unir com o Ribeirão Cássia por dentro da curva ferroviária de Crockatt de Sá. A abertura da garganta tem grande probabilidade de ser obra da mineração dos Monteiro de Barros ali, já que antes tal atividade era ínfima, e com certeza a garganta já existia quando das obras da curva ferroviária de Crockatt de Sá, que melhoraram sua drenagem para poder trabalhar melhor na confecção dos aterros da estrada.

Como vimos ao analisar os córregos chamados Palmital e Coqueiro na Carta de 1985 do IBGE, (na verdade Goiabeiras e Palmital, respectivamente) há uma confusão sobre os topônimos relacionados a essa área onde, ao longo dos anos, o nome Goiabeiras foi aparecendo incongruentemente em mapas antigos e novos, sendo citados em outros documentos, insistentemente, sem dados de localização. O erro do levantamento do IBGE foi provocado nesse caso pela necessidade de incluir o Rio Goiabeiras e as lavras, o mais 'dentro' possível do território do município de Congonhas, que já tinha perdido a área (e a memória sobre) da Serra da Soledade para o município de Ouro Preto, com os processos descritos anteriormente, e que provocaram a criação do distrito de Miguel Burnier no início do século XX, apesar desse só se tornar legalmente existente e delimitado em 1948.

Dirimidas essas questões iniciais, vamos aos dados históricos sobre a mineração nas Goiabeiras. Tendo a parte colonial da história da parte ocidental da Serra da Soledade se perdido em grande parte, sabemos algo de relevante apenas após já estarem os Monteiros de Barros explotando as cabeceiras dos formadores do Rio Macaquinhos, pelo final do século XVIII, pelas palavras do Barão de Eschwege. Esse deixa claro que ali não era considerado como parte de Soledade. Os limites indefinidos de Soledade se distribuíam em forma de uma meia-lua cuja abertura era voltada para sudoeste, como a tentar engolir a Serra da Soledade, que se encostaria à ponta superior dessa 'enorme boca'. Ao aproximar-se dessa serra, os problemas dos limites entre subdistritos eram inúmeros, inclusive porque para acessar a Serra da Soledade fazia-se mais comumente o caminho que vinha direto de Congonhas para o Rodeio. O caminho do Arraial da Soledade era trajeto de Queluz para o Rodeio, e de Ouro Branco para Congonhas, uma encruzilhada no mar de morros e divisores de águas da região e que, grosso modo, não tinha nenhuma relação com a Serra de mesmo nome, que não o fato dela dominar toda a paisagem ao norte do arraial.

Segundo o levantamento de Eschwege de 1814, no início do século XIX havia nas Goiabeiras apenas quatro mineiros com explotações menores: o coronel João Ferreira da Cunha com sete escravos retirava 142 oitavas anuais. O capitão Manuel Gomes França conseguia com seus seis escravos retirar 57 ½ oitavas anuais. Camilo Teixeira, com apenas três escravos retirava 8 oitavas anuais. Por fim, a viúva Bárbara de Vasconcelos, com sete escravos seus e provavelmente permitindo por aluguel que 25 faiscadores livres e 44 faiscadores de outros proprietários ali atuassem, informava que eram retiradas anualmente da lavra 11 oitavas anuais pelos seus escravos e 2.881 oitavas pelos faiscadores (ESCHWEGE, 1979: 22-23).

Assim, identificamos que a importância dessa lavra não deve ser referente ao século XVIII e sim um local de explotação contínua e sabidamente aurífera, mas que teve a descoberta de uma grande riqueza já no século XIX adentro, provavelmente depois de Romualdo Monteiro de Barros e seus irmãos se valerem do aprendizado e técnicos que trabalharam com seu sócio, o Barão de Eschwege. O descoberto, na extremidade leste-sudeste das extensas terras dos Monteiros de Barros, só teria chamado a atenção depois da chegada do Barão de Eschwege. Sua explotação mais intensa ocorreu entre a década de 1820 e a morte de Romualdo Monteiro de Barros em 1855, após um acidente em galeria aberta naquelas imediações. Ele tinha recebido o título de Barão de Paraopeba apenas alguns meses antes.

O prognóstico da riqueza futura da lavra foi realizado pelo próprio Barão de Eschwege, e registrado no início de seu *Pluto Brasiliensis*: *"... (as lavras) da Goiabeira, onde ocorre crocóisa, da qual se podem esperar bons lucros". O registro também* é muito claro *em termos de localização, pois, cruzando dados, e levando em consideração que o córrego do França (ou dos Franças) foi rebatizado como Ribeirão Burnier no início do século XX, como mostramos anteriormente, fica evidente que em toda a vertente sudoeste a Serra da Soledade era explorada, com a presença aí de lavras e minas auríferas* (ESCHWEGE, 1979: 31; 22).

O *Registro de Terras* para Queluz e Congonhas, a partir de 1856, mostra claramente os limites e vizinhanças de algumas propriedades, facilitando visualizar mentalmente a localização aproximada da lavra das Goiabeiras:

Em um longo relato, Joaquim Lobo Leite Pereira lançou ao registro suas três propriedades entre São Julião, Congonhas e Soledade. Uma delas - a segunda no registro – localizava-se no lugar chamado 'Chapada', que descreveu suas divisas como sendo: "*... pelo nascente, na estrada da Chapada, pelo caminho que vai para Bocaina; pelo poente, com o Alto dos Macaquinhos; pelo sul com a Fazenda do Palmital; pelo norte com as Goiabeiras"* (APM/RTP, 1856).

A estrada da Chapada para a Bocaina é a estrada atual da BR-040 para Miguel Burnier. A descrição coloca tal fazenda na região do Córrego do Carro Quebrado, incluindo, talvez, boa parte do Morro Grande/Serrinha.

Segundo a memória preservada através de descendentes da família Monteiro de Barros, e que aparece esporadicamente nos arquivos, em declarações, em jornais antigos, e hoje em sites genealógicos, a explotação das lavras das Goiabeiras foi a que maior investimento recebeu do Barão de Paraopeba, junto com o já citado Batateiro. Nelas teriam sido realizadas grandes obras de canalizações, escoramentos, galerias e vários pilões de triturar minérios. Posteriormente, parte da serra foi minerada para retirada de Manganês.

No início da República, com a adoção do regime de acessão pela Constituição de 1891, os herdeiros do Barão começaram a ser contestados como legítimos proprietários, por terem partes dessas terras vendidas, dado em comodato, ou simplesmente por estarem parte delas invadidas por terceiros. Também havia os problemas relativos às concessões feitas antes da mudança dos limites entre os distritos de São Julião, Soledade e agora, Miguel Burnier. Isso causou mal-estar entre os antigos proprietários e os novos, principalmente entre os Monteiro de Barros e o Comendador Carlos Wigg, que tinham aliados locais em parte da família Vieira e em parentes de Alice Wigg, os Silveira, que tinham uma fazenda que limitava com a Sesmaria do Sande. Contudo, não conseguimos identificar o grau de parentesco do principal proprietário local, José Maria da Silveira, dono da Fazenda 'Silveiras' com Alice Wigg, cujo nome de solteira era Alice da Silveira Secco. Os Monteiro de Barros deixaram transparecer publicamente suas apreensões em uma série de advertências publicadas no jornal 'Minas Gerais':

> *"MINAS GERAIS, órgão oficial dos poderes do Estado, Ano V, n. 285. Quinta feira, 22 de outubro de 1896. p.5:*
>
> *"Protesto – Lavra das Goiabeiras – Os abaixo assinados, proprietários, com outros, por títulos legítimos das lavras denominadas – Goiabeiras – com suas respectivas águas, compreendendo matas, campos e capões, nas proximidades de Congonhas do Campo, comarca de Ouro Preto, vêm por este meio, protestar contra a pretensão de quem quer que seja que se arrogue como proprietário das referidas lavras, campos, etc., desde que não apresente títulos que possam nulificar os do finado Barão do Paraopeba, que foi reconhecido como legítimo proprietário das ditas lavras, campos, capões, etc. constantes de seu inventário e partilhas, feitas há mais de quarenta anos, e consta do respectivo cartório em Ouro Preto; direito este, que os abaixo assinados representam em partes como herdeiros, e que nunca foi contestado.*
>
> *Os abaixo assinados, fazendo este protesto, previnem que ninguém faça negócio sobre as mesmas lavras sem primeiro conhecer da legitimidade de títulos dos vendedores. Congonhas do Campo, 15 de setembro de 1896. José Maria Monteiro de Barros. Marianno José de Souza. Manoel Marques da Silveira. Maria da Conceição Monteiro de Barros. Sabino de Souza Costa."*

Esse protesto foi repetido em mais duas edições do 'Minas Gerais', no n. 291 e em outro um pouco posterior, totalizando três publicações, possivelmente para advertir os novos proprietários de terras na região divisória sobre o interesse da família na área e a possibilidade de os enfrentarem em algum tipo de ação posterior.

Em momentos posteriores houve explotação de calcário (dolomita), pirita e talco por uma série de empresas e empreendedores individuais nos primeiros anos da República. Depois, outros grupos tiveram novas concessões ali, no início da década de 1940. Como algumas dessas concessões podem não ter sido

efetivamente traduzidas em minerações duradouras, optou-se por não abordá-las extensamente, pois podem não corresponder a explotações de fato. As empresas e famílias que realmente tiveram alguma presença efetiva na mineração por ali foram os Simeoni (ou Simoni) e as empresas Gonçalves Ramos & Cia. e Ayrosa & Cia, que tinham como sócios alguns aliados mineiros do Comendador Carlos Wigg, a saber: Joaquim Candido da Costa Senna, Camillo Maria Ferreira da Fonseca, Joaquim Gonçalves Ramos, Aníbal Falcão, Antônio Anselmo de Almeida, Antônio Ayrosa e Totilo Frederico Muzer. Costa Sena era professor da EMOP e político de renome, sendo na ocasião senador estadual; Camillo Fonseca, empresário e também senador estadual; Joaquim Ramos, deputado federal; Aníbal Falcão, conhecido intelectual abolicionista pernambucano (faleceria no ano seguinte), deputado federal e que tinha contatos com os Silveira de Barra Mansa-RJ; Antônio Almeida e Antônio Ayrosa já tinham outra empresa de mineração e outros empreendimentos; e T. Frederico Muzer era um advogado do Sul de Minas. Também atuaram próximos à Usina Wigg quando ainda era sócio Trajano de Medeiros; Costa & Almeida, com José Gonçalves de Almeida, um proprietário local; Ayres & Cia.; Ramos, Coelho & Rosa, além de Proença & Irmãos, todas essas empresas atuaram na década final do século XIX e início do XX. Na década de 1940 também havia jazidas da Queirós Júnior em Burnier (RIMG, 1896; NEVES, 2012).

Lavras e Minas do Vieiro ou Veeiro

O conjunto de mineração chamada Veeiro fica ao norte de Congonhas, às margens do Rio Santo Antônio, entre a Fazenda Cachoeirinha e o lugar antigamente nomeado como Simeão, por um lado, e se estendendo para leste até as proximidades do atual Sítio de São Sebastião, limitado em um pequeno vale rodeado de colinas, todas alvo de prospecção de minérios auríferos. Ali próxima, também em área mineradora, um pouco ao norte, havia a Fazenda Farinhas ou 'Farias', denominação também derivada de outro sobrenome, apesar da corrupção do termo para 'Farinhas'. Ainda um pouco mais ao norte, quase no Pires, uma área chamada de 'Bragas', por conta de uma família de proprietários com esse sobrenome, também sofria influência da área da Fazenda de Santo Antônio e das explotações do Veeiro.

Ao sul do Sítio de São Sebastião, no Tijucal, havia pedreiras de esteatita, a pedra-sabão, de onde foram retirados os blocos trabalhados por Aleijadinho e outros artistas, na confecção de inúmeras obras artísticas que ainda se encontram em Congonhas, a maior parte no Santuário do Bom Jesus do Matosinhos.

Imagem 36 - Logo ao norte de Congonhas, o conjunto de explorações no Vieiro é próximo à área urbana e possui muitos vestígios, ainda que se saiba pouco sobre eles. Próximo há um moinho de mineração de quatro mãos, e ainda é próximo de lugares onde foi explorada esteatita (pedra sabão), no Tijucal (círculo menor). No círculo verde, a região do Barnabé, local em que também existem ruínas que necessitam ser mais bem pesquisadas, e que podem ter relação com as explorações do Vieiro.

Também não estão distantes a região da Fazenda do Engenho, no noroeste, e a área a nordeste, ainda pouco estudada, mas lugar muito promissor para estudos arqueológicos futuros, chamada Barnabé. Todas essas áreas se interligavam por uma rede de caminhos e têm uma história comum ainda muito mal contada, necessitando de pesquisas mais aprofundadas.

Esse caminho que ia de Congonhas para o Pires, ou Morro de Santo Antônio, era assim eivado de explotações minerais desde o século XVIII. Também foi parte das propriedades dos Monteiro de Barros, como atestam documentos encontrados. Essas minas se estendiam para os dois lados do Rio de Santo Antônio, mas houve mais sucesso a leste, o que levou a perfuração de poços e galerias ali, nas bases ou meias encostas de algumas colinas.

Imagem 37 - Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais do Município de Congonhas (1939): Leia-se nesta representação a presença das fazendas de Campo das Flores, do Morro de Santo Antônio e Faria. Entre as regiões estão o Barnabé e a Pedra Criminosa, próxima ao Tijucal. O nome de um proprietário – Juca Cordeiro – perdeu-se, mas seu sobrenome foi talvez de forma errada aparecer no Córrego do Palmital, para leste dessa posição, fora do recorte.

Isso respondia à continuação dos trabalhos de lavra do século XVIII que se apresentaram muito lucrativos, mas depois de algum tempo, deficitários, intuíram seus novos proprietários que deveriam se utilizar de novas técnicas. O fato de a pedra-sabão ser extraída ali perto, pode ter contribuído para que se fizessem algumas sondagens utilizando os escravos especializados que estavam na localidade.

O Veeiro continuou a ser explotado durante várias décadas século XIX adentro, na esperança de repetir os sucessos de anos anteriores, o que não ocorreu, mas pelo menos três galerias ainda existentes ali testemunham o empenho dos mineradores.

O morro que delimita a área a sudeste, que em relação ao Tijucal está no leste, era parte da antiga Fazenda do Campo das Flores, cuja sede a construção da BR 040 acabou por provocar o abandono e a destruição. Já havia ali um pequeno número de habitações antigas e uma venda. Posteriormente, a área foi urbanizada, mas, no entanto, hoje mantém algumas construções do início do século XX. O bairro instalado ali permanece com o nome da fazenda: Campo das Flores.

Como caminho, a região conheceu os arranchamentos de tropeiros que passavam de Congonhas para Boa Morte, que trilhavam essa rota, dormindo pelas fazendas no caminho, alojando seu gado muar que ia ser vendido nas feiras de Congonhas, como já citamos em outro capítulo.

Alguns registros do século XIX podem ainda dar mais pistas sobre os nomes corretos dos proprietários e atividades a que se dedicavam, como o citado abaixo, que é lançado como exemplo e melhor percepção do espaço:

"Salomão Teixeira de Moraes"

"Cumprindo com a lei do Registro, declaro que tenho no lugar denominado Barnabé uma porção de terras na Freguesia de Congonhas do Campo, Distrito de Congonhas que levarão dezesseis alqueires de plantar entre campos e cultura - dividem com José Ignácio da Silveira, com os Bragas e com o Major Lucas (Monteiro de Castro) – ***Lavra do Vieiro*** *– Por não saber ler nem escrever, pedi a Sérgio de Mello Chaves que neste por mim firma a meu rogo assinasse. Congonhas do Campo 12 de Janeiro de 1856. A rogo de Salomão Teixeira de Moraes. Sérgio de Mello Chaves..." (APM/RTP, 1856).*

Seria o termo Simeão corruptela de Salomão? Não o sabemos, mas há alguns documentos que interpretam o nome como corruptela de Simão, por causa de outra propriedade rural existente em Congonhas, mas esta se situa longe dali, do outro lado do Rio Maranhão, ao sul da Fazenda Joanna Vieira.

Como ali perto do Veeiro existiam propriedades que eram do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, ainda será possível, no futuro, conseguir mais informações pelo estudo dos arquivos dessa Irmandade.

Pequenas explotações minerais projetadas não conseguiram manter-se nos primeiros anos da República, pois as crises do café, do Encilhamento e a indecisão na construção do ramal do Paraopeba afetaram as estimativas e tais projetos foram abandonados. Algumas explorações nos municípios vizinhos tiveram maior sorte, alguns empreendedores construindo às suas expensas ramais de bitola estreita ou fazendo explorações com carroças, camionetas e automóveis improvisados.

Joana Vieira e do Paiol

O Rio Maranhão, ao seguir para oeste após passar por Congonhas, se encontra com o Paraopeba, que após um longo caminho em direção geral do norte, desde Queluz-Lafaiete, se vira abruptamente para o noroeste alguns quilômetros antes de encontrar o Maranhão, que engrossa suas águas copiosamente uma centena de metros ao norte da povoação de Caetano Lopes. Pouco antes desse encontro o Paraopeba recebe pela margem direita, vindo do nordeste, as águas do Rio Pequeri. Esses rios e ribeirões formam um bolsão em seu trajeto final, a sudoeste de Congonhas, pelo centro do qual passa um espigão onde hoje está a estrada que vai de Congonhas à povoação de Santa Quitéria. Na metade desse caminho, um pouco após passar do trevo que o divide com a estrada para Alto Maranhão, ao sul, está um colo no espigão que pelo seu lado sul forma um córrego, hoje parcialmente coberto de matas, principalmente nas proximidades da estrada, mas que deixa entrever pequenos trechos de antigas movimentações de terra. Do outro lado da estrada, que vai parte considerável de seu trajeto pelo divisor de águas, a vertente desce para o Rio Maranhão em terreno que foi majoritariamente de propriedade do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos. Todas essas áreas eram conhecidas como a região de Joana Vieira.

Essa área corresponde à porção das cabeceiras dos córregos curtos que alimentam o Córrego Pequeri, homônimo do rio que corre mais a sudoeste e em qual o primeiro deságua. Da mesma forma, outros córregos alimentam o baixo Rio Pequeri, a partir do divisor de águas da estrada que vai de Alto Maranhão para Saçuí. Os córregos que nascem ao norte, no divisor de águas da estrada que vai do trevo em que dividem os caminhos que saem de Congonhas para Alto Maranhão e Caetano Lopes, respectivamente, até essa última localidade, deságuam na margem sul do Rio Maranhão.

Na região de Santa Quitéria, um pouco mais a sudoeste, seguindo a estrada para Caetano Lopes também tinha estreita relação com Congonhas, e também é área mineradora relacionada à Joana Vieira.

Imagem 38 - A área denominada Joana Vieira entre os séculos XVIII e XIX pode ter tido outras denominações, assim como a área das minerações é espalhada e ampla por essa região. A denominação 'Paiol' sumiu das cartas topográficas recentes, e pode estar associado ao outro lado da vertente, próximo às terras que eram do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, marcada no círculo menor. Os pontos vermelhos pequenos são as ocorrências de mineração histórica conhecidas na região ao sul do Rio Maranhão e norte do Rio Pequeri.

A família Seabra Coelho era proprietária de terras ali em meados do século XIX, mas não eram os únicos. O registro abaixo mostra os confrontantes, e pelo menos um deles – o Cel. Ignácio - há referências de que era minerador:

> *"Francisco Coelho Seabra Pinheiro. Cento e cinquenta alqueires de terras sitas em **Joanna Vieira e Paiol,** limitando com Joaquim Cassimiro; Capitão mor Maurício; falecido Leandro, terras do finado Cel. Ignácio, (sic) Padres e terras de José Joel Siqueira e D. Engrácia" (APM/RTP, 1856).*

A citação das terras dos 'Padres' está truncada, mas se refere, como citamos, ao patrimônio do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, que possuía, então, terras ao norte e nordeste da área de Joana Vieira. Há inclusive antigas galerias na divisa dessas propriedades, que não sabemos se pertenciam às minas de Joana Vieira ou se eram relacionadas aos padres ou sob sua autorização.

Temos poucas informações dessas explotações, mas ainda há vestígios arqueológicos de mineração esparsos por uma grande área, o que sugere que talvez não fosse uma só explotação concentrada em um trecho de um único córrego.

Explotações ao Sul e a Oeste do Alto Maranhão: Fazendas Mineradoras e Pequeri

O trajeto antigo de Queluz (ex-Carijós, atual Conselheiro Lafaiete) para Congonhas era uma estrada que passava por Retiro (fazenda que tinha um rancho de tropeiros, hoje desaparecida) e Alto Maranhão, e que atravessava área de atividades múltiplas, inclusive a mineração. Foi por ali que foram apresentadas ao Barão de Eschwege as primeiras amostras de ouro que ele viu em Minas Gerais.

Vista a partir do trecho da estrada de Alto Maranhão para Pequeri de Baixo, a região se apresenta como dividida em quatro compartimentos com o vértice nesse último povoado, se apresentando entre a vegetação que margeia a estrada alternadamente, na medida em que se desce por esse percurso.

O espigão que corre de leste para oeste, ao sul, onde está a estrada que vai de Alto Maranhão à localidade de Pequeri de Baixo (onde o atravessa o Rio Pequeri) e a seguir, Suaçuí, divide os tributários do baixo Pequeri, na região de Joana Vieira e Santa Quitéria, da área ao sul, correspondente ás áreas de Mombaça e Mato Dentro. Existem às margens do trajeto do Rio Pequeri, que corta essas áreas de sul para o norte, interrompendo o divisor de águas pelo qual passa a estrada citada, duas localidades: Pequeri de Baixo e Pequeri de Cima. O último local mencionado está no município de Conselheiro Lafaiete e se alinha ao sul da localidade de Alto Maranhão, após as regiões da Cova da Onça e Bombaça. Pequeri de Baixo encontra-se na falha do espigão da estrada, na garganta produzida pela passagem do Rio Pequeri nessa paragem.

Essa área sempre foi influenciada desde Queluz e Congonhas. Ali estavam alguns proprietários que tinham grande riqueza, produzindo víveres para as entradas dos sertões do Piuí, Rio Grande, Pitangui e Pompéu, tanto quanto para a área mineradora da Comarca do Rio das Mortes e do extremo-oeste de Vila Rica.

Pequeri de Cima encontra-se em Conselheiro Lafaiete e o vilarejo de Pequeri e a região dita "de baixo" está em Alto Maranhão/ Congonhas. A distância de Alto Maranhão de Queluz é quase a mesma por esse caminho, da distância que está de Congonhas: "uma légua". Chamava-se então Arraial do Redondo, sede do distrito desse nome, que pertencia ao município de Queluz (SILVEIRA, 1922: 453).

> *"Chamou-se este lugar antigamente 'Alto Maranhão' devido ao ribeirão deste nome, afluente da margem direita do rio Paraopeba, e único curso d'água atravessado pelo caminho de Congonhas até a povoação. Tempos depois, foi mudado o seu nome para Nossa Senhora da Ajuda do Redondo, e, enfim, por um decreto do governo Provincial, sendo presidente o Sr. Conego Sant'Anna, ficou sendo simplesmente 'Redondo' a denominação oficial" (SILVEIRA, 1922: 454).*

Provavelmente, lavras antigas existiam ali, aluviões e depois umas poucas minas, descontinuadas. As fazendas cujos nomes são indicados nessa localidade muito provavelmente tiveram essas minas: Mombaça, Olhos D'Água, Retiro, Vargem Grande, Mato Dentro, Pequeri, Monjolos, Potreiro, Cova D'Onça, Bella, Jacu, Paraopeba. Apenas nos arredores de Pequeri surgiria uma mina de maior monta, ou pelo menos só dela registrou-se notícia.

Aliás, pelo trajeto das primeiras bandeiras paulistas por essa região, não é improvável que ali já se identificara ouro nos anos finais do século XVII. A demanda pelo Rio Paraopeba, a partir de suas cabeceiras e o ponto de apoio em que se transformou o antigo Arraial de Campo dos Carijós (Queluz/Lafaiete), para a passagem e suprimento de expedições indica uma dinâmica favorável para tais explorações ocorrerem desde muito cedo.

Ali houve diversos proprietários que eram também mineradores, entre os muito conhecidos em Congonhas. A família Lobo Leite, já mencionada, da qual ainda se está longe de dimensionar seu papel nas explotações minerais, estava por aquelas terras, mas não os Monteiro de Barros. Alguns documentos apontam a continuação da mineração no século XIX em alguns poucos locais, como no Pequeri de Cima, que no final desse século se transformou em uma explotação de manganês, quando os irmãos Vieira a venderam em 1891 (LIVRO DE NOTAS n.6, Cartório do Ofício de Notas de Alto Maranhão):

> *"Pequeri – Situa-se a 4 kms. NW de São Gonçalo e a 11 kms. de Conselheiro Lafaiete. Foi a segunda jazida de manganês explorada no Brasil. Foi seu primeiro proprietário o Sr. Gonçalo Ramos e os serviços de exploração foram iniciados pelo Dr. José Gespacher da Ayrosa & Cia. de Ouro Preto" (GODOY & COELHO, 1947: 28).*

O destino dessa mina, entretanto, comprada sucessivamente por companhias mineradoras, escapa à história de Congonhas no período de sua exploração industrial, pela proximidade e importância que teve no desenvolvimento do município de Conselheiro Lafaiete. No início do século XX ela foi vendida à Companhia Santa Mathilde, que lhe fez melhoramentos e uma ferrovia particular, transferindo-a para a Thun & Cia, em 1937 (GODOY & COELHO, 1947: 37).

Imagem 39 - As ocorrências de minerações circuladas em azul estão no município de São Brás do Suaçuí, mas a poucas dezenas de metros da divisa com Congonhas. O mesmo para as que estão circuladas em vermelho, no território do município de Jeceaba. Todas elas podem ser consideradas minerações históricas relacionadas à Congonhas, já que estavam na circunscrição de seu território quando eram ativas. As ocorrências no canto direito podem estar associadas ao lugar de explotação em que Eschwege foi apresentado pela primeira vez às 'folhetas' de ouro. Na marcação oval menor, o antigo arraial do Redondo, hoje Alto Maranhão. Na marcação oval maior, a região do Rio Pequeri, no trecho do povoado de Pequeri de Cima (abaixo no mapa e no município de Conselheiro Lafaiete) e Pequeri de Baixo (na estrada em vermelho, pertencente a Congonhas). No Pequeri também houve explotações, e pode ter havido ali ocorrências ainda não identificadas.

O geólogo, professor e político Astolfo da Silveira deixou algumas impressões sobre essa área, principalmente sobre o Alto Maranhão, ainda chamado de Redondo, onde passou entrevistando moradores antigos, pelos idos da década de 1910:

> *"Levado pelo nome, parecia-me ir encontrar uma povoação cujas casas se devessem espalhar como que por uma espécie de circo; entretanto, chegado ao lugar, vi apenas umas poucas dezenas de casas enfileiradas aos lados da sinuosa estrada, antigamente bastante transitada, que conduz a Suaçuí, Entre Rios e outras localidades. O Redondo era, portanto, contra minha expectativa, positivamente comprido" (SILVEIRA, 1922: 454).*

Inquirindo sobre o disparate do nome, foi informado de que 'Redondo' é sobrenome ou corruptela do sobrenome de um antigo morador daquelas alturas, algum estalajadeiro que residia nas imediações do presídio instalado para guardar o caminho (SILVEIRA, 1922).

Nos registros de memórias de seus trabalhos de campo, o geógrafo e geólogo Astolfo da Silveira também relembra conversas com pessoas da região de Congonhas do Campo pelos idos da década de 1900 e 1910 em que vários interlocutores demonstram conhecimento de que as margens do Rio Maranhão, do Paraopeba e do Camapuan foram todas mineradas "pelos antigos". Misturadas com crendices e casos pitorescos ficou registrado também a crença desses moradores de que ali ainda existia grande riqueza escondida (SILVEIRA, 1922: 464-469).

Documentos no Cartório de Notas de Alto Maranhão mostram que os escravos eram muitos na área. A partir de 1835 - ano em que se iniciam os livros de registros ali - já se registram muitos escravos libertados nas fazendas do Mombaça, Pequeri e outras paragens. Nota-se também o registro de algumas lavras nessas fazendas, indicando que a procura pelo ouro continuou por algum tempo nessas redondezas.

Aliás, a presença de escravos fugidos e quilombos foi uma constante inquietação nessa área. Alguns quilombolas atuariam também na busca de ouro por toda a região sudoeste de Alto Maranhão e Queluz:

> *"Muitas das minas de ouro da região central de Minas Gerais, localizadas em pontos de difícil acesso, como as dos Creoulos, do Guilherme e outras, foram lavradas por escravos fugidos, calhambolas, que, embora trabalhando com grandes dificuldades e às ocultas, sempre tiveram algum resultado, além de ficarem livres do jugo de seus senhores" (MORAES & BARBOSA, 1939: 23).*

Portanto, essa área ao sul de Congonhas, de características diferentes, já sem o predomínio maciço dos campos de altitude, à época colonial e no início do período monárquico, tão aberta aos sertões, merece atenção diferenciada. Esse local foi porta de outras influências - a Congonhas que se relacionava com a Comarca do Rio das Mortes, dos sertões do Oeste de Minas e a Picada de Goiás, pontos de inflexão da memória de Congonhas. Ramos de importantes famílias com história e atividades econômicas e políticas em Congonhas participaram ativamente da história dessas regiões nos séculos XVIII e XIX, tanto quanto no eixo tradicional que ia do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Barbacena e Queluz, e que se dirigia ao polo centrado nas cidades irmãs de Ouro Preto e Mariana (ALMEIDA, 2005).

Explotações de Pedra-Sabão

Desde o século XVIII que a esteatita, ou pedra-sabão, foi notada na região de Congonhas e com ela nasceu uma importante atividade artesanal local, base também para manifestações artísticas extraordinárias como as estátuas dos profetas que são a marca registrada de Congonhas, feitas por Antônio Francisco Lisboa, de alcunha, "O Aleijadinho". Pouco se sabe, é fato, sobre a história de explotação da pedra-sabão, matéria-prima importantíssima para o artesanato e artes locais.

A história de sua extração pode ser vista de um ângulo próprio por causa dos estudos artísticos e de procedência do material de que foram feitas as inúmeras obras desse mestre e outros importantes artífices. Isso dá certa autonomia a essa área de estudos, mas não a afasta completamente da história da mineração em Congonhas. Assim também algumas explotações de talco ainda no século XIX, das quais as informações são residuais, e outros minerais menos conhecidos, de explotação mais tardia, em geral para emprego industrial, como o calcário e outros.

Imagens 40 e 41- Oficinas de Pedra-Sabão em Congonhas do Campo em meados do século XX (Fonte: IBGE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas Gerais colonial. In: Locus, revista de história. Vol. 11, n.1 e 2. Departamento de História/Editora, Juiz de Fora: UFJF, 2005. 137-160.

________________________________. Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2000.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BROTERO, Frederico de Barros. A Família Monteiro de Barros. São Paulo, S/ed., 1951.

BURMEISTER. Hermann. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1980.

BURTON, Richard Francis. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1976.

CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista dos sertões mineiros. In: Varia História, Belo Horizonte, vol. 23, n.38. 574-598, jul/dez 2007.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. Jornal do Brasil, 1811-1817; ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução: Friedrich E. Renger, Tascísia Lobo Ribeiro e Gunter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

________________________________. Pluto Brasiliensis. V. II. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1979.

FERRAND, Paul. O Ouro em Minas Gerais. Tradução Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

FILHO, João Dornas. FILHO, João Dornas. O ouro das Gerais e a civilização da Capitania. Col. Brasiliana, Vol. 293, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989.

GODOY, M. Pimentel de & COELHO, I. Soares. Recursos Minerais do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1947.

JARDIM, Márcio. A Inconfidência Mineira: Uma síntese factual. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

JÚNIOR, Augusto de Lima. As Minas do Ouro. In: Revista de História e Arte, n. 1, 1967.

LLOYD, Reginald. (Org.) Impressões do Brazil no Século Vinte. Londres. Lloyd's Greater Britain Publishing Company. Rio de Janeiro: L. T. Delaney e Joaquim Eulalio, 1913.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo:/Edusp, 1975.

MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MELO, Barão Homem de. Excursões Geográficas, pelo Barão Homem de Melo. In: RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 51, 1888: 167-204.

MORAIS, Geraldo Dutra de. Jazidas de Ferro do Brasil. Biblioteca de Estudos Metalúrgicos, 1944.

MORAES, Luciano Jacques de & BARBOSA, Octavio. Ouro no Centro de Minas Gerais. In: Boletim n.38. Rio de Janeiro: DNPM/Serviço de Publicidade Agrícola, 1939.

NEVES, Marcus Duque; PILÓ; Henrique & BAETA; Alenice. Serra do Ouro Branco, Rodeio e São Julião: Percursos e Divisas. In: BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique (Org). Miguel Burnier – Ouro Preto: Marcas Históricas. Belo Horizonte: Gerdau, 2012.

NEVES, Marcus Duque. O Distrito de São Julião nos Períodos Joanino e Monárquico In: BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique (Org). Miguel Burnier – Ouro Preto: Marcas Históricas. Belo Horizonte: Gerdau, 2012.

NOTAS MINERAES - Exploração de Manganez. Revista Industrial de Minas Geraes Diretor: Alcides Medrado. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Ano III, n. 17, 15/05/1896.

RENGER, Friedrich E. Direito mineral e mineração no Códice Costa Matoso (1752). In: Varia Historia, n. 21, jul. 1999.

___________________. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). As Minas Setecentistas. v. I. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. p. 103-126.

ROMEIRO, Adriana. Paulistas e Emboabas no coração das Minas: Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SAINT-HILAIRE. Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_______________________. Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SALGADO, Graça (Coord.). ARQUIVO NACIONAL. Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVEIRA, Astolfo da. Memórias Chorographicas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich von. Viagem pelo Brasil. Vol I. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. In: Revista Brasileira de História, Vol. 17, N.34. São Paulo: 1997.

WELLS, James W. Três mil milhas através do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

Fontes Primárias:

Impressas:

ADIM - AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Belo Horizonte/Brasília: Imprensa Oficial de Minas Gerais/Câmara dos Deputados, 1977.

Coleção das Leis do ano de 1945, VII, Imprensa Oficial, 1946, 41.

DOU. Diário Oficial da União. 22/06/1943: 9627 e segs.

DOU. Diário Oficial da União. 31/04/1943: 15 e segs.

IBGE. Concessões de Jazidas Minerais – 1941-1942. Imprensa Oficial, 1943.

Manuscritas

Arquivo Público Mineiro:

CC. Cx-46. Rolo 514 – Plan. 30.263.

TP –1-058 – Congonhas do Campo, Nossa Senhora da Conceição das (1855 – 1859) Microfilme: TP Rolo-05.

TP-1-177 – Queluz, Nossa Senhora da Conceição de (1854-1857) Microfilme: TP Rolo-15.

Cartório do Ofício de Notas de Alto Maranhão:

LIVRO DE NOTAS n. 1 (1835 – 1843)

LIVRO DE NOTAS n. 2 (1843 – 1868)

LIVRO DE NOTAS n. 3 (1870 – 1882)

LIVRO DE NOTAS n. 5 (1891 – 1891)

LIVRO DE NOTAS n. 6 (1891 – 1893)

LIVRO DE NOTAS n. 7 (1893 – 1894)

LIVRO DE PROCURAÇÕES n. 8 (1887 – 1890)

LIVRO DE NOTAS n. 9 (1895 – 1897)

Documentos Cartográficos:

CARTA GEOGRAFICA DO TERMO DE VILLA RICA, em q se mostra que os Arrayaes das Catas Altas daNoroega, Itaberava, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S.Antônio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de Léguas. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org). Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 222.

CARTA OROGRÁFICA E PETROGRÁFICA DO TRECHO PERCORRIDO ENTRE RJ E VILLA RICA, realizada por W. L. von Eschwege, em 1811, publicado em 1819. (Encarte) In: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. Jornal do Brasil, 1811-1817; ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução: Friedrich E. Renger, Tascísia Lobo Ribeiro e Gunter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

CARTA TOPOGRÁFICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS - Escala 1:50.000 - Serviço Geográfico do Estado, 1939.

CARTA TOPOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO - Escala 1:50.000 - IBGE, 1985.

CARTA TOPOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE-Escala 1:50.000 - IBGE, 1986.

MAPA DA MAIOR PARTE DA COSTA E SERTÃO DO BRAZIL, extraído do original do Pe. Jacobo Cocleo – 1699. AHEx. COSTA, Antônio Gilberto da. Et. Ali. (Org.) Cartografia de Conquista do Território das Minas. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MAPA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO – JAZIDAS DE FERRO E DE MANGANÊS - Escala 1:200.000 - por B. Santos - Cerca de 1930 (APM).

PLANTA DA FAZENDA SÃO JULIÃO DOS CALDEIRÕES OU ANTÔNIO DIAS – 1900. In: NEVES, Marcus Duque; PILÓ; Henrique & BAETA; Alenice. Serra do Ouro Branco, Rodeio e São Julião: Percursos e Divisas. In: BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique (Org). Miguel Burnier – Ouro Preto: Marcas Históricas. Belo Horizonte: Gerdau, 2012. p. 88.

PLANTA GERAL DA FAZENDA DO CHIQUEIRO DO ALLEMÃO – circa 1900. In: NEVES, Marcus Duque; PILÓ; Henrique & BAETA; Alenice. Serra do Ouro Branco, Rodeio e São Julião: Percursos e Divisas. In: BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique (Org). Miguel Burnier – Ouro Preto: Marcas Históricas. Belo Horizonte: Gerdau, 2012. p. 91.

Outras fontes:

Sites:

IBGE:

biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/congonhas.pdf

Acervo dos trabalhos geográficos de Campo – Assuntos: Edifícios industriais, Minas Gerais, Pedra-sabão, Pedras – Minas Gerais (fotos)

Jornal da Cidade, Conselheiro Lafaiete:

www.jornalcorreiodacidade.com.br/

Arquivo Público Mineiro:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_ (vários fotogramas)

Sites genealógicos:

Site da Família Monteiro de Barros: http://fammonteirodebarros.com.sapo.pt/baraodeparaopeba.htm

www.geneaminas.com.br

www.projetocompartilhar.org

CAPÍTULO 5

VELHOS CAMINHOS E LUGARES DE CONGONHAS

Valber Souza Silva

VELHOS CAMINHOS E LUGARES DE CONGONHAS

Valber Souza Silva

Muitos viajantes que passaram por Congonhas deixaram relatos escritos sobre os seus recursos naturais, economia, paisagens e sociedade. Esses relatos tornaram-se preciosas fontes de informação e pesquisa sobre a história dessa região em seus diferentes períodos históricos.

Caminhos, trajetos e lugares antigos de Congonhas vêm sendo foco de uma pesquisa[1] desenvolvida nos últimos anos. Esse estudo busca a socialização permanente das informações sobre o patrimônio arqueológico e a valorização de sítios arqueológicos junto às comunidades locais. Parte desse estudo, seus resultados e reflexões serão apresentados neste capítulo.

Percorrendo as trilhas históricas

O padre jesuíta André João Antonil e o engenheiro de minas Wilhelm Ludwig von Eschwege são dois dos exemplos clássicos de testemunhos documentais sobre a vida na capitania das Minas Gerais, sendo o primeiro referente ao início do século XVIII, no começo da mineração aurífera, e o segundo, nos primórdios do século XIX, já com a mineração aurífera em fase de declínio, quando a ruralização apresenta seus caminhos abertos e em expansão. Ambos deixaram importantes relatos sobre Congonhas.

O arraial de Congonhas do Campo começou a surgir no final do século XVII com desbravadores que povoaram antes outros arraiais, como a Vila Real de Queluz, que atualmente é a vizinha cidade de Conselheiro Lafaiete (PIRONI, 2008). Esses aventureiros procuravam por novos depósitos auríferos para serem explorados e terras férteis para plantio, pois a fome assolava a região naqueles primeiros anos de garimpo.

Os povoadores de Queluz faziam parte da Bandeira de Bartolomeu Bueno tendo seguido pelas margens do rio Maranhão, se espalhando por seus afluentes. Encontraram ouro no vale do rio Paraopeba nas proximidades de Congonhas do Campo, onde fizeram um cruzeiro e chamaram o local de 'Arraial Redondo'. Foram esses desbravadores também os responsáveis por darem início ao arraial de Soledade.

> *"Pode-se imaginar como eram rústicas essas vilas, com o aspecto alongado de caminhos que as casas de barro e de pau-a-pique costeavam" (MELLO E SOUZA, 1990: 105).*

Vista parcial de Congonhas do Campo, 1880, autor desconhecido.
Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas.

1. Este capítulo apresenta parte da pesquisa de Dissertação de Mestrado (em curso) intitulada "Os velhos caminhos de Congonhas numa perspectiva de Educação Patrimonial" (PPGA/USP), por Valber Souza Silva.

O nome de Congonhas do Campo foi emprestado de uma planta existente na região que é a planta *Congonha*[2] (s.f. *Luxemburgia polyandra*), uma variedade de erva mate, da família das arquifoliáceas, com propriedades diuréticas e consumida como remédio para o intestino e bexiga. *"Deram-lhe o nome que vem do Tupi e que quer dizer: o que sustenta, o que alimenta [Congõi]"* (SUMÁRIO DE DADOS DE CONGONHAS, 2002: 06). Segundo outros estudos sobre a origem do nome da cidade, sua etimologia diz que vem do Tupi-Guarani: *"Em outra versão, coa = mato; nhonha = sumido, o que significa 'zona onde o mato desaparece': campo. O nome Congonhas do Campo veio dessas duas versões"* (PIRONI, 2008: 44).

Nos primeiros anos de garimpo do ouro os arraiais mudavam frequentemente de lugar e dessas primeiras construções pouco restou, principalmente por conta da fragilidade dos materiais empregados em sua construção e das precárias técnicas construtivas empregadas em obras improvisadas. *"De fato, a empresa mineira era transitória e itinerante, caracterizando-se pelo baixo teor de capital fixo e pela capacidade de deslocamento em tempo relativamente curto"* (MELLO E SOUZA, 1990: 66-67).

Posteriormente, na medida em que melhoravam as condições humanas, materiais e técnicas, os colonizadores investiam em processos de construção mais firmes até realizar edificações de pedra justapostas que foram surgindo aos poucos, na medida em que arraiais e vilas cresciam e se desenvolviam pela região das recém-descobertas minas de ouro.

"A fixação do homem à terra só se estabilizava um pouco mais quando a exploração se fixava nos aluviões de meia encosta, as grupiaras ou catas altas" (MELLO E SOUZA, 1990: 67). Nesse sentido, em se tratando de caminhos, o padre jesuíta André João Antonil citou o seguinte, quando de sua passagem pelas minas setecentistas e por Congonhas:

> *"Já se a terra tem vieiros, que é um caminho estreito, e seguido, por onde vai correndo o ouro; certamente não pinta mais pelas partes da cata, e se vai então seguindo o vieiro atrás do ouro, e estas de ordinário são as melhores lavras, quando o ouro pega em vieiros, onde se encontra com grandeza; e é sinal, que toda a data da terra, para onde arremate o vieiro, tem ouro" (ANTONIL, 1977: 226).*

Desta forma, seguindo as trilhas que correm ao lado e dentro de antigos veios auríferos pode-se encontrar uma série de sítios e vestígios arqueológicos históricos.

Os trabalhos de mineração eram realizados principalmente nos leitos dos rios e córregos; nas margens dos rios e aluviões dos tabuleiros próximos; nos depósitos aluvionares das encostas das serras; nas massas friáveis, geralmente auríferas que continham veios de quartzo aurífero; nos depósitos dos vales; nos depósitos e veios das serras. Os tabuleiros eram veios, chamados de *madre* por André João Antonil (1977); os que ocupavam o seu leito maior; grupiaras, os depósitos das encostas, restos da ação erosiva das águas e da precipitação dos materiais transportados em períodos geológicos mais remotos; e finalmente, cascalho aurífero.

Portanto, uma leitura arqueológica dos velhos caminhos de Congonhas, dos sítios arqueológicos ao longo de seu percurso e da paisagem que eles compõem, vem proporcionando a produção de uma Arqueologia da Paisagem (MORAIS, 2011 e 2012) que nos permite compreender como se deram questões sobre o povoamento local, a formação da cidade de Congonhas, os distritos de Lobo Leite e Alto Maranhão. Por sua vez, os trabalhos de mineração do ouro e questões relacionadas à formação e distribuição dos sítios arqueológicos e seus vestígios podem ser espacialmente compreendidos através da proposição visual de antigas rotas de seus exploradores. A seguir, serão apresentados alguns lugares associados a esses roteiros.

2. As variedades conhecidas dessa planta são: congonha bate-caixa ou caixa de guerra, congonha bugre e congonha douradinha ou de folha miúda.

Alguns lugares de memória

- **A Mina do Redondo**

As informações escritas sobre a Mina do Redondo, localizada no distrito de Alto Maranhão em Congonhas são ainda muito escassas, porém, as grandes voçorocas que existem na área são indícios da atividade mineradora que extraiu areias auríferas. Existia também na mina de ouro uma galeria, que foi parcialmente destruída durante obra de uma rodovia estadual. Foram também destruídos, ainda que parcialmente, trechos de estradas tropeiras e trilhas que foram utilizadas no início da exploração do ouro pelos povoadores e primeiros moradores da região de Congonhas.

Ainda em Alto Maranhão também podem ser encontrados sítios arqueológicos como as ruínas da cadeia e seus arredores, a fonte, as ruínas e os quintais das casas mais antigas e o local onde se encontrava a antiga capela que havia no distrito antes da tradicional Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Locais como esses podem conter ainda muitas referencias materiais sobre o Brasil colonial, bem como sobre a formação da sociedade mineira.

A cadeia do Alto Maranhão é conhecida em Congonhas por ser o local onde ficavam aprisionados os combatentes que lutaram na Guerra dos Emboabas (1707-1709), em confrontos que foram realizados na região de Congonhas.

Vista geral de grande Voçoroca, indicativo de atividades de explotação mineral na região. Mina do Redondo. Foto: Henrique Piló

Vista da fachada do prédio da cadeia. Foto Emile Scharlé Jr

Outra visada da voçoroca na Mina do Redondo. Foto: Henrique Piló

Vista de ruína de antiga edificação em Alto Maranhão. Foto Lucas Nishimoto

Já a fonte abastecia água para a população do Alto Maranhão, refletindo a realidade da infraestrutura da sociedade colonial, que não possuía a facilidade da água encanada nas residências. Essa fonte fornecia água tanto para os serviços domésticos, como lavagem de vasilhas e roupas, quanto para a higiene do corpo e tratamento de animais.

Vista de ruína em alto maranhão. Foto Emile Scharlé Jr.

Bica de Água de Alto Maranhão. Foto Henrique Piló

Quanto ao casario colonial do Alto Maranhão, este foi quase que totalmente destruído ou modificado, muitas das vezes pelos próprios moradores locais, que quando não substituíram portas, janelas e telhados coloniais por peças atuais, demoliram por completo as residências, feitas originalmente por técnica de pau-a-pique ou adobe. Destaca-se o templo Nossa Senhora da Ajuda, importante testemunho na paisagem oriunda da primeira metade do século XVIII.

• A Mina das Goiabeiras

De acordo com relatos publicados em 1833 pelo engenheiro de minas e geólogo alemão, o Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege[3], que esteve no Brasil entre os anos de 1810 e 1821, a mando da Coroa Portuguesa e dedicando-se principalmente ao aproveitamento de recursos minerais como o ouro, o ferro e os diamantes, a Mina das Goiabeiras serviu de fonte de extração de ouro, de pedras preciosas e de pedra-sabão. Segundo ele, desse local saiu boa parte das pedras que ornamentaram as igrejas de Congonhas. O Barão também citou essa localidade como possível fonte dos blocos de pedra-sabão em que o Aleijadinho esculpiu os profetas da Basílica e destacou que a atividade de extração de pedra-sabão para a produção de panelas e esculturas já ocorria na Mina das Goiabeiras naqueles tempos, o que já é suficiente para reconhecer o local como importante sítio arqueológico. A Mina ainda acumula vestígios materiais provenientes desses tipos de atividades.

Ainda segundo relatos do Barão de Eschwege, extraídos de uma relação contábil da Coroa Portuguesa de 1814, feita na Capitania das Minas Gerais, a Mina das Goiabeiras pertencia em 1814 a quatro diferentes mineradores. A parte que cabia ao Comandante João Ferreira da Cunha tinha sete escravos no trabalho de garimpo e produziu 142 oitavas de ouro, sendo que cada *oitava* correspondia aproximadamente a 3,586 gramas do metal. A parte que cabia ao Coronel Manuel Gomes França tinha seis escravos no trabalho de mineração e produziu em 1814 a quantia de 57,25 oitavas de ouro. As lavras do minerador Camilo Teixeira tinham três escravos e produziu oito oitavas de ouro. E, por fim, as lavras de Dona Bárbara de Vasconcelos, que possuía em seu plantel sete escravos, que produziram 11 oitavas de ouro, além de 25 faiscadores livres e 44 faiscadores escravos, que produziram juntos 2.881 oitavas do metal dourado.

O território da Mina das Goiabeiras não se restringia apenas à área do condomínio e da estrada, próximos à rodoviária atual. Ela ainda é cortada pela BR 040 e parte dela é visível das margens da rodovia, entre as entradas sul e norte de Congonhas. O atual bairro Santa Mônica também foi construído por cima de parte da mina. As chácaras do bairro Água Boa e áreas próximas também ficam sobre esta. Nesses locais ou em suas proximidades ainda se encontram trilhas antigas, que possivelmente foram usadas por indígenas, pelo desbravador bandeirante, pelos escravos garimpeiros e garimpeiros livres. Há também túneis, galerias subterrâneas, além de voçorocas (grandes erosões), mundéus (tanques de decantação), resultados da extração e beneficiamento de materiais auríferos.

Capela da Santa Ceia com os sítios arqueológicos Mina das Goiabeiras e Mina do Veeiro ao fundo. Sem data, autor desconhecido. Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas.

Esses sítios arqueológicos atualmente servem como depósito de lixo e entulho de construções que fazem dos arredores da cidade um verdadeiro depósito clandestino, o que pode vir a contaminar o solo, poluir as águas de córregos, rios e também as matas.

Na Mina das Goiabeiras há também árvores e arbustos da planta congonha (s.f. *Luxemburgia Polyandra*), que emprestam o nome para o município, nas variedades Bugre, Bate-Caixa e douradinha, todas ameaçadas pelo crescimento e avanço da cidade sobre os campos de Congonhas. Essa mina ainda compõe o conjunto paisagístico da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, podendo ser avistada do adro do templo.

3. ESCHWEGE, 1979 a e b.

Parte dos sítios arqueológicos aqui apresentados ainda se encontra conservada e os vestígios da mineração do ouro e de outros minerais como a pedra-sabão, ainda podem ser vistos e compreendidos pela Arqueologia, porém, sua conservação se dá mais pela sorte do que por qualquer ação preservacionista, assim como a planta congonha, que pelo mesmo motivo, ainda pode ser encontrada viva nos campos de Congonhas.

Flor da Congonha. Foto Valber Souza Silva

- **A Mina do Veeiro**

A Mina do Veeiro ou Vieiro foi de propriedade da família Monteiro de Barros, possuidora de grande poder e influência política e econômica na região. Seu membro de maior destaque foi Romualdo José Monteiro de Barros, o Barão de Paraopeba. Dedicado à mineração, foi um dos sócios da Fábrica Patriótica, coronel de milícias e cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo exercido grande influência na política.

Outro membro da família Monteiro de Barros que exerceu grande influência política durante o período em que o Brasil era Colônia de Portugal foi Romualdo Monteiro de Barros, que trabalhou em diversos cargos públicos, como o de Intendente do Ouro, Ouvidor da Comarca de Vila Rica, Desembargador da Casa de Suplicação, Superintendente Geral dos Contrabandos, Juiz da Companhia de Vinhos do Alto Douro, Desembargador da relação da Bahia, Chanceler da Relação de Pernambuco e Conselheiro da Ordem de Cristo. Foi também deputado pela província de Minas Gerais, Conselheiro da Corte, Senador por São Paulo, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Foi concedido a ele também os títulos de Barão de Congonhas em 1825, Visconde de Congonhas em 1826 e Visconde "com grandeza" em 1841, já pelo governo imperial.

Seu irmão Lucas Antônio Monteiro de Barros estudou Humanidades e formou-se em Leis em Coimbra no ano de 1787. O irmão do Barão teve seu nome também envolvido na Inconfidência Mineira, em 1789, como um dos conjurados favoráveis ao levante, porém, quando procurado pela comissão que averiguava o caso, já havia exercido vários cargos de confiança, inclusive o cargo de juiz no ano de 1790, em Portugal, e por isso, não foi condenado.

Na Mina do Veeiro ainda se encontram muitos remanescentes da mineração do ouro como galerias de extração subterrânea, voçorocas (resultado da extração de areias e do xisto argiloso aurífero), canais hidráulicos, bojo de hidroclassificação, tanques de hidroclassificação chamados de mundéus (GUIMARÃES, 2007), que eram tanques de recebimento e decantação do material aurífero que, geralmente posicionado em partes baixas de relevos, recebia a terra cavada pelos escravos nos locais mais altos, que era trazida pela água dos canais hidráulicos para apuração manual com bateias, também pelos escravos.

Galeria de extração mineral. Foto Henrique Piló

Canais de mineração. Foto Lucas Nishimoto

Galeria de mineração. Foto: Lucas Nishimoto

Pilão para beneficiamento de minério. Ao fundo área lavrada. Foto: Henrique Piló

No Veeiro havia carriola de transporte de terra e sinais de galerias que começaram a ser abertas e tiveram os trabalhos aparentemente interrompidos, possivelmente antes mesmo que tomassem a forma ou desenvolvimento subterrâneo.

Segundo relatos extraídos pelo Barão de Eschwege (1979 a e b) de uma relação contábil da Coroa Portuguesa, a Mina do Veeiro produziu em 1814 a quantia de 540 oitavas de ouro (cada oitava equivalia a 3,586 do metal precioso) e contava naquele ano com 40 escravos em suas atividades de exploração aurífera. É preciso lembrar que nesse período a mineração do ouro em Minas Gerais apresentava absoluta baixa e seu apogeu havia se dado sete décadas antes, quando passou a experimentar queda constante.

Os mundéus foram feitos por alvenaria de pedras sobrepostas e rejuntadas com uma espécie de argamassa. Algumas ruínas estão passando por processo de desmonte provocado pelo crescimento de mato e árvores em seu interior. Moradores retiram pedras do mundéu para as novas construções de alicerces de casas e muros dos arredores. Parte de uma parede do mundéu que foi derrubada tornou-se passagem para um terreno vizinho e para a mata, o que por sua vez é lamentável, dada sua importância para a interpretação arqueológica da mina.

Mundéus do Vieiro. Foto Lucas Nishimoto

- **A Mina da Soledade**

A Mina da Soledade fica no distrito de Lobo Leite, antigo arraial da Soledade, fundada durante os primeiros trabalhos de mineração do ouro na região que cobre o município de Congonhas. A Igreja de Nossa Senhora da Soledade foi construída posicionada de frente para o morro onde ficava a mina principal, fator simbólico possivelmente levado em conta como forma de agradecimento a Deus pela riqueza proporcionada pelo ouro em tempos de colonização. O local é conhecido atualmente por Congonhas Acima (altitude 1.100 metros), localizado à margem direita do rio Soledade.

No local há galerias de exploração subterrânea de ouro, sendo que uma delas fica posicionada de frente para o distrito de Lobo Leite e possui em sua volta 23 furos arredondados num paredão de pedra-sabão que cobre a canga ou tapanhoacanga, que era o material mineral de onde o ouro era extraído. São evidentes os sinais da prospecção e exploração do ouro no passado. Essa galeria mostra o arredondamento do teto, que era uma técnica estrutural usada como forma de evitar desabamentos das minas subterrâneas. Ao lado dessa galeria, numa distância de 12 metros se encontra outra galeria ou conduto, que se diferencia da primeira na profundidade de apenas 05 metros e na ausência dos furos arredondados nas paredes externas. Essas galerias ficam posicionadas em altitude de 950 metros acima do nível do mar.

Galeria de exploração aurífera da Mina da Soledade, Congonhas, Minas Gerais. Foto: Valber Souza Silva, 2012

C.5

Seguindo os muitos sinais de terra revirada, resultados da exploração do ouro que ficaram no terreno, acima de um morro há pelo menos outras duas galerias, localizadas de frente para as instalações da Gerdau Açominas. Essas galerias apresentam sinais de exploração recente. As ferramentas utilizadas na exploração, como latas, pás e carriola, foram deixadas no local. O trabalho do garimpeiro proporcionou o desenterramento e a evidenciação de boa parte da estrutura da galeria, que tem forma quadrada, diferente das anteriores e dois ramais, um totalmente transitável e outro ainda com parte assoreada por sedimentos levados pelas águas das chuvas. As altitudes em relação ao mar dessas galerias são de 970 e 960 metros, respectivamente.

Seguindo a trilha das escavações do ouro, à direita das duas galerias assoreadas há um valo aberto sobre o solo de canga, com largura de 1,15 metros. A forma com que se apresenta este valo, em degrau, sugere que os trabalhos foram interrompidos antes que adentrassem o solo e tomassem forma subterrânea. A altitude do valo é de 955 metros em relação ao nível do mar.

No terreno ainda existem muitos sinais da exploração aurífera como voçorocas (grandes erosões) que ficam localizadas na parte mais baixa, próximas do leito do rio Soledade e outras, na face contrária do morro que tem face voltada para o rio Maranhão e se estendem desde o Bairro Jardim Profeta e chegam até o trevo da Rodovia BR 040 com a MG 030, trevo de Ouro Branco, com altitude média de 900 metros com relação ao nível do mar. São resultados da exploração de veios de ouro profundos e extensos, e de areias auríferas dos vales dos rios, ribeirões e encostas, além da exploração do xisto argiloso aurífero.

O Barão de Eschwege, engenheiro de minas e geólogo alemão que fez estudos na região para a Coroa Portuguesa entre 1810 e 1821, deixou informações escritas sobre a Mina da Soledade em seus relatos sobre o Brasil publicados em 1833. Segundo informações que ele extraiu de uma relação contábil da Coroa, feita na Capitania de Minas Gerais em 1814, a Mina da Soledade, era dividida entre dois proprietários, sendo que uma parte pertencia ao Coronel Mor Agostinho Lobo Leite, que tinha 32 escravos nos trabalhos de mineração e produziu 400 oitavas de ouro (cada oitava equivalia a 3,586 gramas do metal). A outra parte da mina pertencia ao Coronel Nicolau Seabra, que possuía oito escravos e produziu naquele ano 17 oitavas de ouro. Os antigos proprietá-

rios e trabalhadores da mina deixaram descendentes que ainda vivem em Congonhas, que podem ainda fornecer importantes relatos sobre a sua história.

Atualmente, essa mina é um dos locais onde também pode ser encontrada a planta congonha. A Mina da Soledade também é alvo da indústria imobiliária, que avança com o crescimento da cidade sobre os sítios arqueológicos. Essa mina, a exemplo da Mina das Goiabeiras, também é parte da paisagem que compõe o conjunto paisagístico da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e pode ser visualizada do adro do templo, do lado oposto ao Morro do Engenho.

- **A Fazenda do Faria e a Capela de Santo Antônio**

Um sítio arqueológico a merecer destaque, não somente pela importância histórica, mas também devido ao seu bom estado de conservação é a Fazenda do Faria.

Os atuais proprietários da Fazenda do Faria são os familiares do médium espírita Zé Arigó. O médium espírita nasceu na Fazenda do Faria em 1922 e viveu por muitos anos no local. Foi nessa localidade que ele teve suas primeiras manifestações espíritas mediúnicas, recebendo o espírito do médico alemão Dr. Adolf Fritz.

No local há a presença de ruínas de um moinho d'água, de uma bica d'água que se aproveitava da água do mesmo córrego que o moinho e uma área de serviços domésticos, ambos atualmente inutilizados.

Encontra-se também na Fazenda do Faria nove pilares de pedras que formavam juntos os alicerces do que possivelmente já foi um paiol. Existem ainda, bases de uma casa aparentemente da fase original, porém com sinais de reformas. Existe ainda uma área murada com pedras sobrepostas que teria servido como curral para os animais da fazenda e um galpão também construído com a mesma técnica que tempos atrás serviu como chiqueiro de porcos e que atualmente é utilizado como depósito de materiais. Em tempos coloniais pode ter servido como uma 'senzala' da fazenda. Da mineração do ouro restaram canais hidráulicos, voçorocas e uma base de roda d'água usada na moagem e trituração de rochas auríferas.

Segundo os registros de Eschwege, retirados de uma relação contábil da Coroa Portuguesa de 1814, a fazenda pertencia ao Alferes Joaquim José Faria, que possuía 30 escravos e produziu 165 oitavas de ouro naquele ano (cada oitava equivalia a 3,586 gramas).

Bica de água esculpida em pedra.
Foto: Henrique Piló

Parede em pedras da "senzala". Foto: Henrique Piló

Muro em alvenaria de pedras. Foto: Henrique Piló

Próximo a Fazenda do Faria encontram-se as ruínas de uma capela que, segundo o proprietário da fazenda, tratam-se de remanescentes da Capela de Santo Antônio. O templo religioso, segundo ele, entrou em processo de arruinamento após a morte de seu pai, que era o zelador. Desde então, por mais de vinte anos, a capela permanece abandonada, o mato e as árvores cresceram ao seu redor, sobre as paredes de pedra e entre os vãos das mesmas, ajudando a acelerar o arruinamento das paredes, quase que totalmente desabadas, e também do teto, que desabou por completo.

A capela que fazia parte do conjunto da Fazenda do Faria e apresenta as mesmas características arquitetônicas das estruturas encontradas na fazenda, foi construída de frente para a Cachoeira de Santo Antônio, que em tempos de garimpo de ouro foi uma das mais ricas fontes do metal precioso em Congonhas e por isso, a edificação voltada de frente para a cachoeira pode significar um fator simbólico relevante, em agradecimento a Deus pela abundância, posse e riqueza proporcionada pelo ouro.

Na Capela de Santo Antônio há ainda possibilidade de existir, além de elementos da cultura material relacionados à religião católica e às técnicas construtivas coloniais, enterramentos humanos no que era o interior do templo religioso ou mesmo em seus arredores.

Detalhe da parede externa da capela. Foto: Henrique Piló

A Arqueologia em sintonia com as pessoas

A Arqueologia não deve ser entendida apenas como uma ciência que se restringe aos estudos das sociedades e cultura material do passado, mas sim, voltada ao estudo da humanidade e de tudo que diz respeito ao homem e ao que ele produz.

> *A Arqueologia é a ciência que estuda o passado da humanidade por meio de vestígios, artefatos, modos de fazer e criar que compõem a então chamada cultura material pelos estudiosos. Ao contrário do senso comum, a Arqueologia não se incumbe somente do estudo das sociedades do passado, mas das ainda existentes (MORAIS & MORAIS, 2011)*

Nos últimos anos, os debates em torno da Arqueologia têm aumentado a ênfase na participação das populações detentoras do patrimônio arqueológico e, assim, uma Arqueologia Pública, comunitária, tem crescido em todo o planeta, porque muitos foram os fatores que contribuíram para o aumento na ênfase sobre a preservação de recursos e sítios arqueológicos, incluindo movimentos ambientalistas e preservacionistas (CHANTHAPHONH & FERGUSON, 2008; PRICE & FEINMAN, 2001; SHANKS & HODDER, 1998).

Assim, arqueólogos e comunidade quando trabalham juntos podem gerar bons frutos quanto ao tratamento do patrimônio cultural, o que geralmente termina por desencadear políticas públicas capazes de gerar ações museológicas, trabalhos educacionais e incremento ao turismo, promovendo a valorização do patrimônio cultural.

Contudo, a pesquisa arqueológica junto à sociedade de Congonhas ocorre entre dois polos ou corredores opostos. Um negativo e um segundo positivo. O primeiro é que ainda nos tempos atuais ocorre certa omissão que destrói o patrimônio arqueológico, como se essa fosse uma fórmula ou caminho para alcançar o desenvolvimento econômico. O outro polo, no qual a arqueologia investe nos últimos anos, encontra-se nas parcerias realizadas juntamente com as sociedades locais aonde vem sendo pautada a educação, a valorização do patrimônio arqueológico e cultural forma harmonizada e integrada.

Nesse sentido deve-se registrar o importante papel que tem desempenhado a ONG Gota D'água do Alto Paraopeba na pesquisa tratada neste capitulo, inclusive em ações de georreferenciamento, participação em registro de sítios arqueológicos e avaliação sobre estado de conservação dos mesmos, trabalhos de Educação Patrimonial na sede da ONG e orientação em questões jurídicas. Também por meio dos trabalhos realizados junto com a ONG Gota D'água do Alto Paraopeba surgiram outros trabalhos em Educação Patrimonial realizados na Escola Estadual Lamartine de Freitas, onde procuramos aproximar o patrimônio arqueológico de do dia a dia de alunos formandos do ensino médio.

Nesse sentido, a Escola Estadual Barão de Paraopeba e sua equipe de pedagogos e professores, alunos do ensino fundamental e funcionários do ano de 2013, abraçaram um projeto educacional e promoveram, junto a este projeto, apesar das dificuldades, um trabalho de Educação Patrimonial em moldes nunca antes realizados em Congonhas. A escola inteira se envolveu com a arqueologia e o patrimônio cultural da cidade durante todo um bimestre escolar, por meio de uma proposta interdisciplinar e transversal de ensino. Os resultados das atividades realizadas nessa escola ainda ajudarão na elaboração de políticas públicas para a preservação de sítios arqueológicos em Congonhas. Os maiores beneficiados foram e serão os alunos e a sociedade local.

Não menos valorosa também foi a participação, no ano de 2010, da Escola Municipal Conceição Lima Guimarães, que abriu as portas para desenvolvermos atividades junto aos alunos do ensino fundamental, que viriam clarear os caminhos para os trabalhos educacionais desenvolvidos posteriormente.

No desenvolvimento desta pesquisa, foi feito o levantamento de áreas potencialmente ricas em materiais arqueológicos que, aliados à informação histórica escrita e à informação oral fornecida por moradores do município de Congonhas estão proporcionando uma base de dados a respeito do patrimônio arqueológico local, assim como subsídios para gestão, manejo e preservação desse patrimônio.

Considerações finais

Os trabalhos desenvolvidos junto à população local em Congonhas, de Educação Patrimonial e Arqueologia Pública, tem nos mostrado uma consciência crescente acerca da importância da preservação de seu patrimônio arqueológico.

O Poder Judiciário, empresas, órgãos da administração pública, sociedade civil e o Poder Público como um todo se encontram diante de um grande desafio: o de manter em equilíbrio duas riquezas distintas, que são a econômica, propriamente dita, e a cultural, representada também nos vestígios arqueológicos de Congonhas. Dessa forma, acreditamos numa sociedade que busca seu equilíbrio frente às transformações do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1977.

CHANTHAPHONH, Chip & FERGUSON, T. J. *Introduction*: The Collaborative Continuum. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip & FERGUSON, T. J. *Collaboration in Archaeological Practice*: Engaging Descendant Communities. Lanham: Altamira Press, 2008. pp. 1-32.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Vol. 1. Trad. Domício de Figueiredo Murta. São Paulo: USP, 1979 a.

_______. *Pluto Brasiliensis*. Vol. 2 Trad. Domício de Figueiredo Murta. São Paulo: USP, 1979 b.

ETZEL, Eduardo. *O Barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

GUIMARÃES, Carlos M.. Arqueologia Histórica em Minas Gerais: um universo de possibilidades. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (Org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007. pp. 163-169.

MELLO E SOUZA, Laura. *Desclassificados do Ouro*: A pobreza mineira no século XVIII. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MORAIS, Filipe; MORAIS, José L. A finalidade constitucional da nº230-02. In: BASTOS, Rossano L. & SOUZA, Marise C. de. *Patrimônio Cultural Arqueológico*: Diálogos, Reflexões e Práticas. São Paulo: IPHAN, 2011. pp. 181-197.

MORAIS, José L. de. Arqueologia da Paisagem. In: SCHEUNEMANN, Inguelore & OOSTERBEEK, Luis (Orgs.). *Gestão Integrada do Território*: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura. Rio de Janeiro: IBIO, 2012. pp. 255-292.

_______. *Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista.* Erechim: Habilis, 2011.

PRICE, Douglas T. & FEINMAN Gary M. *The Archaeology of the future.* In: FEINMAN, G. & PRICE, D. (Eds). *Archaeology at the millennium.* New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2001. pp. 475 – 496.

SHANKS, Michael & HODDER, Ian. *Processual, Postprocessual and Interpretive Archaeologies.* In: Whitley, David, S.: Reader in Archaeological Theory: *Post-Processual and Cognitive Approaches*. London: Routledge, 1998. pp. 70-95.

SUMÁRIO DE DADOS DE CONGONHAS. Congonhas: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2002.

PIRONI, Roberto. *Atlas Escolar Histórico e Geográfico de Congonhas*. Belo Horizonte: Acervo Cultural Brasileiro, 2008.

CAPÍTULO 6

ASPECTOS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE CONGONHAS

Maria Cristina Cairo Silva

Aspectos sobre o Patrimônio Arquitetônico de Congonhas

Maria Cristina Cairo Silva

Introdução

Congonhas é hoje reconhecida mundialmente como a 'Cidade dos Profetas' pelo título de Patrimônio da Humanidade do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, concedido pela UNESCO em 1985.

O conjunto paisagístico do Santuário apresenta em seu rico acervo arquitetônico, escultórico e artístico, elaborado a partir dos setecentos, a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos com seus elementos escultóricos e painéis parietais pintados, as seis Capelas dos Passos compostas pelo conjunto escultórico em madeira e policromados, representando a paixão e morte de Cristo, bem como as doze esculturas em pedra-sabão, os Profetas, confeccionados pelo mestre Antônio Francisco Lisboa - Aleijadinho e seus artífices, que estão dispostas no adro do Santuário.

Em meio à arte representada através dos monumentos e elementos escultóricos existentes, a história de Congonhas se reinventa, se complementa com o registro de seus diversos sítios arqueológicos. Eles resistem mesmo ao esquecimento desatento que o tempo os relegou. Mas são lugares da memória coletiva, suporte fundamental da cidadania.

São artefatos fatigados, esculpidos em sua maioria na pedra, mas construídos com técnicas muito bem domesticadas e peculiares, mostrando que o homem daquela época dominava os elementos que a natureza lhe fornecia para executar suas magníficas obras de arquitetura e engenharia.

Sem pretensão de esgotar, foram selecionados doze exemplares patrimoniais de interesse arquitetônico, boa parte deles, relacionados à arqueologia da mineração, industrial, ferroviária, rodoviária e de geração de energia, reforçando a versatilidade dos bens materiais e culturais do município de Congonhas e seus arredores, além de apresentar a vivência social e econômica mistificada nestes elementos arquitetônicos, bem como a necessidade emergencial de valorização e proteção destas inúmeras memórias.

Figura 1- Vista geral do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos. Arquivo Municipal – Museu da Imagem e da Memória

Figura 2 -Profeta Amós com o cajado.

A peça que representa o cajado permanece desaparecida.Foto da década de 1920 ou 1930.

Arquivo Municipal – Museu da Imagem e da Memória

Figura 3 – Casarão já em ruínas na década de 1930 - Rua Barão de Congonhas. Hoje já não há mais sinais de sua existência. Arquivo Municipal – Museu da Imagem e da Memória

Figura 4 – Trecho da fachada principal da casa do Barão de Congonhas. Não existe mais nos dias atuais. Arquivo Municipal – Museu da Imagem e da Memória

Figura 5 – Detalhe da portada da casa de Manuel Campanhão. Belíssimo trabalho de entalhe na pedra com volutas, rocalhas. Trecho da verga e apoio da ombreira. Arquivo Municipal – Museu da Imagem e da Memória

Figura 6 – Outro fragmento da portada da casa do "Campanhão" Arquivo Municipal – Museu da Imagem e da Memória

Figura 7 – Bloco com a face esculpida pertencente à portada da casa do "Campanhão". Arquivo Municipal – Museu da Imagem e da Memória

1. RUÍNAS DO ALTO MARANHÃO

As "Ruínas do Alto Maranhão" consistem em duas edificações principais que abrigavam usos distintos, das quais remanescem as paredes em pedra sem revestimento do arcabouço principal, isto é, das fachadas, mantendo elementos importantes que ainda permitem visualizar as formas das construções originais. Tudo leva a crer tratar-se de edificações térreas. As paredes são espessas, estruturadas com diversos tamanhos de pedra e delimitam, como de costume, perímetros regulares, ou seja, plantas geometricamente bem definidas, sem muita complexidade na compartimentação interna.

A primeira edificação refere-se à Casa do Capitão Zeca Moreira, cujo último uso foi como casa de jogos. Hoje está caracterizada como fragmentos de edificação permeada por árvores de grande porte que cresceram ao longo do tempo. Localiza-se em esquina da atual estrada entre Congonhas e o Distrito de Alto Maranhão, sendo recuada do meio-fio do passeio criado recentemente. A fachada frontal ainda preserva os vãos principais de porta e janelas, embora tenha perdido boa parte dos seus arremates de vergas e ombreiras. A vegetação, apesar de denotar beleza cênica indescritível, ameaça a estabilidade da estrutura remanescente devido à penetração das raízes entre as junções do sistema construtivo (pedra), acarretando movimentações do suporte e desprendimentos de blocos.

Foto 1 – Vista geral observando-se os dois planos de fachadas frontais. Foto: Emile Scharlé Jr. 2014.

Figura 8 – Procissão com a imagem de Nossa Senhora da Ajuda, em Alto Maranhão, observando-se ao fundo a Cadeia Antiga (Casa dos Conselhos). Data não identificada. Acervo: Museu da Imagem - Congonhas

Foto 2 – Detalhe de pequeno vão da janela conservando peças do enquadramento. Foto: Henrique Piló, 2014.

A segunda ruína foi, segundo informações orais, um antigo entreposto para guarda de valores para os viajantes, sendo depois adaptada para cadeia e veio sediar como último uso a Casa de Conselhos de Congonhas. Mas popularmente hoje é conhecida com 'Cadeia Velha'. Com planta aparentemente retangular, esta edificação está mais íntegra que a anterior, principalmente no que se refere à fachada principal que permanece inteiramente de pé. Chama atenção o arremate retilíneo quase sem perdas. Essa fachada é simplesmente composta por uma porta central ladeada por duas janelas. Os cunhais têm trabalho cuidadoso em cantaria. As janelas levam grades em barras de ferro de seção circular em número de quatro para cada uma delas. A porta também é de ferro. Os vãos - portas e janelas - são notável e habilidosamente emoldurados com pedra de cantaria em peça única, seja nas ombreiras, seja nas vergas retas. Aos fundos, há seteiras (vãos iluminadores estreitos) demonstrando que o lugar necessitava de segurança. Simples e de pequenas dimensões, a ruína se destaca no caminho do qual guarda pequeno recuo.

Foto 3 – Vista geral da ruína voltada para a via pública. Foto: Emile Scharlé Jr, 2014.

2. BIQUINHA OU FONTE DE NOSSA SENHORA DA AJUDA- DISTRITO DE ALTO MARANHÃO

De acordo com informações históricas relativas ao distrito do Alto Maranhão e à Capela primitiva de Nossa Senhora d' Ajuda, a fonte de mesmo nome foi confeccionada possivelmente no período de fundação e crescimento econômico desta localidade. Foi construída provavelmente ainda no século XVIII, na época da fundação da localidade.

A fonte que encontramos atualmente já seria uma segunda, localizada a cerca de dez metros distantes da original. Estaria próxima à primeira Capela, que foi demolida para a construção da atual igreja no alto de um morro.

Foi local de peregrinação pelo fato de as águas que brotam de uma antiga grota, associadas à devoção de Nossa Senhora da Ajuda[1], serem consideradas milagrosas.

> *"A finalidade da construção desta Fonte foi para beneficiamento da construção da Capela primitiva e abastecimento dos moradores que a circundava. Anos mais tarde com a construção da nova Capela e hoje Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a Fonte dedicada ao órgão de devoção passa a ter outra finalidade; passa a ser um local sagrado de peregrinação e fé. Muitos acreditam que águas que escoam pelos encaixes em pedra tipo macho/fêmea é milagrosa. A água que escoa brota de 14 nascentes que permeiam a encosta do Alto Maranhão" (BOTELHO, 2013).*

A estrutura em cantaria remanescente, exposta à observação, é composta de parede baixa, com recorte central, criando um vão sob o qual se encontra biquinha d'água que escoa em tubo metálico. Este sai do centro de figura em baixo relevo, esculpida na pedra, em forma de semicírculo, com raios em forma de gomos, remetendo talvez à forma de uma concha. Neste vão, na verdade, existia uma grande lápide com o topo arrematado em arco e no centro, uma cruz em baixo relevo. Ladeando este vão, também esculpidos na pedra em baixo relevo, há simulacros de pináculos encimados por esferas, apresentando esmero no processo de confecção. Mede aproximadamente três metros, com oitenta centímetros de altura e 30 centímetros de espessura.

Figura 9 - Croquis sobre a hipótese de como seria a fonte. Thiago Botelho. 2012

Apesar de mal-conservada e do difícil acesso a este bem cultural, podem ser notados vestígios de outras estruturas em pedras em seu entorno, como o fundo de um poço raso. Também ao seu redor, dentro da vegetação, restos parcos dos antigos quartos para banhos que, construídos em alvenarias de terra crua, foram se perdendo com o tempo e desuso.

1 Nossa Senhora da Ajuda é uma das diversas invocações de Maria, mãe de Jesus. O culto teve início em Portugal durante a Idade Média, sendo particularmente associado a uma ermida que se localizava na praia do Restelo, nas proximidades de Lisboa, onde havia uma imagem de Nossa Senhora que era objeto da devoção de marinheiros e soldados. De Portugal, a invocação foi trazida ao Brasil colonial pelos jesuítas, que levantaram a primeira igreja de Salvador sob sua invocação em 1549: a Capela da Ajuda.

In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_da_Ajuda acesso em 30/06/2014.

3. EMBARCADOURO FERROVIÁRIO

O embarcadouro ferroviário é caracterizado por um extenso paredão retilíneo de concreto aparente com altura elevada, no qual sobressai uma série de estruturas metálicas de mesma conformação que permitia o escoamento do minério de ferro nos vagões de trem descarregado pelos caminhões em sua porção superior. Neste ponto, há uma espécie de guarda-corpo metálico contínuo sobre piso metálico em balanço. As estruturas mencionadas assemelham-se a balcões em balanço apoiados sobre mãos-francesas, em cuja base se articulam elementos ao modo de uma "pá basculante".

A última proprietária foi a mineradora Itaminas que atuava na região; parou de operar o embarcadouro há mais de vinte e cinco anos. Quando o carregamento era feito, havia grande transtorno, pois impedia o fluxo de veículos no principal acesso ao centro da cidade de Congonhas. Inserido no coração da cidade, compõe um dos espaços livres remanescentes na malha urbana, sendo importante exemplar da história e tecnologia ferroviária.

Foto 10- Vista geral do Embarcadouro Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 11 – Detalhe das instalações que abasteciam os vagões. Foto: Henrique Piló, 2014.

4. PASTINHO DE DOM SILVÉRIO

Trata-se dos baldrames da casa do Arcebispo Dom Silvério[2] que ali, possivelmente viveu em meados do século XIX. Assentado em colina suave apresenta planta praticamente quadrangular com pedras em juntas secas. Há ainda outras estruturas associadas. Atualmente, há ainda trechos remanescentes de alvenaria em pedra seca dos antigos muros que delimitam os pastos e os terrenos adjacentes deste importante sítio histórico e arqueológico. Foi ainda identificada uma boca de galeria de pequenas dimensões em area próxima ao local da possível habitação.

Foto 12 – Detalhe trecho de muro do Sítio Pastinho de Dom Silvério. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 13 – Detalhe de piso remanescente do Sítio Pastinho de Dom Silvério. Foto: Henrique Piló, 2014.

2 Dom Silvério Gomes Pimenta, professor, orador sacro, poeta, biógrafo, prelado e arcebispo de Mariana, nasceu em Congonhas do Campo - MG, em 12 de janeiro de 1840, e faleceu em Mariana-MG, em 30 de agosto de 1922. Foi o primeiro prelado brasileiro com assento entre os escritores consagrados pela Academia Brasileira de letras. In: http://camaracongonhas.mg.gov.br/pagina.asp?area=3&secao=25&site=1&tp=1. Acesso em 01/07/2014.

Foto 14 – Pequena boca de galeria para explotação mineral.
Foto: Henrique Piló, 2014.

5. ALCATRUZ

Nas últimas décadas dos setecentos, o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, se encontrava no auge das suas obras, em plena expansão, iniciadas em 1757 com as aprovações de Portugal e da Igreja Católica. Para atender o abastecimento de água, foi construído por volta de 1780[3] todo o sistema de canalizações desde a encosta no Morro da Cruz das Almas, até o Morro do Urubu.

Composto por alcatruzes, canais entalhados em pedra-sabão, apresentava sistema perfeito de escoamento. Seguindo cota de nível ultrapassava depressões no relevo com estrutura em arcos, transpunha obstáculos com túneis cavados na rocha.

As peças, ainda hoje encontradas em meio à vegetação, têm um metro de comprimento com trinta centímetros de largura e dez centímetros de altura, sendo que as extremidades apresentam encaixes macho e fêmea que não permitiam o vazamento e perda de água. O canal é esculpido no bloco de pedra e em algumas peças pode-se notar pequenas ondulações no fundo, talvez para diminuir a velocidade da água em determinados trechos.

Sua execução mostra total conhecimento das técnicas construtivas e do sistema de canalização, abastecimento e distribuição de água.

Foto 15- Detalhe de encaixe de estrutura vertical. Foto: Henrique Piló, 2014.

3 Informações verbais fornecidas por Luciomar Sebastião de Jesus. Escultor, pesquisador de Congonhas/MG.

Foto 16 – Duas peças já desarticuladas pelo enraizamento da vegetação. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 17 – Túnel provavelmente para transpor um desnivelamento do terreno. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 18 – Detalhe de muro de arrimo para que a canalização mantivesse a declividade ideal em trecho íngreme. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 21 – Trecho onde possivelmente arcos transpunham trechos maiores sobre pequenas depressões do terreno natural. Foto: Emile Scharlé Jr, 2014.

Foto 19 – Detalhe do sistema construtivo com peças apoiadas umas sobre as outras, sem rejunte argamassado. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 20 – Detalhe de alcatruz, trecho semienterrado. Foto: Emile Scharlé Jr., 2014.

Foto 22 – Para manter o nivelamento, a canalização recebia preenchimento de apoio com pedras em juntas secas, mostrando o conhecimento técnico de seus construtores.Foto: Emile Scharlé Jr., 2014.

6. RODOVIA UNIÃO INDÚSTRIA

Esta rodovia nomeia um trecho de estrada que parte da rodovia que liga Congonhas a Ouro Branco, antes de Lobo Leite, antigamente, vila da Soledade. Trata-se, na verdade, de um acesso secundário a uma área de mineração, pavimentado por pedras irregulares, onde há grande fluxo de caminhões pesados.

No trecho em questão, há duas pontes pequenas e modestas, mas bastante interessantes: uma sustentada por arco e a outra biapoiada. Ambas foram executadas em concreto armado com guarda-corpo pré-moldado. Na primeira, o arco está acima do tabuleiro (leito carroçável) que o sustenta por meio de sete tirantes. Trata-se de tipologia largamente empregada e que se pode ver em escala maior em Belo Horizonte, como no Viaduto Santa Teresa, por exemplo. A segunda é uma ponte com balaustrada vazada em concreto pré-moldado, elemento bastante adotado no início do século XX nas ferrovias e viadutos. Essa balaustrada apresenta risco de perda, pois o acúmulo de minério sobre o tabuleiro eleva a cota do piso podendo derrubá-la.

Insere-se ainda neste item, o trecho da ponte desativada da ferrovia em Congonhas.

Foto 23 – O acúmulo de minério já obstruindo os vazios da balaustrada. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 23 – Vista geral da ponte em arco. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 24 - Ponte ferroviária com balaustrada em ruínas. Foto: Henrique Piló, 2014.

7. CANAL DE ÁGUA PARA GERAÇÃO DE ENERGIA DA USINA FORÇA E LUZ

Descoberta recentemente, esta pequena usina foi construída por volta de 1940, pelo Doutor Vitorino. Composta por canal em pedra utilizando água do ribeirão Goiabeira com estrutura em concreto. Produzia pouca energia, gerando popularmente o ditado: *"Tem que acender velas para ver se a luz está acesa"*[4].

Foto 25– Estrutura remanescente da pequena usina. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 26- Pequena represa no ribeirão Goiabeiras. Foto: Henrique Piló, 2014.

4 Informações orais fornecidas por Luciomar Sebastião de Jesus. Escultor e historiador, morador de Congonhas/MG.

8. POUSO DOS TROPEIROS

Em meados do século XIX até metade do século XX, a atividade do tropeirismo foi bastante intensa em Congonhas, ligada ao comércio intensificado na época da Romaria no Santuário de Bom Jesus de Matozinhos. Este conjunto de ruínas é um dos mais importantes registros de locais onde funcionava um entreposto comercial, para troca de mercadorias, vendas de materiais e mantimentos e pouso dos tropeiros.

Compreende um conjunto de estruturas remanescentes em alvenaria de pedra, onde se pode avistar fundações, trechos de cunhais e de muros. Os sistemas construtivos se repetem: pedras de pequena ou média dimensão, assentadas na maioria em junta seca com as interseções preenchidas por pedras menores, algumas sendo cangas. Apesar de tratar-se de arquitetura vernácula apresenta cuidadoso trabalho em cantaria retratado no alinhamento dos panos de alvenaria e trechos remanescentes dos cunhais A estrutura encontrada hoje permite a leitura de uma edificação principal de partido retangular de grandes dimensões (aproximadamente 27 metros por 6 metros), uma segunda de projeção quadrangular (10metros X 10 metros) e uma menor, de forma semicircular, sugerindo um antigo forno. Pode-se conjecturar que era composta por grande espaço comum interno, com portas (uma ainda pode ser observada no pano da parede voltada para a estrada) e, possivelmente, poucas janelas voltadas para a estrada. O pouso deveria ser cercado por currais, talvez estábulos improvisados para o abrigo das tropas que movimentavam o comércio local.

Defronte a esta estrutura mantém-se grande segmento de muros em pedras secas delimitando o caminho das propriedades, e mais adiante, valas escavadas, elemento que balizava a passagem dos animais das tropas e do gado, chamado de 'Corredor de Gado'; trecho da Estrada Real, interligando Congonhas ao Distrito de Lobo Leite.

Foto 27 – Detalhe do sistema construtivo das paredes: pedra em junta seca. Foto: Henrique Piló, 2014.

Figura 10 – Croqui parcial elaborado pela Artefactto Consultoria, 2013.

Foto 28 – Vista parcial de um pano de alvenaria com possíveis indícios de um vão de janela. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 30 – Trecho de muro que ladeia a estrada. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 29 – Pedaço de uma soleira com o encaixe para as ombreiras. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 31 – Vista geral da face interna da parede frontal da edificação de maior volume. Foto: Henrique Piló, 2014.

9. AQUEDUTO DA BIQUINHA

Localizado no quarteirão compreendido entre a Rua Bom Jesus e a Rua Ana Paula Dias Leite, próximo à Igreja de São José, que conserva ainda área verde significativa dentro da malha urbana em processo de adensamento. Compõe a paisagem que emoldura o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos.

Grande paredão em pedra ampara o canal (raros trechos ainda são observados) a céu aberto. As pedras, de dimensões diversas, cuidadosamente assentadas umas sobre as outras, sem argamassa, elevam muro de boa altura. As maiores têm a face do pano da alvenaria bem planas, indicando cuidado em sua extração e seleção para a construção da base do aqueduto. Podem-se observar ainda sulcos indicando, talvez, marcas das ferramentas, alavancas, utilizadas para sua retirada das jazidas. O escoamento se faz por biquinha que nasce no paredão de pedra derramando sobre tanque improvisado, de pequenas dimensões.

Foto 32 – Outro trecho do muro em bom estado de conservação. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 33 - Detalhe do sistema construtivo composto por pedras sobreposta em junta seca. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 34- Detalhe da saída d'água em tanque raso. Foto: Henrique Piló, 2014.

10. FAZENDA DO FARIA

As instalações rurais dependiam de recursos hídricos para suas atividades econômicas e de subsistência, assim como as atividades minerárias. É neste contexto que se encontra a Fazenda do Faria, complexo de ruínas compostas por muros, bicas, arrimos de pedra inseridos em exuberante mata de jabuticabeiras. Construída possivelmente no final do século XVIII tem documento de 1814 citando como proprietário o Alferes Joaquim José Faria de quem herdou o nome (SILVA, 2013).

A abundância do material pétreo na região, com tipo de rocha que permitiu seu manuseio em alta escala, fez com que as principais estruturas arquitetônicas e de engenharia fossem com ela construídas. O conhecimento trazido pelos negros, ainda escravos, e pelos portugueses e seus descendentes produziu este belo produto que ainda podemos registrar.

O local tem sua história também ligada a fatos recentes, além de ter sido uma das importantes áreas produtoras de alimentos e mineração.

> *"O médium espírita Zé Arigó nasceu na Fazenda do Faria em 1922 e viveu por muitos anos neste local. Foi por lá também que ele teve suas primeiras manifestações mediúnicas" (SILVA, 2013:4).*

Em todos os elementos o sistema construtivo se repete: pedras assentadas em juntas secas; trabalhos em cantaria podem ser notados em alguns locais, tais como abertura e ângulos de congruência dos muros e canais de drenagem.

Os muros têm a altura média de uma pessoa. Observa-se que a casa é de fatura mais recente, mas sobre o baldrame da antiga. A escada, erguida com grandes lajes de pedra, arruinou. Com o tempo, a terra do arrimo lixiviou causando seu desmanche.

Dentro da área delimitada no entorno da residência, estão estruturas ligadas às atividades domésticas da fazenda: há resquícios de um moinho d´água; de uma bica em pedra que derramava água dentro de um tanque; sete burros, também em pedra, indicam ali ter existido o paiol. Pequenas áreas cercadas indicam o local do possível chiqueiro, galinheiro. Pode-se conjecturar sobre uma possível senzala também neste local.

O pomar está implantado em platôs, em níveis diversos, arrimados com pedras.

Foto 35- Trechos dos muros que delimitam as áreas componentes do sítio. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 36 – Vista geral de um dos trechos dos muros. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 37 – Detalhe do sistema construtivo em pedras secas. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 39- Os muros estão cedendo com o crescimento gradativo de árvores de porte rente a eles. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 38 -Um dos trechos do muro ainda intacto. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 40 – Canal de drenagem sob o muro esculpido em pedra. Foto: Henrique Piló, 2014.

Essa foto raríssima mostra Arigó, sentado, com dois anos de idade, entre seus familiares, na casa onde nasceu, na Fazenda do Faria. COMENALE, Reinaldo. *Zé Arigó – A Oitava Maravilha*.

Foto 41 – Tanque em pedra por onde desaguava a bica. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 42 – Detalhe peça esculpida na pedra que conduzia a água ao tanque. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 43- Casa de data mais recente construída sobre o baldrame da antiga. Foto: Henrique Piló,2014.

Foto 44 – Os caminhos eram também revestidos por grandes lajes de pedra. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 45 – Trecho de muro preservado. Foto: Henrique Piló, 2014.

11. CAPELA DE SANTO ANTÔNIO

A Capela de Santo Antônio encontra-se desgarrada da casa da Fazenda do Faria, apresentando um sistema construtivo tradicional: estrutura autoportante em pedra com juntas secas, onde em pequenas áreas há vestígios de revestimento de argamassa possivelmente em cal, areia e barro. Está inserida no meio de mata, ainda pode ser identificada a sua área de projeção, inclusive a sacristia e, o mais interessante, o nicho do altar-mor. A parede da fachada posterior é a que mantém maior área preservada.

Pelo que pode ser observado apresenta as proporções arquitetônicas das capelas mineiras setecentistas. Pela empena posterior triangular remanescente especula-se a solução da cobertura em duas águas. Tem a frente voltada para as antigas catas de mineração.

Abandonada há aproximadamente vinte anos, está em acelerado processo de degradação pelo crescimento da mata que a envolve e pela falta de uso e mecanismos de proteção. Próximo à capela há outras estruturas ligadas as atividades minerárias do século XVIII e XIX.

Foto 47 - Detalhe de ângulo interno da alvenaria das paredes. Foto: Henrique Piló,2014.

Foto 46 – Vista geral da Capela. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 48 - Trecho da parede do altar-mor. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 49 – Parede com maior área preservada correspondente à fachada posterior Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 50 – Fachada posterior onde podem ser observados vestígios do revestimento. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 51 – Trecho da fachada lateral direita. Foto: Henrique Piló, 2014.

Foto 52 - Estrutura de Trabalho Mina do Faria (na fazenda, próximo à Capela). Foto: Henrique Piló, 2014.

12. MUNDÉU DA ÁGUA BOA

Um dos processos para mineração do ouro era a criação de tanques de decantação, mundéus, onde a lama retirada dos cursos d´água descansava e o ouro ficava em níveis mais baixos sendo depois escoado por canais e recolhido através de sistemas rudimentares, mas curiosos, como a colocação de couro de boi. Ali o ouro ficava preso aos pelos e era depois selecionado em bateias. Estes mundéus eram construídos em pedra e às vezes havia uma sequência deles ao longo dos morros.

A localização desta bela estrutura de arrimo é estratégica: em encosta com declividade acentuada, próxima a um curso d´água (hoje inexistente) indicando, pelas grandes dimensões, que houve significativa atividade minerária no local.

Parte do terreno foi escavada criando área para o tanque de depósito da lamas, para decantação. A parede, com quase um metro de largura, foi construída com blocos de pedra de tamanhos irregulares possuindo embrechamentos perfeitos com pedras de dimensões menores.

Para a construção da estrada que leva ao topo do morro, o terreno defronte à face externa do paredão foi aterrado, impedindo assim a visibilidade desta bela estrutura, comprometendo, possivelmente, a drenagem de águas pluviais no local.

Foto 53 – Vista geral do arrimo em pedras. Foto: Henrique Piló – janeiro de 2014

Foto 54 – Detalhe do sistema construtivo: pedras de grandes dimensões embrechadas com menores. Foto: Henrique Piló – janeiro de 2014

Foto 55 – Vista parcial. Foto: Henrique Piló, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARTEFACTTO .*Levantamento de Dados para Elaboração da Carta Arqueológica de Congonhas*. Artefactto Consultoria/Ferrous, Congonhas, Dezembro de 2013.

BOTELHO, T. *Inventário do Acervo Cultural de Congonhas.* In: MGTM, Prefeitura Municipal de Congonhas, Congonhas, 2012.

SILVA, V. S. Conhecendo os Sítios Arqueológicos de Congonhas: a Fazenda do Faria e a Capela de Santo Antônio. In: *Jornal Baruc*, Ano XII- 175ª edição, 19/10/2013. P.4.

Colaboração

Guilherme Ismar Nunes Ataídes – Arquiteto
Thiago de Pinho Botelho – Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis
Henrique Piló-Arqueólogo

Foto 56 – Vista geral do mundéu de Água Boa. Foto: Henrique Piló, 2014

CAPÍTULO 7

A CARTA ARQUEOLÓGICA DE CONGONHAS - LUGARES DE MEMÓRIAS DIRETRIZES PARA GESTÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Henrique Piló
Alenice Baeta

A Carta Arqueológica de Congonhas - lugares de memórias

Diretrizes para Gestão e Proteção do Patrimônio Arqueológico

Henrique Piló e Alenice Baeta

1 - Introdução

Para a elaboração dos textos e do mapa que compõem a "Carta Arqueológica de Congonhas" foram realizados levantamentos bibliográficos e trabalhos de campo, sendo que os títulos e a documentação específica constam ao final de cada capítulo.

No que se refere à montagem do mapa, conforme já exposto na apresentação, a proposta não foi, certamente, esgotar as informações relativas ao patrimônio arqueológico, mesmo porque seria tempo insuficiente para tanto dentro do período estipulado para elaboração, pesquisa e produção desta obra. O vasto universo arqueológico e histórico vislumbrado em Congonhas possui material para outros tantos anos de pesquisa.

O propósito foi apresentar elementos relativos à riqueza e alta potencialidade arqueológica e histórica de Congonhas desde os seus primórdios, ampliando o olhar sobre as suas distintas e magníficas paisagens e recursos naturais, incorporando ainda informações sobre o período pré-colonial da região onde este município se insere. Espera-se assim que futuramente novos dados sejam agregados a esses e que as contribuições sejam inseridas em futuras publicações.

Além de dados levantados em campo, oriundos de caminhamentos e entrevistas, foram organizados e agregados ao mapa dados relativos a sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos já cadastrados ou mencionados em diferentes relatórios sobre o tema arqueologia, sendo que boa parte deles foram integrantes de estudos ambientais que visam licenciamento ambiental. Esses dados foram assim somados aos levantados por nossa equipe durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Visando uma leitura e compreensão fácil sobre a disposição espacial dos sítios arqueológicos em Congonhas, foram definidos ícones ou ilustrações relativos a determinados tipos de patrimônio arqueológico.

No mapa estão indicados sítios arqueológicos pré-coloniais, no caso litocerâmicos a céu aberto, como também sítios históricos compostos por diversas estruturas remanescentes em diferentes graus de conservação relacionadas à mineração do ouro, tais como lavras, montes de cascalhos, muros de arrimo, canais de água e galerias de diversos tamanhos. Estes sítios estão associados à memória da mineração e suas tecnologias desde o início do século XVIII até períodos mais recentes.

Há ainda trechos de antigos caminhos, muros de divisa, ruínas de habitações, sedes e benfeitorias de antigas de fazendas, estruturas ferroviárias e rodoviárias, que fizeram e fazem parte da memória material e imaterial do município.

Abaixo, seguem os quadros com informações gerais sobre os sítios arqueológicos e suas respectivas fontes.

Nos capítulos anteriores foram citados e apresentados, do ponto de vista histórico, arqueológico e arquitetônico, diversos pontos que figuram no mapa. Alguns, no entanto, serão indicados neste capítulo.

Quadro 1 – Patrimônio Arqueológico (Fonte: Artefactto, 2009, 2010, 2013 e 2014)

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Forno de carvão	Estruturas de trabalho - funcionais	Baterias de Fornos para produção de carvão mineral. Atividade bastante comum na região.
Conjunto de Fornos para Carvão	Estruturas de trabalho - funcionais	Bateria de fornos para produção de carvão vegetal. Estrutura de trabalho já desativada.
Engenho Queiroz Junior	Estruturas de trabalho – funcionais	Engenho fundido pela empresa de siderurgia Queiroz Junior.
Carregador Rede Ferroviária	Estruturas ferroviárias	Extenso paredão retilíneo de concreto aparente com altura elevado, no qual sobressai uma série de estruturas metálicas de mesma conformação que permitia o escoamento do minério de ferro nos vagões de trem descarregado pelos caminhões no alto do paredão.
Ponte "Maria Fumaça"	Estruturas ferroviárias	Ponte da antiga estrada de trem que transitava pelo centro de Congonhas. Hoje serve de passagem para uma garagem de ônibus.
Alcatruz	Estruturas Hidráulicas	Sistema de abastecimento de água composto de bancadas, canais e valas, além de canais esculpidos em pedra sabão. Este sistema foi responsável pelo abastecimento de água nas obras de construção do santuário do Bom Jesus de Matosinhos.
Aqueduto da biquinha	Estruturas Hidráulicas	Trata-se de uma enorme aqueduto que se encontra em área urbana do município. Da grande extensão e importância que ocupava pouco sobrou, mas esse pequeno trecho se reveste de grande importância para exemplificar o abastecimento de água no centro urbano nos séculos passados.
Bica de água	Estruturas Hidráulicas	Bica de água na Fazenda do Farias. Trata-se de canal esculpido em pedra sabão e uma caixa de água no mesmo material. O canal que a abastecia já foi destruído, ficando apenas a parte final do sistema.
Fonte Nossa Senhora da Ajuda	Estruturas Hidráulicas	A fonte provavelmente foi construída ainda no século XIX, na época da fundação da localidade. Foi local de peregrinação pelo fato das águas que brotam de uma antiga grota, associadas à devoção de Nossa Senhora da Ajuda, serem milagrosas.
Usina Dr. Vitorino	Estruturas Hidráulicas	Área com barragem e canais, além da área da Usina, que servia para gerar eletricidade a Congonhas
Trechos de Estrada Real	Estruturas Rodoviárias	Trechos sinalizados da Estrada Real.
Estrada Real	Estruturas Rodoviárias	Trecho original da Estrada Real com muros de Pedras
Estrada União Indústria	Estruturas Rodoviárias	Trechos calçados da estrada União Indústria. Em alguns pontos existem belas pontes, sendo uma em arco.
Alicerce de casa de agricultor	Habitação estrutura	Nas proximidades do Engenho Queiroz Junior há um antigo alicerce de casa de trabalhador, que segundo os moradores locais seria a casa mais antiga das redondezas. Possivelmente foi construída no séc. XIX.

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Muros de alvenaria de pedra da Fazenda Castanheira	Habitação estrutura	Foram identificados na Fazenda Castanheira, alicerces e muros em alvenaria de pedra. Foi construída uma habitação sobre parte das estruturas de pedras de onde seria uma antiga sede da fazenda. O local encontra-se atualmente em ruínas, completamente abandonado. Sugere-se inventário arquitetônico das sedes das fazendas existentes na ADA.
Fazenda Chacrinha	Habitação estrutura	Fazenda em ruínas que contém, além das ruínas da residência, local de armazém e engenho ainda conservando partes originais de suas peças.
Fazenda Dezidério	Habitação estrutura	Imponente sede de fazenda do século XIX nas proximidades do rio Paraopeba.
Ruínas do Alto Maranhão	Habitação estrutura	As "Ruínas do Alto Maranhão" consistem em duas edificações que abrigavam usos distintos, das quais remanescem as paredes em pedra sem revestimento das fachadas, mantendo elementos importantes que ainda permitem visualizar as formas das construções originais.
Capela Santo Antônio	Habitação estrutura	Antiga capela em honra a Santo Antônio. Era parte integrante da Fazenda do Faria. Abandonada há aproximadamente vinte anos, está em acelerado processo de degradação pelo crescimento da mata que a envolve e pela falta de uso. Próximo à capela estão encontradas outras estruturas ligadas as atividades minerárias do século XVIII e XIX.
Fazenda Faria	Habitação estrutura	Complexo de ruínas compostas por muros, bicas e arrimos de pedra, foi construída possivelmente no final do século XVIII.
Estrutura de assentamento de roda d'água.	Habitação estrutura	Em local próximo à Capela de Santo Antônio, este local abrigava uma roda d'água e canais de abastecimento, fazendo parte provavelmente de uma grande estrutura de extração mineral do século XVIII e XIX.
Pastinho de D. Silvério	Habitação estrutura	Vestígios dos baldrames da casa do Arcebispo Dom Silvério que ali viveu em meados do século XIX. Na área ainda existem grandes trechos de muros e canais de divisa de terreno.
Pouso dos Tropeiros	Habitação estrutura	Conjunto de estruturas remanescentes em alvenaria de pedra, onde se podem avistar fundações, trechos de cunhais e de muros.
Estrutura de Habitação de Vieiros	Habitação estrutura	Local com vestígios de duas construções de grande porte, que possivelmente seriam habitações na área do Vieiros.
Cava preenchida com lixo	Mineração Geral	Infelizmente alguns locais onde se podia observar estigmas de mineração são descaracterizados de diversas maneiras. Nesse caso a cava de uma antiga mineração serve como depósito de lixo, no intuito de seu preenchimento para nivelamento do terreno e eventual aproveitamento para atividades outras.
Tijucal	Mineração Geral	Área contendo galerias de explotação mineral além de muros de divisa e canais com escoros de pedras, que compunham uma área de mineração de grandes proporções, oriunda dos século XVIII e XIX.
Mina do redondo	Mineração Geral	Área com vestígios de mineração. Em outra parte do mesmo sítio, galerias foram destruídas recentemente pela abertura de uma estrada.
Mineração do Tijucal	Mineração Geral	Local com inúmeros vestígios de mineração colonial, contendo valas escoradas de pedras, galerias e voçorocas.

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Mineração Quilombo.	Mineração Geral	Área com vestígios de atividades mineradoras em tempos coloniais. Está situada entre os sítios do Tijucal e Vieiros.
Belvedere	Mineração Geral	Neste local, por informações orais, situa-se a mina que forneceu matéria prima para a confecção dos profetas.
Mineração D. Silvério	Mineração Geral	Na área do pastinho de D. Silvério foi possível identificar uma entrada de galeria, pouco profunda, que serviu possivelmente como sondagem mineral.
Galeria destruída	Mineração Geral	Destruída pela obra da estrada. Faz parte da Mina do Redondo
Mineração água boa	Mineração Geral	Área de uma grande complexo de mineração contendo uma enorme caixa de água escorada em pedras, bancadas, caminhos e diversas galerias para explotações subterrâneas
Mineração Nereu	Mineração Geral	Área com diversos estigmas de atividades minerárias dos séculos passados. Podem ser observados mundéus desativados, locais erodidos e canais.
Mineração Guido	Mineração Geral	Área com estigmas de mineração colonial na região da Fazenda do Guido.
Mineração Soledade	Mineração Geral	Área com estigmas de mineração que desaguam no rio Soledade. Nesta área, além de canais e áreas reviradas, foram identificadas também paredes e alicerces de uma grande construção feita em pedras com técnica de junta seca, componente do sítio de mineração.
Mineração Paraopeba	Mineração Geral	Local com revirados, amontoados de pedras e canais, resultantes de atividades minerarias dos séculos passados.
Antiga Galeria de exploração mineral	Mineração Geral	Galeria para extração mineral subterrânea.
Muro	Divisa – Muros e Valas	Muro de escoramento de canal de água, parte da mineração Água Boa
Sítio Arqueológico Esmeril	Pré-Histórico	Localizado no topo de uma colina não muito íngreme, em uma área de plantação de cana e pasto de brachiaria. Com extensão de 200 m. x 150 m., foi identificado material cerâmico e lítico em superfície sendo que a camada arqueológica possui 20 cm. O sitio situa-se próximo ao rio Paraopeba, às margens do córrego Paulista. Em virtude da excessiva mecanização do solo para o plantio, os fragmentos identificados apresentam dimensões bastante reduzidas.
Sítio Arqueológico Madruga	Pré-Histórico	Trata-se de um sítio arqueológico lito-cerâmico situado próximo à residência de D. Cecília Pereira dos Santos, de 90 anos. Em sua casa possui uma mão de pilão e uma lâmina de machado de pedra, encontrados neste sítio.
Sítio Arqueológico Machado	Pré-Histórico	Sítio Arqueológico que apresenta cultura material lito-cerâmica já bastante impactado por intensa mecanização do solo em uma área de 500 m X 300 m. Há diversos fragmentos cerâmicos, além de lascas de quartzo, sobretudo perto do terraço do ribeirão Machado

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Sítio Arqueológico Sumidouro	Pré-Histórico	Na meia encosta de uma colina suave, próximo ao córrego Sumidouro, foram identificados fragmentos de cerâmica pré-colonial.
Sítio Arqueológico Bichento	Pré-Histórico	Na antiga propriedade do Sr. Almiro Torres foi identificada uma pequena área nos fundos de sua residência com presença de material cerâmico pré-colonial. Em virtude da mecanização do solo e dos vestígios de uma antiga lavra de ouro, boa parte do sítio encontra-se destruída, tendo sido encontrados alguns poucos fragmentos de cerâmica (entre a residência e a lavra).
Sítio Arqueológico Cascalheira	Pré-Histórico	Situado à meia encosta de uma vertente, onde se encontra material cerâmico pré-colonial de forma esparsa desde o topo da vertente até as margens do Córrego Areias em uma extensão de 200 m X 100 m. Em virtude da plantação de Brachiaria para formação de pasto e plantio de canavial, o sítio encontra-se bastante impactado.
Concentração de cerâmica	Pré-Histórico	Na área do Pouso dos tropeiros foram identificados vestígios de material cerâmico em superfície e no corte de uma estrada recente. Pode se tratar de vestígios de ocupações anteriores à construção do Pouso dos Tropeiros.
Sítio Arqueológico Areias	Pré-Histórico	Sítio Arqueológico lito-cerâmico, já parcialmente destruído em razão da atividades agrícolas.

Além dos pontos elencados no quadro acima, ainda foram identificadas diversas áreas com a presença de muros de pedras, canais descontextualizados, valas de divisa de propriedade, moinhos nas beiras das estradas, trechos de Estradas Reais, alguns com pontos peculiares, como marcas de carro de boi e grandes valões onde as tropas se espremiam após fatigantes subidas de serra. Estes pontos não figuram no quadro mas estão apontados no mapa com as respectivas legendas.

Foto 01 – Marca do carro de boi impressa no barranco de antiga estrada.

Foto: Henrique Piló, 2014

C.7

Quadro 2 – Patrimônio Arqueológico (Fonte: Sete, 2013)

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície	Observações
Veeiro	Mineração Geral – Sítio Histórico	Muros arrimo mundéus, canais de alvenaria de pedra, galerias.	Havia uma vagoneta no local, mas durante vistoria não foi identificada. O local se encontra atualmente em área de proteção ambiental da empresa Ferrous.

Quadro 3 – Patrimônio Arqueológico (Fonte: PILÓ, H. In: Sete, 2010.)

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Maranhão I	Mineração Geral – Sítio Histórico	Local que apresenta muitos revirados com amontoados de seixos e cascalho e alguns canais de adução, nas proximidades do Rio Maranhão. Possivelmente foi um local de extração de ouro. Hoje, encontra-se muito alterado pela estrada de ferro.
Maranhão II	Mineração Geral – Sítio Histórico	Área de mineração de ouro de grandes dimensões, que segue desde as proximidades de uma represa até a estrada de ferro, constituída por diversos canais de adução que se cruzam formando amontoados de cascalho e sedimento e pequenos barramentos. A estrada de ferro destruiu parte de um canal de adução que seguia até o Rio Maranhão.
Maranhão III	Mineração Geral – Sítio Histórico	Pequeno conjunto de canais de adução e catas, amontoados e revirados de cascalho e sedimento de antiga mineração de ouro.
Maranhão IV	Mineração Geral – Sítio Histórico	Local de antiga mineração de ouro, com revirado de cascalho, próximo ao córrego Maranhão.
Fazenda Palmeira	Habitação estrutura	Edificação antiga, denominada Fazenda Palmeira, pertencente a Walter Rabelo. A construção da casa foi feita pelo pai há mais de 120 anos quando o mesmo veio de Portugal para abertura das estradas de ferro na região.
Santa Maria	Pré-Histórico	Local de ocorrência de vestígios de ocupação pré-histórica, denominado Sítio Arqueológico Santa Maria. São observados, no terço médio da vertente, próximo a uma matinha que abriga uma nascente, alguns fragmentos de cerâmica e lascas de quartzo hialino. O local encontra-se muito destruído devido à constante mecanização do solo - os fragmentos cerâmicos possuem cerca de 4 cm. Foi identificada, também, a parte distal de uma lâmina de machado, aparentemente fragmentada pelo arado.
Carvalho	Pré-Histórico	Local com uma grande concentração de fragmentos cerâmicos e material lítico, situado na propriedade de José Pinto Alves e Marta Maria Paes, denominado Sítio Arqueológico Carvalho. A maior parte do material é formada por fragmentos cerâmicos sem decoração, contudo foram identificados fragmentos cerâmicos de espessura fina, com engobo vermelho, possivelmente provenientes de cerâmica modelada. Foi também identificada uma pequena panela de pedra quebrada de esteatita (ou pedra-sabão). A paisagem do local de implantação do sítio se destaca pela beleza cênica.
Pasto do Paulo	Pré-Histórico	Local com ocorrência de pequenos fragmentos de cerâmica arqueológica, situado na fazenda do pai de Paulo Rabelo. Os vestígios foram identificados nos terços médio e inferior da vertente, em uma área de pasto, ao longo de trilhos de boi.
Pé de Mexerica	Pré-Histórico	Local com ocorrência de fragmentos cerâmicos em uma área de plantio recente de mexerica, que já fora arado diversas vezes para o plantio de milho e feijão, localizado no topo de uma vertente, denominado Sítio Arqueológico Pé de Mexerica. O sítio encontra-se parcialmente destruído pela estrada principal que liga Congonhas à Santa Quitéria.
Paraopeba	Mineração Geral – Sítio Histórico	Local de ocorrência de vários revirados de cascalho e sedimento, informado por José Braz Machado, localizado na margem direita do Rio Paraopeba. Segundo moradores locais o povoado se chama "Gulpiara".
Moinho de Fubá	Estruturas de trabalho - funcionais	Estruturas de pedras remanescentes de antigo moinho. Local próximo ao curso de água, hoje dentro do loteamento.

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Curral de Pedras	Estruturas de trabalho - funcionais	Trecho da estrada antiga – de trânsito de carro de boi, situado na Fazenda do Sr. Tarcísio Dias. Na sede da fazenda há ainda curral de pedras.
Estrada Carreira	Estrutura Rodoviária	Outro trecho de estrada antiga
Galeria de Mineração	Mineração Geral – Sítio Histórico	Galeria de exploração de minério de ferro, com duas entradas já desabadas.
Galeria de Mineração	Mineração Geral – Sítio Histórico	Entrada de outra galeria desabada.
Vala de divisa	Divisa – Muros e Valas	Início de uma antiga vala de divisa de terreno ou de pasto.
Vala de divisa	Divisa – Muros e Valas	Continuação da vala – local com alicerce de pedras.
Vala de divisa	Divisa – Muros e Valas	Continuação da vala de divisa de terreno.
Vala de divisa	Divisa – Muros e Valas	Trecho final da vala de divisa, já na estrada do córrego Maranhão.

Quadro 4 – Patrimônio Arqueológico (Fonte: ALONSO, Márcio. In: Sete, 2010.)

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Ouro Verde	Histórico	Vestígios de alicerce de pedras
Casquinha	Pré-Histórico	Cerâmica
Marimbondo	Pré-Histórico	Cerâmica Lítico lascado
Chuvisco	Pré-Histórico	Cerâmica
Relâmpago	Pré-Histórico	Cerâmica
Pinheiro	Pré-Histórico	Cerâmica
Cruzeiro	Pré-Histórico	Cerâmica Lítico bruto
Pastorzinho	Pré-Histórico	Cerâmica
Escancarado	Pré-Histórico	Cerâmica
Fazenda Hélio Lobo	Edificação de Interesse Histórico-Arquitetônico	Casa sede, Casa do moinho, Vestígios de edificações
Fazenda do Sr. Paulo	Edificação de Interesse Histórico-Arquitetônico	Casa sede, Casa do moinho, Canal de adução

Quadro 5 – Patrimônio Arqueológico (Fonte: Diagnóstico Arqueológico Interventivo Mineroduto Ferrous – CNSA MG01191)

Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio	Vestígios ou estruturas componentes em superfície
Fazenda Simão	Multicomponencial	Sítio multicomponencial - fazenda centenária e cerâmica pré-colonial.

2 - Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Arqueológico

Boa parte dos sítios arqueológicos pré-coloniais a céu aberto litocerâmico, tratados no capítulo 2 desta publicação, situa-se na porção sudoeste do município de Congonhas, abrangida pela sub-bacia do Rio Maranhão, Alto Vale do Rio Paraopeba. Os principais afluentes do Maranhão nesta localidade são o córrego das Areias, o Ribeirão Pequeri, continuação do Ribeirão do Gonçalo; o Córrego Santa Quitéria, com nascente próxima ao distrito do Alto Maranhão, onde houve um dos arraiais mais antigos da região das "minas geraes"; os córregos Caetano e do Esmeril, com nascentes na região da Serra da Boa Vista, além dos córregos Sumidouro, Madruga, Baú, Barbeiro e Zé Reis.

No vale do Santo Antônio, a norte da sede de Congonhas, por sua vez, há uma série de vestígios históricos identificados, indicando que novas vistorias serão ali promissoras.

Estruturas de mineração são notadas e marcantes na paisagem de Congonhas como um todo, mas chama atenção ainda em algumas bacias, dentre elas: Maranhão, Santa Quitéria, Olhos D'água e Pequeri. Dentre os sítios de mineração, destacam-se Veeiro, situado em uma área de preservação particular, como já visto, a região do Tijucal, que apresenta galerias de grandes dimensões, além de canais com escoros de pedras, a região do córrego Macaquinho, com suas lavras, canais e galerias, a região de Água Boa, que possui uma grande caixa de contenção de água, vários canais, muros, valas e galerias de explotação subterrânea, além da área nas proximidades do povoado de nome Nereu, inserido na região de Goiabeiras. Todas essas áreas apresentam para os que passam pela rica Congonhas, estigmas claros da forma de extrair o minério aurífero em séculos passados, locais que forneceram o ouro e que hoje ainda mostram suas cicatrizes e suas marcas da atividade que deu origem às "Minas Gerais". Abaixo uma citação de 1824, que mostra como eram operadas essas áreas.

"É difícil ter uma ideia dos absurdos e da devastação que se cometem aqui nas escavações de ouro. É como se morros e vales tivessem sido rasgados e despedaçados por uma tromba d'água. "A sede de ouro está tão enraizada nas pessoas que muitas delas, ainda hoje, continuam a investir contra as partes ainda intocadas dos morros, revolvendo e escavando a terra a esmo." (LANGSDORFF, 1997).

Foto 02 – Vista geral dos estigmas de mineração na região do Nereu. Foto: Emile Scharlé Jr. 2014.

Foto 03 – Vista de entrada de galeria na região da Água Boa. Em primeiro plano pode-se observar uma Congonha. Foto Henrique Piló, 2013.

Foto 04 – Muro de divisa de propriedade na região do Tijucal. Foto: Henrique Piló, 2013.

Foto 05 – Vista de canal com escoro em pedras na região do Tijucal. Foto: Lucas Nishimoto, 2014.

Na região de Veeiro foi identificado um conjunto de residência em alvenaria de pedras com técnica de junta seca, que merece ainda um estudo bastante aprofundado, pois pode se tratar da casa sede ligada diretamente às estruturas de explotações coloniais já identificadas anteriormente. Trata-se de um grande muro de divisa e duas estruturas de residência de grande porte, com local de escadaria e aparentemente apenas um pavimento. Esse local gera bastante preocupação por estar em área relativamente próxima a algumas estruturas residenciais e a pressão imobiliária pode danificar o pouco que ainda resta desse importante resquício de tempos auríferos das minas oitocentistas.

Foto 06 – Entrada de galeria de explotação mineral na região do Tijucal. Foto: Lucas Nishimoto, 2014.

Foto 07 – Vista de entrada de galeria na região do Córrego Macaquinhos, Fazenda Morro das Almas. Foto Lucas Nishimoto, 2014.

Foto 08 – Muro lateral que ladeia as construções. Região do Veeiro. Foto Henrique Piló, 2014.

Foto 09 – Vista de parede lateral de uma das residências. Região do Veeiro. Foto Henrique Piló, 2014

Foto 11 – Estrada de acesso que apresenta em seu corte, dezenas de fragmentos cerâmicos pré-coloniais. Foto Henrique Piló, 2014

Foto 10 – Vista parcial de uma das paredes ainda bem conservadas. Região do Veeiro. Foto Henrique Piló, 2014.

No caso do Sítio Arqueológico Fazenda Simão, uma atenção especial em virtude das condições de sua preservação. Por se tratar de um sítio multicomponencial, ambos componentes do sítio merecem grande cuidado. A habitação secular, sede da Fazenda Simão, foi erigida sobre os vestígios arqueológicos de antigas ocupações indígenas, o que denota a vocação aprazível para pouso desde tempos imemoriais. A estrada serve de passagem para outras plagas e tem constante manutenção, o que vem impactando o sítio pré-histórico. Já a habitação, abandonada, está a tempo de ruir por completo, tendo em vista que a estrutura que segura o telhado; está quase toda desabada.

Foto 12 – Vista da área de maior concentração de material arqueológico a partir da janela da casa sede da Fazenda Simão. Foto Henrique Piló, 2014

Foto 13 – Vista de detalhe de fragmento cerâmico no corte da estrada. Foto Henrique Piló, 2014

Foto 14 – Vista geral da casa sede da Fazenda Simão. Foto Henrique Piló, 2014

Em seguida, apresenta-se o quadro 06 com as principais zonas de interesse arqueológico e sugestões de ações e atividades na mesma.

Quadro 6 – Identificação de Áreas de Interesse Arqueológico em Congonhas

Áreas	Localidades	Atividades/Programas Sugeridos	Observações
Áreas de Interesse Arqueológico já reconhecido	Sítios Pré-Coloniais: .Alto Vale do Maranhão Sítios Históricos: . Sítio/Conjunto do Alto Maranhão; . Serra do Engenho; . Vale do rio Santo Antônio; . Veeiro; . Fazenda Simão; . Trechos de Estrada Real; . Córrego Macaquinho; . Castanheira	.Continuidade de vistorias a procura de novos sítios arqueológicos e estruturas de mineração; . Compreensão da relação espacial de algumas estruturas de mineração no Veeiro e estabelecimento de um eixo de explotação que liga a região do Tijucal e Água Boa; . Continuidade de entrevistas orais com moradores locais; . Programas de Proteção do Patrimônio Arqueológico; . Programas de educação patrimonial.	Algumas áreas de interesse precisam de imediata intervenção em virtude da especulação imobiliária e do rápido crescimento das construções na área urbana de Congonhas. As áreas próximas à rodovia BR-040 são um claro exemplo dessa situação.
Áreas de Potencial Arqueológico	. Serra do Esmeril; . Soledade/Lobo Leite; . Bocaina Negra;	. Vistorias a procura de sítios arqueológicos; .Entrevistas com moradores locais; . Programas de Proteção do Patrimônio Arqueológico; . Programas de educação patrimonial.	
Áreas que merecem ser vistoriadas	. Barro Branco; . Barra do Flamengo; . Córrego do Matoso; . Córrego do Almoço; . Bombaça; . Potreiro.	. Vistorias; . Entrevistas orais com moradores locais.	

Parece consenso entre todas as pessoas entrevistadas e contatadas em nossos trabalhos de campo, seja nas áreas urbanas ou rurais, um forte desejo de valorizar o patrimônio arqueológico, ambiental e a história de Congonhas. Programas ou iniciativas que tratem sobre educação patrimonial junto às escolas, musealização adequada de acervos e sítios arqueológicos devem estar sempre na pauta das políticas culturais da região. Este livro já seria uma importante contribuição neste sentido.

Documentação Consultada

- **Centros de Documentação:**

Arquivos e Acervo da Ferrous/Congonhas;

Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/SGPA-IPHAN;

Setor de Arqueologia do MHNJB/UFMG;

Arquivos do Centro de Documentação e Identificação /CDI-IPHAN[1] de Minas Gerais.

- **Relatórios:**

ARTEFACTTO Consultoria. *Programa de Prospecção nas áreas de abrangência da Minas Viga, Congonhas e Jeceaba, MG.* Artefactto Consultoria - Ferrous, Belo Horizonte, Julho de 2010.

ARTEFACTTO Consultoria.*Levantamento de Dados para Elaboração da Carta Arqueológica de Congonhas*. Artefactto Consultoria - Ferrous, Congonhas, Dezembro de 2013.

ARTEFACTTO Consultoria. *Programa de Resgate Arqueológico- Minas Viga, Congonhas e Jeceaba, MG.* Artefactto Consultoria Ferrous, Belo Horizonte, Março de 2014.

BRANDT Meio Ambiente. *Diagnóstico Arqueológico Morro Mina dos Coelhos e Espinheiros-Mina Viga,* Brandt Meio Ambiente - Ferrous, Julho de 2009.

GHEOSPHERA. *Parque Natural Municipal do Alcatruz- Plano de Manejo* CSN- Prefeitura de Congonhas, Gheosphera Consultoria Ambiental, Dezembro de 2006.

LANGSDORFF, Georg. *Os Diários de Langsdorff.* Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Fundep, 1997.

SETE Soluções e Tecnologia Ambiental. *Relatório de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica no Distrito Industrial de Congonhas, Congonhas-MG*. Sete Soluções - CODEMIG, Belo Horizonte, Março de 2010.

SETE Soluções e Tecnologia Ambiental. *Diagnóstico Arqueológico da Fazenda Vieiros.* Ferrous Ressources Brasil. 2013.

ZANETTINI. *Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico- Linha de Transmissão de 345 kV Vallourec & Sumitomo, Congonhas e Jeceaba, MG*. Zanettini Arqueologia/Vallourec & Sumitomo, Agosto de 2009.

KOOLE, E. *Diagnóstico Não Interventivo da área denominada pilha de Estéril Barnabé, localizado no município de Congonhas-MG,* Belo Horizonte, 1997.

1 Somente os relatórios referentes ao tema 'Arqueologia' que abrangem o município de Congonhas que se encontravam disponíveis para consulta ou vistas na instituição é que foram elencados neste capítulo.

CARTA ARQUEOLÓGICA

CONGONHAS

A Carta Arqueológica de Congonhas - lugares de memórias

ORGANIZADORES: ALENICE BAETA . HENRIQUE PILÓ

CARTA ARQUEOLÓGICA
CONGONHAS

A Carta Arqueológica de Congonhas - lugares de memórias

Legenda para a Carta

Nº no mapa	Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio
1	Sítio Arqueológico Esmeril	Pré-Histórico
2	Sítio Arqueológico Madruga	Pré-Histórico
3	Sítio Arqueológico Machado	Pré-Histórico
4	Sítio Arqueológico Sumidouro	Pré-Histórico
5	Sítio Arqueológico Santa Maria	Pré-Histórico
6	Sítio Arqueológico Bichento	Pré-Histórico
7	Sítio Arqueológico Cascalheira	Pré-Histórico
8	Sítio Arqueológico Santa Maria	Pré-Histórico
9	Sítio Arqueológico Carvalho	Pré-Histórico
10	Sítio Arqueológico Pasto do Paulo	Pré-Histórico
11	Sítio Arqueológico Cruzeiro	Pré-Histórico
12	Sítio Arqueológico Marimbondo	Pré-Histórico
13	Sítio Arqueológico Pinheiro	Pré-Histórico
14	Sítio Arqueológico Pé de Mexerica	Pré-Histórico
15	Sítio Arqueológico Escancarado	Pré-Histórico
16	Sítio Arqueológico Relâmpago	Pré-Histórico
17	Sítio Arqueológico Chuvisco	Pré-Histórico
18	Sítio Arqueológico Pastorzinho	Pré-Histórico
19	Sítio Arqueológico Pouso dos Tropeiros	Pré-Histórico
20	Sítio Arqueológico Areias	Pré-Histórico
21	Sítio Arqueológico Fazenda Simão	Pré-Histórico
22	Estrutura para Roda d'água – Fazenda Farias	Estruturas de trabalho
23	Engenho fundido pela empresa Queiroz Junior	Estrutura de trabalho
24	Moinho para produção de fubá (ruínas)	Estrutura de trabalho

Nº no mapa	Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio
25	Moinho para produção de fubá (ruínas)	Estrutura de trabalho
26	Engenho	Estrutura de trabalho
27	Moinho para produção de fubá	Estrutura de trabalho
28	Curral de Pedras	Estrutura de trabalho
29	Moinho e paiol	Estrutura de trabalho
30	Pilão de pedra. Sítio Arqueológico Histórico Vieiros.	Estrutura de trabalho
31	Forno para produção de carvão	Estrutura de trabalho
32	Conjunto de 2 fornos para produção de carvão	Estrutura de trabalho
33	Conjunto de Fornos para produção de carvão	Estrutura de trabalho
34	Alcatruz	Estrutura Hidráulica
35	Aqueduto da Biquinha	Estrutura Hidráulica
36	Bica de água presente na Fazenda do Farias	Estrutura Hidráulica
37	Fonte de Nossa Senhora da Ajuda	Estrutura Hidráulica
38	Local onde era instalada a fonte de geração de energia da Usina do Dr. Vitorino	Estrutura Hidráulica
39	Estrada Real	Estradas e Caminhos
40	Estada Real	Estradas e Caminhos
41	Estrada Real	Estradas e Caminhos
42	Estrada Real original	Estradas e Caminhos
43	Estrada Carreira	Estradas e Caminhos
44	Estrada Real	Estradas e Caminhos
45	Estrada antiga	Estradas e Caminhos
46	Estrada Real	Estradas e Caminhos
47	Trecho de Estrada Real	Estradas e Caminhos
48	Trecho de Estrada Real	Estradas e Caminhos
49	Trecho de Estrada Real	Estradas e Caminhos
50	Ponte na Estrada União Indústria	Estradas e Caminhos
51	Ponte na Estrada União Indústria	Estradas e Caminhos
52	Estrada União Indústria	Estradas e Caminhos
53	Ponte	Estradas e Caminhos
54	Alicerce de casa de agricultor	Estrutura de Habitação
55	Fazenda Palmeira	Estrutura de Habitação
56	Estrutura de Habitação da Fazenda Castanheira	Estrutura de Habitação
57	Fazenda Desiderio	Estrutura de Habitação
58	Fazenda Hélio Lobo	Estrutura de Habitação
59	Ruínas Fazenda Simão	Estrutura de Habitação
60	Fazenda do Sr. Paulo	Estrutura de Habitação

Nº no mapa	Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio
61	Cadeia de Alto Maranhão	Estrutura de Habitação
62	Capela Santo Antônio	Estrutura de Habitação
63	Fazenda Faria	Estrutura de Habitação
64	Ruínas do Pastinho de D. Silvério	Estrutura de Habitação
65	Pouso dos Tropeiros	Estrutura de Habitação
66	Ruínas de Soledade	Estrutura de Habitação
67	Estrutura de Habitação de Vieiros	Estrutura de Habitação
68	Sítio de Mineração Paraopeba III	Mineração Geral
69	Sítio de Mineração Paraopeba I	Mineração Geral
70	Sítio de Mineração Maranhão I	Mineração Geral
71	Sítio de Mineração Paraopeba II	Mineração Geral
72	Sítio de Mineração Maranhão III	Mineração Geral
73	Sítio de Mineração Maranhão IV	Mineração Geral
74	Sítio de Mineração Maranhão II	Mineração Geral
75	Galeria de Mineração	Mineração Geral
76	Cava com lixo	Mineração Geral
77	Sítio Arqueológico Histórico Mineração Vieiros	Mineração Geral
78	Mundéu	Mineração Geral
79	Mina, região do Vieiros	Mineração Geral
80	Galeria, região do Vieiros	Mineração Geral
81	Área minerada, região do Vieiros	Mineração Geral
82	Área minerada, região do Vieiros	Mineração Geral
83	Canal de pedras, Sítio Arqueológico Histórico – Mineração Tijucal	Mineração Geral
84	Galeria, Sítio Arqueológico Histórico Mineração Tijucal	Mineração Geral
85	Mina do redondo	Mineração Geral
86	Galeria, Sítio Arqueológico Histórico Mineração Tijucal	Mineração Geral
87	Área com estigmas de mineração. Região entre o Tijucal e Vieiros, conhecida por Quilombo	Mineração Geral
88	Mineração Belvedere, local onde por informações orais, teria saído o material para a confecção dos profetas	Mineração Geral
89	Área com estigmas de mineração colonial	Mineração Geral
90	Galeria de mineração no Pastinho de D. Silvério	Mineração Geral
91	Mineração colonial	Mineração Geral
92	Local onde existia uma galeria, faz parte da Mineração do redondo	Mineração Geral

Nº no mapa	Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio
93	Galeria de Mineração. Sítio Arqueológico Histórico Mineração Água Boa	Mineração Geral
94	"Mundéu". Caixa de água presente no Sítio Arqueológico Histórico Mineração Água Boa	Mineração Geral
95	Mineração Nereu	Mineração Geral
96	Mineração Guido	Mineração Geral
97	Sítio Arqueológico Histórico Mineração Soledade	Mineração Geral
98	Área com desvio no leito do rio. Conjunto de mineração Paraopeba	Mineração Geral
99	Área com estigmas de mineração colonial	Mineração Geral
100	Antiga Galeria de explotação mineral	Mineração Geral
101	Muro de divisa	Muro de pedra
102	Muro na estrada real	Muro de pedra
103	Vestígio de muro	Muro de pedra
104	Vala de Divisa e muro	Muro de pedra
105	Vestígio de muro	Muro de pedra
106	Vala de Divisa e muro	Muro de pedra
107	Canal e muro	Muro de pedra
108	Canal e vala	Muro de pedra
109	Muro na área do Moledo	Muro de pedra
110	Vestígio de muro	Muro de pedra
111	Muro em alvenaria de pedras	Muro de pedra
112	Muro em alvenaria de pedras	Muro de pedra
113	Muro em alvenaria de pedras - Divisa	Muro de pedra
114	Muro em alvenaria de pedras	Muro de pedra
115	Muro alto	Muro de pedra
116	Embarcadouro ferroviário	Estrutura ferroviária
117	Ponte Ferroviária (antiga Maria Fumaça)	Estrutura ferroviária

Patrocínio:

FERROUS

Produção:

ARTEFACTTO CONSULTORIA

CARTA ARQUEOLÓGICA

CONGONHAS

A Carta Arqueológica de Congonhas - lugares de memórias

Legenda para a Carta

Nº no mapa	Sítio Arqueológico	Tipo de Sítio
1	Sítio Arqueológico Esmeril	Pré-Histórico
2	Sítio Arqueológico Madruga	Pré-Histórico
3	Sítio Arqueológico Machado	Pré-Histórico
4	Sítio Arqueológico Sumidouro	Pré-Histórico
5	Sítio Arqueológico Santa Maria	Pré-Histórico
6	Sítio Arqueológico Bichento	Pré-Histórico
7	Sítio Arqueológico Cascalheira	Pré-Histórico
8	Sítio Arqueológico Santa Maria	Pré-Histórico
9	Sítio Arqueológico Carvalho	Pré-Histórico
10	Sítio Arqueológico Pasto do Paulo	Pré-Histórico
11	Sítio Arqueológico Cruzeiro	Pré-Histórico
12	Sítio Arqueológico Marimbondo	Pré-Histórico
13	Sítio Arqueológico Pinheiro	Pré-Histórico
14	Sítio Arqueológico Pé de Mexerica	Pré-Histórico
15	Sítio Arqueológico Escancarado	Pré-Histórico
16	Sítio Arqueológico Relâmpago	Pré-Histórico
17	Sítio Arqueológico Chuvisco	Pré-Histórico
18	Sítio Arqueológico Pastorzinho	Pré-Histórico
19	Sítio Arqueológico Pouso dos Tropeiros	Pré-Histórico
20	Sítio Arqueológico Areias	Pré-Histórico
21	Sítio Arqueológico Fazenda Simão	Pré-Histórico
22	Estrutura para Roda d'água – Fazenda Farias	Estruturas de trabalho
23	Engenho fundido pela empresa Queiroz Junier	Estrutura de trabalho
24	Moinho para produção de fubá (ruínas)	Estrutura de trabalho
25	Moinho para produção de fubá (ruínas)	Estrutura de trabalho
26	Engenho	Estrutura de trabalho
27	Moinho para produção de fubá	Estrutura de trabalho
28	Curral de Pedras	Estrutura de trabalho
29	Moinho e paiol	Estrutura de trabalho
30	Pilão de pedra. Sítio Arqueológico Histórico Vieiros.	Estrutura de trabalho
31	Forno para produção de carvão	Estrutura de trabalho
32	Conjunto de 2 fornos para produção de carvão	Estrutura de trabalho
33	Conjunto de Fornos para produção de carvão	Estrutura de trabalho
34	Alcatruz	Estrutura Hidráulica
35	Aqueduto da Biquinha	Estrutura Hidráulica
36	Bica de água presente na Fazenda do Farias	Estrutura Hidráulica
37	Fonte de Nossa Senhora da Ajuda	Estrutura Hidráulica
38	Local onde era instalada a fonte de geração de energia da Usina do Dr. Vitorino	Estrutura Hidráulica
39	Estrada Real	Estradas e Caminhos
40	Estada Real	Estradas e Caminhos
41	Estrada Real	Estradas e Caminhos
42	Estrada Real original	Estradas e Caminhos
43	Estrada Carreira	Estradas e Caminhos
44	Estrada Real	Estradas e Caminhos
45	Estrada antiga	Estradas e Caminhos
46	Estrada Real	Estradas e Caminhos
47	Trecho de Estrada Real	Estradas e Caminhos
48	Trecho de Estrada Real	Estradas e Caminhos
49	Trecho de Estrada Real	Estradas e Caminhos
50	Ponte na Estrada União Indústria	Estradas e Caminhos
51	Ponte na Estrada União Indústria	Estradas e Caminhos
52	Estrada União Indústria	Estradas e Caminhos
53	Ponte	Estradas e Caminhos
54	Alicerce de casa de agricultor	Estrutura de Habitação
55	Fazenda Palmeira	Estrutura de Habitação
56	Estrutura de Habitação da Fazenda Castanheira	Estrutura de Habitação
57	Fazenda Desiderio	Estrutura de Habitação
58	Fazenda Hélio Lobo	Estrutura de Habitação
59	Ruínas Fazenda Simão	Estrutura de Habitação
60	Fazenda do Sr. Paulo	Estrutura de Habitação
61	Cadeia de Alto Maranhão	Estrutura de Habitação
62	Capela Santo Antônio	Estrutura de Habitação
63	Fazenda Faria	Estrutura de Habitação
64	Ruínas de Pastinho de D. Silvério	Estrutura de Habitação
65	Pouso dos Tropeiros	Estrutura de Habitação
66	Ruínas de Soledade	Estrutura de Habitação
67	Estrutura de Habitação de Vieiros	Estrutura de Habitação
68	Sítio de Mineração Paraopeba III	Mineração Geral
69	Sítio de Mineração Paraopeba I	Mineração Geral
70	Sítio de Mineração Maranhão I	Mineração Geral
71	Sítio de Mineração Paraopeba II	Mineração Geral
72	Sítio de Mineração Maranhão III	Mineração Geral
73	Sítio de Mineração Maranhão IV	Mineração Geral
74	Sítio de Mineração Maranhão II	Mineração Geral
75	Galeria de Mineração	Mineração Geral
76	Cava com lixo	Mineração Geral
77	Sítio Arqueológico Histórico Mineração Vieiros	Mineração Geral
78	Mundéu	Mineração Geral
79	Mina, região do Vieiros	Mineração Geral
80	Galeria, região do Vieiros	Mineração Geral
81	Área minerada, região do Vieiros	Mineração Geral
82	Área minerada, região do Vieiros	Mineração Geral
83	Canal de pedras, Sítio Arqueológico Histórico – Mineração Tijucal	Mineração Geral
84	Galeria, Sítio Arqueológico Histórico Mineração Tijucal	Mineração Geral
85	Mina do redondo	Mineração Geral
86	Galeria, Sítio Arqueológico Histórico Mineração Tijucal	Mineração Geral
87	Área com estigmas de mineração. Região entre o Tijucal e Vieiros, conhecida por Quilombo	Mineração Geral
88	Mineração Belvedere, local onde por informações orais, teria saído o material para a confecção dos profetas	Mineração Geral
89	Área com estigmas de mineração colonial	Mineração Geral
90	Galeria de mineração no Pastinho de D. Silvério	Mineração Geral
91	Mineração colonial	Mineração Geral
92	Local onde existia uma galeria, faz parte da Mineração do redondo	Mineração Geral
93	Galeria de Mineração. Sítio Arqueológico Histórico Mineração Água Boa	Mineração Geral
94	"Mundéu". Caixa de água presente no Sítio Arqueológico Histórico Mineração Água Boa	Mineração Geral
95	Mineração Nereu	Mineração Geral
96	Mineração Guido	Mineração Geral
97	Sítio Arqueológico Histórico Mineração Soledade	Mineração Geral
98	Área com desvio no leito do rio. Conjunto de mineração Paraopeba	Mineração Geral
99	Área com estigmas de mineração colonial	Mineração Geral
100	Antiga Galeria de explotação mineral	Mineração Geral
101	Muro de divisa	Muro de pedra
102	Muro na estrada real	Muro de pedra
103	Vestígio de muro	Muro de pedra
104	Vala de Divisa e muro	Muro de pedra
105	Vestígio de muro	Muro de pedra
106	Vala de Divisa e muro	Muro de pedra
107	Canal e muro	Muro de pedra
108	Canal e vala	Muro de pedra
109	Muro na área do Moledo	Muro de pedra
110	Vestígio de muro	Muro de pedra
111	Muro em alvenaria de pedras	Muro de pedra
112	Muro em alvenaria de pedras	Muro de pedra
113	Muro em alvenaria de pedras - Divisa	Muro de pedra
114	Muro em alvenaria de pedras	Muro de pedra
115	Muro alto	Muro de pedra
116	Embarcadouro ferroviário	Estrutura ferroviária
117	Ponte Ferroviária (antiga Maria Fumaça)	Estrutura ferroviária

Patrocínio: FERROUS

Produção: ARTEFACTTO CONSULTORIA

A Carta Arqueológica de Congonhas - lugares de memórias

ORGANIZADORES: ALENICE BAETA . HENRIQUE PILÓ

CARTA ARQUEOLÓGICA

CONGONHAS

FERROUS

ARTEFACTTO CONSULTORIA

VOCABULÁRIO

ACABAMENTO: ato ou efeito de acabar uma obra de arquitetura. O acabamento consiste no arremate final de todos os elementos constitutivos de uma edificação.

ACABAMENTO DE SUPERFÍCIE: tratamento aplicado à superfície das paredes dos recipientes cerâmicos.

ACORDELADO: técnica de confecção da cerâmica que consiste em superpor roletes de pastas de comprimento variável, em sentido circular até construir as paredes do vaso.

ALISADO: processo de nivelação da superfície das peças cerâmicas podendo variar em grau, como superfícies bem alisadas, regulares e irregulares.

ALISADOR: seixos utilizados para alisar e polir a superfície das vasilhas cerâmicas.

ALTO-RELEVO: escultura feita sobre rocha suporte, que dela sobressai em relevo ou saliência.

ANTIPLÁSTICO: matéria introduzida, intencionalmente ou não, na pasta para conseguir condições técnicas propícias à uma boa secagem e cocção, como cacos triturados, areia fina, quartzo, conchas, cauixi, cariapé, osso, etc. 'Tempero' seria o seu sinônimo.

ARGILA: substância bastante homogênea com componentes químicos variados, predominando a sílica, alumina, partículas de ferro, água, substâncias alcalinas e impurezas.

ACLIVE: em forma de ladeira íngreme; inclinação forte do terreno; ladeira.

ADRO: área externa na frente ou em volta de uma igreja, muitas vezes cercada.

ALMOCAFRE: ferramenta que consiste em uma alavanca de metal com uma ponta chanfrada e levemente curva, utilizada para revirar cascalhos nos leitos dos córregos e nos desmontes dos barrancos que margeiam a área da lavra.

ANTROPOMORFOS: representação de formas humanas seja em pinturas ou esculturas.

ARCADA: série de arcos em sequência num mesmo plano dividindo espaços.

BANHO: revestimento superficial, delgado, proveniente de um caldo ou nata de argila em suspensão na água, aplicado à superfície cerâmica antes da queima.

BAIXO-RELEVO: trabalho de escultura, de largo emprego na arquitetura, no qual as figuras não sobressaem no seu volume total e, sim, apenas em parte, ficando aderentes à superfície em que se aplicam.

BOCA: abertura do vaso, que pode ser circular, elíptica, quadrangular, retangular e irregular.

BOJO: maior diâmetro externo do vaso.

BRUNIDURA: revestimento de cera e fuligem para dar uma cor preta ou melhorar a impermeabilidade.

CACHORRO: peça de madeira em balanço que serve de elemento de sustentação, suportando beiras de telhados.

CANGA FERRUGINOSA: carapaça formada pela colagem ou cimentação natural de fragmentos de rochas ferruginosas. Constitui, no Quadrilátero Ferrífero, uma camada rígida que recobre as formações ferríferas, os itabiritos e quartzitos ferruginosos do Grupo Itabira, e localmente podem constituir minério de ferro ou de ouro.

CAPELA-MOR: capela principal onde fica o altar-mor de uma igreja.

CAVERNAS: espaços vazios em rochas, que apresentam dimensões suficientes para dar acesso ao homem.

CERÂMICA: todos os produtos derivados de uma composição de argila e outras substâncias minerais, postos ao cozimento para obter solidez e inalterabilidade.

CIMALHA: arremate superior das paredes em forma de moldura saliente, ao modo de uma cornija, que faz a concordância entre a parede e o teto ou beiral. No frontispício, por analogia, é a cornija que se constitui um prolongamento da cimalha das fachadas laterais.

CUMEEIRA: parte mais alta do telhado onde se encontram as superfícies inclinadas que constituem as águas e também a grande peça de madeira, situada na extremidade superior dos telhados, que une os vértices das tesouras e onde se apoiam os caibros do madeirame da cobertura. Cimo, cume, topo, espigão, crista.

DECORAÇÃO PLÁSTICA: modificação na superfície da parede de uma vasilha com argila ainda moldável e anterior à queima.

DEPÓSITO MINERAL: corpo ou conjunto de corpos de minério que contêm determinado(s) bem(s) mineral(is) em quantidades anomalamente elevadas. Os depósitos minerais economicamente viáveis, quando iniciadas as suas lavras (aproveitamento econômico), são denominados minas. Essa economicidade varia com a economia, por exemplo, em um contexto de crise econômica mundial, determinado minério perde o seu valor, o que pode ocasionar o fechamento de minas até então viáveis.

DUREZA: determinação ou julgamento do grau de resistência da cerâmica ao risco, quebra ou choque.

ENGOBO: banho que não é de argila, mas de tinta, e que recobre a totalidade da superfície.

EMPENA: parte superior triangular de uma fachada acima do forro, fechando o vão entre as águas inclinadas do telhado. Também oitão. Nos frontispícios das igrejas confundi-se com o frontão.

ESCOVADO: tipo de decoração que consiste em passar, na superfície ainda úmida do vasilhame, um instrumento com pontas múltiplas, ou outros objetos que deixam sulcos bem visíveis, guardando entre si certo paralelismo e proximidade.

ESTILO: conjunto de caracteres técnicos e estéticos comuns as obras atribuídas a uma mesma época.

ESPELEOGÊNESE: conjunto de processos responsáveis pela origem e desenvolvimento de cavernas.

ESTRATIGRAFIA: parte da Geologia que estuda a sucessão de camadas de rochas de uma dada região. Normalmente, as camadas em posição inferior são mais antigas que aquelas dispostas acima.

ESTRUTURAS TECTÔNICAS: feições lineares ou planares que as rochas podem apresentar, e que auxiliam no entendimento de sua origem. Planos de fratura, planos de falha, dobras, bandamento, xistosidade e lineação mineral são exemplos de estruturas tectônicas.

EPÍFITA: plantas epífitas são as que vivem sobre outras (em geral árvores), via de regra, sem parasitá-las. Espécies epífitas são particularmente comuns entre as Briófitas (musgos), Pteridófitas (algumas samambaias), Orquidáceas, Cactáceas (flor-de-maio), Begoniáceas e Bromeliáceas.

FRONTÃO: tipo de empena que arremata a parte central de uma igreja, geralmente decorada, tendo ao meio uma cruz. Nos edifícios clássicos tem a típica forma triangular.

FRONTISPÍCIO: fachada principal.

HEMATITA: óxido de ferro (Fe2O3); minério de ferro.

INCISO: tipo de decoração plástica que consiste em incisões praticadas por meio da extremidade aguçada de instrumentos de diferentes formatos e dimensões na superfície da pasta ainda úmida.

ITABIRITO: rocha metamórfica formada por camadas de sílica (grãos de quartzo) alternadas a camadas ferruginosas (hematita, magnetita, martita). Com o aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento e metalúrgicas, itabiritos antes considerados não econômicos atualmente podem constituir minérios de ferro. Nome de um município que faz parte do Quadrilátero Ferrífero.

LÁBIO: extremidade da borda, por onde corre o conteúdo quando a vasilha fica inclinada.

MATA-CILIAR: vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte da região do Cerrado, em que a vegetação arbórea não forma galerias. Em geral é estreita, raramente ultrapassando 100 m de largura em cada margem. Diferencia-se da mata de galeria por suas plantas serem decíduas, isto é, cujas folhas secam em parte do ano.

MATA DE GALERIA: vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos dos planaltos do Brasil Central, formando corredores fechados (galerias) sobre o curso de água.

MINA: depósito mineral que foi lavrado (mina paralisada) ou que se encontra em fase de lavra (mina ativa).

NAVE: espaço fechado de um templo, desde a entrada (nártex) até o cruzeiro ou capela-mor, onde se reúnem os fiéis para o serviço religioso.

NICHOS: cavidades ou vãos em paredes, muros, retábulos, arcos, etc., para colocação de imagens.

MODELADO: modelagem de massa informe; tecnologia à mão livre, até atingir a forma desejada.

MONOCRÔMICO: pintura ou traço de apenas uma cor.

MOTIVO: representação visual ou desenhos similares, considerado um tema específico.

ÓCULO: abertura circular ou elíptica para entrada de ar e luz. Por vezes assume formas mais elaboradas com intuito decorativo.

QUEIMA: processo físico químico que consiste em transformar a pasta em cerâmica, por meio de elevação de temperatura, durante o qual a maior ou menor presença de oxigênio determina a oxidação ou redução, evidenciada pela textura e cor da cerâmica.

PANELA: recipiente cuja altura é igual ou maior do que o diâmetro máximo. Algumas vezes, a abertura é mais ou menos constrita. São utilizadas geralmente para cozer os alimentos, por meio de sua fervura em água.

PASTA: mistura de barro e antiplástico ou tempero usada na confecção de cerâmica.

PIGMENTO: substância natural que dá cor a uma pintura. Geralmente de origem mineral (óxido de ferro e de manganês), mais raramente de origem vegetal (carvão de madeira).

POLIMENTO: técnica de complementação do alisado, feita no vaso já seco ao sol, tornando a superfície lustrosa. Para polir são utilizados pequenos seixos, ossos, madeira resistente, dentre outros.

PRÉ-HISTÓRIA: período da história antes do advento da escrita. No caso do Brasil, usa-se esse termo para identificar o período anterior à chegada dos colonizadores europeus.

PRESBITÉRIO: parte elevada da capela-mor de uma igreja onde fica o altar o retábulo-mor.

PÚLPITO: tribuna nas igrejas destinada à pregação ou sermões do sacerdote.

QUADRILÁTERO FERRÍFERO: região que se estende por uma área aproximada de 7.500 km2, na porção central do estado de Minas Gerais, e representa uma região geologicamente importante do Pré-Cambriano brasileiro, devido às suas riquezas minerais, principalmente ouro, ferro e manganês.

QUARTZITO: rocha metamórfica cujo componente principal é o mineral quartzo (mais de 75% como ordem de grandeza).

RETÁBULO: estrutura ornamental em pedra ou madeira que se eleva na parte posterior do altar, sendo nela colocada as imagens.

SACRISTIA: recinto de uma igreja com posição variável, onde são guardados os paramentos, objetos e alfaias litúrgicas e onde os sacerdotes de preparam para os ofícios religiosos.

SAPUCAI: correspondem a grupos culturais pré-coloniais complexos que moravam no Brasil Central e nordestino em grandes aldeias nos últimos dois mil anos atrás. Produziam vasilhames cerâmicos denominados 'Sapucai', cuja característica básica dos mesmos seria a ausência de decoração plástica.

SESMARIA: documento emitido por representante da Coroa Portuguesa que consistia na doação condicional de terras, descritos ali os seus limites, para fins de cultivo e criação em determinado prazo. Findo este último sem a realização de sua finalidade, retornava a terra para o patrimônio da Coroa.

SINEIRA: vão de uma torre onde se colocam os sinos.

TERMOLUMINESCÊNCIA (TL): método de datação absoluta, utilizável para objetos de pedra ou barro que foram queimados. Quanto menor a taxa de elétrons livres na amostra analisada, mais antiga teria sido a sua última data de aquecimento.

TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE: processo de acabamento das superfícies.

UNA: ceramistas horticultores pré-históricos mais antigos do Brasil Central, habitavam sobretudo cavernas.

UNGULADO: tipo de decoração composta de incisões produzidas pelas unhas sobre a superfície cerâmica.

URNA: vasilhame utilizado para armazenar líquidos, como também para enterramento primário ou secundário. Também denominada 'Igaçaba'.

VERGA: peça colocada, superior e horizontalmente em um vão de porta ou janela, apoiando-se sobre as ombreiras em suas extremidades.

ZOOMORFAS: representação de formas animais seja em pinturas ou esculturas.

Bibliografia Consultada

CHMYZ, I. (Ed.) Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. Manuais de Arqueologia nº 1. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas-CEPA. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1966.

CHMYZ, I. (Ed.) Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. Parte II. Manuais de Arqueologia nº 1. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1969.

CHMYZ, I. (Ed.) Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares / UFPR. Cadernos de Arqueologia. Ano 1, n. 1, 1976.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. Cerâmica Guarani. 2ªed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

GUERRA, J. W. & SIMÕES, R. da S. (Orgs.) Equipamentos, Usos e Costumes das Casas Brasileiras. Objetos - Fichário Ernani Silva Brandão.São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília: UNB, 1992.

RIBEIRO, B. G. Dicionário do Artesanato Indígena. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

RIBEIRO, D. & RIBEIRO, B. G. (Eds.) Suma Etnológica Brasileira - Tecnologia Indígena. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, Finep, 1986.

SOBRE OS AUTORES

Alenice Motta Baeta

Arqueóloga e Historiadora. Pesquisadora colaboradora do Setor de Arqueologia do MHNJB/UFMG. Mestre em Educação-FAE/UFMG. Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia- MAE/USP. Sócia Diretora da Artefactto Consultoria. Pós-Doutorado em Arqueologia-UFMG.

Henrique Piló

Arqueólogo e Historiador. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica-PUC-MG. Especialista em História e Cultura Mineira pela FCHPL. Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia Pré Histórica pelo PPGAN/FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Sócio Diretor da Artefactto Consultoria.

Marcus Duque Neves

Historiador. Graduado em História pela FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Direito/UFMG. Mestre em História pela FAFICH/UFMG na área de História Econômica e Social de Minas Gerais.

Maria Cristina Cairo

Engenheira Arquiteta. Graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios Históricos. Membro do ICOMOS.

Ulisses Cyrino Penha

Geólogo.Graduado em Geologia pela Universidade Federal do Paraná/UFPR, Mestrado em Geologia pelo IGC/Universidade Federal de Minas Gerais UFMG e Doutorado em Geologia Regional pela Universidade Estadual de São Paulo/ UNESP.

Valber Souza Silva

Mestrando em Arqueologia no PPGA/USP. Natural de Congonhas.